

Obra executada nas oficinas da
SÃO PAULO EDITORA S. A.
São Paulo 6, SP - Brasil

IGREJAS DE SÃO PAULO

BRASILIANA

volume 331

Direção:

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

LEONARDO ARROYO

IGREJAS
de
SÃO PAULO

*Introdução ao estudo dos templos mais
característicos de São Paulo nas suas
relações com a crônica da cidade*

segunda edição
revista e atualizada

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

OBRAS DO AUTOR

Viagem Para Málaga (contos), Prêmio Fabio Prado de Contos, Livraria José Olympio Editora, 1950.

Igrejas de São Paulo, 1.^a edição, Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olympio Editora, 1954.

Absalão e o Rei (contos), Difusão Européia do Livro, 1961.

Carta a El-Rei D. Manuel, de Pero Vaz de Caminha, Dominus Editôra, 1963.

O Tempo e o Modo (ensaios), Comissão Estadual de Literatura, São Paulo, 1963.

Relação do Rio Tietê (ensaio), Obelisco Editôra, 1965.

Literatura infanto-juvenil:

Estórias do Galo e do Candimba, 3.^a edição, Edições Melhoramentos, 1965.

Você já foi à Bahia? Edições Melhoramentos, 1950.

Olavo Bilac, 2.^a edição, Edições Melhoramentos, 1953.

Robert Fulton, Donato Editôra, 1960.

Exemplar N.º 0027

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639 – São Paulo 2, SP



1966

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	
BIBLIOTECA	
BATA	
Nº	DATA
26.664	10.11.80

Ainda para

JOSÉ OLYMPIO e DANIEL PEREIRA

e mais para

RUBENS DE BARROS LIMA e THOMÁS AQUINO DE QUEIROZ

amizades que o tempo valoriza.

Índice geral

PREFÁCIO	XI
NOTA DO AUTOR à segunda edição	XV

Século XVI

NOSSA SENHORA DA LUZ	3
CATEDRAL DE SÃO PAULO	22
SANTO ANTÔNIO	30
SÃO MIGUEL	41
NOSSA SENHORA DO MONTE SERRATE	52
NOSSA SENHORA DO CARMO	59
SÃO BENTO	73

Século XVII

SÃO JOÃO BATISTA DE CARAPICUÍBA	95
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO EMBU	107
NOSSA SENHORA DO Ó	121
SÃO FRANCISCO	133
NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA	146

Século XVIII

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE SANTA IFIGÊNIA	163
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRÊTOS	172
SÃO GONÇALO	186
NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO	199
SENHOR BOM JESUS DE MATOSINHOS	206

Século XIX

NOSSA SENHORA DA BOA MORTE	223
SÃO CRISTÓVÃO	230
SANTA CECÍLIA	235
SÃO GERALDO DAS PERDIZES	241
IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	247
SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	250
DIVINO ESPÍRITO SANTO	255

Século XX

NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA	261
NOSSA SENHORA DA PAZ	264
SÃO JUDAS TADEU	269
NOSSA SENHORA DO BRASIL	274
CRISTO OPERÁRIO	278
... E outras igrejas também	281
 Bibliografia	 297
Índice onomástico	303

Prefácio

ÊSTE LIVRO nasceu das deficiências materiais de um cronista, da necessidade de elementos que lhe possibilitassem manter, aos domingos, num dos nossos matutinos, em 1950 e 1951, uma nota sôbre as igrejas de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade, a fim de animar a seção dominical que lhe cabia. Crônica ligeira, sem compromisso. Postas as mãos à obra, o autor percebeu, entrevistando os respectivos vigários para obtenção do material, que pouco ou nada se sabia sôbre determinados templos da cidade, muitos dos quais seculares, não no seu conjunto arquitetônico, mas na sua tradição histórica. Mesmo entre aquêles sacerdotes que se encontravam à testa do seu paróquiato há muitos anos. É verdade que as exceções se apresentavam muitas vêzes, o que facilitava o trabalho do cronista, mas já não contentava a curiosidade do autor, que começara a se interessar pelo assunto, tantos eram os fatos interessantes que se relacionavam com as igrejas de São Paulo desde alguns anos depois da sua fundação. Se os próprios vigários, na sua grande maioria, ignoravam a história ou a crônica de seus templos, que se diria dos fiéis? Eles, mais do que ninguém, necessitavam conhecer as suas igrejas preferidas. Êste é um dos objetivos do livro.

Nessa procura de elementos nasceu o nosso convívio com os arquivos da Cúria Metropolitana, imenso repositório de documentos seculares que estão pedindo sua classificação e publicação, da mesma forma que o fizeram o Departamento do Arquivo do Estado e o Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Nos Arquivos da Cúria encontramos sempre a boa vontade do seu diretor, o padre Kulay e os préstimos e delicadeza do seu velho e incansável funcionário, o bom Eurico, a quem deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos. Pouco a pouco, quando a falta de elementos que poderiam ser fornecidos pelos vigários se tornava mais aguda, fomos encontrando um grande material nos Livros de Tombo de muitas igrejas, nos registros do Cartório Episcopal, nos livros de registro geral que, além de fornecer documentação inédita, ainda fornecia perspectivas sobre toda uma literatura existente, dispersa e difícil de ser encontrada com referência às igrejas de São Paulo.

Nos Arquivos da Cúria pesquisamos cerca de um ano. Lendo dificilmente, muitas vezes, para não se colhêr nenhum elemento de valor exigido pela síntese do trabalho. Depois surgiu a literatura dos historiadores, a necessidade de pesquisas nas Atas da Câmara de São Paulo, no seu Registro Geral, nas Sesmarias; no Boletim, nos Inventários e Testamentos, Documentos Aculsos e Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, preciosas publicações estas do Departamento do Arquivo do Estado; na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Principalmente nos Inventários e Testamentos, fonte inesgotável de informações históricas sobre o passado da cidade de São Paulo.

Quando percebemos, estávamos de posse de um vasto material que, muitas vezes, se contraditava ao ser confrontado. Havia flagrantes heresias nas referências de historiadores a respeito de determinadas igrejas. Coisa, aliás, que aceitamos como muito natural, pois nenhum deles se especializara exclusivamente nesse assunto. Ou, como diz o mestre Afonso de E. Taunay, ninguém escreve história integral. Falavam de igrejas de passagem quando se encontravam ligadas a algum

fato histórico de que tratavam, sem preocupação alguma de fazer a sua crônica. Daí erros comuns, que vieram sendo repetidos desde Azevedo Marques e aceitos até agora como autênticas versões. Mas, havia mais: alguns historiadores de hoje continuavam a alimentar aquelas heresias históricas, como o caso de recente atribuição ao padre Belchior de Pontes da fundação da igreja de Carapicuíba, a confusão em torno do verdadeiro nome de São Gonçalo, o Garcia e não o Amarante, a mudança da igreja de Nossa Senhora da Luz e seus inúmeros ermitões e tantas outras que no decorrer destas páginas vão sendo notadas.

A posse do material colhido exigia, pois, uma triagem e ordenação. Na triagem surgiram as maiores dificuldades, dadas as inúmeras versões conhecidas sobre determinados templos, com relação a datas, episódios históricos, etc. Depois, a necessidade de reunir tôdas as referências possíveis às igrejas em numerosos autores confrontando-as com as informações colhidas nos Arquivos da Cúria e na documentação publicada na história de São Paulo. Mais ainda, vários arquivos permaneceram fechados à curiosidade do autor, não sabemos se por incompreensão ou por um zêlo excessivo dos seus responsáveis. Foi o caso dos arquivos da Ordem de São Bento, da Ordem dos Carmelitas, da igreja do Sagrado Coração de Jesus, cujos diretores se esqueceram da lição de Leão XIII ao abrir os arquivos do Vaticano aos estudiosos de história. Entretanto, pudemos usar de outros meios para compensar estas dificuldades, embora com certa pena de não têmos atingido as fontes originais. Assim, fica compensada essa possível deficiência com a boa vontade do autor.

É verdade também que a origem de muitas igrejas continuou, neste trabalho, a ser desconhecida. Os documentos são avaros, principalmente os que dizem respeito aos templos das aldeias, que ninguém sabe onde foram parar. O padre Serafim Leite muito pouca coisa pôde encontrar nos arquivos da Europa sobre São Miguel, Carapicuíba, Embu e Itapecerica. Sobre os templos de São Paulo ainda podemos fazer uma observação. Queremos nos referir à sua arquitetura, que rara-

mente é focalizada nestas páginas. O motivo é facilmente compreensível. As igrejas de São Paulo, dum ponto de vista geral, não possuem nenhum valor arquitetural, a não ser poucos detalhes aqui e ali, numa mistura tão grande de que não pode resultar estilo algum definido. Abrem-se exceções, sempre, para os templos das aldeias, que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido em São Paulo por Luís Saia, vem conservando a despeito de tôdas as dificuldades e premência de verbas.

L. A.

São Paulo, junho de 1953

Prefácio

à segunda edição

EMBORA já agora se apresentando em nova edição, completamente revisto e não menos ampliado em determinados pontos pela obtenção de novos elementos históricos, êste livro ainda assim deixa o tema que pretende fixar em suas páginas — o estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade — aberto em numerosas perspectivas para o conhecimento da formação da cidade de São Paulo no espaço e no tempo. Os vários documentos apresentados nesta nova edição “emendam algumas faltas de tôda a obra, como escreveu Garcia da Orta, os quais ficaram por esquecimento”. Com efeito, não obstante os esforços do autor nas suas pesquisas o tema ainda assim não se encontra completado e acabado, tais são as complexas relações, desde o primeiro século, entre as igrejas católicas e o desenvolvimento da cidade, ela mesma, a cidade, nascida sob a inspiração da cruz e do espírito dos jesuítas, a que logo se juntaram carmelitas, beneditinos, franciscanos e outras ordens religiosas. Que o tema dessas relações é fundamental para o conhecimento da formação da cidade demonstrou-o amplamente o notável estudo do prof. Aroldo de Azevedo e sua equipe, *A Cidade de São Paulo* (Estudos de Geografia Urbana) e em cuja bibliografia se relaciona um sem-número de livros versando crônicas religiosas de São Paulo colonial principalmente. É que tais crônicas, não só de autores brasileiros e estrangeiros, mas principalmente de viajantes, mostram a pro-

funda relação entre a cidade e a religião que a fundou e a ajudou a desenvolver-se dramaticamente ao longo dos séculos. Mais ainda, a equipe do prof. Aroldo de Azevedo dedica o estudo “aos padres da Companhia de Jesus, que modelaram o embrião da cidade de São Paulo” e, também, “aos missionários e catecúmenos”.

Os memorialistas e viajantes estrangeiros que estiveram em São Paulo em várias fases diferentes da vida da cidade são unânimes em destacar a íntima relação entre a igreja e a vida social urbana. John Mawe observava em 1809 que na cidade havia “cêrca de treze lugares de devoção, principalmente dois conventos, três mosteiros e oito igrejas, muitas das quais, como tôda a cidade, construídas de taipa”, acrescentando que o número de sacerdotes nesse São Paulo sonolento atingia o total de quinhentos. Todos êsses centros religiosos atuavam na área social e não simplesmente devocional. Foi o que registrou Daniel Kidder em suas reminiscências alguns anos mais tarde, ou seja, em 1839, quando dava para a cidade doze igrejas, incluídas capelas e conventos.

Observava Kidder que as mulheres mantinham maior frequência nas igrejas, embora os homens não fôssem poucos, mas homens que, muitas vêzes, começavam seus negócios nas ruas e iam terminá-los sob as vistas do Senhor, ao ritmo da missa ou da reza, “ajoelhando-se e levantando-se alternativamente, escreve o viajante, como se pudessem ao mesmo tempo orar e conversar”. Todo o trajeto das procissões — que valorizavam os prédios vizinhos, as ruas de “passar procissão”, que mereciam os melhores cuidados da Câmara — era acompanhado pelo pipocar dos sinos, “as janelas e sacadas regorgitavam de espectadores”, enfeitadas. As procissões constituíam espetáculos concorridos, a que estavam presentes não só o grande povo, mas famílias ilustres, cujos maiores personagens, segundo o depoimento de Maria Paes de Barros em seu precioso livro *No Tempo de Dantes*, usavam a opa de sêda roxa. Em face dessa movimentação, dêsse verdadeiro acontecimento social que eram as festas religiosas, conforme se constatará a miúde através das páginas dêste livro, é que alguns via-

jantes menos avisados, talvez, puderam duvidar do espírito religioso do paulista. É que as procissões comportavam tudo: demonstração de luxo, ostentação de poderio econômico com o séquito de escravos, a animação das “inúmeras quitandeiras” com seus tabuleiros à cabeça, oferecendo doces e cuscuz de bagre, bagre apanhado no rio Tietê, para os lados do bairro do Pari.

Um aspecto interessante da crônica das igrejas de São Paulo e de suas antigas aldeias, a de Carapicuíba, a de São Miguel e a do Embu, é o da precariedade da construção dos templos. Precariedade que se pode estender às construções em geral dos séculos que antecederam, na colônia e depois na província, o advento da monocultura do café, criadora de uma economia capaz de fornecer bases seguras ao desenvolvimento da cidade e de outros setores. Precariedade, bem entendido, nesse sentido de material de pedra, porque a taipa também é durável, capaz de atravessar séculos desde que conservada e evitadas as infiltrações de umidade. Isto explica, de maneira geral, o uso dos beirais nas casas e construções da época e em muitas igrejas. Principalmente em muitas igrejas que ainda hoje podem testemunhar uma técnica de construção de tempos recuados.

O uso da taipa durou séculos, porventura inaugurada na vila pelo jesuíta Afonso Brás, que lhe conhecia a técnica, e com cujo suor, escreveria José de Anchieta, e dos mais irmãos, foi feita a igreja nova de São Paulo de Piratininga. Em *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* o historiador Serafim Leite reúne curiosos elementos sobre as virtudes artesanais do padre Afonso Brás. Em 1560, baseando-se na informação de Anchieta, vê-se que Afonso Brás ajudou a fazer as casas de taipa de Piratininga “com incomensurável trabalho” para os índios catecúmenos. E mais ainda orientou construções nas aldeias circunvizinhas de São Paulo, em São Vicente e, mais tarde, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

A taipa subsistiu mesmo (depois do ciclo do apresamento) durante o ciclo do luar, tão bem estudado por Alfredo Ellis Júnior num interessantíssimo trabalho sobre a economia pau-

lista do século XVIII, que se desenvolveu paralelamente ao ciclo do açúcar, criador de cidades no interior do Estado. De modo que esta situação haveria de se refletir no espírito da comunidade paulista, no seu modo de vida em termos de casa, no seu modo de crença em termos de religião. A luta constante com o meio áspero, luta que procurava definir uma economia capaz de proporcionar lazes e euforia construtivos, um estilo de vida, afinal, impediu o paulista de aperfeiçoar a técnica de construção, improvisando tudo: a casa, a igreja, o caminho, os meios de subsistência. Aperfeiçoamento, por isso mesmo, que nunca veio, como em certas regiões do Nordeste do país.

São Paulo foi, até a monocultura do café, uma cidade pobre e o mais rico dos paulistas, pelos séculos afora, era um pobre diabo de conforto em termos de casa. Principalmente em termos de casa, cujas reminiscências, raras assim mesmo, espantam como é que um Afonso Sardinha tenha sido um homem rico. Que ficou desse Cresco do século XVI senão a tradição de exportador de marmelada? Que ficou de Guilherme Pompeu de Almeida? Apenas o mito da fortuna, como que algo tivesse impedido a comunhão maior com a terra. São Paulo nos séculos XVI, XVII, XVIII e até metade do século XIX foi uma cidade construída, para usar a linguagem bíblica, sobre areia. Nada durava, tudo se improvisava, a terra como que resistindo à teimosia do conquistador, no início, do desbravador, ao depois, e do morador, no final. Não houve uma base econômica de espírito gregário. Alcântara Machado observou que entre os povoadores não havia “representantes das grandes casas peninsulares, nem da burguesia dinheirosa”. Os moradores, adverte-nos o autor de *Vida e Morte do Bandeirante*, “são homens do campo, mercadores de recursos limitados, artífices, aventureiros de toda a casta”, que estiveram durante séculos a zanzar pelo planalto na luta contra o meio pela sobrevivência e fixação de uma economia estável. Economia idêntica à do Nordeste, cuja euforia se retratou no sistema patriarcal, na casa-grande e depois no sobrado, segundo se apreende desses admiráveis ensaios de Gilberto Freyre. Euforia retratada nas construções das igrejas de pedra, na

torêutica, nas artes plásticas religiosas, como ocorreu em Minas Gerais, à base da exploração do ouro e da concentração de melhores valores culturais.

É evidente que esta ausência de base econômica bem alicerçada, melhor desenvolvida, viesse a refletir-se nas construções do planalto. Em suas casas, nas suas igrejas principalmente. Do século XVIII é um retrato nítido da situação. Trata-se de uma carta do morgado de Mateus, de 10 de setembro de 1766, ao conde de Oeyras, em que dava conta da cidade, descrevendo-a em poucas linhas, mostrando os recursos materiais dos paulistas, recursos de construção, que ficavam apenas na terra e na madeira. “Está edificada a Cidade de São Paulo — escrevia o morgado de Mateus — no meyo de huma grande Campina em sitio hum pouco elevado que a descobre toda em roda. O seu terreno he branco e em as ruas planas, largas e direitas e algumas, bem compridas, porém não são calçadas, todas as paredes dos edificios são de terra; os portaes e allizares de páo por ser muito rara a pedra”. O morgado de Mateus fêz esta última afirmação com impropriedade. A pedra não era rara, ela sempre existiu nas proximidades de São Paulo, no Jaraguá, no caminho de Cutia, nas proximidades do Butantã. O que dificultava tudo era a absoluta ausência de técnicas necessárias para a exploração das pedreiras. Reflexo de uma situação econômica defeituosa que não se exprimia senão em coisas imediatas, de urgente imposição para sua sobrevivência: a venda do açúcar aproveitando-se do mercado consumidor das Gerais e a criação de muares, elementos caracteristicamente móveis, que pouca expressão tiveram em termos de construção. O muar porque era criado à larga, dispensando organização pastoril como se entende hoje e o açúcar por não possuir bases sólidas na sua estrutura. Tanto não possuía que foi logo mais e com uma rapidez incrível, substituído pelo café.

Não se estranhe, por isso, não têmos igrejas de pedra que datem dos séculos XVI e XVII e mesmo XVIII, embora em outras regiões do país muitas delas nos venham dessas centúrias. A pobreza do paulista não permitiu o aparecimento

de uma arquitetura duradoura, a não ser na expressão da taipa, de que são exemplos milagrosamente conservados da sanha do homem e do tempo as igrejas de São Miguel, de Carapicuíba e do Embu. Neste particular recorda-se que em 1839 Kidder já assinalava que em São Paulo “alguns edifícios são de pedra, entretanto o material, geralmente empregado na construção de casas, é a terra que, depois de levemente molhada, pode constituir sólida parede”. E adiantava que “as casas da cidade são geralmente de dois pavimentos, dotadas de sacadas que às vezes levam rótulas. As sacadas são os lugares prediletos, tanto dos homens como das mulheres que aí vão gozar do frescor da manhã e da noite ou assistir à passagem de procissões ou ainda qualquer ocorrência que desperte atenção”. De modo que, do ponto de vista geral, êsses fatos parecem explicar a razão por que de São Paulo quatro vezes secular, arquetetonicamente, nada tenha ficado e nada tenha sido construído em pedra.

Mas nem por isso, contudo, diante dessa pobreza — para cujo remédio, aliás, iam os paulistas para o sertão — deixaram as igrejas paulistanas de cuidar do seu burgo, conforme veremos ao longo dêste ensaio e ao longo de épocas diferentes. Não só cuidaram as igrejas da alma dos paulistas, mas também de sua cidade, como os franciscanos preocupados com o fornecimento de água para a vizinhança do seu convento, quase tôdas as ordens preocupadas com o abastecimento, com o artesanato, com a abertura de ruas, com as condições de habitação, com jardins, nomes de ruas e bairros. Criou-se um complexo de interêsses que se acha perfeitamente refletido nos documentos oficiais, como as *Atas da Câmara*, as *Ordens Régias*, o *Registro Geral da Câmara*, nos *Livros de Tombo* de diversas igrejas, na correspondência dos capitães-generais que governaram São Paulo. É exemplo dêsse complexo o interêsse da Câmara pelas ruas da cidade. A Câmara chegava mesmo a mandar consertar ruas para as procissões passarem: “mandaram ao procurador mandasse fazer um reparo no buracão do Carmo em forma que pudesse passar a procissão do Triunpho”. Para as festividades de Corpus Christi, o mesmo cuidado, conforme se vê da sessão da Câmara em que se de-

terminou a lavratura de editais “para preparatório das ruas e limpeza para a festa do Corpo de Deus”.

É possível, porém, que no capítulo do abastecimento de gêneros à cidade — e com maior razão às populações das Minas Gerais — o complexo das relações entre a Igreja e a cidade, através de sua Câmara, nem sempre pudessem coincidir. Este conflito assumiu proporções mais dramáticas ao tempo do surto da descoberta de ouro nas Minas Gerais, tendo por pião econômico as aldeias circunvizinhas de São Paulo — as de São Miguel, de Carapicuíba, do Embu, a aldeia de Pinheiros. Era evidente que os religiosos, de preferência administradores das aldeias onde se concentrava o indígena, não se interessavam puramente pelo destino espiritual do índio, pois este, na verdade, se apresentava, no fundo, problemático em relação a um outro mais contundente na época: a manutenção e conservação dos bens legados a diversas ordens pelos primeiros povoadores. A manutenção se traduzia pelo regime de exploração econômica das terras nos arredores de São Paulo, vastas glebas para cujo trato se impunha, na época, os sistemas de escravidão ou semi-escravidão. Não só para a plantação, trato e colheita de gêneros, mas também para o transporte em direção às Gerais, onde a febre do ouro fazia esquecer a necessidade do cuidado da própria exploração agrícola nas regiões auríferas. Não foram poucos, pois, os indígenas saídos das aldeias administradas pelos religiosos usados na “Carreira das Minas”, levando para as Gerais o mantimento difícil e pago em ouro, conforme se ilustra com algumas *Ordens Régias* da época.

A Câmara protestava contra a exploração do indígena. Percebe-se bem que o protesto não se caracterizava por um idealismo sadio ou um senso de justiça elevado. A edilidade representava, na verdade, os homens da Vila de São Paulo necessitados também do braço indígena que os religiosos teimavam em conservar agrupados nas aldeias para melhor controle da situação, evitando que o autóctone fôsse presa fácil dos cidadãos, deixados ao deus-dará. Infere-se daí o urgente interesse das ordens religiosas na conservação das aldeias. Claro que este interesse se ocultava sob a capa bem larga e longa

da necessidade de catequização. A Câmara reclamava, dizíamos. Foi assim que os “homens bons” de São Paulo enviaram ao Rei, aos 29 de dezembro de 1711 uma carta pedindo providências sobre a situação. Dois anos depois o Rei respondia. Não havia pressa em tomar providências. Diziam os oficiais da Câmara da Vila de São Paulo que os religiosos de “Sam Francisco, Bentos, e do Carmo”, após terem entrado na posse da administração das aldeias “dos índios cituados no têrmo desta mesma vila”, usavam os pobres indígenas somente em suas lavouras e mais ainda nas “suas negoçeações”, conforme a linguagem estropiada e pitoresca da época. Diante disso reivindicava a Câmara a volta da administração das aldeias a “cargo de pessoas seculares, e que este hera o unico remedio que se podia dar ao tal damno”. Esta documentação, refletindo um problema que não foi raro na cidade, está publicada no Vol. VII da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*.

Os “homens bons” da vila, contudo, não eram nenhuns santarrões, em cujas mãos os indígenas podiam viver tranqüilamente. Constituíam os índios a mão-de-obra disponível para a continuidade do abastecimento da vila e do tráfego comercial com as Gerais. Os moradores tiravam índios das aldeias administradas pelos religiosos com enganos e promessas, estas geralmente não cumpridas. Este processo se tornou tão comum que certa feita, em 1717, o governador da Capitania, D. Pedro de Almeida Portugal baixou bando ordenando a restituição de tais índios “no Convento a que pertencer dentro no termo de Vinte e quatro horas”, conforme a redação da época. Nos períodos em que as aldeias não estavam sob a direção de religiosos, ficavam sob administração civil. Estes administradores mantinham o mesmo processo abusando da disponibilidade do índio, tão urgente era a mão-de-obra para as lavouras. O caso de Izidro Tinoco, contra quem a Infanta de Portugal dirigiu uma carta, condenando-o por tratar “mais do seu proveito do que do estes miseraveis”, é perfeitamente ilustrativo. Mais ainda: tirar índios das aldeias administradas por religiosos chegou a tal ponto que foi preciso ameaçar os moradores da vila com a anulação de suas sesmarias se não obedecessem as determinações reais nesse sentido. Tôda esta longa

crise, êste conflito entre o poder espiritual e temporal em tôrno do índio e a urgência econômica da terra, está refletido nas diversas Ordens Régias publicadas ao longo dos volumes da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*.

Estas considerações mostram de sobejo a complexidade das relações entre as igrejas e a cidade, entre as ordens religiosas e os homens da cidade de São Paulo, e deixam em aberto várias áreas para novas pesquisas e novos estudos sôbre a formação da urbe. Procuramos neste livro fixar aquêles aspectos de interêsse mais imediato para o conhecimento da história de templos mais característicos, mais intimamente ligados ao desenvolvimento da cidade. Relacionaram-se assim vinte e nove igrejas de origens prêsas aos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, fazendo-se igualmente ligeiro levantamento daqueles templos mais recentes e que, talvez, do ponto de vista histórico e do tema específico dêste ensaio, tivessem menos interêsse dentro da problemática que se propõe ao longo do livro.

Muitas fontes novas aparecem nesta edição, graças a artigos do especialista Fernando Pio, do Recife, e ao memorialista Vivaldo Coaracy em seu importante livro *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, onde se percebe que o complexo de interêsses entre a Igreja e a cidade não foi um fenômeno exclusivamente paulista, mas geral e predominante nos núcleos urbanos brasileiros que nasceram com a participação, por exemplo, dos jesuítas. Bem se disse, a propósito da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do padre Serafim Leite, que nessas páginas se encontrava uma outra grande parte da história do Brasil. Inclusive aquela que fixa numerosos aspectos do *status* social pela expressão religiosa, cada classe, ou semi-classe, quase-classe dentro da relatividade das definições e caracterizações dentro do tempo social e histórico, valorizando sua própria igreja, sua própria irmandade. Lembra Francisco de Paula Ferreira de Rezende em *Minhas Recordações*, que abrangem largo período do século passado, que “os próprios santos dos céus pareciam não pertencer a todos”, dado as distinções que se estabeleciam na veneração. O branco do Brasil podia pertencer a tôdas e quaisquer irmandades, ao passo que negros e mestiços, índios catequizados, pardos, sofriam

muitas restrições. Em Minas Gerais, segundo o nosso memorialista, os brancos pertenciam às Irmandades do Santíssimo, dos Passos e à do Carmo. Os negros e mestiços pertenciam às Irmandades das Mercês e da Boa Morte, do Rosário, de São Benedito, de Santa Ifigênia ou de Santo Elesbão, os quais, diz ainda o memorialista, “parece que eram os únicos santos que os pobres prêtos tinham o direito de adorarem ou pelo menos de tomarem por patronos”.

A estas fontes juntam-se as compreendidas pela documentação oficial publicada nas séries denominadas *Ordens Régias* e *Papéis Avulsos* da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ou documentos, memórias, notas e outras contribuições de publicações de Institutos Históricos, tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro. Ainda no capítulo das fontes deixa-se aqui uma observação que pode ser útil, e muito. Referimo-nos à obra do embaixador José Carlos de Macedo Soares, *Fontes Para a História da Igreja no Brasil*, aparecida quando êste nosso ensaio já se encontrava editado em sua 1.^a edição. Nesse trabalho, importantíssimo para todo e qualquer cronista e historiador brasileiro, dado à luz originalmente na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, em separata e depois numa edição especial, o embaixador José Carlos de Macedo Soares realiza notável esforço de levantamento e inventariação das fontes que interessam à história da Igreja no Brasil, fixando-as de modo eficiente para qualquer consulta de interessados. Encontram-se nessas páginas, nunca demais louvadas, tudo o que existe praticamente publicado e existe nos arquivos brasileiros e portugueses sobre a Igreja, à espera de pesquisadores que pretendam desenvolver aspectos particulares das relações entre as igrejas e as cidades, no caso a cidade de São Paulo.

Ainda quanto à 1.^a edição dêste livro, queremos consignar mais uma vez nossos melhores agradecimentos ao cardeal D. Carlos de Vasconcelos Mota, homem não só da Igreja no espiritual, mas de suas reivindicações mais profundas no temporal. Sempre nesse digno pastor pulsou o velho coração daqueles primeiros apóstolos recrutados por Cristo entre os humildes para construir os alicerces do seu generoso Edifício

com seus mais legítimos e autênticos anseios de justiça e de paz entre os homens. E mais uma vez ainda uma homenagem ao saudoso historiador Afonso de E. Taunay pelo seu estímulo e compreensão, sem os quais não se definiria nunca êste livro. A ambos os nossos agradecimentos.

LEONARDO ARROYO

Bertioga, julho de 1966

സെക്കുലാരിസേഷൻ

SÉCULO
XVI

സെക്കുലാരിസേഷൻ

Nossa Senhora da Luz

(*Os Muros da Solidão*)

“DOMINGOS LUIZ estava acabando a igreja. Já lhe dissemos missa nella cõ mta festa”, escrevia Anchieta, de São Paulo, vinte e cinco anos depois da primeira missa oficiada por Manuel de Paiva, no domingo de 15 de novembro de 1579¹ ao capitão Jerônimo Leitão, passando assim a primeira certidão de nascimento da Igreja de Nossa Senhora da Luz — o templo mudo e solitário que se encontra à margem da avenida Tiradentes, a avenida dos soldados, no bairro que ficou com o nome do orago. Referia-se Anchieta à capela de Nossa Senhora da Luz em Piranga, que Domingos Luís e sua mulher Ana Camacho se propunham a construir, dotar de patrimônio e cuidar, com escritura lavrada pelo então tabelião Lourenço Vaz² e testemunhada por Antônio Prêto, André Ribeiro e Francisco Tôres. Mas, onde era o Piranga? Isto é muito discutível. Alguns autores localizam êsse nome para os lados de Pinheiros e, outros, no atual bairro do Ipiranga. Não se trata de uma discussão bizantina, pois a capela de Nossa Senhora da Luz foi mudada em determinada época e exata-

(1) *Anais do Museu Paulista*, Tomo III, pág. 376.

(2) 1.º *Livro do Tombo da Sé*, pág. 15, Arquivo da Cúria Metropolitana. Documento também referido por Monsenhor Paulo Florêncio da SILVEIRA CAMARGO, *A Igreja na História de São Paulo*, Vol. I, pág. 87.

mente para o local em que está hoje, na Avenida Tiradentes. Os documentos existentes e facilmente manuseáveis comprovam os dois fatos apontados: a fundação de Domingos Luís e sua mulher Ana Camacho e a mudança³. Aliás, é esta das poucas igrejas em São Paulo cujo fundador conseguiu sobreviver juntamente com a sua obra.

O templo, contudo, não foi inicialmente edificado onde hoje se encontra. O lugar primitivo é vago, há duas versões a respeito. Fôra construído no "bairro chamado Piranga, arrebalde da então vila de São Paulo"⁴, hoje Ipiranga e primitivamente Ireripiranga⁵, onde Domingos Luís, o Carvoeiro, tinha as suas terras. O cognome do piedoso pioneiro advinha do fato dêsse integrante do primeiro grupo de povoadores de São Paulo ser natural de Carvoeira, povoação do conselho de Tôrres Vedras, em Portugal, segundo Nuto Santana, ou natural de Marinhota, freguesia de Santa Maria da Carvoeira, de acôrdo com Silva Leme⁶. O Carvoeiro e sua mulher, mais tarde, mudaram-se para o Guaré, ou Guarepe⁷, nome por que era conhecido no São Paulo dos primeiros anos o bairro hoje da Luz.

Em que data se realizou essa mudança, que se fêz juntamente com a igreja, não se pode afirmar com segurança por falta de um documento definitivo. O ano de 1603, aceito por Azevedo Marques, Silva Leme, Antônio Egídio Martins, Alcântara Machado e Nuto Santana, para citar os mais importantes, não corresponde absolutamente à verdade das provas circunstanciais. Afonso de E. Taunay revelou-se mais cauteloso nessa questão, cautela aliás que não pôde impedir-lhe o lapso que os demais estudiosos da nossa história vinham co-

(3) GENTIL MOURA observa: "a igreja aqui referida é a capela de Nossa Senhora do Guaré, hoje Convento da Luz, no arrabalde dêsse nome", in *Cartas Jesuíticas*, Vol. III, pág. 270, nota 306.

(4) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos...*, Vol. II, pág. 201.

(5) GENTIL MOURA, op. cit., idem, idem, adverte que "Domingos Luiz, o Carvoeiro, teve sua fazenda no rio Ireripiranga, afluente do rio M'Boi e que nada tem com o conhecido bairro da Independência. Daí é que veio a imagem de Nossa Senhora".

(6) SILVA LEME, *Genealogia Paulistana*, Vol. I, pág. 48; NUTO SANTANA, *São Paulo Histórico*, Vol. I, pág. 126.

(7) NUTO SANTANA, op. cit., pág. 126, diz que essa denominação "vem do nome de um pequeno rio outrora existente naquela paragem".

metendo. Afirmou o respeitável mestre da história de São Paulo que Domingos Luís, mudando-se em 1603 para o bairro do Guarepe “fundou outra ermida a que doou patrimônio a 1.º de maio do mesmo ano”⁸, o que também não deixa de mostrar engano. Por outro lado, a carta de doação é de 10 de abril de 1603. Essa data fixa exatamente a doação de patrimônio e não a de construção da igreja, ou mudança do Ipiranga para o Guaré. Entre as provas circunstanciais que podemos aduzir para demonstrar que essa data não corresponde à da fundação da igreja de Domingos Luís no Guaré, ou Luz, está o histórico episódio narrado por Jaboaão. Aí, nas imediações da ermida da Luz foi um franciscano assassinado por um militar espanhol. Era frei Diogo que pagou com a morte a insolência de apenas ter pedido uma esmola ao soldado. O frade exercia o ministério de capelão da esquadra de Diogo Flôres Valdez, que tocara em São Vicente no seu regresso para a Europa. Jaboaão fala na ermida da Luz e a data é de 1583!

Monsenhor Paulo Florêncio de Camargo parece ser o melhor informado em tôda essa questão quando diz que “edificada a capela de Nossa Senhora da Luz, no Ipiranga, inaugurada em 1579 (com a referência de Anchieta, acrescentemos), com escritura de 1580, anos depois, foi transferida para o atual bairro da Luz, com escritura de 1603. A época da transferência não é conhecida, porém quase podemos dizer que aquêlê martírio do irmão Diogo poderia marcar 1583 para o fato, visto como os franciscanos estavam hospedados na ermida de Nossa Senhora da Luz que já devia ser no Guaré ou Guarepe”⁹. Domingos Luís teria contratado, em sociedade com Luís Álvares, a “construção do corpo da igreja”. Já era abastado em 1600, “tinha escravaria, sobrado defronte da igreja e importante fazenda, conforme Américo de Moura.

O assassinato do frei ou irmão Diogo foi um acontecimento na vila e deve ter sido mesmo um dos primeiros, senão

(8) Afonso de E. TAUNAY, *História Antiga da Abadia de São Paulo*, pág. 148.

(9) Monsenhor Paulo Florêncio da SILVEIRA CAMARGO, *A Igreja na História de São Paulo*, Vol. I, pág. 163. Frei Basílio ROWER, *Páginas de História Franciscana no Brasil*, pág. 93, informa que a doação de 1580 é de 10 de janeiro.

o primeiro, crime de grande repercussão no pacato lugarejo dos primeiros anos. É curioso observar que o fato vem registrado nas *Atas da Câmara* através de uma linguagem que guarda todo o sabor de um quinhentismo estropiado pela rudeza da terra que recebia os primeiros povoadores. Com efeito, em carta ao capitão Jerônimo Leitão, datada de 12 de novembro de 1583, os oficiais da Câmara comunicavam que “vosa merce sera sabedor como p^o dias ho coxo matou qua hum frade a punhalada e o tem a justiça preso”¹⁰. Não deixa de ser interessante notar-se que Jaboatão fala num soldado e o registro da Câmara refere-se a “ho coxo”. De certa forma revela o caráter do militar, que deveria ser um ressentido por decorrência do seu aleijão, um homem de maus bofes que não pôde tolerar o pedido do frade humilde. Frei Diogo era um santo homem, foi sepultado com muitas lágrimas, e mesmo depois de morto continuou a obrar favores, pois não foram poucos os milagres a êle atribuídos.

A igreja de Nossa Senhora da Luz foi edificada no Guaré, ou Luz, em anos anteriores a 1603. Outras provas circunstanciais podem ser enumeradas aqui para demonstrar essa asserção. Em data de 29 de outubro de 1599 foi registrada uma carta de doação de terras a Domingos Pires, na qual se limitava a concessão “do ribeiro por nome Anhangobai pelo caminho que vae para Nossa Senhora da Luz em Guarepe”¹¹; a de Henrique Cunha, de 1598, “do ribeiro por nome Anhangobai pelo caminho que vae para Nossa Senhora da Luz em Guarepe”¹²; a de João Gago, na mesma data e a de Manuel Godinho, também com a mesma data. Nossa Senhora da Luz, pelo seu templo, já servia, portanto, de referência para demarcação de terras no Guaré em anos anteriores a 1603, quando a Câmara dava grandes concessões com o objetivo de fazer os povoadores criar raízes na terra semivirgem.

De 1603, isso sim, de 10 de abril, é a escritura de doação de patrimônio. “O dito Domingos Luiz e sua mulher Anna

(10) *Atas da Câmara de S. Paulo*, Vol. I, pág. 223.

(11) *Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, Vol. VII, suplemento, pág. 37.

(12) *Idem*, *idem*.

Camacho, e por elles ambos e cada um de per si foi dito que os annos atraz passados, tempo, dia e mez que na verdade se achar, elles ambos fizeram uma escriptura de doação á casa de Nossa Senhora da Luz, que fizeram em Piranga”¹³ reza o início da escriptura do “publico tabellião”. Essa primeira doação é a referida por monsenhor Paulo Florêncio de Camargo que a situa em 1580, doação cujas “forças da dita escriptura estavam já quebradas, porquanto a dita igreja se mudou para Guarepe e o assento em que estava se perdeu e nas ditas suas partes não podia haver effeito”¹⁴. Mas a doação do Carvoeiro e sua mulher — a têrça de cada um dêles — não foi assim dada incondicionalmente, apenas pelo seu sentimento religioso. Ou melhor, talvez justamente pelo seu excessivo zêlo religioso é que ambos impuseram certa condição: a de que seus descendentes, “que melhor lhe parecer”, cuidariam da ermida, “a mais idonea e sufficiente que parecer á justiça ordinaria e ao padre superior da casa do Sr. S. Paulo, de nome Jesus d’esta villa de S. Paulo”¹⁵. Antônio Egídio Martins adianta alguma coisa mais a respeito quando diz que Domingos Luís e Ana Camacho constituíram o patrimônio da Luz em terras e prédio que nela edificaram, confirmado por testamento de 1609, “no qual declararam que elegiam seu filho Antonio Lourenço para administrador da mesma”¹⁶. Antônio Lourenço era o sexto de sete filhos do casal, conforme Silva Leme.

Correta a informação de Antônio Egídio Martins, porque o próprio Domingos Luís é que ficou cuidando da sua igreja até aquella data, com o carinho natural de pai para filho, para filho que se vai ornando de certas qualidades e simpatia. A igreja de Nossa Senhora da Luz foi muito amada nos seus primeiros annos de vida. Nos seus primeiros annos de vida talvez seja uma expressão restritiva e diríamos melhor nos seus longos annos de vida. A devoção por Nossa Senhora da Luz é manifestada em numerosos testamentos dos princípios do século

(13) AZEVEDO MARQUES, op. cit., Vol. II, pág. 202.

(14) Idem, idem.

(15) Idem, idem.

(16) Antônio Egídio MARTINS, *São Paulo Antigo*, Vol. II, pág. 3.

XVII. Domingos Luís, por alguns anos, foi o mordomo da pequenina igreja. É o que se deduz dos fragmentos do inventário de Francisco Teixeira, aliás uma dedução sem mérito nenhum, pois o recibo salvo da fome das traças e umidade é muito claro a respeito e diz o seguinte: “Eu Domingos Luiz recebi um cruzado que meu genro Antonio Teixeira deixou de esmola em seu testamento á ermida de Nossa Senhora da Luz como mordomo que sou da dita ermida e roguei ao padre Gaspar Sanches que esta fizesse por mim hoje quinze de novembro de 605”¹⁷. Percebe-se, portanto, a continuidade da fé de Domingos Luís na santa de sua devoção, o cuidado que dispensou, até o instante de sua morte, à igreja de Nossa Senhora da Luz do Guaré.

Azevedo Marques fala em decadência da igreja. Parece que a documentação recolhida nos *Inventários e Testamentos* do século XVII de certa forma desmente essa situação, pois não devem ter sido poucos os ermitões da Luz, homens que se encarregavam, por fé, ou por determinação dos responsáveis pelo cumprimento da doação de Domingos Luís e sua mulher, dos cuidados da igreja. Assim, depois do filho do fundador, Antônio Lourenço, o primeiro ermitão da Luz é Manuel de Atouguia. O testamento de Isabel Soares, de 1629, dispõe que “se dê ao ermitão de Guarepe uma esmola em panno de algodão”¹⁸, o que foi religiosamente cumprido, pois mais adiante vamos encontrar o seguinte recibo: “Digo eu Manuel de Atouguia ermitão que sou de Nossa Senhora de Guaré que recebi do senhor Gabriel Pinheiro Costa duas patacas em dinheiro que me deu de uma esmola que sua mulher Izabel Soares que Deus tem deixou em testamento me dessem em panno e elle como testamenteiro m’as deu e por verdade lhe dei esta quitação para sua guarda hoje 10 de julho de seiscentos e trinta e um annos”¹⁹. A devoção de Nossa Senhora da Luz era muito grande. Nesse mesmo ano de 1631, Messia Bicudo dispunha em seu testamento que “tenho pro-

(17) *Inventários e Testamentos*, Vol. XXVI, pág. 245.

(18) *Idem, idem*, Vol. VIII, pág. 115.

(19) *Idem, idem*, pág. 125.

metido a Nossa Senhora da Luz um sobrecéu com suas cortinas de panno de algodão acabado de que mando se lhe dê ou o valor delle”²⁰.

O segundo ermitão que aparece é Antônio João, já em 1658, no inventário de Antônio Pedroso de Barros²¹. Pedro Dias Leite prometia “á Nossa Senhora de Guaré um manto de tafetá”²². Também desta disposição piedosa há um recibo em que se revela o nome do segundo ermitão. Esse recibo diz o seguinte: “Certifico eu Luiz de Andrade escrivão dos orfãos desta villa de São Paulo e seu termo e dello dou minha fé em como o capitão Lourenço Castanho Taques pagou ao ermitão de Nossa Senhora da Luz Antonio João trez mil réis que o defunto Pedro Dias deixou de esmola e por passar na verdade e a pedimento do dito ermitão lhe passei a presente aos oito dias do mez de agosto seiscentos e cincoenta e nove annos. a) Luiz de Andrade”²³.

Esses dois ermitões foram lembrados também por Alcântara Machado, que parece não ter tomado conhecimento de um terceiro²⁴. O terceiro é João de Almeida, que assina um recibo em 1680: “Recebi de Francisco de Sousa como testamenteiro da defunta sua mulher Anna de Proença uma toalha de linho para o altar de Nossa Senhora da Luz que deixou na verba do seu testamento e por verdade lhe passei esta quitação. Hoje 24 de junho de 1680 annos. — o ermitão de Nossa Senhora da Luz, João de Almeida”²⁵. Verifica-se pelas lembranças dos devotos que a igreja de Nossa Senhora da Luz foi sempre muito bem cuidada pelos seus ermitões, de outro modo não se explicam doações tais como “trez mil réis”, o “sobrecéu”, a “toalha de linho”, coisas difíceis e raras no São Paulo dos primeiros anos e meados do século XVII. Uma demonstração, portanto, da vitalidade e concorrência do templo, possivelmente de um luxo excessivo para uma simples

(20) Idem, idem, pág. 292.

(21) Idem, idem, Vol. XX, pág. 97.

(22) Idem, idem, Vol. XVI, pág. 9.

(23) Idem, idem, pág. 53.

(24) ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 209.

(25) *Inc. Test.*, Vol. XX, pág. 264.

ermida. Essas lembranças demonstram o contrário, ou seja, que a igreja fundada por Domingos Luís era acolhedora e de certo luxo mantido pela devoção dos seus fiéis.

Não temos a mínima idéia de como seria a igreja até 1680 e anos posteriores. Nenhuma descrição dela nos ficou, ou parece ter sido fixada em qualquer documento, de maneira a possibilitar nem que fôsse pálida imagem dêsse vetusto templo de Domingos Luís que resistiu, històricamente, aos sobressaltos dos séculos tão cheios de luta e conquistas tornadas quase mitos pelos bandeirantes. Pequena devia ser, que a época não comportava grandes edificações com a técnica da taipa então no início do seu desenvolvimento. Mas, de certa forma, rica e colorida por fôrça das piedosas doações dos fiéis. Os testamentos que se referem à Nossa Senhora da Luz são comuns e a Câmara da vila de São Paulo, depois cidade, sempre se preocupou pelo “caminho de Anhabaú que vae para Nossa Senhora da Luz”²⁶, “caminho de Anhangabahú de cima”²⁷, “caminho direito de Guarepe” e tantas outras denominações topográficas do burgo recuado nos seus primeiros passos de criança. Êsse cuidado pelo caminho da Luz poderia não ser, apenas, fruto exclusivo da devoção à imagem. Realmente, não o era, pois o caminho se considerava também “estrada real de Guarepe”²⁸. Algumas referências das *Atas* indicam que aí por volta de 1582 as proximidades da depois igreja de Nossa Senhora da Luz eram banhados preferidos para a localização de gado dos moradores da vila. É o que se deduz pelo menos da ata de 24 de julho de 1582, quando se determinava que “algumas pessoas desta vila q̃ traziam gado em garepe pera porem dia pera se tirar das capoeiras de garepe”²⁹. Que objetivam os oficiais da Câmara com esta medida? Apenas uma distribuição mais racional das pastagens, pois a determinação tinha em vista “fazerem curais e tranqueiras nesarios pera enserarem o dito gado”³⁰. A localização

(26) *Atas*, Vol. XVI, pág. 127.

(27) *Idem, idem*, pág. 54.

(28) *Idem*, Vol. VI, pág. 97.

(29) *Idem*, Vol. I, pág. 166.

(30) *Idem, idem*.

de gado nessas pastagens também poderia ter sido um motivo para a preocupação da Câmara em tôrno do caminho, que se comunicava com o Pari e conseqüentemente com São Miguel.

A verdade, porém, é que o caminho sempre trazia a referência da igreja de Nossa Senhora da Luz, o bastante, em última análise, para demonstrar que o templo, pela conservação do caminho que ia até êle, merecia os cuidados da Câmara. Mas, voltemos à igreja pròpriamente dita cuja última referência nesta crônica data de 1680 com o recibo do ermitão João de Almeida. O ermitão que vamos encontrar em seguida, tomando conta da igreja de Nossa Senhora da Luz, é Filipe Cardoso, descendente de Domingos Luís. “Figura curiosa”, como a classifica Afonso de E. Taunay³¹ que não aceita essa condição de ermitão para Filipe Cardoso mesmo em face de uma passagem das *Atas* quando a Câmara passou mandado para “o ermitão da luz Filippe Cardoso concertar o caminho que vae para os Pinheiros”³². Estranha o mestre da história paulista a indicação de Pinheiros nesse mandado da edilidade, achando mais consentâneo que os vereadores dispusessem sôbre o caminho da Luz. É preciso verificar, pois, o conceito de ermitão aceito pelo mestre da história de São Paulo.

Filipe Cardoso tomou a si o encargo da igreja de Nossa Senhora da Luz nos primeiros anos do século XVIII, segundo a unanimidade dos historiadores, em data que não podemos precisar por falta de documentação a respeito. Era capitão. O capitão Filipe Cardoso casou-se em 1706 em Parnaíba com Maria Bueno, ou Pedroso na retificação de Afonso de E. Taunay. Êle estêve nas minas de Goiás, onde foi opulento nas suas férteis lavras de ouro no sítio do Ferreiro, segundo Silva Leme. Porém o “desperdício no tempo da opulencia”³³ levou-o à pobreza. O notável historiador dos bandeirantes revelou que em 1729 Filipe Cardoso e sua mulher “passaram a capela de Nossa Senhora da Luz à administração perpetua

(31) Afonso de E. TAUNAY, *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, Vol. I, 1.ª parte, pág. 204.

(32) *Atas*, Vol. XII, pág. 272.

(33) SILVA LEME, citando Pedro TAQUES, in op. cit., pág. 97.

dos beneditinos de São Paulo, doando-lhe o patrimonio territorial que a circundava”³⁴, quando residiam em Piracicaba. Tendo enviuvado e em face da desistência dos beneditinos de administrar a capela, “por lhes ser onerosa a administração”³⁵, Filipe Cardoso tomou a decisão de se dedicar ao serviço de Nossa Senhora da Luz. Diz Silva Leme, citando Pedro Taques, que êle “levantou o frontespicio da capella que tinha sido fundada por seus avós da qual era protetor por sucessão; cercou-a de muros; fez casas para romeiros e plantou uma horta regada por uma levada de água que tinha tirado do correjo Anhangabahú”³⁶.

Façamos um parêntesis para falarmos de flôres. Aí, nas proximidades da igreja de Nossa Senhora da Luz, existiu, nesses primeiros anos do século XVIII, o único jardim do antigo São Paulo de que os documentos nos dão conta. Um jardim difficil, frágil, vingando em meio às preocupações de uma população que cuidava de coisas mais imediatas e urgentes. Êsse jardim foi de João de Toledo Castelhanos, filho de Simão de Toledo Pizza, fundador da família do mesmo nome, cujos descendentes hoje não são poucos. Dêle, de João de Toledo, nos fala Pedro Taques citado por Silva Leme, que “vivia no retiro de uma quinta, vulgarmente chamada chacara, situada no alto plano que faz o rio Tamanduatehy, unido já com a ribeira Anhangabahy (por detraz do mosteiro de São Bento em tiro de peça) na campina do sitio da capella de N. Senhora da Luz do Guarê”³⁷. Aí “se recreava com a cultura de varias flores de um jardim, que era o total emprego dos seus cuidados” e com elas adornava os altares das igrejas de São Paulo, particularmente o de Nossa Senhora do Carmo, onde tinha o hábito de irmão professo da Ordem Terceira. O altar de Nossa Senhora da Luz devia ter recebido muitas flôres do precioso e raro jardim de São Paulo dos princípios do século XVIII.

(34) Afonso de E. TAUNAY, op. cit., pág. 205.

(35) Idem, idem.

(36) SILVA LEME, op. cit., Vol. I, pág. 97.

(37) SILVA LEME, op. cit., Vol. V, pág. 446.

Depois de Filipe Cardoso é que parece ter a igreja de Nossa Senhora da Luz, comprovadamente, passado alguns anos em relativo abandono. Em 1758, num termo do coronel Francisco Pinto do Rêgo, que reivindicava água para as suas terras, alegava êle que a igreja se encontrava “totalmente arruinada por falta de administrador e provedor”. Pode ter sido essa uma argumentação capciosa, a fim de que o referido coronel conseguisse o desvio das águas que alguns anos atrás o descendente de Domingos Luís havia canalizado com naturais trabalhos. Tanto devia ser exagerada a afirmação de Francisco Pinto do Rêgo que, mais de dez anos depois, o governador da Capitania, d. Luís Antônio de Sousa, doava a ermida de Nossa Senhora da Luz e suas terras para fundação de um recolhimento, por iniciativa de frei Galvão. Quer dizer que a igreja não se encontrava totalmente arruinada. Aqui entramos na segunda fase da história da igreja de que Anchieta nos dava notícia em 1579, através de uma carta dirigida ao capitão Jerônimo Leitão.

* * *

A segunda fase desta igreja, que é hoje a Capela do Recolhimento da Luz, ou Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz, nasceu no antigo e hoje desaparecido Recolhimento de Santa Teresa. Foi Manuel Vieira de Barros “quem com liberal piedade e devoção concorreu para a construção do Recolhimento de Santa Theresa, que para acomodação da nobreza de S. Paulo idêou o Exm. D. José de Barros Alarcão, 1.º bispo da cidade do Rio de Janeiro, achando-se em visita em S. Paulo”, segundo a informação de Pedro Taques de Almeida Pais Leme. O sentimento religioso daquele velho paulista sintonizou com os conceitos de educação do bispo, pois para sede do Convento cedeu “suas três moradas de casas”. No recolhimento entraram as filhas de Manuel Vieira de Barros para receberem educação ou seguirem a vida religiosa. Aí vivia, na santa intimidade do Senhor, a religiosa Helena Maria do Sacramento, que tinha como confessor o famoso frei Galvão,

Nascera ela no Apiaí aos 22 de maio de 1736, filha de Francisco Vieira Calassa e Maria Leme do Prado. Com 17 anos veio para São Paulo com destino ao Convento de Santa Teresa, na qualidade de servente, pois era pobre. Em 1768 o padre José Vaz, diretor espiritual de Helena ofereceu-lhe o dote necessário para o ingresso na comunidade. Em 1770 fêz votos. Faleceu em 1775, um ano depois de inaugurado o nôvo Convento.

Soror Míriam, abadêssa do Recolhimento da Luz, citando uma narração de “antigo escripto, que no mesmo se conserva”, assim descreve o nascimento do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz: “Tendo portanto Helena por seu confessor o Revdo. Frei Galvão, começou a comunicar-lhe varias revelações de Nosso Senhor, pelas quaes lhe ordenava fundasse nesta cidade de S. Paulo, outro Recolhimento. Mas este Religioso devoto, e ao mesmo tempo prudente, desviou-se de entrar logo nas vistas de Helena, desejando primeiro aprofundar mais um negocio de tanta ponderação, e ter certeza da vontade de Deus sobre este ponto”³⁸. A religiosa porém teve uma outra revelação que veio derrubar a cautela, aliás muito natural nessas questões de religião, de frei Galvão. É que o Senhor voltou novamente para Helena Maria do Sacramento “rodeado de ovelhas, umas nos braços, outras pelos hombros e outras tentando subir pelo seu corpo e disse-lhe: Eis aqui estas minhas ovelhas, que procuram um aprisco para se recolherem e não o encontram, pois vós, podendo, não quereis subministrar-lhes um, fundando um Convento, em cumprimento de minha vontade”³⁹.

De nôvo a religiosa insistiu junto ao seu confessor que, afinal, acedeu, concedendo-lhe a necessária licença para a fundação. Imediatamente ela redigiu sua petição ao capitão-general d. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, governador da Província, pedindo autorização “para fundar um Recolhimento com o titulo e antiga obser-

(38) Sor MIRIAM, *Vida do Venerável Servo de Deus Frei Antônio de Sant'Anna Galvão*, 2.ª edição, pág. 35.

(39) *Idem, idem*, págs. 35 e 36.

vancia de Nossa Senhora do Carmo e Divina Providencia”⁴⁰. E êsse pedido “porque eu quero saber primeiro a vontade de Vossa Excia. para acertar na de Deus”⁴¹. O portador da petição, datada do Recolhimento de Santa Teresa aos 14 de novembro de 1773, foi o próprio frei Galvão, que já começava a se mostrar interessado na fundação. O morgado de Mateus, depois das consultas necessárias ao governador do bispado, o cônego Antônio de Toledo Lara, respondeu por carta de 25 de dezembro de 1773, “prompto para todos os gastos que se precisarem para as acomodações do Edifício, e da Igreja”⁴². O que se percebe da carta do morgado de Mateus é que já havia alguém interessado na fundação dêsse Convento, mesmo antes de Helena Maria do Sacramento. Talvez frei Galvão, talvez o próprio morgado de Mateus porque “existem no archivo do mesmo Recolhimento, que o dito Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, em seu principio teve, por fundador o Exmo. d. Luiz de Sousa Botelho Mourão, Governador desta Cidade”⁴³.

A carta em resposta, do morgado de Mateus, revela que “hontem, antes de receber a sua Carta já eu tinha fallado com o Senhor Governador do Bispado, e nos animamos um a outro para tirar a publico esta Empreza, e esta tarde lhe pretendo tornar a fallar para abreviarmos quanto for possível”⁴⁴. O que nos leva crer que a idéia partira do próprio d. Luís de Sousa Botelho Mourão é a sua extrema vaidade, denunciada através das condições que impunha para a necessária licença do govêrno. Vale a pena transcrever essas condições. São elas: “Primeiro que houvesse Laus Perenne diante do Santissimo Sacramento, assim como se pratica no Convento de Louriçal, e à sua imitação na Capella da minha Casa de Matheus; segundo que a Padroeira fosse Nossa Senhora com o titulo dos

(40) Idem, idem, pág. 37.

(41) Idem, idem, pág. 38.

(42) Idem, idem, pág. 39.

(43) Idem, idem, págs. 43 e 44. Parece que estas anotações existentes nos arquivos do Recolhimento são, realmente, do próprio frei Galvão.

(44) Idem, idem, pág. 49.

Prazeres, para que se perpetuasse a sua festa como sempre lhe fiz no Sítio da Luz, e como sempre se faz na minha Casa de Matheus, para cuja festa eu darei a providencia necessaria instituindo uma Irmandade. Terceira que V. M. e suas devotas Companheiras entre as devoções fizessem commemoração do bom despacho de tres Petições que há muito tempo trago no Tribunal Divino, as quaes são: Primeira a minha Salvação, e se tanta for a Divina Misericordia, tambem a da minha familia e dos Sucessores da minha Casa. Segundo um grande e especial acerto nas minhas disposições para que se sigam muitos serviços a Deus, ao nosso Rei, e aos seus Estados para bem do seu Povo. Terceiro a conservação, duração e felicidade da Casa de Matheus, para que sempre vá em augmento a devoção, veneração, milagres e favores que Nossa Senhora do Titulo dos Prazeres alli permite que vá sempre em augmento o seu Culto, e se conserve allí o Santissimo Sacramento que lá temos para nossa Consolação e penhor da Eterna Gloria⁴⁵.

“Nestas petições lhe peço segredo” ajuntava a carta do morgado de Mateus que, psicologicamente, retrata o seu estado de alma, a procura de uma garantia de perpetuidade terrena da sua Casa e extraterrena da sua alma e dos familiares. O governador tratou de cuidar das realizações materiais da empresa, preparando alguns cômodos na antiga igreja da Luz. Mais ainda, reformou “varias paredes, abrindo portas e fazendo de novo todos os madeiramentos, com grandes quantidades de madeiras que se tem cortado na freguezia de Santo Amaro”, conforme o termo de licença. Marcou para o dia 2 de fevereiro de 1774 a inauguração do Convento, sendo para lá levadas Helena Maria do Sacramento e uma sua sobrinha de nome Ana da Conceição. Esse ato revestiu-se de alguma pompa, pois ambas as religiosas foram embarcadas “em duas cadeiras, que para este effeito se havia preparado⁴⁶ e acompanhadas do morgado de Mateus, do governador do Bispado, do ouvidor José Gomes e outras pessoas de projeção. Sor Míriam des-

(45) Idem, idem, págs. 39 e 40.

(46) Idem, idem, pág. 46.

creve que no dia levantou-se “uma grande tempestade, molhando bastante a todos da comitiva, excepto a Fundadora”. Seis meses depois o nôvo recolhimento já contava com 9 membros. Sem o título especificado nas condições do morgado, mas com o nome de Convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz da Divina Providência. As chaves do Convento foram entregues, nessa data, a frei Galvão que seria o seu verdadeiro orientador.

Nove meses mais tarde, na sessão de 12 de novembro de 1774, lia-se na Câmara “o termo de aprovação e licença ao illustrissimo e excellentissimo senhor dom Luiz Antonio de Sousa governador e capitão general desta capitania dá a Câmara desta cidade para fundamentar o recolhimento de Nossa Senhora dos Prazeres no Campo da Luz”⁴⁷. Devia ser já a igreja e o convento do mesmo ar piedoso e manso, e agradável de hoje. Manuel Cardoso de Abreu, em 1783, falava dos templos de São Paulo, “entre os quais tem alguns bem acabados e magnificos, e fora da cidade, em distancia de 300 braças mais ou menos, está o recolhimento da Luz, onde vão os magnatas da cidade e os mais plebeos por passeio, divertir-se”⁴⁸.

A verdade é que, do ponto de vista canônico, devia haver alguma coisa de irregular na fundação desse convento, pois o govêrno portugûês, que não havia sido consultado a respeito, transmitiu ordens para fechá-lo, no segundo ano de sua existência. Entretanto, foi tolerado pelo nôvo governador da Província capitão-general Francisco da Cunha Meneses e pelo bispo d. frei Manuel da Ressurreição. Dom Luís de Sousa Botelho Mourão terminara seu govêrno e voltara a sua Casa de Mateus. Então foram necessárias novas obras, que se realizaram à custa do esfôrço e da fé inquebrantável de frei Galvão, à custa de esmolas que “ele mesmo angariava não só em São Paulo, como fora dele, em penosas viagens a pé, levando nessa obra 48 anos”. Ao falecer, em 1822, faltava a

(47) *Atas*, Vol. XVI, pág. 341.

(48) Manuel Cardoso de ABREU, “Divertimento Admirável”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. VI, pág. 253.

tôrre da nova construção da igreja, que foi concluída pelo seu sucessor, frei Lucas da Purificação.

Interessantíssima personalidade a de frei Galvão, nascido em Guaratinguetá e tornado famoso pela sua piedade e humildade, autor de vários milagres referidos por seus biógrafos e admiradores. Tão interessante que já existe, em Roma, o processo para a sua canonização. É um dos três vultos da nossa modesta hagiologia segundo Afonso de E. Taunay, que aponta ainda os nomes de Anchieta e do padre Belchior de Pontes. A veneração à sua memória constitui uma das manifestações mais piedosas da crônica paulista, pois “numerosos indivíduos trocaram os apelidos paternos pelo de Galvão, em virtude de promessa feita por seus pais ou avós”. São os chamados “Galvão de promessa”, na expressão de Taunay, pessoas que deviam ser Sousa, Santos, Moreira, mas são Galvão.

A respeito de frei Galvão conta-se o milagre ocorrido às margens do Tietê, no trecho de Tietê a Pôrto Feliz. Manuel Portes chefiava u’a monção quando foi assassinado por um seu serviçal, a traição, com uma facada pelas costas. Sentindo-se mortalmente ferido começou a lamentar-se que ia morrer sem confissão e a altas vozes chamou frei Galvão. Houve rebuliço na monção. Onde se iria achar padre àquele momento e em tal lugar? Mas Manuel Portes continuou a invocar o frade que, a essa mesma hora, estava a ensinar catecismo em São Paulo para os seus meninos. Eis senão quando, naquele lugar êrmo, aparece frei Galvão, que foi imediatamente reconhecido pelos presentes. Aproximou-se de Manuel Portes e deu-lhe a extrema-unção.

Outros fatos milagrosos são atribuídos ao humilde frade, cuja memória é motivo de grande romaria no dia 23 de cada mês e assume aspectos grandiosos no dia 23 de dezembro, data de sua morte em 1822. O túmulo, sempre florido, está na igreja da Luz. No convento há um jornalzinho feito pelas freiras, o *Celeste Orvalho*, que periódicamente dá uma relação enorme das graças e favores alcançados pela intercessão de frei Galvão. Relação onde constam nomes de fiéis de tôdas

as partes do Brasil. Frei Galvão, naturalmente, pela vontade dos seus devotos, acabará canonizado.

É vedado ao comum dos mortais entrar no convento, mas sabe-se que atrás daqueles muros da solidão se encontram mais de trinta irmãs, sob as ordens de uma abadessa e assistidas por um capelão. Os degraus do recolhimento estão desgastados pelos passos das monjas que, há mais de cem anos, pisam aquelas tábuas enormes e lisas. As vidraças foram colocadas em 1900 e das rótulas antigas ainda existem vestígios. A igreja de Nossa Senhora da Luz apresenta dois aspectos únicos entre todos os templos de São Paulo: tem duas frentes e a entrada para o corpo da igreja é lateral. A entrada primitiva está hoje nos jardins do convento e, portanto, proibida. Por isso são duas as tôrres, o que é explicado pelo fato de que, em tempos recuados, a face da igreja já se encontrava de frente ao caminho natural que era “em direção ao Tamanduatei”, de acôrdo com Nuto Santana. A Avenida Tiradentes então não existia.

A igreja vale a pena ser vista pelos seus retábulos, pelo seu côro gradeado, pelos seus dois confessionários e pelo aspecto exterior de casarão colonial. A imagem de Nossa Senhora da Luz que lá se encontra, segundo a tradição, é a mesma que se venerava na antiga ermida do campo da Luz. Sabe-se que existem atrás daqueles muros que não transpusemos, um cemitério particular, aspectos curiosos de arquitetura, peças históricas de valor e, sobretudo, documentos sôbre a edificação do convento, seus estatutos, trabalhos de síndicos. Mas os muros de taipa impedem uma intimidade maior. Igreja de renome, de visitantes ilustres. D. Pedro II e sua mulher d. Maria Teresa Cristina e a princesa Isabel visitaram-na em 1846 e aí viram os túmulos de frei Galvão e de frei Lucas da Purificação. Há uma imagem da Santa Faustina, mártir, doada pelo papa Pio IX.

A personalidade de frei Galvão se impôs ao meio religioso paulista. Já velhinho, com oitenta anos, morava em humilde quarto no Recolhimento da Luz, quarto que era “um cantinho

pauperrimo, atrás do altar mor, em forma de corredor, sem forro nem soalho⁴⁹. De cama, ajunta o memorialista frei Adalberto, “servia-lhe um estrado, feito de taipa”⁵⁰. O exemplo de frei Galvão foi norma para as recolhidas, pois assim fizeram também as religiosas, que dormiam em estrados de tábuas, tendo um pedaço de pau por travesseiro, segundo o testemunho de frei Adalberto. Ainda no ano de 1868 havia “irmãs que dormiam nos referidos estrados, apenas forrados com esteiras”⁵¹. Para frei Adalberto o Convento da Luz é obra exclusiva de frei Galvão. “Foi ele o único diretor da construção e continuamente lhe assistia aos serviços, auxiliando-a com suas próprias mãos. Conserva-se ainda na chácara do mosteiro um frondoso pé de cambuci, á cuja sombra, diz a tradição, gostava ele de descansar das lides e trabalhos do dia. O barroco colonial é de singela primitividade, mas como que ciente de si mesma, repousando em suas próprias forças, a desafiar os seculos”⁵².

Não se deve, contudo, acreditar totalmente nesse desafio. Ainda no ano de 1962 o Mosteiro da Luz estêve bastante ameaçado, pois a Igreja Armênia pretendeu adquirir, com a aquiescência de autoridades religiosas, parte grande da chácara para aí instalar sua sede. Houve grita na imprensa e em vários órgãos culturais. Graças à interferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tombou o edificio há alguns anos, a intenção daquela igreja não foi levada avante.

As cerimônias religiosas das monjas atingem seu ponto mais alto em duas datas: a do frei Galvão, a que já nos referimos, e a da festa de Beatriz da Silva, aos 18 de agosto, nascida em Campo-Maior, Portugal, em 1424 e falecida em Toledo, Espanha, em 1491. É a fundadora da Ordem das Religiosas da Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria, comumente denominadas de monjas concepcionistas. Segundo

(49) Frei ADALBERTO, “Frei Antônio de Santana Galvão”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. LXXXIV, pág. 78.

(50) Idem, idem.

(51) Idem, idem.

(52) Idem, idem, pág. 78.

o *Celeste Orvalho*, jornalzinho das religiosas da Luz, seus mais antigos cenóbios no Brasil são os de Nossa Senhora da Ajuda, no Rio, de 1678; o de Macaúbas, em Minas Gerais, de 1716; e o da Imaculada Conceição da Luz, em São Paulo, de 1774.

A solidão lá dentro do recolhimento é completa e então nos contentamos com a interessante igreja de Nossa Senhora da Luz, de tão grande quanto ilustre tradição histórica. De quase quatrocentos anos de tradição histórica, marcada na carta do venerável Anchieta, satisfeito, num domingo de novembro de 1579, por Domingos Luís estar acabando a igreja.

Catedral de São Paulo

(Sombras de Pedras)

PARA FALARMOS da Catedral de São Paulo, ainda inacabada por fôrça do que exige em técnica, pedras e trabalho, precisamos remontar à velha matriz da cidade, aquela mesma que os moradores do burgo piratinigano reclamavam em 1588 à sua Câmara. Pois parece datar dêsse ano a primeira manifestação dos povoadores em favor de uma matriz na vila, ou para sermos mais precisos, parece datar da sessão de 7 de fevereiro de 1588 o pedido do povo para que “aja viguairo e quagytor e hornamentos e sino e todo ho mais ao culto devino”. Mas isso não foi tão fácil assim, tão duras eram as condições da vila, onde já existiam, a êsse tempo, a igreja do Colégio dos jesuítas e a igreja de Nossa Senhora da Luz, fundada por Domingos Luís.

A Câmara determinou a construção da matriz “a quatro reaes o taipall”, comprometendo-se nessa obra os construtores de então Luís Álvares e Domingos Luís, possivelmente o mesmo mo Domingos Luís que edificara a igreja da Luz. Entretanto, sobrevieram contratempas, pois os homens encarregados da construção logo mais a abandonaram. Em 1600 a matriz não estava concluída e como o interêsse da edificação era do povo a Câmara ordenou na sessão de 25 de abril dêsse ano, aos

moradores, que começassem, com seus escravos, “as taipas da igreja”, uma vez que não se encontravam “índios para esse serviço”. Tudo indica que a determinação da Câmara, através da leitura das *Atas*, dera o seu primeiro resultado, porque em 1601 o procurador indagava quanta “ripa é mister para essas obras”. No ano seguinte, porém, as obras continuavam na mesma e a matriz cada vez mais difícil. A 29 de julho de 1602 a Câmara nomeou uma comissão constituída de Brás Estêves, Bartolomeu Bueno e Domingos Afonso para o exame da construção, de vez que se levantara a dúvida sobre as possibilidades de as paredes suportarem o madeiramento. Sete anos depois a matriz volta a figurar nos documentos oficiais da Câmara, exatamente a 1.º de novembro de 1609, quando o procurador informou que “a igreja matriz estava levantada e q. lhe não faltava mais q. janelas e portas”, com o que se gozizaram os representantes do povo. É curioso notar que o vigário indicado para a vila, aí por volta de 1588 e 1589, não aparece praticamente como participante dos esforços da Câmara no sentido de terminar a matriz. O vigário era padre Lourenço Dias Machado.

Ainda vamos encontrar referências nas *Atas* de 1610 e 1611 sobre a matriz de São Paulo. Neste último ano descreve-se a construção ameaçada e inacabada. “Por não cahir o que está feito e se não perder o que custou tanto aos moradores” entenderam os oficiais de aumentar a finta para o término da casa matriz. Francisco Nardy Filho acredita que, finalmente em 1612, a igreja matriz ficou pronta, pois a partir dessa data não se encontram mais referências nas *Atas*. Difícil, pois, precisar êsse detalhe, como também difficilimo seria determinar o lugar exato em que fôra construída, pois as indicações das *Atas*, nesse particular, são avaras. Aliás, uma Ata de 1598 apenas registra “q. hera bem fazerse a dita igreja onde está comesada por esterem já alli defuntos e estar no meio da villa”. Muito vago, muito vago.

Triste destino, porém, perseguia a matriz, pois quando foi criado o bispado de São Paulo pela bula “Candor Lucis Aeternae”, aos 23 de dezembro de 1745, o bispo d. Bernardo

Rodrigues Nogueira fêz a sua entrada solene em São Paulo na igreja de São Pedro. A matriz, que o povo pedira em 1588 à Câmara, já se encontrava totalmente arruinada e imprestável. Querem alguns cronistas que a entrada do bispo em São Paulo, aos 8 de dezembro de 1746, se tenha dado na igreja do Colégio. Esta informação parece não ser segura, pois o *Registro Geral* da Câmara de São Paulo traz uma descrição do trajeto que o bispo deveria fazer: “Desde o canto de Manuel Pinto Guedes correndo pela rua abaixo, a buscar a rua do Reverendo padre Thomé Pinto, e buscando a mesma do canto da cadeia, correndo aos quatro cantos, seguindo-se toda a rua Direita buscando-a em direitura a São Pedro que ha de servir de Sé”¹. D. Bernardo foi hóspede dos jesuítas durante algum tempo. Quanto à matriz, segundo José Pedro Leite Cordeiro, desde 1741 achava-se arruinada, não permitindo a “realização dos officios religiosos em seu recinto”². E informa o mesmo autor que o pároco Mateus Lourenço de Carvalho transferiu o SS. Sacramento para a igreja da Misericórdia onde se realizariam daí por diante os atos litúrgicos.

Dizíamos ser difícil determinar o lugar exato em que fôra edificada a matriz. Parece, contudo, ter sido na hoje praça da Sé, nos séculos XVII, XVIII e XIX bem diferente da atual. Um pequeno largo com a igreja de São Pedro (mais ou menos onde é hoje a Caixa Econômica Federal) e a matriz cujo frontispício, segundo alguns autores, encontrava-se paralelo à hoje rua Quintino Bocaiúva. Francisco Nardy Filho afirma que a velha matriz foi demolida e, em seu lugar, construída a nova por iniciativa do vigário Mateus Lourenço de Carvalho. Quer dizer que ficou na hoje praça da Sé. Alfredo Moreira Pinto chega a ser mais detalhado sôbre a questão, pois conheceu a igreja da Sé em 1900. Diz o cronista que era a “segunda egreja que foi edificada no mesmo local da primeira matriz”³. E informa que sua construção foi começada aos 5 de abril de 1745. O padre Mateus Lourenço de

(1) *Registro Geral*, Vol. VIII, pág. 303.

(2) José Pedro Leite CORDEIRO, *A Criação da Diocese de São Paulo*, pág. 34.

(3) Alfredo Moreira PINTO, *São Paulo em 1900*, pág. 31.

Carvalho terminou o trontispício do templo. Na administração do cônego Domingos João Vilarinho foi concedida, por Alvará de 20 de fevereiro de 1756, a quantia de 30 mil cruzados dos cofres reais para a “reedificação com as actuaes proporções”⁴. E isto porque a Sé já assumia a liderança das festas religiosas na cidade e aí se fazia o culto divino “como em nenhuma outra da America se fará”⁵ dizia o governador Martim Lopes em carta de 1776.

Da Catedral, Daniel P. Kidder, que andou aqui por 1839, não recebeu boa impressão. Aliás o que êle notava com muita freqüência era que a construção das igrejas em geral, no Brasil, parecia não levar em conta “as conveniências do orador nem as do auditório”, coisa realmente chocante para o seu espírito de pastor que ligava, pela palavra, os fiéis ao Senhor. A Catedral devia ser muito sem confôrto: não havia lugares para a assistência sentar-se “a não ser o piso de terra, de madeira ou de marmore”. Quando havia piso de terra disfarçava-se tal rudeza com fôlhas de plantas e nas cerimônias mais demoradas, ou solenes, Kidder viu “transportarem cadeiras para a igreja”⁶. O que não era raro. Na Penha desapareceram onze cadeiras emprestadas pela Câmara. Outros aspectos realmente interessantes Kidder observou em nossas igrejas. Principalmente na Catedral onde as senhoras “traziam graciosas mantilhas escuras”. Quanto às músicas religiosas, observou que “grande parte das musicas tocadas durante as cerimonias eram conhecidas em França como peças licenciosas e profanas”⁷. Tschudi também não se entusiasmou com a Sé em 1860⁸. Nessa época o largo da Sé, com a sua igreja de uma única porta, com grandes florões de pedra, encimada por quatro janelas, com um ar muito simpático e pobre, apresentava aspectos típicos do período colonial: casas com largos beirais, de balcões engradados, sobrados de sótãos salientes, onde se diriam morar

(4) Idem, idem.

(5) *Documentos Interessantes...*, Vol. XXVIII, pág. 37.

(6) Daniel P. KIDDER, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, pág. 192.

(7) Idem, idem, pág. 193.

(8) J. J. Von TSCHUDI, *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, pág. 205.

fantasmas. E um grande sossêgo, sobretudo um grande sossêgo de cidadezinha sem problemas. A igreja da Sé, perto de duzentos anos, segundo o historiador Francisco Nardy Filho, que compulsou boa documentação a respeito, serviu como Sé paulopolitana.

Esses, resumidamente, são os antecedentes da Catedral de São Paulo, ora em fase de conclusão. Muita gente viva hoje conheceu a velha Sé cuja frente se encontrava na mesma posição da Catedral, de frontispício voltado para as entradas da rua 15 de Novembro e Pátio do Colégio. Ao tempo em que tôda essa zona, tomada hoje pelo terrível movimento da Praça da Sé, apresentava um movimento de capital de Província, pouca gente e muitas festas religiosas. Os episódios que se seguiram são por demais conhecidos. O bispado de São Paulo recebeu a importância de 350 mil cruzeiros pela demolição e terreno da velha Sé. Em substituição àquele templo o cardeal dom Joaquim Arcoverde, então bispo de São Paulo, mandou construir a Igreja do Imaculado Coração de Maria, iniciada em 1897 e terminada dois anos depois, em 1899. Há na igreja da rua Jaguaribe uma placa comemorativa da transferência. Esta casa custou então 600 mil cruzeiros. Para completar a importância, d. Joaquim Arcoverde apelou para o sentimento religioso de vários velhos paulistas, que totalizaram o custo das obras. Dentre êstes paulistas beneméritos destacaram-se José Estanislau do Amaral, a marquesa de Itu, a baronesa de Jaguará, a baronesa de Tatuí e d. Veridiana da Silva Prado. O nome de Tibiriçá está ligado a êstes elementos de crônica. Seus restos mortais, que se achavam depositados na velha Sé, foram transportados numa urna de mármore branco dali para a Igreja do Imaculado Coração de Maria, processionalmente, a 19 de novembro de 1901. Hoje, os restos mortais do velho chefe índio se encontram na nova catedral, para onde foram trasladados aos 21 de janeiro de 1933. Velhas imagens se perderam, ao que parece, nessas andanças da Catedral de São Paulo, como a do Senhor Bom Jesus, a de São Jorge, de tão caras tradições processionais, e a de Santa Rita de Cássia. A última notícia desta imagem de Santa Rita de Cássia foi que estêve na Igreja de N. S. dos Remédios.

A Catedral de São Paulo nasceu de uma reunião convocada pelo então arcebispo metropolitano, d. Duarte Leopoldo e Silva, no dia 25 de janeiro de 1912, à qual compareceram representantes das principais famílias da capital. Reunião — marco na história da Catedral — realizada no Palácio São Luís, na rua do mesmo nome, hoje desaparecido por imposições urbanísticas. Aí foi constituída a comissão executiva encarregada de superintender as obras e angariar os necessários recursos à construção da nova matriz. A Mitra entrou em negociações com a Câmara Municipal e pela escritura pública de 24 e 28 de abril de 1913 ficou assentada a escolha da área para a construção, entre as então chamadas ruas Marechal Deodoro e Capitão Salomão que integram atualmente a Praça da Sé. O terreno adquirido ia dos limites do frontispício da Sé velha até o Largo de São Gonçalo. As proporções da nova Catedral alteraram profundamente o velho traçado da Praça da Sé.

O projeto da Catedral, depois modificado em vários dos seus aspectos primitivos, foi feito pelo arquiteto Maximiliano Hehl, que submeteu seus planos à crítica dos mais autorizados mestres da Europa. O templo mede 111 metros de comprimento por 46 de largura, comportando em suas naves gigantescoas oito mil pessoas. A fachada principal compõe-se de um frontão central decorado. As duas tórres laterais atingem a altura de 97 metros, o que permite serem vistas de qualquer dos pontos da cidade de São Paulo. É todo um conjunto maciço, de proporções grandiosas. As quatro estátuas do lado esquerdo do portal são as dos quatro profetas, Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel. No meio está São João Batista e, do outro lado os evangelistas, “os quatro historiadores da vida e da doutrina do Mestre”⁹: São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João. Ainda se encontram eternizadas na fachada nobre as figuras de Santo Atanásio, São Cirilo, São Gregório Nazianzeno, São João Crisóstomo, Santo Ambrósio, São Jerônimo, Santo Agostinho e São Gregório Magno.

(9) Adolfo Augusto PINTO, *A Catedral de São Paulo*, pág. 50.

A cripta da Catedral de São Paulo pode ser considerada como uma verdadeira igreja subterrânea, onde se encontra a alma do vasto templo. Alma do templo e de São Paulo, alma que vem, no primeiro caso, do fato de ser a primeira parte construída e terminada e, no segundo, dos longínquos campos de Piratininga onde Tibiriçá selou o futuro da terra com a aliança dos jesuítas, sob o testemunho de João Ramalho. Não lhe faltam condições, à cripta, e características para ser considerada uma igreja, pois ali se realizam ofícios religiosos há muitos anos. Tem o altar “em severa harmonia com o meio”¹⁰ e a capela, a forma de uma cruz. Na cripta se entra através de duas escadas. A nave principal tem vinte metros de comprimento e dez de largura, ocupando situação correspondente à capela-mor da Catedral. Em volta de toda a área das naves da cripta encontram-se as câmaras mortuárias dos sacerdotes que ocuparam o bispado de São Paulo. Doze ao todo, que se diriam os Apóstolos da Diocese. Aí descansam os bispos Bernardo Rodrigues Nogueira (1745-1748); frei Antônio da Madre de Deus Galvão (1750-1764); Manuel da Ressurreição (1771-1789); Mateus de Abreu Pereira (1795-1824); Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827-1847); Antônio Joaquim de Melo (1851-1861); Sebastião Pinto do Rêgo (1861-1868); Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1872-1894); Antônio Cândido de Alvarenga (1898-1903); José de Camargo Barros (1904-1906); Duarte Leopoldo e Silva (1907-1938); e José Gaspar de Afonseca e Silva (1939-1943). D. Antônio Joaquim de Melo, natural de Itu, foi o primeiro bispo brasileiro e paulista da diocese, tão brasileiro e paulista que fez a viagem do Rio a São Paulo a cavalo, com poucas pousadas pelo caminho.

Ainda na cripta se encontram dois conjuntos de mármore: Jô, o afligido do Senhor e São Jerônimo, ambos trabalhos de Francisco Leopoldo, situados no cruzamento das naves principais. Destaca-se na cripta o mausoléu, em relêvo de bronze, de Tibiriçá, o chefe dos guaianases, que tão bem acolheu os primeiros jesuítas no planalto de Piratininga e com seu auxílio possibilitou a fundação da cidade de São Paulo. Também o

(10) Idem, idem, pág. 42.

de Feijó, ministro da Justiça e regente do Império, um dos consolidadores da Independência. O conjunto de bronze, de autoria de Cucê, é impressionante no seu simbolismo.

Tôda essa obra, incompleta ainda, não poderia caber, é evidente, nas limitações de uma crônica. Mas assim mesmo quisemos juntar a crônica da Catedral a êste volume por ser um templo ligado profundamente à cidade, que alterou a fisionomia da Praça da Sé. Anos e anos lá se encontram, à sua sombra de pedras, esforçados operários martelando o granito bruto, polindo imagens, colocando vitrais, numa colaboração segura à conclusão do templo. Há trabalhadores que viram a Catedral nascer, como Onofre Montefusco, cujo esforço está em cada um dos detalhes do templo, onde deixou mais de 39 anos de sua vida. E muitos outros, pais que vêm transmitindo aos filhos o trato e o cuidado das pedras.

Santo Antônio

(O Coronel das Tropas)

A IGREJA DE SANTO ANTÔNIO na Praça do Patriarca, que vem resistindo até demais à pressão dos prédios novos que a circundam, tem uma história muito controvertida. E isso se deve principalmente à confusão existente em torno da sua fundação, que muitos cronistas atribuíram aos franciscanos, nos primeiros anos do século XVII. Esta tese, porém, foi eliminada de vez à vista da disposição testamentária de Afonso Sardinha, que deixou dois cruzados à “ermida de Santo Antonio”¹ em 1592, quando os discípulos de São Francisco só muitos anos mais tarde é que chegaram a São Paulo. A disposição é categórica e nesse particular não poderá deixar dúvida alguma quanto à existência da ermida naquele ano, o que implica numa fundação anterior.

O termo “ermida” afasta a possibilidade de terem sido os dois cruzados endereçados a um altar de Santo Antônio na igreja do Colégio, forma de devoção que, muitas vezes, acarreta falsas interpretações dos textos dos *Inventários e Testamentos*. Não seria nada de estranhar que o próprio Afonso Sardinha, numa pausa de suas intensas atividades no São Paulo

(1) O testamento de Afonso Sardinha, que é de 2 de novembro de 1592, encontra-se em AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricas*, Vol. II, pág. 349.

dos primeiros anos, fôsse o fundador dessa ermida, então localizada no trajeto de suas terras no "Ibatata", ou Butantã, pelo Anhangabaú. Porque essa gente magnífica, fruto da época, embora andasse mal na conquista do gentio, hoje do nosso ponto de vista, procurava sempre andar bem com os mortais que a cercavam e principalmente com aquêles que lhe podiam garantir um lugar no céu com todos os privilégios de um justo. Os exemplos são numerosos. Os poderosos vangloriavam-se de fundar igrejas. Afonso Sardinha bem poderia ter fundado a igreja de Santo Antônio. Não lhe faltava vocação religiosa, pois doou suas terras de Carapicuíba ao altar de Nossa Senhora da Graça da igreja do Colégio. É bem de ver que isso seria uma hipótese. Como aquela de monsenhor Paulo Florêncio de Camargo em que atribui a fundação da igreja a Brás Cubas na Mooça, depois transferida para a Praça do Patriarca².

A primitiva igreja de Santo Antônio, então uma ermida, foi ocupada pelos frades de Santo Antônio, quando para São Paulo vieram pela primeira vez em 1639, representados pelo custódio frei Manuel de Santa Maria. Este frade veio escolher o lugar para a fundação de um convento, depois de ter obtido alvará para fundar conventos "assim no reconcavo da Bahia e Villa de S. Paulo, e nas mais partes que lhes parecer onde lhes for requerido como pedem"³. Voltando à Bahia frei Manuel de Santa Maria reuniu o capítulo e nêle resolveu-se nomear prelado fundador a frei Francisco dos Santos, que chegou a Santos a 25 de janeiro de 1640, acompanhado por frei Manuel dos Mártires, frei Salvador do Nascimento, frei Pedro da Piedade, frei João da Cruz e mais os irmãos leigos Simão de Salvador e José de Santo Antônio⁴. Estes frades recolheram-se

(2) Monsenhor Paulo Florêncio da SILVEIRA CAMARGO, *A Igreja na História de São Paulo*, Vol. I, pág. 195. Monsenhor diz que "na Mooça, onde Braz Cubas construiu sua capela de Santo Antonio, transferida, depois, para onde está a atual (Praça do Patriarca)". A afirmação do brilhante sacerdote não é fundamentada. Nuto SANTANA refere-se à capela de Brás Cubas "consagrada a Santo Antonio, na sua fazenda do Piquiri", mas nem sequer sugere a sua continuidade na da Praça do Patriarca, conforme se lê em *São Paulo Histórico*, Vol. III, pág. 98.

(3) *Documentos Avulsos*, Vol. I, pág. 7. O alvará é de 28 de novembro de 1624 e não de 29, como diz AZEVEDO MARQUES.

(4) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos*, Vol. I, pág. 204, baseado nas informações de Frei JABOATÃO in *Nôvo Orbe Seráfico*.

então à ermida de Santo Antônio, onde deram logo início à construção de uma casa para morar. Aliás Santo Antônio não recolheu apenas aquêles primeiros frades que vieram fundar o convento de São Francisco em São Paulo. Quase um século mais tarde agasalharia os capuchinhos. Pelo menos de 1.º de março de 1738 é o registro de uma carta que os oficiais da Câmara enviaram ao bispo, pedindo “authoridade e beneplacito de Vossa Illustrissima Rma.” para alojar os “padres Mecionarios capuchinhos”, na então “cappella de Santo Antonio desta cidade onde sempre se recolherão”⁵.

Para Taunay os franciscanos foram a quarta religião estabelecida em São Paulo. Citando Jaboatão, diz que a 16 de janeiro de 1639 chegou a Santos frei Manuel de Santa Maria, Custódio de sua Provincia do Brasil, “ramo da de Santo Antonio de Portugal, dos Frades Menores”⁶. Nessa data, isto é, nesse mesmo ano já estava em São Paulo, pois a 26 de novembro de 1639 o procurador do conselho Sebastião Gil comunicou aos seus pares que no domingo anterior, dia 20, “fora tomar sitio e terreno pera os frades de Santo Antonio”, colocando marcos para o sitio “pera ahi tomarem os padres a terra necessaria”⁷. Taunay ainda se louva em Jaboatão para transcrever as seguintes informações: “Na villa forão agasalhados em huas casas junto á Ermida de Santo Antonio. E nesta ihão dizer missa e ministrar os Sacramentos da penitencia, e comunhão aos devotos que a elles corrião, com grande proveito e edificação do povo. Nestas casas assistirão athe vespera de Santo Antonio deste mesmo ano de 1640, dia em que se passarão para o Recolhimento, que havião feito, e tinham dado principio aos desasete de abril do mesmo anno, com a diligencia do Padre Custodio, que o havia delineado e se achava alli a este tempo”⁸.

Da passagem de frei Manuel de Santa Maria em São Paulo existe uma referência nas *Atas da Câmara*, pois naquele ano

(5) *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. LXXIX, pág. 151.

(6) Afonso de E. TAUNAY, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, Vol. II, pág. 284.

(7) *Idem, idem*.

(8) *Idem, idem*, pág. 285

de 1639 os edis se reuniram a 26 de novembro para a escolha de terreno para doação aos “frades de sãoto antonio”, disso sendo avisados os proprietários para a respectiva avaliação e indenização, “visto ser para serviço de deos e bem comu”⁹. Naturalmente êsse terreno deveria ser contíguo à ermida de Santo Antônio, para onde vieram no ano seguinte aquêles frades e irmãos leigos acompanhados do prelado fundador.

* * *

A igreja de Santo Antônio, porém, tem sua história bem delineada antes da chegada dos franciscanos. A notícia da capela de Santo Antônio, registrada no *Livro de Tombo da Sé*, afirma que “segundo algumas tradiçoens (ainda q. frivolas) servio de Matriz, aos primeyros povoadores”. “O q. ao certo não consta, por se não acharem titulos da sua erecção, nem escriptura de patrimonio”, acrescenta a informação com prudência. E mais adiante: “Prudentem.te ajuizão os antigos ser a sua fundação posterior à Matriz, aliás Sé”¹⁰, o que é certo e não admite dúvidas. Que teria servido de matriz foi informação divulgada por Azevedo Marques, que conheceu documentos para fazer tal afirmação¹¹.

Alguns historiadores contestam essa afirmação baseados nos elementos do *Livro do Tombo da Sé*. A verdade, porém, é que a tradição não é frívola, como quer o anônimo cronista do *Livro do Tombo* existente nos Arquivos da Cúria Metropolitana. E para provar que o templo realmente serviu de matriz aos primeiros povoadores encontramos o testamento de Diogo Machuca, datado de 1603, em que dispunha: “mando que meu corpo seja enterrado na igreja de Santo Antonio, que agora serve de matriz nesta villa”¹². É verdade, digamos de passagem, que em todos dos testamentos e inventários compulsados, só encontramos essa referência tão positiva, o que

(9) *Atas*, Vol. IV, pág. 450.

(10) *Livro do Tombo da Sé*, Livro 2-2-19.

(11) AZEVEDO MARQUES, op. cit., Vol. I, pág. 240.

(12) *Inventários e Testamentos*, Vol. III, pág. 452.

poderia provocar a exigência de uma certa cautela. Mas estamos em boa companhia, que é a do autor dos *Apontamentos Históricos*.

Contudo, as referências à igreja de Santo Antônio são, em outros testamentos, muito firmes quanto à data de sua existência em São Paulo. O testamento de Bartolomeu Gonçalves, de 1612, fala “nas pousadas defronte de Santo Antonio”¹³. O testamento de Francisco Rodrigues Barbeiro, de 1623, refere-se a uns “chãos que partem com quintaes de Ascenso Ribeiro indo para Santo Antonio ou outros”¹⁴.

Em 1638 surge na história da Vila de São Paulo um tipo curioso: João da Costa, que se dedica ao culto de Santo Antônio, transformando-se em seu primeiro ermitão. “Enterrem-me em esta ermida de Santo Antonio, diz ele, já que me puz aqui em sua casa para o servir e fiz este corredor com licença do padre vigario Manuel Nunes pois eu o fiz á minha custa e havendo depois de morto alguma pessoa honrada pobre que o queira servir ao santo em lhe varrer sua casa pois essa foi minha tenção dê-lh'o em sua vida em esta condição...” Não deixam de ter um travo amargo de desilusão essas palavras de João da Costa, que se teria recolhido desgostoso do mundo e dos homens. Devia ser um indivíduo de posses, pois ainda dispunha em seu testamento “e será por ordem do padre vigario que for desta villa e o quintal também é meu pois que os mordomos têm tão pouca devoção de ter cuidado e lhe varrer a casa que se passava do anno e não ia nenhum varre-la que por isso o deixo para limpeza da igreja... (ilegível)... pessoa honrada pobre... (ilegível)... para varrer”¹⁵.

Era, pois, proprietário do quintal e tinha feito reformas na ermida e reclamava contra os desleixos dos mordomos da Irmandade que não iam cuidar do Santo Antônio na sua casa, segundo se vê da leitura do mal redigido testamento. Ficou conhecido por isso como o “ermitão João da Costa o velho”¹⁶. Homem de sete instrumentos parecia ser êsse e profundamente

(13) Idem, Vol. VII, pág. 98.

(14) Idem, Vol. VI, pág. 165.

(15) Idem, Vol. XII, pág. 351.

(16) Idem, idem, pág. 354.

piedoso, conforme se depreende da leitura desses trechos melancólicos do seu testamento. Do seu inventário constam, entre outras coisas, “ferro de dentes”, “duas lancetas”, “estojo de navalhas”, um “estojo com uma thesoura e duas navalhas e uma pedra e um pente — outro estojo de cirurgia com seis lancetas e uma thesoura e umas agulhas e uma... (ilegível) e uma pinça e um cauterio”. Um boticão e dois “escarnadores” com mais “dois ferros como tenazes” vinham arrolados nesse inventário.

Magnífico João da Costa! Não lhe bastavam a piedosa devoção a Santo Antônio, nem todo esse instrumental de salvação da física vida humana, e ainda tinha, para apresentar aos pósteros quase quatro séculos depois um livro de São José e outro livro da Vida Cristã. E nesse piedoso testamento, que nos parece ser um dos mais interessantes do século XVII pedia a Deus “que haja misericórdia de minha alma assim como se lembrou do bom ladrão”¹⁷. Muitos anos ali deve ter permanecido amparando a igreja.

“Já que me puz aqui em sua casa para o servir”. A última vontade de João da Costa não encontrou ambiente de forma a torná-la realizável. Parecia êle um eleito e, como os eleitos, via longe, pois a igreja de Santo Antônio, tão logo foi sepultado o seu ermitão, entrou em relativa decadência. Bem que êle dissera que “os mordomos têm tão pouca devoção” e não se dedicavam ao cuidado do templo como o deveriam. Taunay impõe restrições a João da Costa, “metido a santarrão e pouco merecedor do cheiro de santidade”¹⁸. Mas de qualquer forma êle foi um sustentáculo para o templo.

No testamento de Januário Ribeiro, de 1638, ainda se demonstra uma especial devoção a Santo Antônio, pois êle encomenda “cinco missas a Santo Antonio e se dirão na sua igreja nesta villa”¹⁹. Parece ser esta a última referência à igreja de Santo Antônio anterior à chegada dos frades em 1639, quando o templo entra em nova fase de sua história. Fase ainda cheia

(17) Idem, idem, pág. 349.

(18) Afonso de E. TAUNAY, in *Anais do Museu Paulista*, Tomo V, pág. 170.

(19) *Inv. Test.*, Vol. XII, pág. 134.

de percalços, de lutas por sobreviver, arrimada aqui e ali pela devoção dos fiéis, daqueles homens rudes do século XVII que tinham sempre “estretas contas” para prestar a Deus e que se atiravam “ao assalto do céu com a mesma soffreguidão com que se arremessam á conquista da terra”, na feliz expressão de Alcântara Machado²⁰. Ainda uma lembrança: a Ata da Câmara de 22 de novembro de 1624 dá para São Paulo quatro igrejas: Colégio, Matriz, Carmo e Misericórdia. “Deviam S. Bento e quiçá S. Antonio ser pequeninas ermidas”, diz Afonso de E. Taunay, sem citar a da Luz que também já existia²¹.

* * *

Voltemos, porém, à chegada dos frades. “Primitivamente instalaram-se êsses padres em umas casas, defronte de uma ermida de Santo Antônio, onde celebravam a missa e administravam os sacramentos. Nessas casas permaneceram até véspera de Santo Antônio, em que se passaram para o recolhimento provisório que, devido a muita diligência do prelado custódio e do eficaz apoio dos moradores, em pouco tempo estava em condições de ser habitado. Êste recolhimento recebeu o título de Santo Antônio, mas o nôvo custódio, frei Francisco das Neves, que chegara em 1642, de acôrdo com o sentimento geral da Câmara e do povo, que achavam aquêle sítio desabrigado e falto de água, resolveu transferir a residência para lugar mais adequado, o que aconteceu pelos fins dêsse mesmo ano de 1642, sob a proteção e assistência do capitão-mor Gaspar de Sousa Ochoa e do ouvidor Baltasar Álvares Chaves²². Houve a mudança assinalada por frei Basílio Rower, mas isso não quer dizer que a igreja de Santo Antônio houvesse sido completamente abandonada dos seus devotos.

(20) ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, 2.^a ed., pág. 228.

(21) Afonso de E. TAUNAY, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, Vol. II, pág. 276.

(22) Frei Basílio ROWER, *A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, citado por FRANCISCO NARDY FILHO, “Santo Antonio”, in *O Estado de S. Paulo*, 24-1-1936.

Parece que não. Até 1717, quando “movidos os moradores do zelo da Casa de Deos, assentarão entre sy reparar as ruinas q. lentamente experimentava este templo”, no dizer do cronista do *Livro do Tombo da Sé*, houve muitas manifestações de religiosidade da parte dos moradores da vila de São Paulo. Aliás a igreja não foi totalmente abandonada, como à primeira vista pode deixar entrever essa informação. Com efeito, no testamento de Antônio de Azevedo Sá, de 1681, encontra-se uma referência a um ermitão de Santo Antônio. A traça audaciosa comeu o nome do ermitão, mas o texto caracteriza muito bem o fato: “declaro que tenho contas com Francisco Ribeiro que me parece dever-me e dahi deixo... (ilegível) ermitão de Santo Antonio me deve cinco mil réis que ficou de dar-me para ajuda da sa... (ilegível) que fiz ao santo”²³. Como se êle, ao emprestar o dinheiro, o houvesse encaminhado para alguma reparação do templo, da sa..., sacristia possivelmente. Em 1692, nos autos do inventário de Joana Lopes aparece outro ermitão, desta vez com o nome claro e repetido. Trata-se de Vicente Pessoa²⁴ que, ainda nos autos do testamento de José Peres, de 1698, assina um recibo de missa²⁵. Mais ainda: frei João de Santo Antônio, em 2 de julho de 1687, passa o seguinte recibo que se encontra apenso aos autos do inventário de Miguel Leite de Carvalho: “Recebi de Domingos Leite como testamenteiro de seu filho Miguel Leite a esmola do habito e cordão e quatro mil réis que deixou de esmola para as obras de Santo Antonio”²⁶.

Percebe-se que sempre houve uma certa ternura pela velha ermida de 1592. Aquêles homens e mulheres do século XVII não se esqueciam fâcilmente de Santo Antônio que vinha acompanhando o crescimento da Vila, os sobressaltos da Vila pelos anos em fora. Da Vila que vinha crescondo em tôrno dos seus muros de taipa.

É curioso observar que a fundação do Convento de São Francisco em 1642 não recebeu êsse nome que conserva até

(23) *Inv. Test.*, Vol. XXI, pág. 156.

(24) *Idem*, Vol. XXIII, pág. 105.

(25) *Idem*, Vol. XXIV, pág. 124.

(26) *Idem*, Vol. XXII, pág. 82.

hoje e é por êle conhecido²⁷. A primeira fundação, segundo Azevedo Marques, fôra feita com o nome de Santo Antônio do Brasil. O nome de São Francisco parece datar de 1644. Comum é o encontro de referências a “Santo Antônio o velho” em contraposição a “São Francisco o nôvo”. No inventário de Manuel de Chaves, de 1646, consta “uma morada de casas que tem nesta villa em que vive junto a Santo Antonio o velho”²⁸. No inventário de Antônio Pedroso de Barros, de 1658, vamos encontrar umas “casas que tem nesta villa em que vive na rua Direita de Santo Antonio o velho”²⁹. E no inventário de Januário Ribeiro, de 1654, apensa aos autos, figura uma notificação em que se lê “rua de São Francisco o novo”³⁰. Diga-se de passagem que ficou qualquer coisa dêsse episódio histórico na atual igreja de São Francisco. E isso explica a profunda devoção que nela tem o Santo Antônio, procurado por homens e mulheres, principalmente mulheres, não na sua igreja da Praça do Patriarca, como seria mais consentâneo, mas na de São Francisco, cujo prestígio nasceu na humilde ermida.

Essa história de dizer que a igreja caiu em ruínas até 1717 é muito cômoda mas não corresponde à verdade. Mesmo contra a opinião do cronista do *Livro do Tombo da Sé*. Nessa data, realmente, o templo sofreu uma reforma, que o protegeu das ruínas “futuras q. o tempo lhe prognosticava” na expressão do citado cronista, com a ajuda dos devotos e aí instalaram uma Irmandade de Santo Antônio “q tanto no seo principio floreceo populoza, quanto alguns annos atrás se vio amortecida”, conforme a saborosa referência do *Livro do Tombo*. Essa reforma foi dirigida pelo primeiro bispo de São Paulo, d. Bernardo Rodrigues Nogueira, que manteve os officios religiosos e as necessidades do templo graças à boa vontade e devoção dos seus fiéis.

Sete anos mais tarde frei Antônio Penese de Pádua, segundo Azevedo Marques, fundou na igreja de Santo Antônio

(27) AZEVEDO MARQUES, op. cit., Vol. I, pág. 204. As informações de AZEVEDO MARQUES são baseadas em JABOATÃO.

(28) *Inv. Test.*, Vol. XIV, pág. 411.

(29) *Idem*, Vol. XX, pág. 113.

(30) *Idem*, Vol. XII, pág. 134.

a Irmandade do Santíssimo Rosário da Virgem Maria para os brancos e prêtos, com objetivos mais práticos, atribuindo a cada membro uma cota de 640 réis anuais. Com êsse rendimento projetava garantir os fundos da fábrica e pôr o templo a salvo de maiores surpresas. E assim por muitos anos se manteve a igreja de Santo Antônio.

Que aconteceu depois de 1724? Seria muito difícil saber, tão bem escasseiam os documentos a respeito. O que se sabe é que o templo subsistiu e veio desafiando as agruras dos anos que se enfileiravam inexoravelmente no progresso da cidade. E sabe-se também que dom Luís Antônio de Sousa passou a patente de coronel das tropas da Capitania ao "Invicto, e glorioso Santo Antonio", em data de 5 de janeiro de 1767, "para augmento da devoção do mesmo Santo"³¹. Parece que Saint-Hilaire não a viu quando estêve em São Paulo, nem outros cronistas dela tomaram conhecimento senão levemente, mais tarde, como o fizeram Alfredo Moreira Pinto e Antônio Egídio Martins³². Aliás, Antônio Egídio Martins apenas traz uma contribuição: a de um nôvo ermitão. A igreja teria então voltado àqueles tempos difíceis de João da Costa e de Vicente Pessoa, quando dela cuidavam com desinteressado devotamento. Êsse nôvo ermitão, pardo, João de Tal, era conhecido como João Cabeça "e andava sempre descalço, trajando calça zuarte, collete e jaqueta de panno preto e de cartola, tendo ficado com aquelle appellido pelo facto de ter uma enorme cabeça"³³.

Pobre é a igreja hoje, muito pobre. O aspecto que lá tem, acanhada entre prédios modernos, de frente para a praça tumultuante, êsse seu frontispício de madona triste e carregada de anos, data de 1899, quando a expensas das famílias da baronesa de Tatuí e condessa de Prates, foi construído.

(31) *Documentos Interessantes*, Vol. XV, pág. 79.

(32) Alfredo Moreira PINTO, *São Paulo em 1900*, pág. 37. Este livro não apresenta quase nenhuma contribuição original. Simples repetição de fatos divulgados por frei GASPAR DA MADRE DE DEUS, MACHADO DE OLIVEIRA, AZEVEDO MARQUES e outros. Quanto a Antônio Egídio MARTINS sua contribuição é realmente valiosa. Salvou vários traços de São Paulo antigo, apesar de algumas restrições que se lhe possam oferecer.

(33) Antônio Egídio MARTINS, *São Paulo Antigo*, Vol. II, pág. 89.

Em seu solo encontram-se sepultados muitos daqueles antigos povoadores dos princípios do século XVII. Igreja pobre, repitamos, mas concorrida, ilustre na sua história de tantos séculos e que vem, sôbre os anos, conservando aquela tradição de história quando a Vila de São Paulo, de solidão e ausências, acordava para as arrancadas dos bandeirantes. O templo de Santo Antônio hoje, ai de nós, tem um aspecto assustado de quem não se sente bem em meio a tanto ruído e a tanto arranha-céu.

Um detalhe interessantíssimo devemos registrar aqui: a mais antiga fotografia do interior da igreja de São Paulo focaliza justamente o interior de Santo Antônio, uma fotografia de Hércules Florence, datada de 1826. Uma aquarela de J. Wash fixou aspecto curioso de São Paulo em meados do século XIX, quando ainda a hoje Praça do Patriarca não existia. Nesse quadro se vê a frente da igreja de Santo Antônio com uma escada de dois degraus e suas três janelinhas (frontispício absolutamente irreconhecível no de hoje). Ficava para uma ruazinha fechada ao fundo pela casa da baronesa de Tatuí, mais tarde derrubada para dar lugar a uma das pontas do Viaduto do Chá. Defronte à igreja existiam quatro casas de portas para a rua, alinhadas pela calçada estreita.

A igreja de Santo Antônio, o coronel de Tropas, parece sentir todo êsse drama de desequilíbrio no tempo e no espaço. Por isso é triste e vive esperando a sua hora, que será infeliz, de ser destruída pelas chamadas exigências do progresso.

São Miguel

(O Filho do Passarinho)

A ORIGEM DA IGREJA DE SÃO MIGUEL é difícil de precisar, ou melhor, difícil atribuir a um autor determinado a edificação do templo, que data de São Paulo dos primeiros anos. A aldeia de São Miguel deve ter sido fundada aí por volta de 1562¹ e segundo alguns autores tem tradição anchietana, como a de Pinheiros de que parece ser irmã gêmea. Machado de Oliveira informa que “formou-se naquelles logares um consideravel nucleo de sagitarios, à testa do qual poz-se Ururay, irmão de Tebyriçá, que levou os transfugas de Piratininga para o sitio onde ao depois assentou-se a aldeia de S. Miguel do Ururay, e dahi tramara o chamamento dos selvagens dos mattos, que vieram em auxílio da confederação dessidente”².

São Miguel do Ururaí lembra devoção portuguesa, velha devoção que os primeiros povoadores de Piratininga herdaram

(1) Frei GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, pág. 233. O famoso beneditino, fundamentando-se nos documentos do Cartório da Provedoria da Fazenda Real de São Paulo, admite a existência da aldeia em 1562, dizendo: “Os guaianases oriundos de Piratininga, e mais índios ali moradores, vendo que não concorrendo portugueses, e occupando suas terras, desampararão S. Paulo, e foram situar-se em duas aldêas, que novamente edificarão, uma com o titulo de Nossa Senhora dos Pinheiros, e outra com a invocação de São Miguel”. José Arouche de Toledo RENDON, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. IV, pág. 295, dá-a como nascida em 1560.

(2) MACHADO DE OLIVEIRA, *Quadro Histórico da Província de S. Paulo*, pág. 50.

dos queimados marinheiros lusitanos que andaram pondo o nome de São Miguel em várias partes do mundo. A êsse foi juntado o nome gentio do irmão de Tibiriçá, e por muitos anos a aldeia ficou assim conhecida. A mais antiga referência da aldeia, com um nome específico, consta da ata da sessão da Câmara de São Paulo de 1 de junho de 1583, quando os rudes edis condenavam a presença de brancos na aldeia “por rezão de algũs dezaguizados que la fazem”³ chegando a citar as aldeias de “rirai” e a “dos pinheiros”⁴. Aí Fernão Cardim batizou, em 1585, 30 índios adultos e casou outros tantos, na informação de Sérgio Buarque de Holanda⁵, o que poderia implicar na existência de uma igreja ao redor da qual viviam os indígenas. Por semelhança com a de Pinheiros que já existia nessa época e onde também o padre Fernão Cardim batizou gente e foi recebido com muitas festas. A possibilidade de existência de uma capela em São Miguel no ano de 1585 parece ser fundamentada na informação de Serafim Leite, pois o nome de São Miguel aparece nos Catálogos da Companhia de Jesus em 1586, estando à sua frente o padre Diogo Nunes, como também o irmão Custódio Pires “que apreendia a lingua”⁶. São Miguel aparece ainda na *Informação da Província do Brasil para Nosso Padre*, escrita aí por volta de 1585 e onde há referências também às aldeias de Nossa Senhora da Conceição de Pinheiros e outra “intitulada S. Miguel que dista duas leguas”⁷. Anchieta chega mesmo a ser muito claro numa dessas *Informações* a respeito da existência de uma igreja de São Miguel em 1584. É dessa data a Informação de que “junto desta vila, ao principio havia 12 aldeias”⁸. “Agora estão quasi juntas todos em duas: uma está uma legua da vila, outra duas, cada uma das quais tem igreja e é visitada dos nossos como acima se disse”⁹. A nota explicativa,

(3) Atas, Vol. I, pág. 211.

(4) Idem, idem.

(5) Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, “Capelas Antigas de São Paulo”, in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Vol. V, pág. 106.

(6) Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Vol. VI, pág. 230. Em 1589, informa o sábio jesuíta, a aldeia possuía 800 índios.

(7) ANCHIETA, in *Cartas Jesuíticas*, pág. 424.

(8) Idem, idem.

(9) Idem, idem.

de número 426, que esclarece as *Informações*, identifica as aldeias de Pinheiros e São Miguel, citando Toledo Rendon que naturalmente se baseou em frei Gaspar.

Da passagem de Anchieta pela aldeia de São Miguel salvou Simão de Vasconcelos alguns traços curiosos dos milagres do venerável catequizador canarino. “Estava na aldeia de S. Miguel da vila de S. Paulo, a tempo que chegou à mesma aldeia um homem por nome Frutuoso da Costa. Tratava este de levar uma índia, não devia ser serviço de Deus; disse-lhe José: deixai a índia, Frutuoso da Costa, e tratai de ver os caminhos por onde andais, que vos há-de acontecer um desastre. A resposta foi de valentão, que não tinha medo de ameaças, nem haveria quem ousasse fazer-lhe mal; mas presto viu que se enganava, porque na mesma noite foi morto com morte cruel e violenta”¹⁰.

Vê-se por aí que a aldeia é velha, e nela existia uma igreja. Aldeia tão ilustre e secular quanto São Paulo, à qual ficava ligada por um caminho que provocava grandes sobressaltos aos moradores da vila. Na sessão de 26 de agosto de 1589 os vereadores contra êle se manifestaram: “os moradores de são miguel abrirão hũ caminho novo a sua aldea em royn envenção hy era perjuizo aos moradores desta villa asy pera socorer e qualquer necessidade que soceder a esta villa”¹¹. Quanto à igreja, em 1592, os índios da aldeia compareceram na vila para se queixar ao padre vigário contra a falta de assistência espiritual e material¹². Esse fato implicava numa ligação mais íntima entre os índios e os padres, daí se podendo afirmar que a igreja da aldeia já começara a estar abandonada, prejudicando os índios já catequizados.

A devoção a São Miguel é muito antiga entre os paulistas. Uma das primeiras referências que conhecemos dessa devoção data de 1608 e consta do testamento de Manuel Dias e Luzia Anes, recolhido por Washington Luís: “digo que se me diga

(10) Simão de VASCONCELOS, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, pág. 188.

(11) *Atas*, Vol. I, pág. 372.

(12) *Idem*, pág. 449.

a São Miguel duas missas e duas outras ao Anjo de Minha Guarda¹³. O testamento de Ana Moraes, de 1616, dispunha nove missas a São Miguel. O testamento tem um trecho danificado onde deveria, ao que parece, figurar essa disposição. Porque o recibo do padre João Pimentel, que era superior em São Miguel nessa época, é muito claro a respeito¹⁴.

* * *

Fica, portanto, positivada a existência de uma igreja em São Miguel anterior ao ano de 1622. Dizemos 1622 porque esta data está gravada no batente superior da porta principal do templo atual e visível, legível, para quem se dispuser a dar um pulinho a São Miguel. Para ser mais exato a inscrição é a seguinte: "AOS 18 D IVLHO + D 16ZZ S MGVEL", isto é, "aos 18 de julho de 1622 — São Miguel". Mas essa igreja seria a mesma referida por Anchieta? Nenhum documento o confirma, embora nenhum dêles possa destruir a tradição de que a igreja data pelo menos desde que um padre penetrou na aldeia.

Várias informações e documentos vieram contribuir para o estabelecimento de certa confusão em torno do templo que lá se encontra hoje, datado de 1622. O documento mais importante é o testamento de Fernão Munhoz, no qual Azevedo Marques teria lido que a igreja de São Miguel fôra fundada pelo padre João Álvares. Contudo, o testamento em aprêço, conforme já observou Sérgio Buarque de Holanda, não faz referência alguma ao sacerdote, não obstante a afirmação iniludível de Afonso de E. Taunay que acredita ter sido o grande caçador de índios vestido de batina "o fundador da igreja de S. Miguel"¹⁵. No testamento do bandeirante Fernão

(13) *Inventários e Testamentos*, Vol. XI, pág. 23.

(14) *Idem*, Vol. XXV, pág. 97. Diz o recibo: "Recebi de Francisco Velho testamenteiro de sua mulher Anna de Moraes dois cruzados de esmola de nove missas que deixou no seu testamento e por verdade lhe passei esta quitação por mim assignada hoje 2 de junho de 616 anos. O vigario João Pimentel".

(15) Afonso de E. TAUNAY, *História Seiscentista da Vila de S. Paulo*, Vol. II, pág. 275.

Munhoz se lê que êle é que edificou a igreja¹⁶, versão perfilhada também por Nuto Santana. Alguns historiadores, porém, são de opinião de que o fundador foi mesmo o padre João Álvares. “Não é de admirar, escreve Sérgio Buarque de Holanda, que o padre João Álvares conhecesse bem a paragem (São Miguel) e nela edificasse a igreja”¹⁷. A igreja possivelmente caiu em ruínas e em 1622 o bandeirante Fernão Munhoz a teria reconstruído, conforme a inscrição da porta principal. Edificada por quem quer que fôsse, o que se torna indiscutível é que a igreja veio atravessando anos e anos, lutando pela sobrevivência em meio às crises periódicas que dominavam as aldeias circunvizinhas de São Paulo. Crise resultante do choque dos interesses entre padres e colonizadores que necessitavam do braço indígena para o domínio e a submissão da terra selvagem. Isso foi muito comum no século XVI e XVII. Os moradores da vila de São Paulo constantemente reclamavam contra o absolutismo dos padres nas aldeias que, naturalmente, tratavam os índios melhor do que o colonizador. Houve um protesto contra o abuso dos jesuítas no domínio do gentio e ficou mesmo registrado numa sessão da Câmara, tal a apreensão que essa força causava aos povoadores sedentos de braços servís. “Agora se intreduzia pelo dito jentio hũ rumor dizendo que não chhesião senão os padres por seus superiores e os ditos padres dizendo p.^{ca} mente que as ditas aldeas herão suas e que erão senhores no temporal e espirital”¹⁸. João da Cunha aconselhava aos padres que “não tivessem de ver com os índios mais que com sua igreja”¹⁹.

Imagine-se o que representaria para o colonizador a obediência do gentio única e exclusivamente devida aos padres. Os sonhos de penetração iriam todos por água abaixo, pois os brancos necessitavam dos índios para compor as bandeiras,

(16) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XXXVI, pág. 265. Diz um trecho do testamento: “...pr. hũa escritura que passaram os ditos índios aprasimento de seu Capptam. e administrador e do veneravel padre João Dalmda. em pagamento do dito defunto fazer a igreja de Sam Miguel como consta pella escritura”.

(17) Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, op. cit., in *Sphan*, pág. 108.

(18) *Atas*, Vol. II, pág. 314.

(19) *Idem*, Vol. IV, pág. 160.

combater tribos inimigas. Na sessão de 23 de setembro de 1663 o capitão João Gago da Cunha requeria à Câmara trinta índios das aldeias para “efeito do descobrimento das esmeraldas”, tendo a edilidade lhe concedido a retirada de dez índios da aldeia de São Miguel, assim como outros dez de Guarulhos e de Barueri²⁰. De São Miguel saíam muitos índios para as bandeiras. O capitão Henrique de Almeida, em companhia de alguns índios, em 6 de outubro de 1663 levava ao conhecimento da Câmara que “matias de mendosa capitão da dita aldeia levava onze índios he uma india pera o sertão”²¹.

Com êsse espírito numerosos foram os conflitos nas aldeias, lutas testemunhadas pelas igrejas, os únicos vestígios materiais que puderam subsistir. A igreja de São Miguel foi a testemunha silenciosa de vários séculos de história, sobrevivendo para a festa diária dos olhos de hoje que a podem contemplar na sua tranqüilidade e no sossêgo das suas paredes brancas atingidas pelo pó. Em 1678, numa informação se lia, que Barueri, Pinheiros, São Miguel e Conceição tinham “suas igrejas com todo o necessario para se celebrarem os sacramentos”²². Mas alguns anos depois a situação mudara. Em 1691 a igreja não andava muito bem. Na sessão da Câmara de 23 de setembro dêsse ano o procurador do Conselho, Diogo Barbosa Rêgo, requeria “q. visto estarem aforandose as terras dos Índios hera justo q. o foro se applicasse p.^a Reparo das Igrejas daquellas Aldeas por q. estavam faltas de tudo e principal.^{te} de telha”²³. E mais adiante especificava as igrejas de São Miguel, a de Nossa Senhora da Conceição, etc.

A preocupação do procurador tinha sua razão de ser. A crise que as igrejas atravessavam, ameaçando por vêzes, como realmente aconteceu, o desaparecimento completo, tinha seus fundamentos em vários fatores. O mais forte, particularmente, vem esclarecido por Arouche Rendon, quando afirma que “as aldêas que ficaram dos Jesuitas não tinham parochos,

(20) Idem, Vol. VI, suplemento, pág. 335.

(21) Idem, pág. 336.

(22) *Registro Geral*, Vol. III, pág. 169.

(23) *Atas*, Vol. VII, pág. 407.

porque os clérigos não queriam ser vigários sem congrua²⁴. Ora, isso não interessaria a ninguém. Mais tarde o govêrno pagou as cõgruas e então veríamos que já voltavam a ter seus párocos as aldeias, como as de São Miguel e Escada, onde se encontravam os frades capuchos que recebiam 25 mil réis anuais para “guisamentos”. Mas os índios trabalhavam para êles, os pobres índios cuja vida, como os fatos e documentos o demonstram, se encontravam na mesma plana dos escravos, absolutamente tutelados. Entre outras disposições que os prendiam a êsse regime de submissão estava a que mandava os aborígines entregarem a sexta parte do que faziam ou ganhavam ao administrador religioso²⁵. Mas não era só isso. A Câmara tinha sua responsabilidade na situação: em 1733 a Câmara de São Paulo tentou cobrar fôro aos índios da aldeia de São Miguel, quando superior da aldeia frei Antônio do Espírito Santo, que reclamou. E reclamou bem. A Câmara recebeu uma advertência do ouvidor-geral, embora insistisse na cobrança, alegando que a “sexmaria que apresenta o Rdo. suppte. está confusa”. Entretanto, o administrador levou a melhor na advertência²⁶.

Ainda em Arouche Rendon vamos encontrar um curioso desentendimento ocorrido em 1745, entre São Miguel e Escada: O vigário da vara de São Paulo, André Baruel, autorizou o superior de São Miguel a levar para essa igreja “as imagens e alfaias da igreja da Escada” com o que não concordou a Câmara de Moji das Cruzes. Esta, com o povo reunido, foi a São Miguel e trouxe as imagens, alfaias e índios que haviam sido tomados à Escada.

Os registros das *Atas da Câmara de São Paulo*, por alguns anos, deixam-se de referir diretamente à igreja de São Miguel ou assuntos correlatos. Vamos encontrar, porém, nos *Documentos Interessantes*, uma referência de 31 de agôsto de 1803.

(24) José Arouche de Toledo RENDON, “Memórias sôbre as Aldeias de Índios da Província de São Paulo”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. IV, pág. 295.

(25) Idem, idem.

(26) “Ordens Régias”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, pág. 219.

Nessa data o capitão-mor determinava fazer-se ciente ao vigário da freguesia de São Miguel “a impossibilidade d’elle alli poder existir com a insignificante porção q. os moradores oferecerão p.^a a sua subsistência, e não devendo obrigarlos a contribuir com mais pela nimia pobreza a que o veem reduzidos”. Sugeriu mesmo ao vigário que “tome a resolução q. melhor lhe convier, recolhendo-se se lhe parecer ao seu convento”²⁷. Já então a aldeia se encontrava sob a direção religiosa dos capuchos. Os documentos e referências existentes não esclarecem a solução dêsse fato. Mais de meio século mais tarde a aldeia se encontrava sob a estola da freguesia da Penha, cujo vigário lá ia para dizer o ofício sob o telhado meio arruinado do templo. Data dessa época certo interesse da Câmara pela situação. Na sessão de 8 de abril de 1857²⁸ leu-se um ofício do vigário da Freguesia da Penha “datado a 26 de Fevereiro passado, declarando q. em sua Parochia não existe inscrição alguama á excepção da seguinte, escripta na lumieira da porta principal da igreja da extincta Freguesia de S. Miguel AOS J. S. D. JvIho + 16 Z. Z. S. MeL.” Compare-se esta inscrição com a anterior. O padre leu mal a inscrição do bante da porta principal, chegando inclusive a não copiar partes importante gravadas na madeira. A situação da aldeia e consequentemente da igreja de São Miguel não era, então, ideal. O lugarejo estava entregue ao deus-dará, com poucos habitantes, poucos índios, pouca gente, limitado pela ruazinha torta que ainda hoje passa defronte à igreja. A comissão permanente da Câmara, em sessão de 26 de setembro de 1857 “reconheceu que é exacto que a povoação de São Miguel tem estado na maior relaxação, a respeito de alinhamentos”²⁹. Uma informação interessante, não obstante fugir, de certa forma, ao tema da crônica: possivelmente foi aí em São Miguel, talvez nessa mesma rua defronte à igreja que nasceram as primeiras corridas de cavalos em São Paulo. Na sessão de 28 de junho de 1848 leu-se “parecer da Comissão Perme. acerca do officio

(27) *Documentos Interessantes*, Vol. LV, pág. 153.

(28) *Atas*, Vol. XLIII, pág. 58.

(29) *Idem*, pág. 121.

do procurador; sendo de parecer q. não tem logar a imposição de multa á Joaqm. de Abreu e Anto. Caetano pr. haverem corrido parelhas em S. Miguel visto não haver Postura alga. q. prohiba taes parelhas”³⁰.

* * *

Ururai quer dizer “filho de passarinho”. É bem esta, pela sua condição de humildade, a situação da igreja de São Miguel, um filho de passarinho, frágil, quase triste na sua fragilidade. Entretanto, atravessou os séculos amparada pelo espírito dos antigos jesuítas, franciscanos e capuchinhos. As suas paredes primitivas, a sua forma colonial, vêm resistindo ao tempo. A igreja de S. Miguel é de uma humildade comovente naquele seu aspecto de casarão de fazenda, que tivesse sido construída apenas para o descanso do espírito, para a contemplação. Porque nela há muito de espiritual, nos beirais, no velho e discutido alpendre, nas portas lavradas onde o tempo vem trabalhando inexoravelmente e o mau gôsto dos homens, na pequena porta do lado direito do templo, colocou horroroso cadeado, símbolo talvez de nossa senil civilização. Falamos em casarão e alpendre, no discutido alpendre. Com efeito, para mestre Gilberto Freyre êsse alpendre seria um dos valores assimilados pelas igrejas da casa-grande. “Nada mais interessante que certas igrejas do interior do Brasil com alpendre na frente ou dos lados como qualquer casa de residência”, escreve o mestre, apontando inclusive a igreja de São Miguel³¹.

Entremos na igreja. Há um aroma de velhice no seu interior obscuro. A pia batismal, primitiva, secular, que recebeu as lágrimas de tantos meninos índios na hora do batismo, ainda conserva seu caráter antigo. Como a da igreja do Embu, a pia batismal de São Miguel é tôda de madeira, onde o tempo já começa a trabalhar sem piedade alguma. Há uns bancos humildes, as tábuas do soalhado estão gastas. No fundo do

(30) Idem, Vol. XXXVII, pág. 55.

(31) Gilberto FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, Vol. I, pág. 26, 6.ª edição.

altar-mor, entre teias de aranha dormem imagens antigas. Há alguns anos atrás a igreja foi depredada, o que exigiu a intervenção da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, sob a competente direção de Luís Saia, restaurou o templo, trabalho aliás que também foi feito em Carapicuíba e no Embu. Parece que a igrejinha de São Miguel conserva uma tradição de depredações. No dia 24 de junho de 1952 os jornais noticiaram que um desconhecido, um débil mental ou um fanático, aproveitando-se da ausência do zelador, invadiu a igreja e, tomado de verdadeira fúria destruidora, depredou móveis e quebrou imagens, atingindo particularmente a de São Miguel no altar-mor.

O que desperta a atenção no interior da igreja de São Miguel é a já sua famosa banca de comunhão, onde o gentio e o branco, esquecidos por um momento dos seus continuados conflitos, se irmanavam na contrição dos pecados. Ela é considerada por Lúcio Costa "como das mais antigas e autênticas expressões conhecidas de arte brasileira", em contraposição à maior parte das obras luso-brasileiras dessa época³². É uma peça perfeita e profundamente conservada, talvez a que menos se venha ressentindo da ação do tempo. Um outro detalhe interessantíssimo da igreja é o famoso alpendre, amplo, espaçoso, com bancos naturais para sentar (poiais). Famoso porque os alpendres nas igrejas do Brasil colonial têm dado motivo para inúmeras discussões, particularmente no que diz respeito à sua funcionalidade. Talvez sua função, de acôrdo aliás com alguns estudiosos, fôsse a de divisor de classes sociais. Os escravos e indígenas assistiam aos ofícios aglomerados no alpendre, dando-se-lhes, assim, uma oportunidade de gozar as delícias dos sacrifícios religiosos. Em 1927 foram executadas obras de reforma no telhado da igreja, com a assistência de Afonso de E. Taunay e auxílio do prefeito Pires do Rio e com a colaboração de Ismael Bresser. Nessa oportunidade as taipas ameaçadas foram contornadas por uma esteira de lajes de Itu, conforme Paulo Duarte. Aí por volta de 1936

(32) Lúcio Costa, "A Arquitetura Jesuítica no Brasil", in: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Vol. V, pág. 15.

um padre, aliás estrangeiro, mutilou a velha igreja, vendendo “a porta da sacristia, uma pesada porta de coice, tôda ela trabalhada a mão, documento da tôsca, ingênua, suave, deliciosa escultura antiga; uma grande cômoda em que, em mil seiscentos e poucos, se guardavam os paramentos dos jesuítas, dos capuchos, depois de mil e setecentos e guardam, desde o século XVII, um pouco da tradição paulista, também esta velha cômoda de madeira de lei, trabalhada, juntamente com a enorme porta da sacristia e mais ainda um precioso sacrário da igreja”³³.

O espantoso disso tudo, na época, e que ainda pode despertar um sorriso de comiseração e piedade em nossos lábios, é que o vigário de Poá, então superior dos padres de São Miguel, enviou uma carta àquele cronista justificando a venda. “Os padres consultaram antes varias pessoas de São Miguel, diz, que acharam até ser um beneficio vender êsses objetos para substituí-los por melhores”³⁴. Mais ainda: a casa parochial encontrava-se arruinada e precisava de dinheiro. Aquêles preciosos objetos foram vendidos por 750\$000. O superior, verdade seja dita, tentou recuperar os objetos para demonstrar a boa fé dos seus subordinados. Mas então foram informados que êles haviam sido adquiridos pelo Dr. Leven Vampré, “que tinha o fito de restituí-los a São Miguel”³⁵, o que foi feito.

O filho do passarinho (tradução de ururay), isto é, a igreja de São Miguel, é um templo agradável, comovente na sua simplicidade secular. Nêle não há aberrações arquitetônicas. Tudo é equilibrado, harmonioso, não obstante algumas deficiências que se leva à culpa do tempo. É por tôda essa harmonia, tranqüilidade e equilíbrio, que convida a gente a visitá-la constantemente. Essas visitas fazem bem aos olhos e ao coração.

(33) Paulo DUARTE, *Contra o Vandalismo e o Extermínio*, pág. 11.

(34) Idem, pág. 21.

(35) Idem, pág. 22.

Nossa Senhora do Monte Serrate

(*O Índio Mãe de Deus*)

A IGREJA DE NOSSA SENHORA do Monte Serrate, de Pinheiros, nasceu logo após a instalação da aldeia de Pinheiros, breves anos depois da fundação de São Paulo. Aí por volta de 1560, depois de Mem de Sá ter ordenado a extinção da Vila de Santo André, possivelmente premido pelos jesuítas, e mudado o seu pelourinho para de frente do Colégio.

É frei Gaspar da Madre de Deus que dá essa informação. “Os guaianases oriundos de Piratininga, e mais índios ali moradores, vendo que ião concorrendo portugueses, e ocupando suas terras, desampararão S. Paulo, e forão situar-se em duas aldêas, que novamente edificarão, uma com o título de Nossa Senhora dos Pinheiros, e outra com a invocação de São Miguel”¹. Bem, evidente se torna que houve aí uma orientação religiosa, um roupeta negra, aquêles heróicos sacerdotes que andavam descalços e das velas rôtas de navios faziam seus hábitos, pois os índios não teriam imaginação para tais nomes. Inda mais naquele momento em que se viam pressionados pelos brancos sedentos de escravaria para o trabalho de todo

(1) Frei GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, pág. 223.

o dia, para isso cometendo não poucas violências contra os autóctones que pareciam nascer da própria terra, até com suas características de fôrça e de beleza.

Orientados pelos jesuítas é que fundaram essas duas aldeias. E daí a tradição dos seus fundadores. Serafim Leite considera a Aldeia de Pinheiros de "tradição anchietana", com origem comum com a de São Miguel, isto é, de 1589². A verdade é que a sesmaria de "seis leguas de terras em quadra", concedida por Jerônimo Leitão é de 12 de outubro de 1580³. Já nesse ano, que Serafim Leite dá como o da fundação, existia a igreja, como veremos logo mais. Aliás, num livro de registros do Arquivo da Cúria Metropolitana não se percebe dúvida alguma quando o cronista afirma que a aldeia foi "criada pelo veneravel José de Anchieta"⁴. Jacinto Ribeiro também informa que a aldeia foi fundada por Anchieta⁵. Machado de Oliveira, fazendo confusão de aldeias, na sua "Notícia Racionada sobre as aldêas de Indios da Provincia de S. Paulo, desde o seu começo até a atualidade" (1846), não tem dúvidas em localizar a fundação da aldeia de Pinheiros em 1560, acrescentando: "sabe-se por tradição que a aldêa de Pinheiros, a primeira na serie das que pertenceram ao circulo da capital, e cuja localidade era anteriormente conhecida com o nome de Carapicuíba, fundára-se n'aquelle anno".

Daí a tradição de ter sido Anchieta o fundador da aldeia e, por consequência, o da igreja, como era comum, o que não deixa de ser muito plausível, dada a sua incansável operosidade em favor dos primitivos e legítimos senhores da terra, o seu afã de catequizador, que o elegeram em autêntico taurmaturgo espalhando favores e benefícios entre os cardos de São Paulo dos primeiros anos. Venerável Anchieta, na realidade, cuja santidade e trabalho tanto o projetaram na história

(2) SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Vol. VI, pág. 231.

(3) *Registro Geral*, Vol. II, pág. 354.

(4) "Capelas, Curados, Aldeamento de Indios", Livro 33, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

(5) JACINTO RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 596. Informa ainda o autor que o decreto de 21 de março de 1832 exaurou a igreja de Nossa Senhora do Monte Serrate, tornando-a simples capela sujeita à estola da Consolação.

que ameaçou ofuscar o nome do verdadeiro fundador da cidade!

Com êsses elementos o que se pode afirmar, com segurança, é que a igreja de Nossa Senhora do Monte Serrate, historicamente, é uma das mais antigas de São Paulo. Não como lá está agora, é claro, e possivelmente nem mesmo naquele lugar. Nem com o mesmo orago, que parece ser de origem beneditina. O nome primitivo do orago, realmente, era o de Nossa Senhora dos Pinheiros. Em 1590 a igreja existia com êsse nome. Basta lembrar o extraordinário episódio ali ocorrido nessa data. Por ordem de um índio a que obedeciam e tinham por santo, como descreve Alcântara Machado, alguns indígenas se foram à igreja da aldeia de Pinheiros, onde o dito índio se criou. Ali chegados acometeram o templo e decapitaram a imagem de Maria. “Por uma extravagancia, de que só os doidos e os selvagens são capazes, o cabeça do motim se pôs a si o nome da mãe de Deus”⁶.

Podemos recuar um pouco mais a data. Aí andou muitas vezes, em 1585, batizando o gentio, Fernão Cardim. “Muitas vezes foi à Nossa Senhora dos Pinheiros da Conceição, os índios o receberam com muita festa”⁷. Em 1608 já se registrava romaria a Nossa Senhora dos Pinheiros, conforme se lê da sessão de 6 de setembro daquele ano, quando se temia que “não averia jemte pronta por resp.to da romaria de nosa snra dos pinheiros”⁸. Na sessão de 8 de setembro de 1663 não se fêz vereança “por ser dia de nosa sr.^a dos pinheiros em fec do que fis este termo”⁹.

A devoção de Nossa Senhora dos Pinheiros, pois, é muito antiga. Lourenço Castanho Taques, o velho, em 1671, deixava de esmola “um manto a Nossa Senhora dos Pinheiros”, o qual foi feito por Francisco de Sousa, “de chamalote encarnado, arrendado de renda negra”¹⁰. No testamento de Ana de Proen-

(6) ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 195.

(7) Afonso de E. TAUNAY, *São Paulo nos Primeiros Anos*, pág. 195.

(8) *Atas*, Vol. II, pág. 215.

(9) *Idem*, Vol. VI, suplemento, pág. 333.

(10) *Inventários e Testamentos*, Vol. XVIII, pág. 141.

ça, de 1680, há uma disposição que manda dizer duas missas “em Nossa Senhora dos Pinheiros”¹¹.

Observe-se que o nome de Nossa Senhora do Monte Serrate não figura, praticamente, em testamentos, nas *Atas da Câmara* e em outros documentos. Aparece de vez em quando, como a que relembrar que por essa igreja passaram os monges de São Bento. É a tradição em desafio à tentativa de mudança do nome pelos beneditinos que administraram a aldeia durante alguns anos. Mudança que, afinal, venceu como se constata hoje. Já no tempo do padre Belchior de Pontes, outro futuro santo paulista, havia os dois nomes. O padre Manuel da Fonseca na sua biografia diz que o padre Belchior de Pontes, ainda menino, de seis a sete anos, viera à vila de São Paulo “fazendo o caminho pela Aldeia dos Pinheiros” para visitar primeiro Nossa Senhora do Monte Serrate, “que naquele lugar se venera”¹², aliás “residência criada pelo venerável Padre Joseph de Anchieta, e cultivada nestes tempos pelos Monges de S. Bento”¹³.

O menino, movido pelo seu espírito religioso, fôra em busca de um favor, de uma graça para sua mãe que se encontrava doente e o mandara à vila buscar socorro. A virgem atendeu às súplicas do rapazinho, dizendo-lhe que voltasse tranqüilo para casa, pois sua mãe se encontrava completamente restabelecida. E estava mesmo, conforme constatou o menino e o registrou o padre Manuel da Fonseca¹⁴.

A igreja de Nossa Senhora do Monte Serrate veio testemunhando, pelos anos a fora, os primeiros passos dos pioneiros portugueses e jesuítas no desbravamento das terras virgens. Nasceu o templo junto à Aldeia dos Pinheiros, ou com mais propriedade, conforme frei Gaspar da Madre de Deus, da Aldeia de Nossa Senhora dos Pinheiros. Uma capelinha que não deixou vestígios nos documentos, como deixaram, por exemplo, a de Nossa Senhora do Ó e tantas outras cuja re-

(11) Idem, Vol. XX, pág. 260.

(12) Padre Manuel da FONSECA, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, pág. 5.

(13) Idem, idem.

(14) Idem, idem.

constituição foi possível, apesar de os séculos terem destruído quaisquer vestígios materiais das edificações.

Os anos porém não passam impunemente a mais das vêzes. E como na face dos seres humanos deixa sulcos inconfundíveis, também na criação do homem imprime a sua inexorável indiferença pela beleza e juventude. A decadência sobreveio e em 1681 “estavam tão poucos índios nas aldeas que em Pinheiros só se achavam 16 de todas as idades e sexos” escrevia o marechal Arouche, quando pela situação das aldeias se interessou. Naturalmente, acrescentemos, pela requisição dos “calções de couro” que tiravam o gentio das aldeias a fim de levá-lo ao sertão em suas fantásticas bandeiras. Mas, naturalmente, já havia muitos brancos nas proximidades residindo, pois para aquêles lados morava Afonso Sardinha, o “Creso da época” na expressão do mesmo Taunay.

E brancos que não abandonaram a igreja, é bem de ver, pois à sua porta, em 1779, foi fixado o edital do Tribunal da Real Junta da Capitania para a arrematação das terras sequestradas aos padres da Companhia de Jesus “sitas em uma legua de terras dos Pinheiros, e Paicambú”¹⁵. Quando a então aldeia foi elevada a freguesia, em virtude da provisão régia de 21 de junho de 1779, mandou-se abonar vencimentos de pároco ao reverendo capelão. Alguns anos depois, isto é, em 1817, exatamente, a igreja sofreu reformas, sob a direção do pároco que então recebia vencimentos. Reforma onde entrou muita madeira, material pouco durável, portanto. O que sobrou dessas obras foi encaminhado, nesse mesmo ano, ao padre Antônio Joaquim da Silva, para a construção da primeira torre da igreja de Santa Ifigênia. Em 1843 ainda vamos encontrar referências à igreja de Nossa Senhora do Monte Serrate de Pinheiros. A Câmara, em 16 de outubro dêsse ano, pedia os títulos de posse a vários moradores “pr. estarem vallando uns terrenos na Aldeia de Pinheiros do lado direito ao largar a Estrada no entrar pa. a Igreja cujo procedimento denuncia o Fiscal”¹⁶.

(15) *Atas*, Vol. XVII, pág. 198.

(16) *Registro Geral*, Vol. XXXII, pág. 89.

A assistência religiosa na freguesia de Pinheiros, a partir de 1843, ou antes, parece que andou muito abandonada e é possível mesmo que a igreja também se ressentisse dêsse abandono. Porque algo aconteceu até 1870. É neste ano que surge um requerimento na Câmara Municipal na sessão de 22 de dezembro. Esse requerimento estava assinado por moradores de Pinheiros, um Pedro Criste, um José Joaquim de Morais e um Manuel Inácio de Sousa, aliás representantes dos habitantes do bairro dos Pinheiros, consoante as expressões do documento. Alegavam que, tendo-se formado naquele bairro uma população numerosa “que pela distancia da sede Parochial sentia grande difficuldade para recorrerem aos actos religiosos, resolverão fundar a expensas dos devotos ua Capella com 42 palmos de frente, cinco janelas e duas portas com sessenta palmos de fundo e mais de quarenta de altura”.

“Toda de tijolos sobre alicerces de pedra, especificava o requerimento, em terrenos da extinta Aldêa dos Pinheiros e da qual são Oragos Sam João Baptista e Nossa Senhora do Monte Serrate, antigos protectores daquela Aldêa”. E requeriam, para essa construção, a concessão do terreno “na extensão de 110 braças de frente com os fundos correspondentes até os valos pertencentes ao Comendador Luiz Antonio de Souza Barros para formar o patrimonio da dita Capella, cujo terreno pertence a esta Camara e que lhes pode ser concedido sem prejuízo do logradouro publico visto ainda ficar para isso muito terreno”¹⁷.

A Câmara deferiu o pedido e já no ano seguinte, isto é, em 1871, recebia nôvo officio dos moradores de Pinheiros convidando-a “para acompanhar a Procissão da Sagrada Imagem de Nossa Senhora do Monte Serrate, que no dia 3 de setembro futuro será trasladada para a sua capella, recentemente construida no referido Bairro”¹⁸. “Trasladada”, diz o officio. Porque realmente Pinheiros estêve sob a estola da paróquia da Consolação durante muitos anos. Para esta última igreja

(17) *Atas*, Vol. LVI, pág. 192.

(18) *Idem*, Vol. LVII, pág. 107. Esse officio está assinado pelo capitão Francisco de Paula Xavier de Toledo, datado de 31 de agosto de 1871.

havia sido enviada a imagem de Nossa Senhora do Monte Serrate, quando o templo da aldeia quase perdeu suas funções fundamentais entre 1843 e 1870. Aliás, de 1908 a 1914, novamente, a igreja de Nossa Senhora de Monte Serrate de Pinheiros estêve anexada à paróquia da Consolação.

Não foram poucos os anos difíceis da igreja de Pinheiros. Bairro afastado, aldeia, se quiserem, a poucos sacerdotes interessava a sua administração. Tudo era difícil. Em data de 20 de junho de 1799 o bispo d. Mateus de Abreu escrevia ao governador Manuel de Melo Castro e Mendonça, comunicando-lhe que havia retirado frei Manuel da Purificação da aldeia de Pinheiros. É que o provincial da Ordem dos Benedictinos alegava não ter religiosos para cuidar do próprio convento. Mas não se diga que o bispo atendeu pura e simplesmente à sugestão do provincial, pois nessa mesma carta comunicava ao governador ter provido no lugar de frei Manuel da Purificação o padre Antônio Ribeiro, por ter êste na aldeia de Pinheiros “o seu sitio, e sujeitar-se a cura de almas dos indios, pois só elle podia supprir esta falta, visto não haver congrua estabelecida para o Parocho d’aquella Aldêa”. A falta de cõgrua, eis um grande problema durante muitos anos. O bispo nessa mesma carta¹⁹ pedia o restabelecimento da cõgrua para o diretor espiritual de Pinheiros.

Aquêle templo que a devoção dos fiéis construiu em 1870 ainda lá se encontrava até há alguns anos atrás, quando foi demolido para a edificação da nova igreja, no mesmo lugar, isto é, nos mesmos terrenos onde se situava a antiga Aldeia de Nossa Senhora dos Pinheiros. Já sem aquêle espírito heróico dos primeiros tempos, do velho Anchieta, do venerável padre Belchior de Pontes. Mas ainda com bastante e respeitável tradição na vida de São Paulo.

(19) *Documentos Avulsos*, Vol. II, pág. 130.

Nossa Senhora do Carmo

(O Índio e o Negro)

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO na rua Martiniano de Carvalho, em estilo colonial conforme os entendidos. Ampla e acolhedora. Ou simplesmente, igreja do Carmo e mais resumidamente, mais intimamente, o Carmo. O Carmo dos casórios famosos das grandes famílias de São Paulo, dos ofícios celebrados pelo cardeal d. Carlos Carmelo. E também dos casamentos modestos, algumas vezes humildes, de pouca gente que parece absorvida pelo amplo interior do templo. Porque cabe tudo dentro desta igreja clara, enorme, preferida dos nubentes. Tão preferida que os casadoiros fazem fila para marcar o dia do seu casamento. Filas às vezes de meses. Tão concorrida como a de Santa Cecília: esta por ter sido centro de um bairro residencial antigo onde a tradição familiar se mantinha, desde o batizado, passando pela primeira comunhão e casamento, até as exéquias; aquela pela sua simpatia, pela sua grandeza e frescura, o belo corredor da porta até o altar-mor, o famoso órgão com seu côro, a iluminação, as flôres. Igreja onde casam grandes e onde os pequenos começam a dominar.

Templo ilustre e antigo, ligado à história de São Paulo desde os seus primeiros anos de vila, desde 1592. Porque os

carmelitas, segundo frei Gaspar, foram a quarta ordem a estabelecer-se no Brasil, depois dos jesuítas, beneditinos e capuchos¹. Nesse ano exatamente chegara a São Paulo frei Antônio de São Paulo Pinheiro. “O crescimento do povoado de Piratininga, escreve Machado de Oliveira, e esse estado de obediência moderada em que pelos jesuítas foram postos os índios inspiraram nos carmelitas de Santos o pensamento de fundar-se um convento da sua ordem na povoação que começava em Cima da Serra”². Primeiramente os carmelitas instalaram-se em Santos, onde foram recebidos cordialmente por Brás Cubas que seria logo mais um autêntico protetor da ordem. Eram então quatro religiosos: frei Domingos Freire, frei Alberto, frei Bernardo Pimentel e frei Antônio de São Paulo Pinheiro, os quais se recolheram, naquela cidade praieira, à capela de Nossa Senhora das Graças, fundada em 1562 por José Adorno e sua mulher Catarina Monteiro. Estes fizeram doação da capela aos religiosos carmelitas aos 24 de abril de 1589³, e Brás Cubas doou-lhes terras para a fundação de um convento e sua manutenção, não apenas na vila de Santos, mas também as terras “da Vila ao Sertão”⁴, “partindo de um pinheiro na Borda do Campo de Santo André”⁵.

Extraordinária a presunção de Brás Cubas ao fazer a sua doação aos carmelitas. O ponto de referência — um pinheiro — dá bem uma idéia do despropósito de terras — da Vila ao Sertão. A configuração exata da doação não impressionou os carmelitas, pois em 1592 frei Antônio de São Paulo estava na vila de São Paulo pedindo “autoridade p.^a sitiar hũa casa nesta villa e seus limites”⁶. A notícia foi dada na sessão de 20 de junho de 1592, na qual “não ouve por hora que asentar nen q̃ requerer”, dizia o escrivão na sua linguagem queimada

(1) Frei GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, págs. 371 a 374.

(2) MACHADO DE OLIVEIRA, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, Apêndice B, pág. 305.

(3) João Luís PROMESSA, *Reminiscências de Santos*, pág. 32.

(4) Monsenhor Paulo Florêncio da SILVEIRA CAMARGO, *A Igreja na História de São Paulo*, Vol. I, pág. 114, citando a escritura pública de doação de Brás Cubas, de 30 de maio de 1589.

(5) Idem, idem.

(6) *Atas*, Vol. I, pág. 444.

pelo trópico. Mas, acrescenta, “sallvo q̃. appareseo ho reve-
rendo padre frei ant^o da hordem de nossa do carmo”⁷. A Câ-
mara ficou de consultar o povo, antes de dar a necessária
licença. Mas por essa licença não andou esperando frei Antô-
nio, pois nesse mesmo ano Afonso Sardinha dispunha em seu
testamento deixar “á casa de Nossa Senhora do Carmo cinco
cruzados de esmolos”⁸. Frei Antônio, pelo que se percebe,
iniciou imediatamente a construção do templo, que serviria de
núcleo para o futuro convento.

É bom que se diga a esta altura que o primitivo templo
de Nossa Senhora do Carmo foi erigido ali naquele canto da
atual praça Clóvis Bevilacqua que forma o comêço da Ave-
nida Rangel Pestana. Num outeiro dominando tôda a várzea
do Tamandateí que corria nos fundos do antigo templo e
convento. Canto que alguns anos depois absorveu o nome
de Carmo — Esplanada do Carmo — Rua do Carmo, hoje
mudada num trecho, sem protesto algum por parte dos histo-
riadores, para o nome de rua Roberto Simonsen, uma inteli-
gência viva da nossa indústria, prematuramente desaparecido.
Mas que podia ser homenageado com outra rua, não por essa
do Carmo, que foi o último vestígio da primitiva e secular
nomenclatura de São Paulo antigo. Situava-se do lado direito
de onde se encontra hoje a capela da Venerável Ordem Ter-
ceira de Nossa Senhora do Carmo, templo que herdou a tra-
dição do lugar da igreja do Carmo. Diga-se de passagem que
êsse templo da Ordem Terceira data de 1804. A Venerável
Ordem Terceira do Carmo parece ter sido ereta em 1697 por
provisão de frei Manuel Ferreira da Natividade, vigário pro-
vincial, reformador e visitador dos frades no Brasil. Nesse
templo, em 1846, por ocasião da visita dos imperadores a São
Paulo realizaram-se grandos festas, tão solenes e pomposas que
ficaram na crônica da Ordem Terceira. E também nesse tem-
plo foi registrado um roubo fabuloso em 26 de julho de 1867,
segundo Antônio Egídio Martins, roubo que dá bem uma

(7) Idem, idem. Há um êrro neste particular já consagrado pelos historia-
dores. A sessão é de 20 de junho de 1592 e não de 1591. Monsenhor FLORENCIO
DE CAMARGO é o primeiro a declarar a data exata.

(8) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricas*, Vol. II, pág. 349.

idéia da riqueza de que era possuidora a Venerável Ordem Terceira do Carmo: coroa de ouro, adereços, pulseiras de pedras preciosas, um caixilho de ouro, cruces, brincos e mesmo pedaços de ouro, roubo cujo mistério se esfumou dentro dos anos. Eis como Antônio Egídio Martins descreve a repercussão do furto que sofreu a capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo: “Este grande roubo muito impressionou o povo paulista e os antigos irmãos da Ordem Terceira do Carmo quando, em suas palestras, se referiam ao mesmo roubo, era com os olhos marejados de lágrimas”. Em 1906 a capela foi reformada. Em 1922 foram iniciadas novas obras, concluídas cinco anos depois, ou seja, em 1927, datando dessa época o estado atual. Da Ordem nasceu o Ginásio do Carmo.

Afirma-se que a casa dos carmelitas foi concluída no ano de 1594. Esta informação é do padre Sá, citado por frei Gaspar, que revela cautelosamente essa data. Pelo menos no interregno de dois anos — de 1592 a 1594 — não surge nenhuma indicação a respeito e nem mesmo nas *Atas da Câmara* há qualquer deixa para sabermos o que aconteceu nesses dois anos. O que se pode afirmar, com absoluta segurança, é que frei Antônio não permaneceu de braços cruzados esperando um milagre de que eram férteis aquêles tempos. Tratou logo de terminar a sua casa, modesta naturalmente, alvejando no morro do canto que forma hoje a entrada da Avenida Rangel Pestana. Em 1594 já estava concluída. No ano seguinte a 1595, Antônio de Chaves dispunha em seu testamento que “sera meu corpo enterrado em Nossa Senhora do Carmo”⁹. Então a ação dos carmelitas começara a se tornar notada, os fiéis acorreram ao nôvo templo daquele São Paulo bravo entretido nas correrias contra os índios e cujos habitantes defendiam a sua vida em comêço tendo numa das mãos a espada e, na outra, o escapulário da Virgem do Monte Carmelo.

Ràpidamente progrediu a igreja na devoção dos seus fiéis e em 1598 exigia da Câmara a mudança da fôrça que se encontrava defronte ao seu mosteiro, pois isso constituía um es-

(9) *Inventários e Testamentos*, Vol. I, pág. 68.

petáculo nada agradável às ovelhas do Senhor que procuravam o templo para suas preces. Na sessão de 28 de novembro de 1598 reclamava-se contra a fôrça instalada no outeiro de Tabatingüera que lá se encontrava em “prejuizo do mosteiro e leis de nossa sôr do carmo”¹⁰ dizia o escrivão na sua linguagem estropiada. As missas deixadas nos testamentos dos primeiros povoadores à Nossa Senhora do Carmo são comuns. No testamento de Diogo Sanches encontra-se um têrmo pelo qual “o parecer do curador houve por bem de mandar dar aos padres de Nossa Senhora do Carmo para sua casa mil e quinhentos réis por deixarem enterrar o corpo do defunto Diogo Sanches por estar a igreja matriz desfeita e se fazer de novo”¹¹. A data é de 5 de outubro de 1598. Nessa época a casa dos carmelitas funcionava regularmente. Havia até muitos padres, conforme se deduz do têrmo anexado ao testamento e inventário de Diogo Sanches.

Convento e igreja que deveriam ser pequenas construções de taipa, mas o suficiente para os ofícios religiosos, residência dos sacerdotes e para sossegadas sepulturas dos homens rudes e valentes do São Paulo do século XVI e XVII. Pequenas realmente, o que justificava a venda de sepulturas na igreja pelos carmelitanos que anos mais tarde rivalizariam com os jesuítas em poder e fôrça. É o que se deduz pelo menos de dois testamentos. O de Gaspar Fernandes, de 1600, que determina “meu corpo seja enterrado dentro da igreja de Nossa Senhora do Carmo á qual casa mando de esmola dez cruzados”¹²; o de Francisco Velho, de 1619, onde se lê que “declarou mais que por mandado de Maria de Moraes comprara uma cova aos padres do Carmo por dez cruzados de que tem carta”¹³. Covas compradas e com recibo de garantia, ou seja, “carta”. Esses dois testamentos explicam o têrmo apenso ao de Diogo Sanches “para deixarem enterrar”, pagando para isso “mil e quinhentos réis”. No Carmo foi sepultado um homem famoso do século

(10) *Atas*, Vol. II, pág. 48.

(11) *Inv. Test.*, Vol. I, pág. 155.

(12) *Idem, idem*, pág. 377.

(13) *Idem*, Vol. XXV, pág. 9.

XVII — Martim Rodrigues, famoso por seus livros. Em seu inventário aparecem “o Retábulo da Vida de Cristo”, “Crônica do Grã Capitão”, “Instrução de Confessores” e “Mistérios da Paixão”, arrolados pelo escrivão de órfãos Simão Borges¹⁴. Muito livro para um só homem na Vila incipiente, onde se contavam a dedo os alfabetizados. Um outro homem respeitável aí sepultado, juntamente com seu pai, foi Lourenço Castanho Taques, o conquistador dos cataguases e governador das minas do Caeté, que faleceu em 1677¹⁵. As referências não indicam se ambos também compraram covas na igreja.

É interessante observar que o surto das bandeiras provocado mais por um fator econômico — mão-de-obra para a vila incipiente que ensaiava os seus primeiros passos de urbanização e para as primeiras manifestações de suas atividades agrícolas em escala comercial — do que por qualquer outro, inclusive o político, absorveu também em meados do século XVII, ou princípios, a atenção dos religiosos de São Paulo. Nem tôdas as ordens, porém, sentiram com tanta agudez como a dos carmelitas a necessidade de braços para o trabalho, poucos anos depois da edificação da sua igreja e convento no burgo piratiningano. Isso se explica pela extensão das terras doadas por Brás Cubas. Era aquêlo o fenômeno da interação que aprofundava o seu processo de realização, de vez que a mentalidade civil se via exclusivamente voltada para a caça ao gentio e, por decorrência, do ouro e das pedras preciosas. Essa efervescência de São Paulo no alvorecer dos meados do século XVII atingia a vila inteira. Exigiam-se índios, pensava-se em índios, sonhava-se com índios. Os homens da vila viam pelo sertão, em tal quantidade e tão amiúde que as *Atas da Câmara* nos dão conta regularmente dêsse êxodo que fazia despovoar não só o núcleo urbano como também as vizinhanças rurais.

Nesse particular, a igreja de Nossa Senhora do Carmo foi uma testemunha segura da ação dos carmelitas na caça ao gentio, de acôrdo com os documentos compulsados por Aze-

(14) Idem, Vol. II, pág. 12.

(15) SILVA LEME, *Genealogia Paulistana*, Vol. IV, pág. 233.

vedo Marques e transcritos nos seus *Apontamentos Históricos*. A igreja e o convento não deveriam estar muito folgados de situação para cuidar de suas posses. À vista dessas limitações resolveu o prior frei Ângelo dos Mártires e outros frades da ordem aos 28 de dezembro de 1648 “mandar alguns moços ao sertão arrimados a um homem branco, pagando-se-lhes todos os gastos e aviamentos necessários”¹⁶. Não para passear, ou procurar pedras e ouro, é evidente. Mas para apresar o gentio no sertão fabuloso, pois o desenvolvimento da igreja e do convento “depende do serviço dos índios”¹⁷. Em 1650, aos 5 de janeiro, ficou decidido o envio de “10 moços, que mandamos desta vez ao sertão, fossem em companhia do capitão Luiz da Costa”¹⁸. Em companhia de Matias Martins os carmelitas mandaram mais 5 ou 6 moços, em março desse mesmo ano. Em fevereiro de 1662 “por falta de gente que tinham as fazendas, nos importava mandar ao sertão 8 moços em companhia do capitão José Ortiz de Camargo, para que com o favor de Nossa Senhora pudessem trazer *alguma gente*, pois sem ella se acabariam totalmente, não só as fazendas, mas o convento”¹⁹. Em 1685, prior do convento o frei Francisco da Conceição, foi autorizada a participação de frei João de Cristo na entrada de Jerônimo de Camargo, Antônio Bueno e Salvador de Oliveira, porque éstos se obrigavam em que “das primeiras 100 peças que Nosso Senhor for servido dar-nos, daremos ao dito padre Fr. João de Christo a metade, e das outras que mais se adquirirem faremos com elle partilha como aos mais soldados da bandeira”²⁰. Um descendente de Manuel Vieira de Barros, o frei Bento Rodrigues de Santo Ângelo, da Ordem, parece que se interessou mais pelo ouro do que pelas coisas simples e menos valiosas na época da religião. Durante muitos anos andou palmilhando os sertões do Tibaji, “onde descobriu perto da estrada dos Campos Geraes, faisqueiras de ouro

(16) AZEVEDO MARQUES, op. cit., Vol. II, pág. 341.

(17) Idem, idem.

(18) Idem, idem, pág. 342.

(19) Idem, idem.

(20) Idem, idem. Esta documentação foi recolhida por AZEVEDO MARQUES no Arquivo do Convento do Carmo em São Paulo, hoje intocável.

de lavagem”. Não só ouro encontrou o carmelita ambicioso que não se satisfazia com as promessas do céu. Mas também diamantes e quando descobriu estas pedras, tal porventura a sua ligação com o govêrno, “ficou prohibido o ingresso para estes descobrimentos, e se lhe poz uma guarda de soldados infantes com um cabo commandante do presidio de Santos”, segundo conta Pedro Taques. Ainda no século XVIII os carmelitas participavam comumente de entradas pelo sertão. Há uma referênciã curiosa sôbre o padre João Monteiro, que acompanhou “as gentes das Bandeiras” que foram “a descobrir, e examinar as Vertentes da Serra do Capivarussú”, apenas para administrar sacramentos²¹. As entradas geralmente levavam sempre um sacerdote.

Dos resultados da participação dos carmelitas nesses aprensamentos nada se sabe. Mas deve ter dado os seus frutos capazes de afastar da ruína, por falta de braços, as suas fazendas, o seu convento e a sua igreja. E sobrado, podemos acrescentar, pois em 1721 a Câmara de São Paulo enviava ao prior do Carmo uma carta rogatória “pedindo des Indios p.^a acompanhar o C. B.^{meu} Paes de ABreu; tãobem pera fazer o dito Caminho do cuyaba em cuja dilig.^{ca} vay²². E mais, a igreja de Nossa Senhora do Carmo emprestava escravos ao govêrno para o serviço de obras públicas, abertura de ruas, consertos da cadeia, abertura de valos, uma porção de coisas, afinal²³. Os carmelitas possuíam vastas extensões de terras doadas por Brás Cubas, onde localizavam suas fazendas. Fazendas por todos os lados da vila de São Paulo, algumas das quais, mais tarde, floresceriam em bairros e mesmo em cidades. Daí a necessidade do gentio. Não pretendemos justificá-los, apenas constatamos um fato social. Ainda no século XIX a igreja e o convento do Carmo possuíam os seus escravos, pois é de 1804 o registro de um requerimento, na Câmara, do prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo, “senhor e possuidor de umas terras que ficam nos fundos do mesmo

(21) *Documentos Interessantes*, Vol. VI, pág. 125.

(22) *Atas*, Vol. IX, pág. 64.

(23) *Idem*, Vol. XXXII, pág. 83.

convento, onde têm as senzalas dos seus escravos²⁴. Davam-se bem a Câmara e os carmelitas, boas relações mantidas através do processo de empréstimos dos escravos para as obras públicas. Favores recíprocos, com certeza. Nada mais. Mas a verdade é que quase à entrada do século XVIII ainda a Ordem do Carmo se mantinha numa situação folgada, em cujo convento e igreja viviam 14 religiosos e um leigo e o número de escravos elevava-se a 431²⁵, com as fazendas de Capão Alto, Sorocamirim, Biacica, Caguaçu, e outras muitas extensões de terras por Santos, Moji das Cruzes e Itu²⁶.

A primeira reforma da igreja e do convento data de 1766, de acôrdo com vários historiadores. Já então o templo deveria ter tomado a conformação que veio até nossos dias, quando foi mudado para a rua Martiniano de Carvalho, onde se encontra hoje. Alguns anos depois, ou para sermos exatos, onze anos depois à igreja de Nossa Senhora do Carmo seria ligado um exemplo rijo de dignidade e pudor de certas mulheres paulistas do século XVIII, como foi o caso de Francisca da Silva Rosário, que faleceu em São Paulo em 1777. Essa senhora casara-se por procuração com Francisco Álvares de Crasto (ou Castro?), assistente em Cuiabá. Voltando êste a São Paulo, depois de alguns anos, parece que se esqueceu de sua legítima espôsa que o aguardava. Porém, não a procurou. Tal tratamento ofendeu a ilustre dama paulista, do ramo dos Furquins, que se sentiu desobrigada da sua condição de casada. Daí, na sua morte, não tendo herdeiros, haver legado todos os seus bens ao convento e igreja de Nossa Senhora do Carmo²⁷. Enriquecendo-se ainda mais. Em 1836 a ordem possuía "31 casas de aluguel, 6 estabelecimentos de agricultura, uma fazenda de crear, cento e trinta e tantos escravos; de onde provêm o seu rendimento"²⁸.

A igreja e o convento alvejavam na colina do Carmo, com palmeiras pelo pátio, com a vista larga sôbre o aterrado do

(24) *Registro Geral*, Vol. XIII, pág. 103.

(25) *Documentos Interessantes*, Vol. XXXI, pág. 167.

(26) *Idem, idem*, págs. 167 e seguintes.

(27) SILVA LEME, *op. cit.*, Vol. VI, pág. 239.

(28) Marechal D. P. MULLER, *São Paulo em 1836*, pág. 251.

Brás, a estrada do Brás a caminho da Penha. Igreja e convento de aspecto agradável. Saint-Hilaire destacou o templo na paisagem urbana do modesto São Paulo dos meados do século XIX. “A igreja do convento dos carmelitas é muito bonita, ornamentada com muito gosto e enriquecida com pinturas de ouro. Além do altar-mor, há mais três altares de cada lado, em que são reproduzidas as mais notáveis ocorrências da paixão de Cristo. Essa igreja me pareceu muito superior à catedral”²⁹, dizia o magnífico e simpático viajante francês.

De alguns anos mais tarde é a descrição de Pessanha Póvoa, que vale a pena transcrever: “Sobre a eminência da ladeira do Carmo, que parece o flanco de uma montanha, occupa o convento consideravel espaço, dominando desde a rua do Carmo até á confluencia oriental do rio Tamandatahy, onde fica a grande ponte construida no tempo do decimo terceiro governador Horta França. . .” E mais adiante, entrando em detalhes, o cronista acrescenta: “O atrio, como bem mostra a gravura, é flanqueado de grossas paredes tendo em frente onze janellas rasgadas, com varandas, no andar que se ergue sobre o pavimento inferior, que serve de quartel do corpo de Permanentes. Ao lado tem duas igrejas contiguas que pegam com o convento. Uma é dos frades, e a outra é da Ordem Terceira do Carmo. A primeira é interiormente de architectura pesada e decorada com mau gosto. A segunda é mais simples, porem mais elegante. Ambas estas igrejas, no seu exterior, são de muita simplicidade, dando-lhe comtudo muito realce o alto coruchéo ou torre dos sinos que extrema uma da outra”³⁰. Os requintes do autor vão à conta do fato de estar escrevendo para leitores estrangeiros, gente de além-mar.

Esse mesmo cronista salvou uma história curiosa ligada à casa dos carmelitas — a triste história do frei Antônio Inácio, quando prior do convento. Era homem de índole irascível, diz Pessanha Póvoa, e tão restrito que levava a economia até

(29) SAINT-HILAIRE, *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 175.

(30) PESSANHA PÓVOA, in *Archivo Pittoresco*, Vol. VI, pág. 217.

a avareza. É justamente por isso foi considerado o que melhor zelou os vastos bens do convento. No dia 6 de agosto de 1859 foi o frade estrangulado por dois escravos da ordem, pobres diabos revoltados com as asperezas e excessos emanados das imposições naturais do prior. Algumas pessoas, afirma cautelosamente o cronista, "atribuíram este assassinio ao seu excessivo rigor para com os escravos"³¹, o que, podemos acrescentar, não deixaria de ser uma justificativa plausível. Com efeito, tal crime que se pagava normalmente com a pena de morte, ocasionou a condenação dos escravos às galés perpétuas. O defensor desses escravos foi então o estudante de direito José Vieira Couto de Magalhães, que conseguiu anular o pedido de pena de morte com a sua desinteressada e brilhante defesa. Naturalmente jogando com as qualidades negativas do religioso. Para desfazer a triste impressão dessa história, porém, podemos dizer que os carmelitas tiveram uma ação muito destacada nas lutas da Independência com frei Antônio de Santa Gertrudes e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo vibrou com as atividades de frei Caneca, que também pertencia à ordem e considerado um dos fundadores dessa Independência. E mais: "o convento recebia como pensionistas externos, facilitando-lhes a permanência em São Paulo e encarregava-se da educação gratuita de doze deles, dando-lhes pouso e alimentação"³². Gesto simpático, gesto que muito dignifica os carmelitas que deveriam receber os agradecimentos dos estudantes por intermédio dos santos e das santas dispostos nos altares da igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Aquelas boas relações da ordem com a Câmara de São Paulo, de que já falamos, continuaram com o governo da Província. Em 1831, a pedido do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, presidente na época da província de São Paulo, o prior frei Francisco de Paulo concedeu, sem cláusula alguma, licença para o Corpo Policial de Permanentes ocupar uma parte do pavimento térreo do convento, que serviu de quartel até 1906. E ao lado da igreja de Nossa Senhora do Carmo,

(31) Idem, idem.

(32) Miguel MILANO, *Os Fantasmas de São Paulo Antigo*, pág. 13.

tranquãla, resistindo nas suas paredes de taipa à sanha do tempo, cuidada com carinho pelos religiosos carmelitas. É da tradição que no templo se realizavam as melhores missas cantadas, as melhores procissões, as mais caprichadas comemorações da Semana Santa, com a presença de altas autoridades, gente boa da terra. E o paredão do Carmo? Eis aí um traço curioso da velha igreja. Defronte a êsse paredão, tantas vêzes figurando em documentos oficiais na sua característica de insaciável sorvedouro de reparos, reparos feitos por negros escravos da Ordem, por negros escravos emprestados à Câmara, existia uma série de casinhas de taipa, baixas e feias, pertencentes ao Senado da Câmara. E casinhas que muitas vêzes fizeram de mercado, conforme registra a crônica, onde se vendiam gêneros alimentícios, toucinho, farinha, cereais. O morro de Tabatingüera, nas imediações, fornecia saibro à população para a edificação de casas de taipa, de muros de taipa. Em 1803 o capitão Gabriel José Roiz entendeu de cercar o morro, para monopolizar, porventura, o saibro, contra o que protestou a população junto à Câmara, que deu parecer contra o muramento.

Não são poucas as personalidades paulistas ligadas à Ordem do Carmo ou à sua crônica. Como a do frei Felisberto Antônio da Conceição Lara e Moraes, frade e poeta, que Pedro Taques de Almeida Pais Leme conheceu em vida. Dêle nos ficaram a fama do seu talento e da sua virtude. Um traço poético e outro religioso. Um poeta que “mimosêa aos amigos” com versos de sua autoria, “que a isso obrigam com rogos”³³. Um outro tipo interessante foi d. Diogo de Lara que “vivia mais no templo de Nossa Senhora do Carmo, ao pé do altar-mor, onde estava o Santissimo Sacramento no sacrario, do que em sua casa”, no dizer de Pedro Taques³⁴ e que, quando morreu, deixou tudo à Ordem, inclusive uma fazenda com gado, conhecida depois pelo nome de Quinta Ferraria ou Curral dos Carmelitas.

(33) Pedro Taques de Almeida PAIS LEME, *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*, Vol. 1, pág. 155.

(34) Idem, idem, pág. 254.

As festas do Carmo fizeram-época. Raro o viajante estrangeiro dos tempos coloniais que não fala delas, principalmente da Semana Santa, rica de cantos. As partituras dos cantos religiosos saíam da inspiração do maestro Jesuíno de Cássia Lustosa, mais recentemente, o maestro Lustosa, “de que ainda existem reminiscências por aí algures, de cantochão que fizeram o encanto acustico dos nossos piedosos conterraneos avoengos”³⁵. A igreja do Carmo, durante anos, constituiu-se no legitimo dodói da devoção paulistana. Dodói merecido, dada a simpatia material e espiritual do templo, branco e alegre sôbre a colina que trazia o seu nome.

* * *

Em 1928 começou a nova fase da igreja de Nossa Senhora do Carmo. Fase exigida pelo rápido progresso da cidade cuja população começava a crescer de maneira admirável. O governo do Estado, por interêsse público, desapropriou-a, pagando à Ordem dos Carmelitas a importância de 4.500 contos. Bom dinheiro para a época que não se ressentia dos reflexos da política financeira inflacionária. No dia 25 de abril daquele mesmo ano, foi ali, no velho templo, celebrada por frei Canísio Muldermann, prior do convento, o último ofício religioso — uma missa solene, com a presença de um incontável número de fiéis que não quiseram perder aquêle ofício raro, dentro de uma igreja prestes a cair, depois de mais de três séculos de tradição. À tarde, processionalmente, foi a imagem da Virgem transportada para a rua Martiniano de Carvalho, onde havia sido construída uma pequena capela provisória para recebê-la nos terrenos do templo que lá está hoje. A imagem é muito antiga e se conserva até hoje.

A igreja atual, enorme e bonita, foi inaugurada no dia 1.º de abril de 1934. Muito bonito é o templo. O altar-mor é o mesmo do primitivo templo, assim como as seis capelas laterais, com retábulos dourados a ouro, os mesmos do velho

(35) Paulo Cursino de MOURA, *São Paulo de Outrora*, pág. 36.

templo. No altar-mor cercando a Virgem que data pelo menos de 1766 encontram-se o profeta Elias e seu amado discípulo, o profeta Eliseu. Amplo é o interior da igreja, decorada por Túlio Mugnaini. No teto encontram-se os motivos da multiplicação dos pães, a aparição da Senhora ao profeta Elias, o céu do Carmo e, por último, a fundação em São Paulo da igreja e convento. A igreja de Nossa Senhora do Carmo harmonizou o antigo com o moderno na sua arquitetura e nas suas decorações, de maneira a não acusar surpresa. O contraste entre o altar-mor, as capelas e as longas galerias modernas, os "vitreaux", a pintura e a própria construção, forma um conjunto agradável, que impressiona. Disso sabem os noivos e as noivas que para lá se movem para as núpcias. E um casamento na igreja do Carmo sempre é bonito: o dourado dos altares, a iluminação muito bem distribuída, a larga nave, as longas alas. E também as escadas externas que obrigam os nubentes a uma leveza de movimentos cheios de elegância, próprios aliás de quem vai casar.

Da simples construção de taipa, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, acompanhando a cidade de São Paulo, chegou ao conjunto imponente de hoje. Ao lado da porta principal existe uma lápide que é um resumo histórico, embora errado, do templo. A lápide é uma síntese da vida da igreja de Nossa Senhora do Carmo, ampla e acolhedora. Igreja do Carmo. Ou mais intimamente, o Carmo.

São Bento

(*A Pedra de Fernão Dias Paes*)

A CRÔNICA DA IGREJA DE SÃO BENTO, de Nossa Senhora do Monte Serrate do bandeirante Fernão Dias Pais, o São Bento do beneditino e historiador frei Gaspar da Madre de Deus, dos humildes e dos milionários, do famoso relógio que marca as horas dos paulistanos, está tôda contida num trabalho anônimo, de ressaibo quase medieval, como diz Afonso de E. Taunay, cujo original se encontra nos arquivos do Mosteiro de São Bento. Trabalho anônimo que o mestre historiador atribui, de modo positivo, a frei Ângelo do Sacramento, prelado setecentista. O pequeno manuscrito, de 1766, "Para o registro e dietario do Mosteyro", que traz uma "pre-fação ao leytor" foi publicado graças a Afonso de E. Taunay na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e apresenta um roteiro seguro para a história do Mosteiro.

A igreja enorme que aí está hoje, dando nome ao largo que ela domina, como uma fortaleza de pedra, nasceu porém humildemente na vila de São Paulo em 1598. Nasceu das mãos de um beneditino cujo nome a história conservou. Não obstante o religioso e sua frágil capelinha primitiva terem tido vida tão breve. Foi frei Mauro Teixeira, "monge muito religioso, e abstinente, de louvável vida, e singulares costumes"¹, que

(1) ANÔNIMO, "Para o Registro e Dietario do Mosteyro", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XVI, pág. 280.

chegou a São Paulo investido da missão de aqui fundar um mosteiro da sua ordem, a Ordem dos Beneditinos. Partira êle da Bahia, a mandado do provincial, e aqui chegou com duas cartas de sesmarias concedidas pelo capitão-mor Jorge Correia em data de 4 de julho de 1598². O frade apresentou suas cartas de sesmarias na Câmara e iniciou logo a construção de uma ermida “na parte mais aprazível de toda a Cidade por ficar fora della; porque correndo-lhe por baixo do Mosteyro de sua parte, que é a do nascente, o rio Tamandatiy, que por esta parte o cerca, formando essa formosa enseada a terra, a feyxa de tal sorte com o Rio Inhangabahú, que pela parte do ponte corre deyxando em cima no pavimento da terra, o lugar para quem vem ao Mosteyro o possa entrar de maneira que parece está este fora da mesma Cidade”³. O cronista, dentro dêsse estilo difícil mas saboroso, informa que frei Mauro formou a capela sob a invocação da São Bento. Segundo alguns cronistas, nesse ponto, se localizara a aldeia de Inhambuçu, a aldeia de Tibiriçá, que teria sido visitado pelo padre Manuel da Nóbrega, fundador de São Paulo, em 1553, data aliás de uma sua famosa carta do “Sertão de S. Vicente”, de agôsto.

Aí viveu Mauro sòzinho, “como os verdadeiros Monges da Tebayda”, até que d. Francisco de Sousa veio em descobrimento de ouro e trouxe religiosos da mesma ordem”⁴, conforme consta de uma certidão passada pelos oficiais da Câmara a 9 de julho de 1630. Vieram com d. Francisco de Sousa frei Mateus de Ascensão, frei Antônio de Assunção e frei Bento da Purificação. Isto ocorreu em 1600 e os religiosos foram recolhidos à humilde construção de frei Mauro, a ermida de São Bento. Ermida de que d. Francisco de Sousa logo mandou mudar o orago para o de Santíssima Virgem do Monte Serrate, com o que concordaram os religiosos beneditinos dada a ascendência que sôbre êles exercia d. Francisco de Sousa. Ascendência efêmera, bem se verá, porque o objetivo dos religiosos

(2) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos*, Vol. II, pág. 128.

(3) ANÔNIMO, op. cit., pág. 280.

(4) AZEVEDO MARQUES, op. cit., pág. 129.

era pura e simplesmente a ereção de um mosteiro e não .o de uma igreja apenas com o seu orago. Pelo que deixam transparecer os documentos os beneditinos erigiram nova casa, de proporções mais amplas, capaz de acolher maior número de membros da ordem.

Azevedo Marques afirma que a fundação do mosteiro é de 1600, baseado numa petição que dirigiu à Câmara frei Mateus de Ascensão. Realmente, a petição de frei Mateus está citada no “traslado de uma carta de chãos dos padres bentos” passada pelos oficiais da Câmara aos 15 de abril de 1600. Nesse documento se lê “que por sua petição nos enviou a dizer frei Matheus de Ascenção prior da casa de São Bento novamente fundada nesta villa que elle fora enviado de seu maior a esta capitania de São Vicente para nella edificar mosteiro aonde mais decente lhe parecessé e porquanto nesta villa lhe pareceu bem e achou já feita uma ermida em certo sitio e chãos que lhe fora assignado pelos officiais nossos antepassados fora desta villa partindo com Gonçalo Madeira de uma banda e da outra com Jorge João e com o rio grande que vae por baixo desta villa e um ribeiro chamado Anhangovai naquelle alto por cima de... pedindo-nos que dos ditos lhe mandassemos passar carta... posse segundo que na dita petição era declarado que por nos visto com a informação que o escrivão Belchior da Costa tomamos por nos constar ser como o dito padre diz e allega por serviço de Deus Nosso Senhor e de seu servo e bemaventurado São Bento e lhe demos e havemos por dado os ditos chãos assim e da maneira que lhe foram signalados pelos ditos officiais passados e mais ampla e compridamente se tal sem damno de partes o podemos fazer e lhe nomeamos todos os chãos que naquelle logar de suas demarcações e confrontações houver que dados não forem os quaes serão para o convento mosteiro ou casa do dito santo para que seus padres e ministro façam nelles o que lhe bein estiver os quaes lhe damos forros livres e isentos de todo tributo e pensão que á dita Camara pertença de hoje... até o fim do mundo dos quaes... possui na forma ac... e ministros da justiça de que lhe mandamos passar a

presente por nos assignada a qual será registrada no livro dos registos para que conste dada sob nossos signaes hoje quinze de abril Belchior da Costa escrivão da Camara a fez por nosso mandado anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos annos Balthazar de Godoy João Maciel Gaspar Vaz de João Fernandes”⁵.

Esse documento pode ser levado à conta da verdadeira certidão de nascimento da igreja e mosteiro de São Bento. Daí até 1650 as referências sobre o templo não têm grande significação. Por esses anos chegaram a São Paulo novos elementos da Ordem, tais como frei Gregório, frei Bernardo de Azevedo, frei Pedro dos Santos, frei Máximo Pereira e frei João Pimentel. Ao tempo era procurador dos frades beneditinos o bandeirante Manuel Prêto, o fundador da igreja de Nossa Senhora do Ó. Tempos difíceis deviam ter sido as três décadas tão avaras de documentação sobre a igreja. Dificuldades aumentadas com as doações de terras que os beneditinos foram recebendo pelos anos a fora. Porque a mão-de-obra para delas cuidar tornava-se rara em São Paulo no alvorecer do século XVII. A igreja de São Bento, através dos seus membros, não teve a mesma participação flagrante da igreja do Carmo, na crônica da cidade, cujos sacerdotes chegaram a organizar bandeiras para apresamento do índio. Não, os beneditinos, talvez devido mesmo à sua superior formação intelectual, não ousaram a tanto. E por isso a igreja de São Bento não se devia fazer notada nesse período. Uma ata da Câmara, a de 22 de novembro de 1624, citada por Francisco Nardy Filho, não registrava o templo de São Bento como prejudicado pela ação do gado solto na vila. Considerando “que o gado que anda nesta villa faz mt.^o dano as igrejas pello que mandarão fosse notefiquados os donos a saber bartallameo glz. tenha cuidado de allimpar o adro do collegio e o adro da santa mizericordia e alleixo Jorge tenha o cuidado de allimpar o adro da matriz e o adro de nosa snra do carmo isto com pena de quinhentos reis”⁶.

(5) *Registro Geral*, Vol. I, pág. 78.

(6) Francisco NARDY FILHO, “São Bento”, in *O Estado de S. Paulo*, 23-2-1936.

Seis anos mais tarde, ou seja, em 1630, há novas notícias da igreja. Trata-se da reforma ordenada pelo frei João Pimentel, que tinha sido vigário em São Paulo de agosto de 1608 a junho de 1616⁷ e depois rumara para o Rio de Janeiro. E agora regressava à vila de São Paulo. A estada de frei João Pimentel na vila coincidia exatamente com certas dúvidas levantadas sobre a legitimidade da posse dos beneditinos em torno dos terrenos marginais ao Anhangabaú. Tanto isso é verdade que o expedido frade, antes mesmo de iniciar as obras de construção da igreja e do mosteiro, dirigiu-se à Câmara por petição, “em a qual pedia licença a Camera para as fazer, e que por temer, que o Povo lhe impedisse pelas razões referidas de ser o sitio seu lhe assegurasse a quietação, como segunda vez o fez a Camara por seu despacho”⁸. Afonso de E. Taunay diz que a chegada do frade causou alvoroço na vila, mas afinal tudo se acomodou, citando uma ata da Câmara em que dá notícia de uma reunião dos “homens da governansa da terra” para discutir a questão. Pôde então frei João Pimentel levar a cabo a reconstrução da igreja e do mosteiro, naturalmente até com a colaboração da gente da vila e dos seus representantes no govêrno. Em 1637 o mosteiro já era abadia, segundo a escritura de doação de Miguel Aires Maldonado e sua mulher Bárbara Pinto das terras de Borda do Campo, “para todo o sempre”⁹, em data de 24 de abril.

Um outro fato curioso, dentro desse período, registra-se em 1641 — a aclamação de Amador Bueno como rei paulista, complicado episódio de nossa história pelo que representa de forças antagônicas agindo no setor político de São Paulo de meados do século XVII. A ocorrência foi salva da ação do tempo por frei Gaspar da Madre de Deus. Narra o frade beneditino que o povo correu à casa de Amador Bueno aclamando-o rei. Surpreendeu-se com o movimento e chamou à razão os moradores entusistas. “Chegão a ameaçal-o com a morte, se não quizer empunhar o sceptro”¹⁰ diz frei Gaspar.

(7) Afonso de E. TAUNAY, *História Antiga da Abadia de São Paulo*, pág. 41.

(8) ANÔNIMO, op. cit., pág. 283.

(9) Afonso de E. TAUNAY, op. cit., pág. 46.

(10) Frei GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, pág. 243.

“Vendo-se n’esta consternação, narra o frade, o fiel vassallo, sahio de sua casa furtivamente, e com a espada na mão para se defender, se necessario fosse, caminhou apressado para o Mosteiro de S. Bento, onde intentava refugiar-se. Advertem os do concurso, que havia sahido pela porta do quintal, e todos correm apoz elle, gritando: *viva Amador Bueno nosso Rei*: ao que elle respondeu muitas vezes em voz alta: *viva o Senhor D. João IV nosso Rei e Senhor, pelo qual darei a vida*”¹¹. Teve Amador Bueno de dormir no mosteiro nesse dia, partindo no seguinte para Santos. O fiel vassallo só teve um lugar para proteger-se das exigências do povo. Poder-se-ia imaginar no que daria a história se não existisse êsse mosteiro e essa igreja de São Bento perto da casa de Amador Bueno, lugar seguro e inviolável.

Quanto à igreja pròpriamente dita, volta a figurar nos documentos em 1650, ligada ao nome fabuloso de Fernão Dias Pais, o caçador de esmeraldas. Vendo o grande sertanista “a pequenhês do Mosteyro, o aperto em que estão os monges, e pouco comodo que tinhão, como homem de bem, pedio elle mesmo aos Religiosos, que para que mais commodamente podessem louvar a Deus queria elle fazer sua nova Igreja ao pé daquella primeira fundada pelo Pe. Fr. Mauro toda a sua custa”¹². Impunha Fernão Dias Pais duas condições: a de ser o protetor da igreja e a de ter no altar-mor uma sepultura para si e duas mais para seus descendentes legítimos e “assim mais os filhos e filhas naturaes, que o dito capitão tiver”. Azevedo Marques transcreve na íntegra o curioso documento, um instrumento de contrato cuja assinatura contou com a presença do padre provincial da Ordem de São Bento, frei Gregório de Magalhães, frei Feliciano de S. Tiago, o prior frei Jerônimo do Rosário e os demais religiosos do convento, “todos chamados ao som da campa tangida”¹³. Fernão Dias Pais se dispunha a fazer uma igreja nova com a invocação de Nossa Senhora do Monte Serrate; acabada de todo o necessário:

(11) Idem, pág. 243.

(12) ANÔNIMO, op. cit., pág. 284.

(13) AZEVEDO MARQUES, op. cit., Vol. II, pág. 129.

“a dita capella-mór ornada com seu retabulo, ornamentos, castiças, lampadario e tudo o mais necessario ao ministerio do dito altar, e o corpo da dita igreja, com seu côro alto, torre e pulpito, grades da dita igreja e bancos para assento d’ella”¹⁴. E mais ainda o caçador de esmeraldas doava à fábbrica da igreja e para seu sustento a importância de 8 mil réis anuais.

Os beneditinos também participaram de várias bandeiras, ou pelo menos da entrada de Bartolomeu Bueno da Silva, conforme se vê de um Regimento assinado pelo governador Rodrigo César de Meneses. Os beneditinos (saliente-se o plural) partiram como “Capellains da Tropa” para melhor atrair os selvagens, e, com o seu exemplo e respeito que a êles eram devidos, conforme o regimento, os selvagens “abraçem com mais brevidade a nossa Santa Fee”. Os beneditinos exerceriam ainda, segundo o documento, a função de apaziguadores junto aos índios, abrindo-se caminho para mais fácil descoberta das minas¹⁵.

O grande sertanista está hoje lembrado no atual templo através de uma efígie esculpida em bronze por frei Adalberto Gresnight, por determinação do abade dom Miguel Kruse. O templo construído por Fernão Dias Pais não ocupou o lugar da ermida edificada por frei Mauro. Frei Ângelo do Sacramento revela que o caçador das esmeraldas iniciou logo a construção do nôvo templo “e acabou de todo fazendo nella trez altares um, que era o altar-mór, em que conservou por padroeira da Igreja a mesma Senhora do Monserrate, em seu retabulo de taboas pintado, como então permitia a estreiteza da terra, e dous altares mais collateraes, em que poz no da parte do Evangelho N. Pe. Santo Amaro, e no da Epistola N. Pe. S. Bernardo, assentando mais na Igreja um pulpito, ornando-a com coró, e dando todos os paramentos necessarios, tanto para ouro da Igreja, como para ornato dos altares”¹⁶. O mesmo cronista narra que Fernão Dias Pais acabou a igreja e viu-a inaugurar-se naqueles longínquos anos de São Paulo

(14) Idem, pág. 130.

(15) *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. XXII, pág. 381.

(16) ANÔNIMO, op. cit., pág. 284.

dos meados do século XVII, ajudado por seus índios, talvez êle mesmo superintendendo as obras do templo seu amado. E logo mais ainda comprou para a fábrica da igreja um sítio “distante desta cidade legoa e meia, chamado Tojucassú, em que está hoje fundada a fazenda e olaria com Capella do glorioso Patriarcha São Caetano”¹⁷. Esta compra, diga-se de passagem, parece estar em contradição com o Mapa Geral dos Conventos e Hospícios de Religiosos, levantado em 1798 e no qual se vê, na descrição dos bens que possuía a Ordem de São Bento, “a fazenda S. Caetano, doada pelo Capitão Duarte Machado em 1631”¹⁸. Mas não, não está. Fernão Dias Pais anexou a essa fazenda, naquela ocasião, “500 braças de terras”¹⁹.

Assegurava-se assim, exatamente em meio ao século XVII, a perpetuidade da vida da igreja de São Bento, graças à devoção e piedade do governador das esmeraldas. Essa foi a legítima pedra de Fernão Dias Pais, a verdadeira esmeralda que encontrou e deixou aos pósteros, na frase do abade d. Miguel Kruse, quando da trasladação dos ossos do capitão paulista para o lugar exato em que se encontra hoje, em 1922²⁰. O templo, assim, foi crescendo, ajudado ainda por outros devotos, entre os quais se destacou José Ramos da Silva Filho, que o dotou de novos retábulos e aí colocando, num altar, a santa de sua devoção, Nossa Senhora da Assunção, além de outros melhoramentos. Também o capitão-mor Isidoro Tinoco de Sá, que no templo instalou, com benefícios, uma capela de Santa Gertrudes. Pedro Taques de Almeida, não o linhagista, mas seu avô, fundou na igreja de São Bento um altar de talha dourada em que colocou a imagem de Nossa Senhora da Conceição²¹.

Mas não se julgue que tudo foram rosas na crônica da igreja de São Bento, a partir de 1650. O templo foi testemunha de agitações na vila e na cidade de São Paulo e muitos

(17) Idem, pág. 285.

(18) *Documentos Interessantes*, Vol. XXXI, pág. 162.

(19) Idem, idem.

(20) Afonso de E. TAUNAY, op. cit., pág. 84.

(21) SILVA LEME, *Genealogia Paulistana*, Vol. III, pág. 258.

acontecimentos dramáticos ocorreram em tórno de seus muros que dominavam o atual Largo de São Bento, o Anhangabaú e grande parte do então Caminho do Guarepe.

Apesar de tôdas essas doações, a vida da igreja e do mosteiro continuava difficil. Falta de gente para o trabalho de suas terras, falta de gente para os serviços mais comezinhos da Casa. Porque a ordem dos beneditinos, embora tivesse escravos, não explorara o braço servil nas proporções, por exemplo, dos jesuítas nas aldeias e dos carmelitas que chegaram a participar de bandeiras para o apresamento dos índios. Daí a necessidade de procurarem os beneditinos outros meios que lhes possibilitassem um equilíbrio na sua economia. E um dêsses meios, de má repercussão porém, na vila e na Câmara, foi o aforamento de suas terras. Um século depois, com efeito, na sessão de abril de 1767 notificavam os vereadores ao abade de São Bento para a vereança seguinte. Para quê? A ata da sessão seguinte esclarece: “para apresentar em Camara os titulos por onde possuem as terras que compreendem da ladeira, e ponto do Anhangabaú pela estrada de Nossa Senhora da Luz até a aguada do Acú, em cujas terras se acham propriedades de casas de que os mesmos religiosos de São Bento percebem foros avultados, e juntamente laudemios das mesmas propriedades quando se chegam a vender tudo com grave prejuizo dos vassallos de Sua Magestade Fidelissima — e assim mais para apresentar os titulos de umas terras que têm da outra parte do rio Tamanduatehy em que fizeram um pasto tanto da banda do rio de lá como de cá de que estão percebendo dez reis por noite de cada animal tudo com grave prejuizo deste povo”²². O abade não apresentou os títulos nessa vereança, mas o fêz na seguinte em 16 de maio de 1767, provando a propriedade das terras.

Mas a Câmara não se deu por satisfeita, tão bem zelava os interêsses do povo e porque o problema não era pura e simplesmente a posse das terras. Era uma questão muito mais significativa. A edilidade concedera aos beneditinos tôdas as terras “para sua cerca e logradouro do seu Mosteiro”. “Mas

(22) *Atas*, Vol. XV, pág. 236.

correndo o tempo, levados os religiosos da própria ambição, e abusando da mercê que este Senado lhe tinha feito livre de toda a pensão e sem prejuizo de terceiro entraram aforar as mesmas terras conteudas a quem as pretendesse por altos. . . com prejuizo grande dos que as habitavam: e ainda mais que percebendo os mesmos religiosos laudemios avultados e exorbitantes das propriedades que no dito logar se têm vendido como foi a chacarinha ao pé da ponte que em muito pouco tempo se tem vendido trez vezes e de cada uma os religiosos têm percebido o laudemio avultado”²³. Percebe-se a importância da questão nessas simples linhas. Mas havia outras denúncias, como o caso do pasto, onde os beneditinos cobravam “dez reis por cada noite” para segurança dos animais dos povoadores da vila. A Câmara procurava defender os interesses do povo e “não deve este Senado concorrer para cousa tão prejudicial ao bem publico e augmento da terra, quando a cargo dos mesmos senadores está olharem pelo bem da republica”²⁴. Tratou logo de cortar o mal pela raiz, mal que vinha durando há muitos anos, segundo a expressão contida na ata da sessão de 16 de maio de 1767. Impediram os vereadores o aforamento e aluguel dos pastos e a venda de terras deixando registrado na ata “como pode dissimular que os religiosos de São Bento, a quem foram dadas aquellas terras para sua cerca, e curral flagellam a este povo tirando delle foros, e laudemios tão insoffríveis e avultados”²⁵.

A briga entre a Câmara e a Ordem de São Bento tomou proporções avultadas. O abade foi notificado da decisão da Câmara de impedir o aforamento e também o foram os “flagelados” que eram Luís Rodrigues da Silva, Maria Gertrudes de Abreu, preta fôrra; Francisca Pereira, viúva; Inácio Xavier de Loiola, pardo fôrro; Antônio do Rosário Viana, prêto fôrro; Luciana Maria do Espírito Santo; Manuel José Salgado; Manuel Pereira Crispim; José da Silva, pardo fôrro²⁶ e outros.

(23) Idem, pág. 265.

(24) Idem.

(25) Idem.

(26) Idem.

Vê-se, pela enumeração dessa gente, o alto espírito público que animava a Câmara de São Paulo no século XVIII. O abade, porém, frei Ângelo do Sacramento, o mesmo cronista do manuscrito "Para o registro e dietario do Mosteyro", recorreu da decisão do Senado na sessão de 23 de maio de 1767, a fim de que pudesse apresentar embargos²⁷. Pena que as Atas não digam mais nada sôbre êste assunto. A divergência entre a Câmara e a Ordem parece ter parado aí, pelo menos aí pararam no registro das sessões dos vereadores. É possível que ainda apareça algum nôvo documento sôbre o término desta questão, cuja conclusão deve ter sido interessante, é evidente: vitória da Câmara cuidando do bem público, ou da Ordem cuidando da sua sobrevivência no século XVIII. Há uma referência no *Registro Geral* da Câmara em que os vereadores ordenaram que ninguém mais pagasse foro aos frades beneditinos e declaravam ao mesmo tempo que os pastos eram livres e, portanto, desobrigados de qualquer taxa. Em 1797 havia 17 foreiros "junto á nossa cerca", com rendimentos anuais para o mosteiro de 18\$060.

Êsse interêsse da Câmara ia até os limites da moral e do comportamento dos religiosos, como se percebe de uma carta dos oficiais da edilidade ao reverendo padre mestre provincial dos religiosos de São Bento em 1781, denunciando duas ovelhas desgarradas da igreja e do mosteiro, frei Gaspar da Soledade Matos e frei Felisberto Antônio Lara e Moraes, "os quaes não tendo de religiosos mais que o habito e trocando a vida monastica que professaram pelo tumulto e embaraços do seculo vivem nesta cidade com geral escandalo de seus moradores e servindo de instrumentos de innumeráveis desordens"²⁸. A reclamação da Câmara traz a data de 1.º de setembro de 1781, frisando que "não especificamos fatos por serem immensos e notorios"²⁹. Parece que tôda essa segunda metade do século XVIII não foi muito propícia aos beneditinos e sua igreja em São Paulo. Brigaram muito, intervinham em assun-

(27) *Idem*, pág. 272.

(28) *Registro Geral*, Vol. XI, pág. 384.

(29) *Idem*.

tos que, muitas vêzes, não lhes diziam respeito. Brigavam mesmo sôbre assuntos religiosos, como o caso do abade do Mosteiro que em 1782 extinguiu a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, sob o “fundamento de não estar este pelas eleições que faziam o juiz e mais irmãos da mesa”³⁰. Dessa briga teria nascido, segundo alguns historiadores, a igreja de Nossa Senhora dos Remédios, localizada na hoje Praça João Mendes. Destruída por imposição do progresso. A Irmandade cedeu a Câmara, naquele ano, “a capellinha de São Vicente Ferreira para nella recolherem, e collocarem a imagem de Nossa Senhora”³¹, capela que pertencia ao próprio Senado.

Por volta de 1797, os beneditinos tinham lá sua “manteiga para passar no pão”, conforme a relação então fornecida pelo abade Fernando da Madre de Deus, com data de 17 de agosto³². Muitas casas e escravos, fazendas e propriedades na cidade, doados por devotos, que davam relativo rendimento. A Fazenda do Parati, em Moji das Cruzes, comprada “a Aleixo Roiz Niza, por preço de 180\$000 em a era de 1654 com 500 braças de testada, e legoa de certão”³³, aumentada por uma compra de terras vizinhas aos carmelitas e pela esmola de Violante de Siqueira. Aí tinham os beneditinos o seu engenho de açúcar com bom rendimento (18\$380 no ano de 1788), com rendimento de aguardente (\$960 nesse mesmo ano), além dos proventos proporcionados pela colheita de arroz, de feijão e milho, num total de \$240. A aguardente rendia mais que o feijão e o arroz. Além disso havia oito foreiros que proporcionavam rendimento anual de 9\$540. Na Fazenda de São Caetano, que seria o núcleo do futuro município do mesmo nome, possuíam os beneditinos “huma fabrica de fazer telhas e tijolo, p.^a reparação do Mostr.^o, Igreja e suas cazas”³⁴, numa antecipação do centro industrial que é São Caetano hoje, continuando ainda sua tradição de cerâmica. Essa fazenda foi doada à Ordem pelo capitão Duarte Machado em 1631 e acres-

(30) *Atas*, Vol. XVII, pág. 472.

(31) *Idem*, *idem*.

(32) *Documentos Avulsos*, Vol. II, págs. 85 a 94.

(33) *Idem*, pág. 86.

(34) *Idem*, pág. 87.

cida mais tarde pela doação de 500 braças pelo capitão Fernão Dias Pais, em troca da sua obrigação anual de 8\$000 para adorno da capela-mor da igreja de São Bento.

Havia também a Fazenda de São Bernardo, núcleo de outra cidade no futuro, doada em 1561 ao mosteiro por Miguel Aires Maldonado, com casa e capela, ou melhor, “capella e caza de vivenda”³⁵, onde se trabalhava na exploração agrícola da mandioca, feijão, arroz e “amendoim p.^a azeite do gasto”³⁶. Pelos rendimentos constantes da relação do abade Fernando da Madre de Deus, observa-se que esta fazenda era utilizada num sentido eminentemente agrícola, pois os rendimentos anuais acusados são bem maiores que o das demais fazendas da Ordem³⁷. Extensas seriam estas terras, esparramadas pelos campos e colinas que partiam do Tamanduateí “rumo direito a procurar hum morro alto chamado picicacudo”³⁸ e se espraçando por áreas da “parage chamada Ipiranga”³⁹. E onde viviam foreiros registrados — 26 acusados na relação com rendimento anual para a Ordem de 34\$600 e mais 2 “q. estão p.^r amor de Deus”⁴⁰, além dos intrusos com os quais os beneditinos ameaçavam litigar. Finalmente, ainda da Ordem, encontrava-se a Fazenda Curitiba, eminentemente de pastoreio, doada por José de Góis e Morais em 1761⁴¹.

Em tôdas essas fazendas, evidentemente, labutava grande número de escravos, dos quais a relação dá o valor, a fabricar tijolos e telhas, a plantar amendoim, milho, arroz, feijão, a

(35) Idem, pág. 88.

(36) Idem, idem.

(37) Veja-se que a farinha de mandioca rendia, por alqueire, anualmente, \$150, caindo o rendimento do feijão a \$030 e o do arroz em casca para \$020. Em compensação, o azeite de amendoim rendia, por medida, conforme a expressão constante da relação, \$320. É bom destacar que, em compensação, havia muita deficiência de recursos sanitários junto aos animais, que morriam facilmente. Na Fazenda São Bernardo, em 1797, nasceram três bezerras que tiveram pouco tempo de vida.

(38) Idem, pág. 88. Não nos foi possível identificar tal morro, nem encontrar seu nome grafado em qualquer outro documento.

(39) Idem, idem.

(40) Idem, idem.

(41) Idem, pág. 89. Essa “fazenda da Curitiba” consta do documento como localizada na “parage Nometoque” e nela existiam na época cem vacas. Revela a relação que nada mais se podia informar a respeito dessa propriedade “pela sua distancia, e não haver religioso q. a possa administrar”. Mas não se diga que estava abandonada. Havia os responsáveis, um fazendeiro e ajudante, com escravos, que levava um quarto das rendas da propriedade.

cárrear a produção para a vila no lombo das bēstas ou no próprio lombo dos servos, conforme as necessidades. Como em tôdas elas havia criação de gado, torna-se claro certo desfôgo com relação à carne e ao leite, ao couro para a fabricação dos rudes sapatos da época, as botas de couro que faziam a delícia e a proteção dos povoadores. Pena é que não se tenha documentação a respeito dos possíveis negócios da Ordem com a população. Mas seria lícito concluir-se pela realização de tais negócios, que refletiriam, bem ou mal, nas relações entre a Câmara e a Igreja.

Quanto às casas na cidade, da relação consta um sobrado nas proximidades do largo da Sé, onde vivia o cirurgião dos beneditinos “para nos curar e assistir com botica”. Era o único sobrado da Ordem. Em compensação, as casas térreas eram numerosas, as “moradas de cazas”, num total de 61, distribuídas pelo “canto do Mosteiro até a Lapa chamada rua de S. Bento”, da “Lapa athê o Xafariz voltando p.^a a Sê”, na “rua q. vae p.^a S. Gonçalo”, na “rua que vae pelo lado do Quartelam.¹⁰ da parte de sima”, na rua “descendo do canto pelo Quartel e junto a elle”, na rua “descendo pela rua da Sé p.^a a rua do Rozario”, na rua que ia “do Rozario p.^a o Rio”, na “rua da Boa Vista”, no “pateo do Mostr.^o”, na rua que “vae sahir no canto p.^a a ponte chamada do Marichal” e na “rua do Acú”⁴², com um rendimento aproximado de 691\$520. Consta da relação ainda “dinheiro de juros”, de créditos abonados ou hipoteca.

Numerosos são os episódios na crônica da igreja de São Bento através dos anos narrados pelo anônimo autor do “Para o Registo e Dietario do Mosteyro”. As referências ao templo nos documentos oficiais da Câmara não são poucas e por uma delas ficamos sabendo do interêsse dos beneditinos pela Independência do país, quando se procurava angariar fundos para as despesas necessárias à consolidação da conquista de Pedro I. Da primeira vez a igreja de São Bento contribuiu com duzentos mil réis e da segunda com nove mil e seiscentos réis,

(42) Idem, págs. 89, 90 e 91.

alegando, na terceira vez “não pode contribuir com cousa alguma para um fim tão justo por não ter”⁴³. Esta modesta passagem do Registro Geral da Câmara de São Paulo honra os beneditinos recolhidos à igreja de São Bento.

Acompanhando a vida da igreja e do mosteiro pelos anos a fora, através dos documentos oficiais da Câmara de São Paulo, vamos encontrar apontamentos interessantes, como aquêle em que fica indicada a boa amizade dos vereadores com os beneditinos. Na sessão de 7 de março de 1831 foi determinado que “aproveitando-se metade do convento de São Bento que foi offerecido para as sessões do Conselho Geral, se faça para este fim o arranjo necessario, servindo ao mesmo tempo para as da Camara”⁴⁴. A nota curiosa dêste episódio é que dois anos mais tarde, ao que tudo indica, a Câmara ainda não estava funcionando no convento. Que grande sossêgo o dos vereadores do século XIX! Pois o trecho de Ata a que nos referimos, de 1833, dava conta da decisão dos edis, “que se ordene ao fiscal vá ter com o marechal Miller para elle receber o plano das obras precisas ao estabelecimento das sessões desta Camara no convento de São Bento”⁴⁵. Ainda em planos a transferênciã da sede para a realização das sessões da Câmara. . .

Quase no limiar da segunda metade do século XIX as atas tornam a referir-se à igreja de São Bento. Mas desta feita com interêsse puramente público, porque parece ter havido uma denúncia sôbre um pretendido arruinamento da tôrre do templo. Na sessão de 16 de novembro de 1847, “requereu o Sr. Vereador Silva, que esta Camara ordene ao Fiscal mande pr. uma pessoa perita examinar o estado da torre de S. Bento, q. segdo. parece, ameaça ruina”⁴⁶. É Nuto Santana, citando *Papéis Avulsos* inéditos, que nos dá conta dêste episódio. A “pessoa perita” pedida pelo vereador foi o engenheiro militar José Jaques da Costa Ourique, que a examinou, estudou

(43) *Registro Geral*, Vol. XVII, pág. 260.

(44) *Atas*, Vol. XXVI, pág. 36.

(45) *Idem*, Vol. XXXVI, pág. 215.

(46) *Idem*, Vol. XXXVI, pág. 154.

e acabou por enviar à Câmara um longo relatório, considerando que a coisa não era tão feia como a pintavam. Nesse relatório há algumas referências sobre o antigo aspecto da igreja. “A torre exteriormente é sombria, sem elegância, é um pensamento pesado”⁴⁷, escrevia o engenheiro numa linguagem que nada tinha de militar e muito menos de engenharia. “Os rebócos em ruína, os inumeros buracos, ajunta o engenheiro, para os caibros, mostrando parte da taipa, os caibros, que formão os andaimes, tirando esse pequeno aspecto, que tem, e as paredes contemporaneas de...; ao começo previnem contra a Torre, mas a analyse provou-me realmente o contrario”⁴⁸. Já então o templo não deveria apresentar bom aspecto, fronteiro à praça pacata de São Paulo de então, velhíssimo que era não só dos anos mas também da sua ilustre tradição.

O estudo da velha iconografia paulistana, velha num sentido bastante restritivo, pois não vai além de um século, revela muitos aspectos interessantes dos templos paulistas. Geralmente grandes edificações traindo estilo colonial de fachada. A de São Bento, por exemplo, de 1808. Uma igreja de aspecto colonial, com uma torre de canto (canto hoje formado pelo largo de São Bento e a rua Florêncio de Abreu), uma porta estreita de portão trabalhado em pesada madeira encimado de três janelas apenas, janelas com rótulas. Do lado direito, em direção ao atual Viaduto de Santa Ifigênia, estendia-se o corpo do convento, formado de uma única porta. As celas abriam nove janelas para o largo tranqüilo na sua parte térrea de taipa de pilão. Na parte superior do convento abriam-se dez janelas enfeitadas de balcão.

A grande igreja de hoje, em granito e tijolos, deve-se à incansável operosidade do prior d. Miguel Kruse, com um projeto de Richard Berdl. O *Anuário do Ginásio de São Bento*, de 1921, traz uma crônica que descreve o cerimonial de inauguração da igreja, a imensa casa que faz esquina entre a rua Florêncio de Abreu e o Largo de São Bento. Alguns

(47) NUTO SANTANA, *São Paulo Histórico*, Vol. II, pág. 150.

(48) *Idem*.

detalhes dessa obra pudemos colhêr num diário originalíssimo de d. Amaro Van Emelen, datado de 1910. Diário singular anotado num calendário comercial, com a sua letra firme, cheio de observações, contendo recortes de jornais da época. Por êle ficamos sabendo que a comissão central das obras foi constituída de d. Miguel Kruse, do dr. João Lourenço Madein, de d. Amaro e de d. João, sendo êste último o celei-reiro, ou seja, o tesoureiro. Anota o diário que a pedra fun-damental do templo foi lançada a 13 de novembro, às 14 horas, Dia de Todos os Monges, tendo falado na cerimônia o então cônego Sebastião Leme. Um outro detalhe curioso registrado no diário: o orago da igreja é Nossa Senhora de Assunção e não São Bento, revelação esta confirmada pelos monges atuais. Aqui se repete o mesmo fenômeno da igreja de São Gonçalo, assim chamada pelo povo que ignora o seu verdadeiro orago, como veremos em sua crônica. São Bento. Talvez pouca gente saiba que aí é a igreja de Nossa Senhora da Assunção.

Em menos de doze anos o templo ficou terminado e pintado. Com decorações do monge Adalberto Gresnigt e do irmão Clemente Firschauf. D. Adalberto é considerado como um homem notável, dotado de vários predicados. Depois do seu trabalho em São Bento, foi chamado para decorar a igreja de Santo Anselmo de Nova York. Em seguida foi para a China, construir igrejas. Em Roma esculpiu o túmulo de Pio XI. Monge bem dotado, escultor, pintor, arquiteto e cantor. O *Anuário do Ginásio de São Bento* descreveu a igreja no dia de sua inauguração através destas linhas: "A igreja, construída em parte em granito vermelho e azul do paiz, parte em tijolos, e de estylo gothico mesclada com certa dose de byzantino e algo do estylo das basilicas romanas. Esta nota sobresáe principalmente no tecto chato interrompido por molduras de differentes formas e tamanhos". Nos dias 6 e 7 de agôsto de 1922, um sábadô e um domingo, realizaram-se as cerimônias da sagração da Basílica Abacial de São Bento, que foram dirigidas por d. Aidan Gasquet, enviado especial do papa Pio XI. Primeiramente foi feita a sagração do templo,

elevado então à dignidade de Basílica Menor por decreto pontifício. As cerimônias foram iniciadas no sábado, às 16,30 horas, com a purificação da igreja e dos altares, ficando para o domingo a consagração dos mesmos.

A nova igreja transformou inteiramente o panorama do outeiro onde outrora se localizara a aldeia de Tibiriçá, que morreu muitos anos antes da fundação de frei Mauro. As obras de demolição do antigo templo foram feitas com todo o cuidado e carinho, pois cuidava-se, sobretudo, de salvar os restos mortais do grande bandeirante Fernão Dias Pais, o benfeitor da igreja, que fora sepultado sob o altar-mor, conforme dispunha no instrumento de contrato de 1650. Morrerá Fernão Dias Pais nos sertões do Sumidouro, em 1681, tendo o seu corpo sido transportado para a igreja sua de Nossa Senhora de Monte Serrate. Afonso de E. Taunay dá-nos a descrição do encontro dos ossos do devassador de mistérios: "Aberto o tosco jazigo foram encontrados um femur de homem agigantado, duas ou três vertebrae do sacro, pedaços de parietal e de occipital, a que adheriam restos de cabelleira ruiva, encanecida de cabellos muito finos, de individuo indubitavelmente branco. Ao lado havia duas solas de sapatos, sem salto, bem conservadas, pedaços de cordão como os de S. Francisco e galão de prata, e, o que é mais curioso, uma grande funda de ferro guarnecida de couro para hernia, apoiada numa cinta tambem de ferro e cujo uso devia ser sobremaneira incomodo para individuos menos rudes que o estoico bandeirante"⁴⁹.

Concluída a nova igreja de granito e tijolos, Fernão Dias Pais fôra novamente sepultado, e pela segunda vez realizaram-se exéquias pela alma do sertanista, mais de duzentos anos depois, "acompanhadas da opulencia e da pureza desse canto gregoriano caracteristico das cerimonias benedictinas, que se desenvolvem no ambiente magestoso da basilica de hoje"⁵⁰. D. Miguel Kruse escolheu seis figuras para ornar as paredes externas do nôvo templo, seis figuras ligadas à his-

(49) Afonso de E. TAUNAY, "A Grande Vida de Fernão Dias Pais", in *Anais do Museu Paulista*, Tomo IV, pág. 170.

(50) Idem, pág. 171.

tória da igreja de São Bento: Anchieta, o catequizador do gentio; frei Mauro Teixeira, que ergueu a primeira ermida; Amador Bueno, que se refugiou no convento, ou na igreja, para não ser rei de São Paulo; Fernão Dias Pais, o benemerito do templo e dos beneditinos; frei Domingos da Transfiguração Machado, sustentáculo da Ordem em fins do século XIX e Leão XIII, que deu nôvo alento à Ordem.

Essas figuras lá estão em bronze e granito, como que a proteger a perpetuidade do templo. E lá dentro, no esplendor de uma decoração severa e ao mesmo tempo impressionante pelo seu espírito, descansando da longa jornada, está Fernão Dias Pais, sepultado quase no centro da igreja — a verdadeira pedra que achou refulgindo sôbre seu peito de rompedor de sertões virgens.

SE
CULO
XVII

São João Batista de Carapicuíba

(*A Bem-amada do Gentio*)

PENA É QUE A IGREJA de São João Batista de Carapicuíba, embora considerada um monumento nacional, esteja tão abandonada aos azares do tempo e dos inconscientes que a podem prejudicar impunemente. Cabendo na classificação de inconscientes os homens, o gado, as águas, o vento, o mesmo vento que agitava, séculos atrás, as palmeiras da paisagem do padre Belchior de Pontes. Porque a igreja merecia um carinho maior, um constante cuidado, tão alto fala ela à história de São Paulo e tanta significação assume no quadrado original de sua aldeia, a aldeia de Carapicuíba. “Está ella distante da Cidade de São Paulo pouco mais de cinco legoas, em hum sitio alegre por natureza, abundante de agoas, ainda que falto de peixe, por lhe ficar huma legoa distante do rio Tyeté, de donde se provê todo o circuito da Cidade”¹, descrevia o padre Manuel da Fonseca a localização da aldeia onde o padre Belchior de Pontes assistiu pela primeira vez, depois que veio da Bahia.

O nome de Carapicuíba “seria allusão a grotas largas, ou a grotas seccas, ou a fôjos ou cóvas, lárgas, ou seccas, isto é,

(1) Padre Manuel da FONSECA, *A Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, pág. 120.

sem corrego ou agua no fundo”² e aparece pela primeira vez na concessão de uma sesmaria de três léguas aos índios guaianeses pelo capitão-mor Jerônimo Leitão, aos 12 de outubro de 1580. A “paragem chamada Carapicuíba” compreendia terras além do rio Pinheiros e onde se achava já localizada a fazenda de Afonso Sardinha, que deu origem à aldeia, que foi povoada “de Índios trazidos do Certão por industria de Affonso Sardinha”, conforme o padre Manuel da Fonseca. Percebe-se, pois, que a origem da aldeia de Carapicuíba seguiu o mesmo processo da aldeia do MBoy, com pontos de contacto de uma semelhança notável. Como Fernão Dias Pais e sua mulher Catarina Camacho, Afonso Sardinha e sua mulher Maria Gonçalves não possuíam filhos³. E como aquêles dois fundadores do MBoy, também Afonso Sardinha e sua mulher doaram ao Colégio de São Paulo, por escritura de 9 de julho de 1615, “toda a sua fazenda moveis e de Rays peças escravos da Guiné, e da terra, terra, cazas e gado, e da mais fazenda bem feitoria que possuia”⁴. Doação feita ao Colégio através da capela de Nossa Senhora da Graça que o povoador fundara no “Mosteiro da Companhia de Jesus do Padre S. Ignacio”⁵.

A maneira de doação de Brás Cubas aos carmelitas, também esta doação de Afonso Sardinha foi motivo de uma série de complicações, dadas as dificuldades da demarcação e delimitação de terras no São Paulo do século XVII. Carapicuíba compreendia, parece, as terras de além do rio Pinheiros, em extensões que poderiam ir até o sul do país hoje, tão vagas se tornavam as referências das cartas de sesmarias. Por isso é que os padres jesuítas, depois da doação, iriam encontrar muitas dificuldades para tomarem posse do que lhes deixara Afonso Sardinha. Vejamos se era possível a demarcação das terras deixadas. Em 1607, no inventário de Francisco Barreto,

(2) João Mendes de ALMEIDA, *Dicionário Geográfico da Província de São Paulo*, pág. 61.

(3) Fernão Dias Pais tinha o filho, como veremos ao tratar da igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu, padre no Colégio e não podia êle receber herança. Afonso Sardinha não deixou descendência.

(4) *Documentos Interessantes*, Vol. XLIV, pág. 361.

(5) *Idem*, pág. 360.

está registrada “uma carta de dada de terra em Carapoiba”⁶, pura e simplesmente. Em 1609 registrava-se uma carta de sesmaria dada a Roque Barreto “nos campos do forte”, ou melhor, “cem braças de chãos nos campos de Carapecuiba em quadra para fazer sua casa e curral entre o matto e aldeia”⁷. Importante referência é esta. Prova, pelo menos, que a aldeia existia em 1609, formando o centro dos indígenas descidos do sertão por Afonso Sardinha. No inventário de Diogo Martins Machuca, que é de 1613, figura Carapicuiba, ou seja, “umas terras de mattos maninhos em os mattos de Carapecuiba”⁸. A carta de sesmaria de terras de Jerônimo Leitão demarca as terras dos índios “ao longo do rio de uma parte e da outra começando onde acabarem as dadas de Domingos Luiz e Antonio Preto”⁹. Vê-se, portanto, quão difícil seria localizar a fazenda doada por Afonso Sardinha, que se perderia, no que toca a terras propriamente ditas, em meio a tão vasta extensão de campos, se não fôsse a sede da fazenda.

Volvamos, porém, à doação. Afonso Sardinha e sua mulher Maria Gonçalves fundaram na igreja do Colégio a capela de Nossa Senhora da Graça, a quem, por ocasião da escritura de doação de sua fazenda, já haviam doado “hũa pouca de prata a saber duas cruces hum alampadario e castiças de prata e hum ornamento de damasco branco e tella e todo o mais que se achar para o serviço da dita Capella e Igreja de S. Ignacio”¹⁰. O documento não traz nenhuma referência à igreja na fazenda, mas é de se presumir que lá existia uma capela ao menos, quando os jesuítas tomaram posse das terras. Há, em referências posteriores a 1615 e anteriores a 1650, ligeiras indicações, pois a aldeia existindo, sob a direção dos jesuítas, em 1618, implicava necessariamente num templo. Pelo menos dessa data é um pedido de Manuel Pires, que requeria à Câmara “um pedaço de campo para fazer seu quintal em Carapicuiba que será de duzentas braças ao derre-

(6) *Inventários e Testamentos*, Vol. II, pág. 213.

(7) *Registro Geral*, Vol. I, pág. 167.

(8) *Ino. Test.*, Vol. III, pág. 456.

(9) *Registro Geral*, Vol. I, pág. 354.

(10) *Documentos Interessantes*, Vol. XLIV, pág. 362.

dor de sua casa que são uma nhuaybas e elle...”¹¹. A ocupação das terras de Carapicuíba pelos padres não se fêz aparentemente sem opposição alguma, assinala Sérgio Buarque de Holanda¹², citando documento de 1633. Tal era a confusão de propriedade. A 22 de maio de 1632, Diogo Tavares e Antônio da Silveira, “moradores das teras de quaraquapuba” (sic), protestavam contra os padres que os ameaçavam de excomunhão porque “lavravão nas ditas teras disendo os ditos padres que erão suas”, com o que não se conformavam uma vez que “erão suas sendo que huas são dos ditos moradores e as outras dos indios de que manoel joão branquo era defensor”¹³. Na ata da sessão de 18 de junho de 1633 (parece ser este o documento citado por Sérgio Buarque de Holanda), o procurador do conselho requeria aos officiais da Câmara que “pusesem cobro nas teras da cuty e caraquapuiba porquoanto os reverendos padres da companhia querião usurpar as teras e não consentião que lavrasem os moradores de que se perdia muito e aos dizimos de sua magd.^e pelo que lhes requeria pusesem cobro niso o que visto pelos ditos ofisiaes diserão que o tudo acudirião”¹⁴.

Carapicuíba era ponto de passagem obrigatória a quem se dirigia para os sertões do sul. Aí “lavradores brancos e mestiços não se limitariam a freqüentar a capela para a desobriga, mas procurariam usar dos índios para seu serviço”, conforme Sérgio Buarque de Holanda. Com isto não concordavam os padres que cuidavam dos indígenas na aldeia, dirigindo-os no trabalho e nos officios religiosos. Em 1653 a Câmara se manifestou, em carta ao rei, contra as determinações de Pedro de Sousa Pereira, provedor da fazenda real do Rio de Janeiro, de “mudar uma aldeias de indios que no termo desta villa assistem para aquelle districto chamado Pernagua”, alegando que lhe parecia “justo não bulir com elles nem tiralos de suas aldeias aonde têm igrejas em que são doutri-

(11) *Registro Geral*, Vol. I, pág. 288.

(12) Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, op. cit., pág. 110.

(13) *Atas*, Vol. IV, pág. 122.

(14) *Idem*, pág. 171.

nados pelos padres e sacerdotes”¹⁵; e na sessão de 17 de julho de 1660, ordenando a disposição de gado, restituição de índios às suas aldeias, a Câmara ordenava que “se fixassem nos lugares publicos he nas portas das igrejas das ditas aldeias”¹⁶ as suas determinações, menos para o gentio, analfabeto rude, que para os lavradores brancos e mestiços. O índio era a máquina de trabalho numa terra difícil, disputado por duas fôrças: a do colonizador e a do religioso, sendo que êste último sacramentava a sua disputa com as promessas do reino futuro. O indígena era muito maltratado e explorado, mesmo depois de batizado e considerado no mesmo pé dos seus dominadores. Raríssimos, por isso, foram os exemplos de um Francisco Cubas Prêto que em seu testamento, de 1672, mandava “se me digam mais vinte missas pelas almas dos defuntos do gentio da terra que em meu serviço morreram”¹⁷.

Que orago teria a igreja de Carapicuíba nesses anos a que nos vimos referindo, anos aliás caracterizados pela disputa das terras entre os povoadores e os jesuítas? Não se sabe, pelo menos nenhum documento dá uma indicação precisa a respeito. A igreja existia, porém. “Alguns annos se conservou no mesmo lugar esta povoação, mas como as terras da nossa America descahem muito, tanto que lhes faltão as madeiras, e os seus lavradores se não applicão aos arados, e mais instrumentos, com que na Europa se fazem eternas as fazendas; foy necessário mudá-la para terras virgens”¹⁸. Essas terras virgens seriam aquelas doadas pelo capitão-mor Pedro Rodrigues Sanches ao padre reitor do Colégio, Aleixo Moreira, em data de 26 de abril de 1698. Não tendo “terras capazes em Carapucuyba”, pedia o reitor “uma nesga de terras que sobreja entre o capitão João Borrallho e o capitão Jorge Moreira sem possuidor algum na paragem chamada Aiapi”¹⁹. Esta mudança parece que não se efetuou. O que houve realmente foi a

(15) *Registro Geral*, Vol. II, pág. 378.

(16) *Atas*, Vol. VI, segunda parte, pág. 198.

(17) *Inv. Test.*, Vol. XVIII, pág. 313.

(18) Padre MANUEL DA FONSECA, op. cit., pág. 120.

(19) *Sesmarias*, Vol. II, pág. 5.

transferência dos índios de Carapicuíba para Itapecerica, com o que não concordou o padre Belchior de Pontes, então dirigindo na aldeia. “Não pareceo bem ao Padre Pontes esta mudança, e he tradição entre os mesmos Índios que elle dissera que não havia de deixar de ser aldêa Carapicuyba”²⁰.

Pela indicação da sesmaria, a mudança para Itapecerica deve ter ocorrido, assim o pensa Sérgio Buarque de Holanda, por volta de 1698 ou mesmo 1700. Mudança que fracassou, pois “o tempo tem mostrado que foy vaticínio: porque alguns dos Yndios mudados para Itapycyrica nunca deixarão o lugar, em que se têm criado; e por mais diligencias que fizerão os Religiosos, para que vissem juntos, chegando a derrubar-lhes as casas, que têm em Carapicuyba, nunca o puderão conseguir; porque elles assistindo nas Aldêas, que lhes assignarão, nos dias em que erão buscados, vinhão nos outros fazer as suas lavouras na sua amada Carapicuyba, sendo tão tenazes no seu propozito, que foy necessario condescender com elles; e tem multiplicado desorte, que já se lhes fez Igreja dedicada a S. João Batista, aonde de tempos em tempos tem Missionario, que os doutrina, diga Missa, desobrigue da Quaresma, e acuda tambem a festejar cada anno o Santo seu Padroeiro”²¹. Este trecho demonstra que as razões alegadas, sobre a exaustão das terras, para a mudança da aldeia, não procediam. O que houve foi muita cautela dos jesuítas, mudando a aldeia com o objetivo de resguardar os silvícolas das explorações dos brancos. Por isso a mudaram para Itapecerica, onde não se registravam pedidos de terra.

O padre Manuel da Fonseca dá a data da construção da igreja, na sua segunda fase, em 1736, mandada fazer pelo reitor do Colégio, que erigiu como orago a São João Batista. É o mesmo templo que lá se encontra hoje, necessitando do cuidado dos homens e do govêrno. Na segunda fase, dizemos. Porque não bastassem as indicações anteriores a essa data e ainda teríamos uma outra profecia do padre Belchior de Pontes, que previra que a cruz da primeira igreja havia de

(20) Padre MANUEL DA FONSECA, op. cit., pág. 121.

(21) Idem, idem.

servir para a segunda. “E posta a Cruz, narra o padre Manuel da Fonseca, se lembrarão os Índios velhos que aquella mesma tinha estado no adro da Igreja antiga, e que o Padre Belchior tinha dito que ainda havia de servir em huma Igreja nova, que alli se havia de fazer. E quiz Deos que durasse ao depois de mudada mais de oito anos, para que se não perdesse com a sua ruina a memoria de tão signalada profecia”²². A construção é de taipa e ainda conserva vestígios da mão-de-obra indígena, não só em seus detalhes interiores, como particularmente na têrça decorada da sacristia, cujas tintas estão, como o templo, desafiando a violência do tempo.

A construção da igreja de São João Batista de Carapicuíba, a que lá se encontra hoje, ocorreu exatamente 17 anos depois da morte do padre Belchior de Pontes, que faleceu no dia 22 de setembro de 1719, “dia, que elle tanto venerava em memoria da Paixão de Christo, de quem era devotissimo”²³. O grande catequista e conquistador de índios pela humildade e devoção servira, portanto, na igreja anterior. Não pudera, é evidente, ter fundado o templo em 1736, como querem alguns cronistas. A mudança da aldeia, realizada contra a vontade dos índios, ocorreu exatamente como a descreve o padre Manuel da Fonseca. Nem todo o gentio concordara em ir para Itapeperica e tanto isso é verdade que na sessão de 16 de fevereiro de 1726 a Câmara despachou um “mandado para carapuhiva de huma denunsiasam que se Fas a Luiz Pinto por vender sem licença”²⁴. Os extremos a que chegaram os jesuítas, derrubando as casas dos índios para forçá-los nessa mudança, efeito nenhum tiveram. O gentio agarrara-se às paragens do padre Belchior de Pontes, que cuidava da igreja primitiva e “sahia muitas vezes pela vizinhança a ouvi-los de Confissão”²⁵. E o gentio venceu, conservando no lugar a aldeia de Carapicuíba que é hoje um dos poucos remanescentes de São Paulo do século XVII.

(22) Idem, pág. 122.

(23) Idem, pág. 260.

(24) *Atas*, Vol. IX, pág. 472.

(25) Padre MANUEL DA FONSECA, op. cit., pág. 122.

A aldeia de Carapicuíba com a sua igreja subsistiu pelos tempos a fora lutando, não somente contra as imposições dos religiosos, por ocasião daquela mudança, como também contra a ação dos brancos, sedentos de índios para o seu trabalho. Os jesuítas chegaram a pedir providências ao governador Rodrigues César de Meneses, que mandou proclamar um bando “ordenando reposições em suas respectivas aldeias dos índios abusivamente dellas afastados”. Sabe-se que os índios das aldeias de Itapecerica, MBoy, Araçariguama, São José e Carapicuíba saíam delas sem licença dos superiores, metendo-se em casa dos moradores da cidade de São Paulo, tudo gastando em bebidas do que ganhavam, “ficando por esta causa elles suas mulheres e filhos nus e sem terem com que possam ir ouvir missa”²⁶. Depois da expulsão dos jesuítas a direção das aldeias foi entregue a várias ordens religiosas e administradas por diretores de nomeação dos governadores. Graças a êsses religiosos muitas vêzes as igrejas se conservaram.

A igreja de São João Batista de Carapicuíba foi edificada num dos cantos do quadrado de casas que forma a aldeia. Um quadrado original, “construido na forma tradicional de desenho quadrangular, num alto, de maneira que os fundos dos edificios se encontram num declive às vêzes tão pronunciado que a diferença de nivel existente entre os beirais atinge comprimento igual ao da altura da fachada”²⁷, que lhe dá na conformação bastante original. As casinhas baixas voltam-se tôdas para o centro do quadrado, olhando-se umas às outras, à sombra do cruzeiro que se encontra no meio da aldeia, parecendo ignorar tudo o mais que existe em volta. É uma aldeia interior e talvez tenha sido êsse seu caráter interiorizado a causa principal de ela vir-se conservando pelos anos a fora sem alteração praticamente nenhuma. Apenas num dos seus cantos se observa hoje uma alteração: a venda de um japonês, de tipo moderno, que estragou uma das entradas da aldeia. O resto ainda se conserva secular, as casas geminadas

(26) *Registro Geral*, Vol. VI, pág. 23.

(27) LUÍS SALA, “Um Detalhe da Arquitetura Popular”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. XL, pág. 20.

e compridas cercando o quadrado, a igreja desbotada que está exigindo maiores cuidados. Luís Saia identificou três paredes, numa dessas casas, de origem seiscentista. Quanto à forma da aldeia, que é um espetáculo para os olhos dos visitantes, poderíamos falar alguma coisa de interessante. Parece evidente que o traçado seja jesuítico. As casas primitivas, como já vimos, os padres chegaram a destruí-las a fim de obrigar os índios a permanecerem em Itapeçerica, o que não conseguiram.

Quando da edificação da nova igreja, em 1736, o traçado original foi respeitado, até que passados muitos anos fêz-se necessária a construção de casas mais sólidas, já que a aldeia conservara os índios e seus descendentes, vivendo da exploração agrícola, do plantio e da fiação de algodão, da caça nos arredores, da pesca. Há um documento que parece revelar a construção das casas atuais e a conservação e aproveitamento do desenho quadrangular da aldeia, documento aliás de 1769, que vale a pena transcrever: "Pora.^{to} tenho rezolvido nomear a Pedro José Frz' de Andr.^e por Diretor da Aldêa de Carapicuyba: ordêno a todos os Indios que por tal o reconheção de hoje em diante, e ao d.^o recomendo faça observar o Directorio de S. Mag.^e naquillo que lhe for possível; como tambem todas as mais ordens que se achão registadas, e expedidas nesta Secretaria para governo das Aldêas, e sobretudo fará toda a diligencia para recolher á d.^a aldêa todos os Indios dispersos, e nella edificuem com m.^{ta} brevidade cazas aruadas para poderem viver com a civilid.^e devida"²⁸, documento êsse dado em São Paulo aos 12 de julho de 1769 e assinado por d. Luís Antônio de Sousa. Realmente, o diretor da aldeia pôs mãos à obra e iniciou a construção das casas arruadas, conforme determinava o governador. Mas difficil continuava a mão-de-obra, pois em 1772 os trabalhos não haviam sido concluídos. É o que se depreende de uma carta de d. Luís Antônio de Sousa ao frei Sebastião de Santa Catarina, então padre superior em Carapicuíba, nos seguintes têrmos: "logo q' receber

(28) *Documentos Interessantes*, Vol. LXV, pág. 271.

esta porá todo o cuidado, em q' as cazas q' hay se estão fazendo-se conclusão com amayor brevid.^e porq' assim se faz precizo e se algum Indio repugnar concorrer com seu trabalho p.^a a mesma obra V.R.m^a me de logo parte p.^a se mandar castigar confr.^e merecer"²⁹. Essa carta revela mais um detalhe interessante, ou seja, o de que as casas que formam hoje a aldeia de Carapicuíba foram levantadas, humildes, tôscas, mas poéticas, pelas mãos inquietas dos índios, naturalmente obrigados pelo religioso superior e pelo diretor da aldeia.

A igreja de São João Batista continuava no seu canto, humilde e triste, os umbrais cortados pelos índios melancólicos, pelo superior religioso que, em 1777, vivia como podia, segundo a informação do bispo d. Manuel da Ressurreição. Aqui e ali recebendo suas reformazinhas. Em 1799 o diretor de Carapicuíba dizia que "os índios de Crapocouva (sic) vivem m.^{ta} parte deles, e se conserva a sua Igreja no sentro de hum grande quintal, que este he com valos, no qual no tempo dos extintos Jesuitas fazião suas lavouras, assim como plantavão dilatados mandiocaes, de que extrahião a farinha p.^a a sua sustentação e igoalm.^{te} algodoaes de que se vestião por ser aquele terrão de reconhecida produssão p.^a estes dois generos"³⁰. E informava que os tempos se tornaram difíceis para a cultura, pois "os valos por antigos se achão aruinados imparte, alem do dano, que os fogos de cada anno lansados por pessoas de pouca cautela, vezinhas", chegando mesmo tais queimas a ameaçar "ao proprio templo se este fora cuberto de palha"³¹. O diretor indicava mal a localização da igreja, bem se vê. Ela não ficava no centro, mas num dos cantos do quadrado da aldeia, e segundo se depreende daquela pequena descrição já era ela uma construção razoável para a aldeia. Já nessa época, "para se poupar á Real Fazenda as congruas dos Parochos das Aldeias de Itapecerica e Carapicuíba"³², estas se reuniram, no que diz respeito à administra-

(29) Idem, Vol. LXIV, pág. 53.

(30) *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado*, Vol. VIII, pág. 89.

(31) Idem, idem.

(32) *Documentos Interessantes*, Vol. XLIII, pág. 348.

ção dos sacramentos, à aldeia do Embu. Em princípios do século XIX e fins do XVIII, portanto, a aldeia de Carapicuíba, juntamente com sua igreja, começou a vegetar.

Tempos difíceis aquêles, o da aldeia e igreja procurando subsistir, lutando contra as asperezas do tempo e dos homens, que procuravam centros de maior relêvo para exercer suas atividades. Por Carapicuíba ficaram os pobres descendentes de índios, vivendo dos expedientes de práticas agrícolas agonizantes, semi-abandonada pelos religiosos devido à “nimia pobreza” dos seus habitantes. Em 1821 a aldeia de Carapicuíba e, portanto, sua igreja de São João Batista, estava “anexa quanto ao pasto espiritual á aldeia de Alboi”³³. “Carapicuyba permaneceu afastada dos grandes caminhos de ligação com o interior e com a costa. Tal recato permitiu-lhe conservar o caracter primitivo”³⁴, assinala Serafim Leite, o mesmo caráter que hoje pode ser observado, numa breve viagem de São Paulo até lá por cêrca de dezoito quilômetros de rodovia asfaltada.

A igreja de São João Batista foi restaurada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, restauração que permitiu a conservação dos seus traços característicos de 1736. É um templo de taipa, em forma de capela, com muitas imagens antigas. Segundo Lúcio Costa, como autêntica expressão de arte brasileira, pode ser colocado “o pequeno altar tão singelo da igreja de Carapicuíba”³⁵. A igreja é considerada hoje monumento nacional, embora o tempo já esteja trabalhando nela novamente, ameaçando-a de ruínas. Tem vários altares, inclusive o famoso de Santa Catarina, em honra de quem se fazem os festejos folclóricos na aldeia, iniciados que são a 2 de maio.

Êsses festejos atraem muita gente, festejos de Santa Cruz que, segundo a tradição, foram iniciados em 1714 e trazem muito de índio e de jesuíta. Os festejos de Santa Cruz trazem algo de pagão, como observou Mário de Andrade: “se a prá-

(33) *Registro Geral*, Vol. XVI, pág. 190.

(34) Serafim LEITE, *op. cit.*, Vol. VI, pág. 357.

(35) Lúcio COSTA, “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”, in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Vol. V, pág. 64.

tica de afincar as palmeiras ao longo das calçadas da rua “de dez em dez metros mais ou menos” é de fato adaptação ornamental do costume que fazia em tantas partes da Europa a árvore-de-maio ser plantada diante de cada casa, êste costume permanece ainda, ritualmente exato, na tradição paulista da festa de Santa Cruz. Pelo menos tal como ela se realiza em Carapicuíba, o reduto seiscentista fundado pelo padre Belchior de Pontes. Pelas festas de Santa Cruz, cujo dia é o 3 de maio, cada habitante da vila segue uma tradição antiquíssima que consiste em afincar diante de sua casa uma cruz. Já tal como o descrevo me parece insofismável a substituição católica da árvore-de-maio pela cruz festejada em maio. É sabido que êsse foi o processo sistemático com que os padres da Igreja Católica usavam cristianizar as tradições pagãs, quando não podiam destruí-las de uma vez”³⁶.

Os festeiros, depois de entoar cantochões de louvor à Santa Cruz, chegam ao amanhecer reunidos em largo círculo, de mãos dadas. O canto e a dança são lentos e decorrem de frente à igreja. Defrente à igreja de São João Batista, do padre Belchior de Pontes, do padre João de Almeida, de muitos outros religiosos. Igreja que veio atravessando os séculos e aí se encontra, a um canto da aldeia de Carapicuíba, como das poucas reminiscências históricas do século XVII.

(36) MÁRIO DE ANDRADE, “A Entrada dos Palmitos”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol: XXXII, pág. 55.

Nossa Senhora do Rosário do Embu

(*O Mboy das Lendas*)

LUGAR DE LENDAS E DE TRADIÇÃO é o Embu, a aldeia do Embu, do MBoy, ou como querem os vetustos documentos da história paulista, variando profundamente na grafia do nome indígena, Boy, Bohi, Bohu, Emboi, Alboy, Embohu¹, com uma preferência tôda especial por Bohi. Tantos nomes para tão pequena aldeia, poder-se-ia estranhar. Mas, não. Tanto nome para extensas glebas de terras que iam além do rio Jerabaty dos antigos, que se perdiam num despropósito, para o sul, no século XVII. A pequena aldeia do padre Belchior de Pontes, apontando no alto de um morro, já hoje sem características próprias, mas com a sua igreja belíssima alvejando ao sol vivo dos montes porque tem sido, nestes últimos tempos, sempre bem cuidada. Aldeia de Mboy do padre Belchior de Pontes, que a criou quando nascia o século XVIII.

Mas, que significa MBoy? É uma corruptela de MBeû, coisa penhascosa, montanhosa, agrupamento de montes, coisa em cachos ou cacheada, coisas juntas, apinhadas, como ensina Montoya². Exatamente o aspecto físico da região que deu o

(1) Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, pág. 113.

(2) João Mendes de ALMEIDA, *Dicionário Geográfico da Província de São Paulo*, pág. 165.

nome à aldeia, sede da fazenda de Fernão Dias Pais e sua mulher Catarina Camacho, que a doaram aos jesuítas, por escritura de 24 de janeiro de 1624. Mas antes dessa data, o nome da região já figurava em alguns documentos. O nome do Embu, com a sua grafia arrezada, das tantas anotadas por Sérgio Buarque de Holanda, parece surgir, pela primeira vez, no inventário de João de Santana, de 1612, quando se apresenta uma “escritura da terça parte de uma legua de terras que lhe vendeu Martim Rodrigues dos mattos de Bohi feita pelo tabelião Belchior da Costa”³. Aí possuíam terras também, conforme consta do terrivelmente minucioso inventário de Cornélio Arzão, mandado fazer pela inquisição, entre outros, o capitão Álvaro Luís do Vale, Gonçalo Fernandes Góis e Matias de Oliveira⁴.

Também nessa vasta extensão cabia a fazenda de Fernão Dias Pais e Catarina Camacho, sua mulher, que possuíam um filho, o padre Francisco de Moraes no Colégio de São Paulo. Fernão Dias Pais, não o caçador de esmeraldas, mas seu tio paterno, conforme Afonso de E. Taunay, “potentado pelo domínio que teve”⁵ sobre os índios que aldeara em sua fazenda. Por escritura feita na nota do tabelião Simão Borges Cerqueira, aos 24 de janeiro de 1624 “fizerão doação de seos bens ao Colegio de S. Ignacio da Companhia de Jesus da mesma cidade de S. Paulo”⁶, constantes de terras e de “muitos Indios da terra que descirão do certão e por outras vias adquirirão”⁷. Houve uma outra doação aos religiosos carmelitas de “hũa legoa de terra e hum curral de gado com quarenta cabeças e outras couzas”, em 1651. No testamento de Catarina Camacho, porém, de 27 de julho de 1668, é que aparece, pela primeira vez, uma referência à igreja de Nossa Senhora do Rosário de Embu pois aí declarava “que na sua fazenda de Bohy tinha hũa Igreja da Virgem do Rozario muito bem aparamen-

(3) *Inventários e Testamentos*, Vol. III, pág. 62.

(4) *Inv. Test.*, idem, pág. 102.

(5) Afonso de E. TAUNAY, “A Grande Vida de Fernão Dias Pais”, in *Anais do Museu Paulista*, Tomo IV, pág. 14.

(6) *Documentos Interessantes*, Vol. XLIV, pág. 365.

(7) *Idem*, idem.

tada” e mais “que o curral que tinha na dita fazenda hé da Virgem do Rozário, procedido de sete novilhos que lhe deo de esmola para limpeza do seu altar e para o sustento dos Religiosos asistentes na fazenda”⁸. Duas condições impunha Catarina Camacho: o culto da capela do Santo Crucifixo no Colégio e a festa de Nossa Senhora do Rosário do Embu.

Por ocasião da primeira doação de Fernão Dias Pais e Catarina Camacho, era bem possível que já existisse a igreja na fazenda, época, aliás, que parece determinar a entrada do filho do casal para o Colégio dos jesuítas, onde se ordenaria e ficaria sendo conhecido com o nome de Malagueta, devido ao seu mau gênio, na observação de Afonso de E. Taunay. Vê-se, portanto, quão antiga é a igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu, nascida da piedosa devoção de Catarina Camacho, que, não satisfeita de proteger a casa de Deus através da doação dos seus bens, melhor o quis servir pela entrega de um seu filho às suas determinações. Três séculos e pouco de tradição nas mesmas terras do Embu, cujo nome desafiou o tempo e ainda hoje lá permanece, batizando os morros cobertos de pinheirais. Com a posse dos jesuítas, o culto à virgem do Rosário continuou da mesma maneira e a aldeia foi-se mantendo dentro da disciplina que caracterizava os aldeamentos, como os de Carapicuíba, de Itaquaquecetuba, de Itapeperica. Algumas vêzes com brigas, particularmente depois do primeiro movimento de expulsão dos jesuítas, as quais vieram até a entrada do século XVIII. Desvios de índios. Os jesuítas apreciavam esconder os índios das aldeias reais dentro daquelas que êles dirigiam e isso provocava a reação da Câmara, como é ilustrativo o episódio de 1678. Nessa data, os vereadores foram incorporados “com o Thenente g.^{al} Jorge soares de Macedo as fazendas e sitios dos P.^{es} da comp.^a do colégio desta V.^a a saber a Aldea de Bohi, e a Aldea de Carapuhibad e onde com grande zello tiraram todos os indios, e indias que nas ditas fazendas estavam que pertencem as Aldeas do Principe nosso senhor”⁹. Ainda em 1695 lá voltava a figura:

(8) Idem, pág. 370. Para maiores informações a respeito do índio e seu aldeamento, ver Cassiano RICARDO, *Marcha para Oeste*, Vol. I, págs. 92 e 93.

(9) *Atas*, Vol. VI, pág. 491.

nas Atas a aldeia, onde os brancos iam buscar os indígenas para trabalhos de jornal, o que parecia ir contra a política da Câmara. Aos 19 de janeiro daquele ano o procurador requeria “q ninguem alugue Indios das Aldeas de Mboy com pena de seis mil Reis p.^a as despezas da Camera”¹⁰. Com o plural e tudo da aldeia, a verdade é que o colonizador ia buscar nos aldeamentos o braço forte para a sua lavoura e para o seu gado, quando não para serviços mais caseiros, serviços caseiros.

Pode-se ter uma imagem dessa aldeia do Embu pela descrição que dela nos deixou o padre Manuel da Fonseca: “Estava esta Aldêa formada em huma ladeyra pouco alcantilada, mas com pouca vista; porque os montes, de que estava cercada, lha impedião, ainda que os pinheiros, que lhe formavão huma como muralha, a fizessem vistosa a quem nela entrava”¹¹. E lá dentro a igreja de Nossa Senhora do Rosário bem paramentada, e com dois religiosos, mantida pela herança da piedosa Catarina Camacho, já agora recebendo à sua sombra a figura venerável do padre Belchior de Pontes, cuja vida foi um dedicar sem fim à catequese e ao amor ao índio. Estávamos já no fim do século XVII e tudo indica que a aldeia deveria estar passando por maus bocados, não só devido a fatores exclusivamente administrativos, como também devido à própria característica do gentio aldeado — uma comunidade, se assim podemos usar êste termo — profundamente instável por decorrência de vários fatores, inclusive o da técnica de exploração agrícola.

Pois o padre Belchior de Pontes deve ter entrado em contacto com o gentio de Embu nesse período de decadência. Assim se explica a preocupação que teve em mudar a aldeia para garantir a estabilidade do grupo indígena. A mudança, segundo Sérgio Buarque de Holanda, deveria ter ocorrido depois de 1698¹², data da mudança também dos índios de

(10) *Atas*, Vol. VII, pág. 468.

(11) Padre Manuel da FONSECA, *A Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, pág. 142.

(12) Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, op. cit., pág. 114.

Carapicuíba, onde então assistia o padre Belchior de Pontes, para Itapeverica. “Deste lugar a mudou para outro pouco distante, diz o padre Manuel da Fonseca, no qual, ainda que havia a mesma inconveniência da vista pela vizinhança dos montes, ficava com tudo assentada em hum plano cercado de ribeiras, as quaes, ainda que não são abundantes de grandes peixes, com tudo produção miudos em tal quantidade, que podião ajudar muito a sustentação dos Indios”¹³. Nesse nôvo local o padre Belchior de Pontes ergueu a nova igreja “com sufficiente capacidade, para que os Indios, e vizinhos pudessem commodamente observar os preceitos, a que estão obrigados”¹⁴ e dedicou-a, ou melhor, conservou o seu orago que era Nossa Senhora do Rosário. Elle mesmo, segundo o padre Manuel da Fonseca, conseguiu fabricar uma imagem da virgem considerada “formosa”, tão perfeita e humana que o padre Belchior de Pontes teve a presunção que dela “até pelos olhos lhes entrasse (aos índios) hum cordial affecto a tão Soberana Senhora”. A construção dessa igreja pode ser colocada aí por volta de 1700 e mais alguns anos, época em que o padre Belchior de Pontes, levando-se em conta a data do seu batizado, que deveria ter ocorrido nos seus primeiros meses de vida como era de costume, em 1644, contava com mais ou menos 56 anos de idade.

O padre Belchior de Pontes não se contentou apenas com a construção da igreja e com a formosa imagem de Nossa Senhora do Rosário. Fêz-lhe um retábulo “de talha primorosamente lavrado, e já dourado”¹⁵, o mesmo que ainda hoje lá se conserva para alegria dos olhos que o vêem na sua simplicidade comovedora. Mais não fêz o padre Belchior de Pontes pela sua igreja, a qual dirigiu por alguns anos mais, pois faleceu às três horas da tarde de 22 de setembro de 1719, “em fama e cheiro de santidade”. Seus sucessores encarregaram-se de acabar os ornamentos internos do templo, colocando em seu interior “huma formosa imagem de S. Miguel” e também

(13) Padre Manuel da FONSECA, op. cit., pág. 142

(14) Idem, idem.

(15) Idem, idem.

“as Imagens de S. Ignacio, S. Francisco Xavier e S. Catharina primorozamente ornadas, e obradas”¹⁰. Esses são os fatos positivos e documentados sobre a aldeia do Embu, ou MBoy, e de sua igreja de Nossa Senhora do Rosário. Mas não devemos esquecer de registrar também a sua lenda. A lenda também narra a origem da aldeia e sua igreja, envolvendo em seu tema a figura do padre Belchior de Pontes. Assim é que o padre recebera ordens de fundar um outro colégio no planalto. De Itanhaém subiu a serra para o planalto por um caminho muito ruim e desconhecido, palmilhando por várias dias ínvias trilhas, até encontrar um pantanal onde se atolou. Ali quase pereceu se não fôsse o aparecimento providencial de um índio, que o levou desfalecido para a sua choça num outeiro. Enquanto o padre não voltava a si, o silvícola saiu para buscar água. Recuperando-se, o padre Belchior de Pontes foi informado pela mulher do índio da ausência do seu salvador, que já se prolongava de maneira inexplicável. Saíram à procura do silvícola e o encontraram morto, picado e envolvido por uma grande serpente. O índio foi velado e sepultado dentro dos preceitos da igreja. E sobre a sepultura do pobre salvador levantou o padre a capela de Nossa Senhora do Rosário, construindo em seguida a igreja.

Lendas, lendas... mas com a sua beleza eterna. A cobra que matou o índio, sepultado sob o altar-mor teria dado o nome de Mboy à aldeia. Uma outra ainda, curiosa. Os silvícolas não acreditavam no diabo e no inferno. O padre Belchior de Pontes mandou então fazer um diabo tôsko de madeira, mas terrível, montou-o num cavalo e saiu pela aldeia dizendo que acreditassem nas fôrças do mal, que o diabo desviava os homens do bom caminho, levando suas almas para o inferno. Os índios assim mesmo não acreditaram e, em altos brados, divertiram-se a valer com o espetáculo do rude Lucifer transformado em cavaleiro. Mas ai! Quando maior ia a algazarra, o diabo de madeira começou a movimentar-se, tornando-se o demo de verdade. Reuniu-se a bugrada estupefata e matou o diabo em pleno largo do Mboy e desde então os aldeados

(16) Idem, idem.

acreditaram nas fôrças do mal. Muitas outras lendas e tradições se encontram na aldeia do Embu.

Voltemos, porém, à igreja. Logo após a morte do padre Belchior de Pontes no Colégio de São Paulo, assumiu a direção da aldeia e do templo de Nossa Senhora do Rosário o padre Domingos Machado, que cuidou da construção do convento que é anexo à igreja. Fê-lo ajudado pelos índios, pois os padres careciam de uma casa ampla. A aldeia desenvolvia-se a olhos vistos e graças à sua organização pôde alçar-se sôbre as demais em meados do século XVIII. Produzia algodão em escala não desprezível, fiado em seguida e tecido pelas índias, havendo notícia de exportação para o Rio de Janeiro e Bahia em 1757, quando a população da aldeia se compunha de 261 índios. O padre Domingos Machado construiu a casa residencial, ou convento, em 1740, conforme consta do *Livro do Tombo de Nossa Senhora do Rosário do Embu*, anotado por d. Duarte Leopoldo e Silva durante a visita que fêz à igreja em 20 de outubro de 1909¹⁷. Aí assinalava o antístite historiador a fama da banda de música da aldeia do Mboy, composta de índios guaranis, que foi a melhor senão a única das redondezas e tomava parte em grandes solenidades religiosas, indo mesmo apresentar-se em Itanhaém e Bragança. Dessa corporação musical indígena sobrou um bombo que durante muito tempo, até 1909 pelo menos, esteve na sacristia da matriz de São Paulo, assim como algumas partes de canto para a Semana Santa. Simão de Vasconcelos registrou a habilidade dos índios para os exercícios musicais. “E saem no canto e instrumentos tão destros, que ajudam a beneficiar as missas e procissões de suas Igrejas, com a mesma perfeição que os portugueses”¹⁸. E para aprendê-lo gastavam duas horas pela manhã e outras duas à tarde.

O padre Domingos Machado, sabe-se, foi superior em Embu em 1720 e em 1748¹⁹. Para Serafim Leite o triênio de

(17) *Livro do Tombo de Nossa Senhora do Rosário do Embu* (1882-1920), Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

(18) SIMÃO DE VASCONCELOS, op. cit., pág. 163.

(19) Serafim LEITE, op. cit., Vol. VI, pág. 359.

1748 a 1751 “indicaria a construção da Residência de Embu, a não ser que se prefira aquêlé primeiro período de 1720”²⁰, no “estilo das casas da Companhia, com o seu pátio interno”²¹. O notável historiador da Companhia de Jesus cita a *Ânu*a de 1735, na qual se encontra a informação de que “se fez de novo a Capela-mór e a Capela colateral, obra na verdade bem esculpida, e artisticamente dourada”, ao tempo em que era superior da aldeia o padre José de Moura. É ainda Serafim Leite quem admite a possibilidade de os jesuítas terem transferido para essa nova igreja “altares e imagens da Capela velha do Rosario”, a que figura no testamento de Catarina Camacho. Possibilidade muito natural, porque a confecção de imagens e altares, e mesmo retábulos, constituía coisa não muito fácil naquela época, carente de mão-de-obra especializada. Ou, ajunta o mestre, “de outra Aldeia vizinha, por exemplo Carapicuíba, na sua primeira fase, a da igreja que existia nela antes da de S. João Batista”²². O *Livro do Tombo* anotado por dom Duarte enumera ainda como superiores da aldeia do Embu os padres José do Vale (1755), Tomás Vilanova (1759) e o último membro da Companhia de Jesus que cuidou da igreja e dos índios, o padre José de Castilho (também em 1759). Depois aparece o nome do padre Inácio Rodrigues Barbosa, que inicia uma série de sacerdotes seculares, os padres José Joaquim da Silva (1795-1807), José Jacinto Pereira (1808), André Joaquim da Silva Macaré (1816-1823), Alexandre Gomes de Azevedo (1824-1827), Rafael Antônio de Barros, no impedimento do anterior (1825) e novamente o padre José Joaquim da Silva Macaré (1828-1843).

O padre José Joaquim da Silva Macaré dedicava-se também à escultura e dêle nos ficaram a imagem do Senhor dos Passos, considerada uma obra-prima, e uma imagem de Nossa Senhora das Dores, assim como 12 imagens dos apóstolos. O Senhor dos Passos ainda se encontra na igreja descansando sôbre a sua perfeição, e o pêso enorme que lhe foi atribuído

(20) *Idem, idem.*

(21) *Idem, idem.*

(22) *Idem, pág. 362.*

pela lenda. A lenda atribui essa escultura a um jesuíta cego (seria o padre Macaré cego já no fim de sua vida?) que foi ajudado pelos anjos e pelos índios no seu trabalho. Tempos depois da imagem pronta, tentaram levá-la para a Sé velha de São Paulo. A imagem, porém, não quis sair da igreja do Embu, tomando a posição de quem se afirma, mesmo deitado, ao seu lugar. Organizaram uma procissão para acompanhá-la. Inútil. Ao chegar o cortejo junto às divisas da Freguesia, a imagem começou a pesar tanto que não foi possível a continuação da viagem. Desistiram os fiéis e retrocederam. A imagem tornou-se leve e foi depositada no lugar em que se encontra hoje, sob o altar-mor.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu, em função da privilegiada situação econômica da aldeia em relação a outras, sempre se destacou das suas irmãs nas circunvizinhanças de São Paulo pela riqueza dos seus aparatos e valor de suas alfaias. O que lá existe ainda hoje, cuidado pelos anos a fora por mãos piedosas, comprova e dá bem uma idéia do que teria sido o templo no século XVIII. Aliás, nas "Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuitas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuitas do Brasil" registra-se que constava do inventário dessa igreja "estar esta bem aparamentada e tem de prata no altar quasi cento e trese marcos de prata"²³. O seqüestro foi feito no dia 2 de dezembro de 1759 e nêle se destacava que "o mayor rendimento que ella tem (a aldeia) hé o muito algodão que plantão e depois de o fiarem as Indias o tecião e delle fazião varias pessas de pano todos que os ditos Padres Superiores da mesma Aldeia vendião para suprir as despezas della"²⁴. O algodão valia muito na época difícil dos últimos anos do século XVIII, rendendo bons valôres, sem contar as doações de devotos.

Na crônica da igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu dois nomes de leigos devem ser inscritos: o de Saturnino Canuto Gonçalves e o de Firmino Gonçalves do Espírito

(23) *Documentos Interessantes*, Vol. XLIV, pág. 372.

(24) *Idem*, pág. 371.

Santo. Principalmente o do primeiro lembrado por Afonso de E. Taunay em carta a Paulo Duarte. “Muito deve a conservação de MBoy, diz o mestre historiador das bandeiras, ao zelo apaixonado do seu guardião de longos decênios, o bom e saudoso Saturnino Canuto Gonçalves que no amor às velhas taipas do edificio jesuitico ressuscitava o apego dos antepassados aos seus abarés envergadores da roupeta que tambem era a de Belchior de Pontes. Como defendia aquela casa, atento continuo às “novidades do telhado”! Com que encarniçamento perseguia as goteiras. Mais não podia fazer, homem de muito poucos haveres, singelo, cordial, inteligente, lido, fanatico da musica de igreja”²⁵. A Firmino Gonçalves do Espírito Santo deve também a igreja os favores de muitos cuidados, de muito carinho pelas paredes que ameaçavam ruir. Seu nome foi lembrado por d. Duarte nas anotações a que já nos referimos, quando lá estêve na aldeia em 1909. Foi feito então um arrolamento dos objetos do templo. O fabricante, João Batista Pereira Teles, faz entrega dos objetos que há longo tempo haviam sido confiados à sua guarda. Entre outras coisas havia 29 imagens, 13 objetos de prata, inclusive o turíbulo, a custódia e a naveta e 5 objetos de ouro e outros mais 80 objetos. D. Duarte determinou certas obras de reparo no velho templo e na residência dos jesuítas, o que foi feito alguns anos depois e assinalado no *Livro do Tombo* pelo visittador, o cônego Higino de Camargo.

A 21 de junho de 1779, por provisão régia, o Embu passou de aldeia a freguesia com vigário próprio. A êste respeito a igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu andou sempre atrapalhada. Depois daquela provisão régia foi exautorada por decreto de 21 de março de 1832. Restabelecida a freguesia por lei de 21 de fevereiro de 1841, foi de nôvo exautorada e restabelecida por lei de 19 de julho de 1869. Mas, não sossegou. Pela terceira vez foi exautorada e restabelecida por lei de 21 de abril de 1880.

Aliás muito da crônica do Embu acha-se refletida nas Atas da Câmara de Santo Amaro, no século XIX. Começa

(25) Paulo DUARTE, *Contra o Vandalismo e o Extermínio*, pág. 193.

com um pedido do padre André Joaquim da Silva Macaré — escultor a que já nos referimos — para que a Câmara atestasse sua conduta civil e eclesiástica e “se tem cumprido com seus deveres”, o que lhe foi concedido²⁶ em 1843. No ano de 1856 era vigário no Embu o padre André (seria o mesmo padre Macaré?) que aí faleceu. O vereador Manuel José de Moraes, na sessão de 28 de julho desse ano, mostrou-se preocupado com o destino das alfaias e apresenta requerimento pedindo a recolha dos “ornamentos e mais objetos que precisavam ser arrecadados”²⁷. Sabia êle do valor das alfaias e já começava a inquietar-se. Sugeriu a Câmara, nessa mesma sessão, que o mais acertado seria que “o Fabriqueiro daquela Freguezia, inventariando tudo quanto fosse pertencente a Igreja, e pondo em lugar seguro, remetece a esta Camara a Cópia do inventario”²⁸, cópia, aliás, que não figura na documentação das Atas, perdendo-se assim a oportunidade de se saber realmente o que haveria de valor em tão belo templo.

Em 1857 a aldeia do Embu e sua igreja achavam-se praticamente arruinadas. Tão desolada devia ser a paisagem, a situação das casas, que refletiu na Câmara de Santo Amaro. Com efeito, na sessão de 20 de julho desse ano o vereador Nepomuceno Pedroso disse que “estando a frente de algumas Cazas, em Mboy, em máo estado, e fóra do que hé recomendado pelas Posturas desta Camara, era de parecer que se fizesse constar aos proprietarios, que as devião concertar e por em estado dessente”²⁹. É desse mesmo vereador uma indicação curiosa: a de transformar uma cela do convento em prisão. Foi o que apresentou na sessão de 16 de outubro de 1857. Afirmava haver “um quarto no convento que podia servir gastando-se a modica quantia de quatro mil reis”³⁰. A indicação foi aprovada, encarregando-se da obra o próprio vereador, segundo decisão da edilidade. Não se sabe, real-

(26) “Atas da Câmara de Santo Amaro”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. XXVIII, pág. 257.

(27) *Idem, idem*, Vol. XXXVIII, pág. 288.

(28) *Idem, idem*.

(29) *Idem, idem*, pág. 298.

(30) *Idem, idem*, pág. 300.

mente, se a idéia foi executada, pois a documentação é falha nesse sentido.

Parece que o único vigário que exerceu funções de fato foi o padre José Maria Tedeschi, natural da Itália, que tomou posse a 24 de setembro de 1882. Ficou lá um ano, sendo removido para Tibaji. A igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu encontra-se anexada à paróquia de Itapecerica desde 1883³¹. Nos primeiros anos do século XIX a aldeia passou por um período sombrio. Em 1829 informava-se que “na aldeia de Mboy de que sou Juiz de Paz não ha pessoa alguma que possa votar, ou ser votado, pois não estão na forma da mesma lei; sendo os indivíduos índios e que não têm rendimento algum”³². Muitos anos viveu na obscuridade a aldeia, a igreja mantida por alguns devotos fervorosos, até que já no século XX d. Duarte Leopoldo e Silva determinou a primeira recuperação do templo. Mas a igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu e a residência antiga dos jesuítas se salvaram definitivamente quando foram consideradas monumento nacional. Em 1939 e 1940 a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a direção de Luís Saia, recuperou e restaurou fielmente ambos os edifícios, que podem hoje ser vistos em tôda a sua pujança e beleza, na beleza do outeiro da aldeia mudada pelo padre Belchior de Pontes.

O arquivo do Embu desapareceu totalmente, restando muito pouca coisa, alguns raros documentos. O tempo e mãos sacrílegas se encarregaram da destruição e do desvio de anotações que porventura pudessem ter existido, antes de 1900, nas salas da casa residencial. Parece que delas tomou conhecimento o tristemente lembrado pela sua vaidade Gil Pinheiro, que escreveu uma monografia sôbre a aldeia. O Embu é, talvez, dentre as velhas aldeias dos jesuítas, a que guarda o mais rico acervo de lendas que a tradição popular carinhosamente protege da terrível ação do tempo. Aliás, a melhor documentação ainda é a própria igreja na sua beleza, na

(31) *Livro das Paróquias*, pág. 231, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

(32) *Registro Geral*, Vol. XX, pág. 10.

fantasia das suas sugestões entalhadas em madeira, nas imagens que lá andam para satisfação de todos os visitantes, que não são poucos.

A expulsão dos jesuítas liga-se esta outra lenda do Mboy, que tomou como elemento histórico o ribeiro que passa de frente à aldeia e, represado, assume a feição de um lago tranqüilo. Quando da expulsão, os jesuítas reuniram num tacho todo o seu ouro e pedraria, certos que estavam de sua iminente prisão. Desceram a ladeira carregando o tesouro e construíram uma pequena jangada de toros de bananeira. À jangada prenderam longos cabos de cipó, o mesmo ocorrendo com relação ao tacho. Enquanto uns padres puxavam a jangada para o centro do lago, outros mantinham seguros os cabos do tacho. Quando o improvisado meio de transporte atingiu o centro do lago, o tacho foi ao fundo calmamente, escondendo nas águas o brilho do tesouro. Ora, sob o altar-mor, segundo ainda a lenda, encontram-se sepultados muitos jesuítas. Em determinada hora da noite, que não se conseguiu ainda identificar, os jesuítas abandonam seus lugares e, com seus longos hábitos negros, que ressaltam a brancura dos ossos da cabeça, das mãos e dos pés, formam fúnebre e terrível procissão e descem a ladeira do Embu. Em tórno do lago continua a trágica procissão, as vozes se elevando para a solidão da noite, ouvindo-se mesmo o desfilar das camândulas do rosário. Em seguida, sempre em forma processional, caminham para o cemitério, onde permanecem horas seguidas em confabulação com os mortos. Ao desmaiar da noite, o cortejo volta para a igreja. Por isso, quando a luz se apaga no Embu, os moradores dizem que a procissão dos padres vai sair, pois ela é feita às escuras.

A verdade é que muitos dos tesouros da igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu desapareceram, segundo se conclui do cotejo entre o inventário feito por ocasião do seqüestro da aldeia em 1759 e o inventário determinado por d. Duarte Leopoldo, em 1909. Naturalmente levados para as sedes de paróquia a que estêve subordinada tantas vêzes a igreja, para Itapeperica, para Cotia. Ou mesmo talvez bem guardados no

fabuloso Museu da Cúria, onde existem, realmente, muitos dêles. O que de certa forma não importa, pois o templo continua a guardar inestimáveis tesouros de arquitetura e de escultura. Contemplai os corredores internos do convento, o interior do pátio onde se encontra um histórico ingázeiro, os detalhes da ligação da igreja com a casa, a pia de madeira, a nudez franciscana do confessionário, os desenhos da porta principal. São autênticos tesouros que somente o tempo levará. Num oratório, com janelinhas esculpidas, encontram-se referências gravadas de pessoas falecidas na aldeia e, tudo leva a crer, sepultadas na igreja. E na sacristia duas imagens de Nossa Senhora e de São José, curioso, com chapéus de viagem às costas, num autêntico desejo de retificação histórica com relação ao encontro dos reis Magos com o menino Jesus. E retratos pintados de Santo Inácio de Loiola, de São Luís, de São Francisco de Bórgia e de Santo Estanislau Kostka nas portas de um pequeno nicho na sacristia.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu está fielmente restaurada em seus mais importantes detalhes, serviço êste, como já dissemos, realizado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em São Paulo dirigido pelo arquiteto Luís Saia. E muito limpa, muito agradável. E agora sob a custódia de irmã Odete, que conserva o templo e cuida das crianças da antiga aldeia do Mboy, assistindo-as com um curso primário e com uma clínica infantil. Não mais os índios, mas meninos filhos de portugueses, de espanhóis, de italianos, de japoneses, cujos olhos mansos e tranqüilos parecem refletir “hum cordial affecto a tão Soberana Senhora”, como queria o padre Belchior de Pontes com os seus longínquos índios.

Nossa Senhora do Ó

(*Athe o Fim do Mundo*)

A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO Ó está ligada a uma das mais interessantes figuras do movimento bandeirante no seu ciclo de caça ao índio. Referimos, a Manuel Prêto, “corsario y ladron de yndios”, na rude expressão do padre Justo Mansilla¹, num juízo talvez exagerado sôbre o-então opulento fazendeiro da região do Ó, que tinha a seu serviço mais de mil escravos índios. Escravos que êle ia buscar ao sertão e localizava em sua fazenda desde 1580, data que Silva Leme dá para a fundação de sua propriedade². Manuel Prêto andou percorrendo as regiões do rio Paraná e adjacências, o sertão do rio Grande, o do rio Paraguai e chegou mesmo até o rio Uruguai, onde fêz coisas que possivelmente justificasse a pesada opinião do padre Justo Mansilla. Mas havia uma imposição temporal, uma realidade social condicionando o comportamento dos povoadores.

Mas o bandeirante Manuel Prêto pouco talvez interessará a esta crônica. Vale o homem temente a Deus, cujo nome se liga também aos dos fundamentos da Igreja Católica em São

(1) Afonso de E. TAUNAY, *História Antiga da Abadia de São Paulo*, pág. 45. Diz o historiador: “allí fundara, em suas terras, a capella de N. S. da Expectação, dotando-a com um sitio de meia legua de terras do sertão e matos maninhos, doze escravos administrados e 36 vacas de ventre”.

(2) SILVA LEME, *Genealogia Paulistana*, Vol. VIII, pág. 279.

Paulo, sob cuja sombra nasceu e cresceu a cidade; e também se liga ao nome de um bairro dos mais antigos, simpáticos e interessantes da cidade de Manuel da Nóbrega.

Pois o nosso “corsario y ladron de yndios” foi o fundador da igreja de Nossa Senhora da Esperança, ou melhor dito, hoje a igreja de Nossa Senhora do Ó, em 1610, juntamente com sua mulher Águeda Rodrigues, “em sua fazenda, a uma e meia legua ou 8,3 quilometros entre Norte e NNO. da cidade de São Paulo”³. Para a data de fundação Azevedo Marques não cita fonte alguma e nem pudemos apurar onde pôde encontrá-la. Aliás Jacinto Ribeiro repete essa data, sem acrescentar maiores detalhes⁴. Também Alfredo Ellis Júnior se refere a esta igreja. Mas de maneira tão vaga e recua tanto o ano da fundação que consideramos um lapso do autor. “Em 1580, Manuel Prêto fundou a capela de N. S. da Expectação, hoje Freguezia do Ó”⁵, diz êle no seu estudo sôbre a história social de São Paulo. Parece-me ser simples conjeturas, pois o título de ereção e instituição da igreja e a escritura de doação nada deixam transparecer sôbre aquela primeira data. O que se constata de positivo no título de ereção e instituição da igreja é que o requerimento de Manuel Prêto recebeu a provisão em data de 18 de setembro de 1615 e não a 29 de setembro de 1615, como afirma Azevedo Marques⁶. No seu requerimento diz Manuel Prêto “q elle tem devossão de fazer hua capella de Nossa Sñar da esperança, p.^a que nella se celebre Missa, porq.^{to} está longe da villa, e não pode acodir a Missa todas as vezes q he obrigado, nem a sua gente q he m.^{ta}”⁷. Essas são as justificativas do bandeirante português, que preferia manter a sua própria igreja, com tôdas as despesas e deveres que a isso o obrigavam, a abandonar suas terras e seus numerosos índios para ir à vila assistir aos officios religiosos.

(3) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos*, Vol. II, pág. 135.

(4) JACINTO RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 595.

(5) ALFREDO ELLIS JUNIOR, *Capítulos da História Social de S. Paulo*, pág. 423.

(6) *Livro do Tombo da Sé*, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, Livro 2-2-19, cópia autenticada pelo então diretor do Arquivo Sales Colet, n.º 10. O despacho — passe na forma ordinária — é que é de 29 de setembro de 1615.

(7) *Idem, idem.*

Contudo, o requerimento parece implicar já na existência da capela do Ó, pois Manuel Prêto pede licença, referindo-se à capela, “p.^a se levantar altar nella, pagando a chancella ordinaria, e possa enterrar seus defuntos, baptizar e cazar, sendo primeyro os banhos corridos na Matris”⁸. O que não se pode verificar nesse documento é a data em que a mesma capela teria sido edificada. A provisão é do então prelado administrador Mateus da Costa Morim (Azevedo Marques dá este último nome como sendo Aborim), homem de títulos compridos: “auctoritate apostollica prellado, e ademenistrador da Cidade de S. Sebastiam do Rio de Janeyro, e das mais capitánias e suas repartiçois da banda do Sul, comissario do S. officio e da bulla da Santa Cruzada”.

Desejando “favoresser seu pio intento”, a provisão de Mateus da Costa Morim atende ao requerimento de Manuel Prêto e então, nas palavras que contém, dá-nos a certeza de que já existia uma capela, sem ainda figurar data alguma que autorize a localizá-la naqueles remotos anos do século XVI (1580). Com efeito, diz o prelado, “dou p.^a poder de novo levantar, e hirguer hua hirmida da invocação de Nossa Snar. da esperança, e nella levantar altar, p.^a se selebrar no citio e lugar q melhor lhe paresser na sua fazenda, donde hora rezide, e vive q he destrito da villa de S. Paulo, hipotecando poreñ primeyro a dita sua terra e fazenda”⁹. Esta última precaução do prelado foi inútil, de vez que Manuel Prêto e sua mulher estavam realmente decididos a erguer a capela e cumprir as exigências do Santo Concílio. Realmente, três anos depois, isto é, a 15 de agosto de 1618, verificou-se a escritura de doação a Nossa Senhora da Esperança por parte de ambos “no lugar donde tem sua fazenda, q se chama da banda dalem do Rio chamado anhanby em suas terras chamado citio de Jaragoá”¹⁰ perante o tabelião Simão Borges da Siqueira. O documento enumera as coisas então hipotecadas: o sítio de Manuel Prêto e sua mulher em que viviam “e tođas as bem fei-

(8) Idem, idem.

(9) Idem, idem.

(10) Idem, idem, cópia autenticada n.º 11.

turias de qual quer modo”, um moinho “q tem feyto” com mais de meia legua de comprimento, capoeiras “pello mato dentro meia legoa de comprimento, e de testada”, uma dúzia de escravos, duas dúzias de vacas “femeas com hum Touro”, coisas declaradas que doavam e vinculavam “athe o fim do mundo” à capela de Nossa Senhora da Esperança¹¹. As testemunhas que assinaram esta escritura de doação foram o “R. P.º Fr. Thome Couceyro da ordem da Santicima Trindade estante nesta Villa e o R. P.º vigario, e o ouvidor desta villa João Pimentel, e Diogo Ayres de Aguirre Provedor das Minas desta Capitania, e Franc.ºº Jorge aqui morador”¹². Por Agueda Rodrigues, piedosa, analfabeta, assinou a escritura o padre Manuel Vaz.

A Igreja de Nossa Senhora do Ó é dos poucos templos de São Paulo que têm uma história clara e sem dúvidas. Compulsando os documentos pode-se verificar a sua existência desde os primeiros anos, o que não acontece com muitas outras casas de Deus, originárias desse mesmo século XVII, cujos fundadores, quando não são desconhecidos, disputam gloriosamente a primícia das iniciativas.

O pintor Salvador Ligabue, autor de decorações em várias igrejas de São Paulo, tem um quadro que os entendidos classificam de precioso, pois trata da reconstituição da primitiva capela construída por Manuel Prêto. É um óleo simples, baseado em documentos que, honestamente, não chegamos a conhecer. De acordo com o quadro daquele pintor a capela primitiva teria 2,50m de frente por 3 de fundo, apresentando ao lado direito um sino suspenso por dois caibros. Uma cruz rude encimava a construção feita de pau-a-pique e barro! em estilo de oratório. Naturalmente que depois da provisão do prelado Mateus da Costa Morim a capela se apresentou de outra forma, mais próxima, senão a mesma que em 1795 foi reedificada pelo padre João Franco da Rocha.

* * *

(11) *Idem, idem.*

(12) *Idem, idem.*

Como surgiu o nome de Nossa Senhora do Ó, que também aparece em alguns documentos com o nome de Nossa Senhora da Expectação? Até o momento nada nos pode esclarecer dentro desses três séculos de história que cercam a capela de Manuel Prêto. Os documentos mais antigos que compulsamos e nêles encontramos o nome de Ó datam de 1637, aliás dois testamentos. O de Manuel Prêto que fala na ermida e declara que “toda minha fazenda está obrigada a capella”¹³ e o de João Prêto, também de 1637, que, além de se referir à igreja de São Miguel traz uma cláusula dispositiva que manda dizer “outras cinco missas a Nossa Senhora do Ó”¹⁴. Meio século depois, ou exatamente 56 anos mais tarde, vamos encontrar no testamento de Jerônimo Bueno, de 1693, uma referência revelando a continuidade do nome de Nossa Senhora do Ó. Trata-se de um recibo: “Estou mais satisfeito de onze mil e duzentos réis que me era a dever o defunto de missas, como também de dezesseis mil réis pertencentes à capella de Nossa Senhora do Ó. Felix Wabor”¹⁵.

Andemos, porém, mais alguns anos dentro da história com as suas fascinantes revelações de todo e qualquer teor, levantando poeira de tantas coisas interessantes. A devoção de Nossa Senhora do Ó se firmara definitivamente e em 1772 já se encontra na referência de uma ata da Câmara de São Paulo. “E na mesma verença, diz a Ata, se passou um mandado para se fazer o caminho da pinguela de Nossa Senhora do Ó e aterrado ao caminho até o alto de Aniceto”¹⁶. Já preocupava a Câmara um caminho decente para o bairro de Manuel Prêto cujo orago, de Nossa Senhora da Esperança, passara para o de Nossa Senhora do Ó. Monsenhor Paulo Florêncio de Camargo revela que esse nome pelo qual é hoje conhecido o bairro e a igreja se deve às antifonas de vésperas, no Breviário Romano, nas proximidades do Natal, que começam

(13) *Inventários e Testamentos*, Vol. XI, pág. 176.

(14) *Idem, idem*, pág. 167.

(15) *Idem*, Vol. XXIII, pág. 60.

(16) *Atas*, Vol. XVI, pág. 162.

tôdas com o “Ó” evocativo, daí advindo o nome do bairro “onde residia Manuel Prêto”¹⁷.

Isso quanto às circunstâncias históricas. Com referência ao templo propriamente dito, o que vamos observar é que êle, apesar das disposições da escritura de doação de Manuel Prêto e sua mulher Águeda Rodrigues, sofreu altos e baixos, atingido pelos anos que mudavam o panorama político e econômico de São Paulo. Parece ter mesmo sido ameaçado de destruição, pois os historiadores informam que, um ano antes do bairro ser elevado à categoria de Freguesia, o que seria efetivado por alvará de 15 de setembro de 1796, o padre João Franco da Rocha reedifica a igreja. A reedificação é de 1795, quando também lhe foi dada provisão para officiar em data de 20 de dezembro dêsse mesmo ano, provisão essa concedida pelo doutor Paulo de Sousa Rocha, protonotário apostólico do Santo Offício. Azevedo Marques dá para a reedificação a data de 1794: “achando-se em estado de ruina, foi edificada outra no lugar em que hora se acha a matriz pelos esforços do padre João Franco da Rocha, que por este serviço foi louvado pelo vigario geral Paulo de Sousa Rocha”¹⁸. Em outro lugar Azevedo Marques revela ter conhecido vestígios daquela primitiva capela de Manuel Prêto, “construída ao sopé do morro”¹⁹.

A igreja de Nossa Senhora do Ó guardava, porém, o espírito inquieto do seu fundador. Assim é que o templo mudaria de lugar novamente. As paredes de taipa do padre João Franco da Rocha seriam testemunhas de um episódio interessante. Na madrugada de um perdido mês de 1896²⁰ a freguesia foi despertada pelo violento clarão de um incêndio que tomava a igreja. A população abandonou suas casas e

(17) Monsenhor Paulo Florêncio da SILVEIRA CAMARCO, *A Igreja na História de S. Paulo*, Vol. I, pág. 277. Segundo Frei Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, no seu “Elucidario dos Termos Antigos”, a invocação de N. S. do Ó vem de velha tradição contemporânea do domínio dos visigodos na Espanha. O Concílio de Toledo instituiu uma Festa da Expectação do Parto, celebrada nos dias que precedem o nascimento de Jesus. Em cada um desses dias são repetidas as antifonas do Antigo Testamento.

(18) AZEVEDO MARQUES, op. cit., Vol. II, pág. 136.

(19) Idem, idem.

(20) Jacinto RIBEIRO, op. cit. O autor dá essa data para o incêndio,

cercou a casa do Senhor. Ali, dominados pelo terror, os fiéis assistiram à destruição quase completa do velho templo, conseguindo salvar apenas duas imagens: a de Santa Luzia e a de Nossa Senhora das Dores. Soubera-se do caso depois. A porta principal da igreja as abelhas formaram uma casa. Tal o número e a sua audácia que chegavam a picar os devotos dentro do templo. Chamado um caseiro para destruir a casa, ficou no interior do templo algum pedaço de pano, queimando. O pano não se limitou a destruir a residência das abelhas. Foi mais além e reduziu a cinzas a casa do Senhor. Êstes detalhes plausíveis foram narrados pelo músico Luís Ribeiro, homem avançado em anos, que contava 82 janeiros em 1951. A verdade, porém, é que do incêndio se salvou a sacristia, onde por algum tempo se continuou celebrando o sacrifício da missa. Durante um ano mais ou menos. O antigo templo se localizava onde hoje se situa a caixa d'água da Freguesia. Coisa interessante: apenas êsse bairro paulistano conseguiu a continuidade de algumas suas prerrogativas seculares, ou melhor, foi o único que permaneceu com as características de Freguesia, título que obteve por alvará de 15 de setembro de 1796.

Também êsse templo incendiado figurou numa das mais famosas epidemias de bexiga de São Paulo do século XVIII — aí por volta de 1798. Para aquêles lados havia sido construído um hospital destinado a cidadãos atacados do terrível mal. Assim é que, na sessão de 5 de novembro de 1798 da Câmara “se determinou que fosse ordem ao dito hospital para que os cadáveres fossem sepultados na capella do Ó”²¹ e não na cidade. Aliás essa decisão da Câmara partiu de um pedido do juiz ordinário da cidade, exigindo que os mortos de bexiga não deveriam ser enterrados na cidade, isto é, “os mortos de bexiga falecidos no hospital interino que se nomeou fora desta cidade para a cura desta enfermidade”²².

Nos domínios da igreja de Nossa Senhora do Ó ocorreram muitos episódios pitorescos. Aí se verificou o primeiro

(21) *Atas*, Vol. XX, pág. 140.

(22) *Idem*, *idem*.

alto da Expedição partida de São Paulo a 10 de abril de 1865, rumo ao Paraguai, fato lembrado numa lápide ainda lá existente, quase destruída. O bacharel Antônio Ribeiro Rosado Júnior enviou um requerimento à Câmara pedindo permissão para explorar jazidas de ouro na Freguesia de Nossa Senhora do Ó. E na sessão de 9 de outubro de 1875, acusando o requerimento pediam os edis “informe acerca da existencia de taes jazidas, sua possança e qualidade de terrenos em que demorão, se devolutos ou particulares”²³. Aliás êsse bacharel não foi o único sequioso de descobrir ouro. Na sessão de 14 de janeiro de 1879 leu-se um “officio do Exmo. Governo da Provincia, de 14 de janeiro deste anno mandando a Camara informar sobre o requerimento em que Miguel de Araujo Ribeiro e Amaro de Araujo Ribeiro pedem permissão para explorar jazidas de ouro e outros metaes, nas terras de sua fazenda denominada — Jaraguá — sita na Freguezia de Nossa Senhora do Ó do Municipio desta Capital”²⁴. Infelizmente os registros da Câmara não dão maiores informações a respeito. Encontraram ou não o ouro desejado?

Houve uma desinteligência seriíssima na igreja de Nossa Senhora do Ó alguns anos antes do incêndio que a destruiria. A Câmara possuía podêres para nomear os fabriqueiros dos templos, mas alguns vigários tinham também uma idéia muito própria sôbre êsses podêres da edilidade e muitas vêzes não chegavam a concordar com tais nomeações. Foi o caso do vigário Rafael Antônio de Barros que, em 1845, se recusou a entregar as “alfaias e mais utensis pertencentes a Igreja Matriz dessa Freguezia ao fabriqueiro nomeado pela Camara”. O fabriqueiro nomeado, cujo nome não consta das atas municipais recorreu à Câmara²⁵. A briga foi longe. O fabriqueiro fôra nomeado em fevereiro e em outubro respondia a uma informação da Câmara revelando que sômente podia falar “no que diz respeito ao tecto, taipas e campos”. Quanto ao resto ignorava qualquer coisa a respeito, “não podendo informar sobre

(23) Idem, Vol. LXI, pág. 122.

(24) Idem, Vol. LXV, pág. 13. Este officio foi lido na sessão de 14 de janeiro de 1879.

(25) Idem, Vol. XXXV, pág. 123, sessão de 24 de fevereiro de 1845.

os paramtos. e alfaias pr. ter o Vigr.^o da mma. Frega. se recuzado a fazer entrega d'elles"²⁶. O fabriqueiro, em face da atitude do padre, tinha sob sua responsabilidade apenas as paredes de taipa da igreja, que anos mais tarde iria incendiar-se por culpa das abelhas. Não se sabe o fim dessa desinteligência. O *Livro do Tombo da igreja de Nossa Senhora do Ó*²⁷ também nada esclarece sôbre os resultados das picuinhas entre o vigário Rafael Antônio de Barros e o não identificado fabriqueiro nomeado pela Câmara.

A igreja que hoje se encontra na Freguesia do Ó, guardando na sua solenidade tôda a tradição de mais de três séculos de história, foi inaugurada a 27 de janeiro de 1901. Depois do incêndio do velho templo de taipa, um ano depois, isto é, em 1897, por iniciativa de João da Silva Machado, velho morador no local, apoiado por José Romão Martins, outro velho morador da Freguesia, foi convocada uma reunião de todos os moradores. Aí decidiram organizar uma comissão central encarregada de obter os fundos necessários à construção do nôvo templo, o que lá está hoje, mas em outro local, num terreno pertencente à fábrica da igreja. Jacinto Ribeiro guardou os nomes que integravam a dita comissão: padre João de Freitas Monteiro de Vasconcelos, Francisco de Paula Alves, João da Silva Machado, José Francisco de Siqueira, Tristão Alves de Siqueira, Jesuíno Franco de Oliveira, João de Oliveira Cunha, Francisco Alves de Siqueira, Rafael Alves de Oliveira e Bento João do Espírito Santo²⁸. A pedra fundamental do templo nôvo foi lançada a 9 de janeiro de 1898, conforme aquêle autor.

Muitas vêzes, indiretamente até, as igrejas contribuíram para a manutenção da ordem, por serem centros de reuniões aos domingos, quando em seu interior, para ofícios religiosos, se reuniam negros e brancos, índios. Nessa oportunidade os capitães-de-mato viam facilitados seus trabalhos de desarmar negros, principalmente, os quais estavam proibidos de carre-

(26) Idem, pág. 183, sessão de 20 de outubro de 1845.

(27) *Livro do Tombo de Nossa Senhora do Ó*, Arquivos da Cúria Metropolitana.

(28) Jacinto RIBEIRO, op. cit., pág. 595.

gar armas ou “facas e porretes”. Pelo menos é o que se deduz, por exemplo, de ofício do governador Martim Lopes Lôbo de Saldanha ao capitão de ordenança do bairro de Nossa Senhora do Ó, aplaudindo sua iniciativa de ordenar aos tais capitães-de-mato que comparecessem à Igreja de Nossa Senhora do Ó aos “domingos e Dias Santos, p.^a tirarem todas as facas, e porretes, com q. os negros nella aparecem”²⁹. Porque do contrário não seria tão fácil assim andar caçando negros e índios pelos matos e grotas, a fim de desarmá-los. Na verdade, e disso nos dão fartas provas os documentos, lavradores, comerciantes, gente do govêrno, viviam sobressaltados com a audácia dos pobres negros reunidos em quilombos pelas margens do rio Tietê ou pelos vales das serras próximas a São Paulo. Eram êles talvez, êsses marginais, as primeiras vanguardas de uma classe popular nascente que procurava participar da vida da comunidade embora através de manifestações violentas.

Alguns outros detalhes interessantes sôbre a Igreja de Nossa Senhora do Ó, de tão antigas tradições na história da cidade, igreja do segundo século de vida de São Paulo, vamos encontrar num documento de 1805³⁰. Trata-se de uma tomada de contas da “Capella de Nossa Senhora do Ó”, no dia 11 de março de 1805, na casa do provedor Joaquim Procópio Picão Salgado, prestada pelo administrador da capela Joaquim Antônio de Moraes, descendente de Manuel Prêto. Declarou então o administrador, “com pura e sã consciencia” que “dos bens dotados na fundação da Capella existião humas terras que ha de constar do mesmo Livro antigo já acima referido³¹, e humas cabeças de gado provenientes, ou remanessivas das que foram dotadas com as mesmas terras cujo gado ao tempo do fallecimento do Pae delle respondente, que hera administrador recebeu elle dito respondente desesseis cabeças, tão bem existião e assim mais umas casas de sobrado no mesmo. . . Igreja Velha. . . que o mesmo titulo do Patrimonio erão ou

(29) *Documentos Interessantes*, Vol. LXXVII, pág. 126.

(30) In *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. LXXVI, págs. 205 e 206. O Documento foi fornecido pelo pesquisador João B. C. Aguirra.

(31) *Idem*, *idem*. É curioso observar que êste livro desapareceu. Dêle não encontramos vestígios nos Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

tinham sido do gentio da Terra, que elle respondente já os não conhecera, e sim achou noticia de que ficaram livres por determinações Reaes”. Na linguagem típica, estropiada e difficil, declarava Joaquim Antônio de Moraes que ainda não entrara de posse da legítima da administração da igreja e seus bens “pelo barulho que poserão as coizas com a erecção da Freguezia para a qual se fizera huma nova Igreja”³². Como descendente dos instituidores da igreja, Joaquim Antônio de Moraes herdara do pai a condição de administrador na época então em suspenso por causa dos desentendimentos havidos por ocasião da criação da Freguesia do Ó. Os documentos não esclarecem suficientemente a razão dos desentendimentos. Acreditamos que a qualidade de Freguesia talvez quisesse implicar na descontinuidade da condição de herdeiro dos administradores, com o que não concordara Joaquim Antônio de Moraes.

O que se vê do documento é que houve uma igreja nova e não no mesmo local. Fôra mudada e mais ainda “tudo quanto era de alfaias, ornamentos e vasos sagrados e tudo quanto havia na Igreja da Capella” transferira-se para o nôvo templo, não sem o desagrado de Joaquim Antônio de Moraes que não se esquece de declarar no documento que essa “passagem foi por força, e violencia praticada pelo falecido Padre João Franco por despachos que procurou dos seus superiores”³³. Não tinha papas na língua o descendente de Manuel Prêto. Lavou a roupa suja da Freguesia nesse documento tão interessante dos primeiros anos do século XIX. Lavou a roupa suja de outros seus ascendentes, também administradores, quanto a terras das redondezas. Diz que “estão de posse de algumas porsões de terras huns herdeiros de um que foi testamenteiro de hum administrador, que se introduzirão clandestinamente”³⁴. Joaquim Antônio de Moraes revela também nesse documento que a invocação da igreja “tinha sido antes Nossa Senhora da Esperança e depois pelo trato do tempo

(32) Idem, idem.

(33) Idem, idem.

(34) Idem, idem.

entrou a denominar Nossa Senhora do Ó, como consta do mesmo livro antigo, porem que a causa da mudança ignorava”³⁵.

O templo atual de Nossa Senhora do Ó é enorme e se situa numa larga colina. Da cidade, em dias claros, pode ser visto com a sua alta tórre que, como todo o corpo da igreja, não apresenta valor estilístico ou alguma originalidade. Ela é importante em função da sua tradição histórica. Na estrutura da sua nave esquerda observam-se várias rachaduras. Diz o cônego Eurico Freitas que são conseqüências de um ligeiro tremor de terra que atingiu a Freguesia do Ó, aí por volta de 1934. Esta é a história da Igreja de Nossa Senhora do Ó. A sua frente se volta para o planalto esfumado onde o Tietê já não é sonolento, pois está sendo retificado, onde a aldeola de São Paulo desapareceu para dar lugar à grande cidade, que se perde na fuligem das fábricas. E onde já não há mais aquelas paisagens tranqüilas do século XVII agitadas pelas tropelias dos bandeirantes e dos índios. Ou enfeitadas pelo único sino da capelinha de Manuel Prêto, tocando às trindades.

(35) Idem, idem.

São Francisco

(O Convento e a Academia)

A IGREJA DE SÃO FRANCISCO é a igreja mais conhecida, a mais querida da cidade de São Paulo. A mais simpática, a mais concorrida, onde há sempre inúmeros fiéis, môças, velhos e velhas, rapazes cada qual com seus desejos, seus problemas, os quais vão depositar junto aos altares do templo. As tẽrças-feiras, entãõ, o movimento dos devotos é muito maior, pois se trata do dia consagrado a Santo Antônio, que lá tem um altar bem cuidado e disputado pelas môças, pelas meninas casadoiras. Essas meninas, isso é comum, deixam os namorados à porta de São Francisco, enquanto diante do Santo Antônio fazem suas preces casamenteiras. Não entram juntos na igreja, porque isso seria mau agouro, na sua crença. Daria briga. Por isso, nessas mesmas tẽrças-feiras, é comum a frente da igreja encher-se de rapazes, principalmente à noite. A devoção a Santo Antônio toma seus aspectos mais festivos, dentro da cidade tumultuante, depois do almôço, à tardezinha. É curioso. É curioso porque o ilustre Santo Antônio tem a sua igreja ali na Praça do Patriarca, e nem por isso deixa de ser cortejado na igreja de São Francisco. Há uma explicação para êsse fato, uma explicação histórica, mas as môças a ignoram. O que as môças sabem é que Santo Antônio

atende melhor em São Francisco, nesses casos de casamento e de brigas de namorados, do que no seu templo oficial.

A tradição franciscana em São Paulo remonta ao século XVI e é assinalada por uma tragédia que compungiu o coração dos primeiros povoadores dos outeiros de Piratininga. Tragédia que deixou vestígios nas *Atas da Câmara* e que talvez tenha iniciado o interesse dos moradores da Vila pelos franciscanos, passado para os da Imperial Cidade e hoje para os da metrópole fabulosa. Lembrem-se todos do episódio que teve por palco as imediações da igreja de Domingos Luís, no Guaré, a igreja de Nossa Senhora da Luz, em 1583. Quando da passagem da esquadra de Valdez pelo porto de São Vicente, de regresso à Europa, vinham com êle vários franciscanos, entre êles frei Diogo, ou irmão leigo conforme alguns autores. Julgando que a esquadra demorasse muito no porto os frades espanhóis vieram para a Vila e aqui “para onde os guiu maior providência, cumpriram a vontade do Altíssimo, exercitando-se na conversão dos naturais Indios, e outras obras de caridade com os seus habitadores no decurso de dois anos, que allí assistiram”¹, conforme descreve Jaboatão. E foi aí mesmo, nas proximidades da igreja de Nossa Senhora da Luz que frei Diogo encontrou um soldado espanhol blasfemando contra religiosos, no que foi advertido pelo frade. O soldado não gostou. No dia seguinte encontraram-se novamente e o frade pediu uma esmola ao militar. A esmola que lhe deu foi a morte. Apunhalou-o pura e simplesmente. O frade foi sepultado pelos jesuítas, “com grande concurso do povo”, na igreja do Colégio. A sua história não acabou na sepultura. É da tradição que continuou operando milagres, pois bom e virtuoso sempre fôra e naqueles curtos dois anos de trabalhos na Vila despertara a admiração dos povoadores.

Tanta admiração despertara a vida severa, tranqüila e piedosa de frei Diogo naqueles dois anos que permanecera na Vila, que ainda em 1639 se conservava a tradição dos seus trabalhos, continuados em seus milagres. Nesse ano, “vindo

(1) Frei Basílio ROWER, *Páginas de História Franciscana no Brasil*, pág. 93, citando Jaboatão.

a esta vila o P. Custódio Frei Manuel de Sta. Maria a fundar esta casa, e achando notícia deste Sto. Religioso, fez diligencia pelos mais antigos da terra para saber da sua sepultura, e achou que os PP. da Companhia o sepultaram em outra igreja que primeiro tiveram, e que depois de acabada a que de novo têm, mandaram tirar todos os ossos dos defuntos que na primeira estavam e o tresladaram à segunda, metendo-os todos juntos em huma cova”². Assim se perderam os despojos do precursor dos franciscanos em nossa cidade. Mas, não é tudo. Frei Vicente do Salvador revela que em São Paulo “nos têm signalado sitio pera outro de nossa Seraphica Ordem, que nos pedem queiramos edificar ha muitos annos com muita instancia e promessas”³. A História do notável frade baiano foi redigida em 1627. Esta data parece indicar que a idéia da fundação de um convento franciscano em São Paulo deve datar dos princípios do século XVII.

O alvará obtido pelos franciscanos para fundar conventos “assim no reconcavo da Bahia e Villa de S. Paulo, e nas mais partes que lhes parecer onde lhes for requerido como pedem”⁴, foi concedido por Filipe III aos 28 de novembro de 1624. Ao tratar da igreja de Santo Antônio referimo-nos pormenorizadamente à estada do custódio frei Manuel de Santa Maria em São Paulo que, com o procurador do conselho da Câmara Sebastião Gil, em 1639, “fora tomar sitio e terreno pera os frades de Santo Antonio”⁵. Esse terreno ficaria ao lado da igreja de Santo Antônio, na Praça do Patriarca. Regressou à Bahia frei Manuel de Santa Maria, tendo aí reunido o capítulo e nêle resolveu-se nomear prelado fundador frei Francisco dos Santos, ex-lente de teologia⁶ e residente no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Deram-lhe como companheiros associados a essa fundação frei Manuel dos Mártires, frei Sal-

(2) *Memórias da Fundação do Convento de São Paulo*, citado por frei Basílio ROWER in op. cit., pág. 94.

(3) Frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil*, pág. 89.

(4) *Documentos Acusos*, Vol. I, pág. 7. É de 28 de novembro de 1624 o alvará e não de 29, data fixada por AZEVEDO MARQUES.

(5) Afonso de E. TAUNAY, *História Seiscentista da Vila de S. Paulo*, Vol. II, pág. 284.

(6) Frei Dagoberto ROMAG, *História dos Franciscanos no Brasil*, pág. 57.

vador do Nascimento, frei Pedro da Piedade e frei João da Luz e mais os irmãos leigos Simão do Salvador e José de Santo Antônio. Por êsse número de religiosos, frei Basílio Rower conclui pela importância que o capítulo dispensava à localização da casa em São Paulo.

Eram os frades de Santo Antônio, que vieram a se recolher na igreja de Santo Antônio, na Praça do Patriarca. Em tôrno dessa igreja fôra escolhido o terreno e com a ajuda do povo, principalmente com a ajuda do vigário de São Paulo, o padre Manuel Nunes, que contribuiu pessoalmente para a construção com 200\$000 em dinheiro, os franciscanos iniciaram imediatamente a edificação do seu primeiro convento. Haviam chegado a São Paulo exatamente a 5 de janeiro de 1640. A contribuição do povo da Vila para a construção da casa dos franciscanos foi em gêneros os quais o custódio frei Manuel de Santa Maria transformou em "ornamentos, cálices, livros, ferro, burel, pano de linho e outras miudezas", "ele mesmo conduzindo essas coisas para São Paulo quando para cá veio pela segunda vez e onde já se achavam aquêles primeiros sete religiosos da ordem, recolhidos à ermida de Santo Antônio. É da tradição que o próprio custódio delineou o traçado da primeira casa na Praça do Patriarca e tão grande foi a cooperação do povo que "tendo-se começado a obra a 17 de abril, no dia 12 de junho já estava em condições de a casa ser habitada"⁸ tendo Santo Antônio como padroeiro. ¹

Em 1642 o custódio frei Manuel de Santa Maria foi substituído por frei Francisco das Neves, que veio para o sul do país examinar os conventos da ordem e encontrou os seus irmãos ainda na Praça do Patriarca. Determinou a mudança da casa, pois verificara que no lugar, principalmente, faltava água e a construção se encontrava sujeita aos ventos fortes. Da obra então projetada e do seu progresso não "temos cá outra notícia", diz frei Jaboatão. E acrescenta que o sucessor de frei Manuel de Santa Maria, isto é, frei Francisco das Neves,

(7) Frei Basílio ROWER, op. cit., pág. 102.

(8) "Memórias da Fundação do Convento de São Paulo", in *Páginas da História Franciscana do Brasil*, frei Basílio ROWER, pág. 98.

mudando a casa, deu-lhe “o titulo de S. Francisco, e S. Domingos, que ficou conservando, pelo de Santo Antonio, que tinha primeyro, sendo evidencia esta mudança da caza, de que athe este anno se não havia dado principio ao novo Convento”⁹. Imaginai a Praça do Patriarca nesse ano remoto: tudo nu, ou melhor, vestido de uma vegetação rasteira, a construção dos frades sôbre o outeiro da praça, perto da igreja de Santo Antônio, tôda aberta na paisagem. A mudança foi feita com o auxílio, é evidente, da Câmara. Na sessão de 24 de dezembro de 1642 a Câmara passava uma carta de data de chãos aos frades da Custódia de Santo Antônio. Nessa carta lê-se que “nossos Antecessores lhes haviam dado um sitio para edificarem seu mosteiro, e porque o dito sitio é falto de agua, e mui sujeito á inclemencia do tempo, por ser lugar alto, e desabrigado”¹⁰, pediam outro terreno, “mais para baixo do dito sitio para a banda do rio Anhengobá está outro capaz, e acomodado, nos pediam lhe dessemos oitenta braças de chãos de comprimento começando da ponta das casas de Pedro Leme do Prado, ficando rua em meio, e setenta braças de largo na cháa (?) de cima, e para o corrego que houver até o canto do muro do sitio de Domingos Coutinho, e daí cortando para a pedreira até se meter no olho da agua, que perto dela está”¹¹.

Observe-se que os frades de Santo Antônio em São Paulo já haviam começado a se tornar conhecidos pelo nome de franciscanos e a idéia da fundação do convento onde está hoje com o nome de São Francisco e São Domingos parece ser anterior a essa nova fundação. Pelo menos é o que se deduz de um registo de carta de chãos de Pedro da Silva e de Gaspar Sardinha, de 1640, “chãos que estão detras de São Francisco para a banda do ribeiro de Anhaguobay”¹². O convento foi inaugurado, segundo frei Basílio Rower, quatro anos e meio depois da doação da Câmara, ou seja, em “17 de setembro, festa das Chagas de S. Francisco, de 1647” com

(9) Frei JABOATÃO, *Nôvo Orbe Seráfico*, Vol. II, parte segunda.

(10) Frei Basílio ROWER, op. cit., pág. 102.

(11) *Idem*, *idem*.

(12) *Registro Geral*, Vol. II, pág. 152.

o título de São Francisco e São Domingos. A igreja, ao que parece, foi concluída pelo menos quatro anos antes da inauguração oficial da edificação. No inventário de Manuel João Branco, de 1643, há uma passagem elucidativa nesse sentido, quando se especifica a existência de “dez braças de chãos que estão pegados à igreja nova que se fez de São Francisco em dez mil réis digo avaliados em dez mil réis”¹³. Muito diferente era então a paisagem, todo aquêle espaço constituía “a horta, o pomar, os terrenos de plantio dos franciscanos”¹⁴, imensas terras mal povoadas, num sossêgo ideal para os franciscanos que já tinham firmado sua reputação entre os povoadores de São Paulo. O primeiro sepultamento de que tivemos notícia na igreja de São Francisco foi o de Pedro Fernandes, em 1648, que dispunha em seu testamento que seu corpo fôsse “sepultado na igreja do bemaventurado São Francisco”¹⁵. Em 1691 vamos encontrar uma nova referência sôbre sepultamento, no inventário de Joana Lopes, dispondo ela que seu corpo fôsse “sepultado no convento de São Francisco desta villa na capella da Veneravel Ordem Terceira”¹⁶.

Frei Basílio Rower, baseando-se em frei Apolinário e nas “Memórias da Fundação do Convento de São Paulo” dá uma descrição da casa de então, da segunda metade do século XVII, do convento e da igreja, descrição sucinta, mas interessante: “Nos fundos avançava a construção no lado direito de quem está na frente do edificio, avanço que era formado pela capela-mor da igreja e sacristia por detrás. No claustro, ao meio do lanço dos fundos, existia a capela do Capitulo com a imagem de N. Sra. da Piedade, e, num nicho, a do Ecce Homo. . . Toda a construção, de taipa, era mais do que modesta. . . O interior da igreja era, como o de todas as igrejas franciscanas, muito modesto”¹⁷. A crônica do convento de São Francisco, tratada por numerosa literatura, estão ligadas a Capela da Ordem Terceira da Penitência de 1676, e depois

(13) *Inventários e Testamentos*, Vol. XIII, pág. 332.

(14) Nuto SANTANA, *Metrópole*, Vol. I, pág. 205.

(15) *Inv. Test.*, Vol. XII, pág. 392.

(16) *Idem*, Vol. XXIII, pág. 100.

(17) Frei Basílio ROWER, *A Ordem Franciscana no Brasil*, pág. 182.

igreja das Chagas de São Francisco, de 1787. Crônica imensa, repita-se, tratada em milhares de páginas por especialistas da Ordem de São Francisco.

A simpatia que os frades franciscanos sempre desfrutaram na cidade de São Paulo nasceu de suas atitudes e virtudes, exemplificadas na vida de frei José de Santo Antônio, que veio para a Vila com os primeiros fundadores. Frei José, o Santinho, a quem até a Câmara manifestava o seu interesse. Em 1660 o povo de São Paulo e os oficiais do Senado chegaram a impedir a partida de frei José, o que só pôde ser feito às ocultas. “No convento de S. Paulo desempenhou frei José o officio de porteiro durante todo o tempo que lá esteve. Os seus prediletos eram os pobres que, como até hoje, procuravam a portaria para receber a sua esmola. Negando-se a si a comida, ou arrecadando o que alcançava no refeitório, repartia-lhes o alimento. E, quando doente, acontecia lhe prepararem um prato melhor, supplicava que o dessem a quem era mais pobre que ele. Nos casos, porém, de não ter o que dar aos mendigos, consolava-os com amorosas palavras” conforme frei Basílio. Daí nasceu a curiosa sopa dos pobres, que ainda continua a ser distribuída pelo convento de São Francisco, uma tradição, portanto, secular. Tal o prestígio de frei José que a Câmara, por ocasião de sua partida às ocultas, rumou para Santos, com o objetivo de trazê-lo de volta. Era muito tarde. O navio de frei José havia partido, levando-o para Olinda, de onde se apartara pelo espaço de 27 anos.

Apesar de tôdas as virtudes que ornavam os membros da comunidade do pobrezinho de Assis, as exigências da época impunham sua marca. Assim é que os franciscanos também possuíam os seus escravos, as suas senzalas ao lado do convento, que trabalhavam em atividades agrícolas. Na sessão de 2 de maio de 1733 se “pasou hum rol dos moradores das cazas contiguas as senzalas dos Reverendos Padres de Sam Francisco, desta Cid.^e18.

Quase no fim do século XVIII, São Francisco gozava de magnífico prestígio. Aí se realizavam grandes cerimônias, aí

(18) *Atas*, Vol. X, pág. 254.

deu entrada solene, quando chegou a São Paulo o bispo d. Mateus de Abreu Pereira, aos 27 de maio de 1797. †Na igreja encontrava-se o Senado incorporado para dar boas-vindas ao bispo. Da igreja de São Francisco, dentro das solenidades programadas, saiu a procissão do bispo e do Senado da Câmara para a Sé Catedral. “Saiu o mesmo Senado,¹⁹ diz a Ata na sua linguagem originalíssima, e montou a cavallo, e de meias com gualdrapas, e cobertas com os chapéus na cabeça se puzeram diante das cruces das irmandades”¹⁹. De um documento de 20 de junho de 1797, informado pelo guardião do Convento de São Francisco, frei Antônio da Natividade Carneiro, consta a situação da Ordem, revelando:† de certo modo, total pobreza, pois aí não figuram bens de raiz, rendas e escravos e nem juros e ações. Nesse ano nêle existiam 11 sacerdotes, 14 coristas, 1 leigo e 2 donatos, num total de 28 pessoas, constando ainda “entre velhos e moços q^h há no convento p.^a serviço delle e dos Religiosos” 12 pessoas²⁰, possivelmente escravos, como era hábito no tempo. Essa relação informa ainda que o Convento foi fundado pelo custódio frei Manuel de S. Faria no ano de 1640, com alvará do rei dado em Lisboa a 29 de novembro de 1624 e uma provisão de d. Fernando Mascarenhas, conde da Tôrre, governador e capitão-general-de-mar-e-terra do Estado do Brasil e das Armadas Marítimas, dada na Bahia no dia 1.^o de agosto de 1639.

No convento nasceu a Faculdade de Direito em 1828, “numa sala que então servia de sacristia e que ficava situada nos fundos com porta para o claustro”²¹, e mais tarde, três meses apenas, o govêrno imperial pediu o resto do convento. Desde 3 de dezembro de 1828 o govêrno do Brasil usava todo o convento de São Francisco para nêle funcionar interinamente o curso jurídico, conforme se sabe. Os cronistas revelam que a comunidade, em face da situação, foi distribuída por outros conventos, enquanto não se acertava a questão com o govêrno. A biblioteca dos frades, calculada¹ em

(19) Idem, Vol. XX, pág. 37.

(20) *Documentos Avulsos*, Vol. II, pág. 85.

(21) Frei Basílio Rowen, *Páginas de História Franciscana no Brasil*, pág. 135.

5 mil volumes, foi cedida também aos cursos jurídicos, mediante a indenização de 1 conto de réis. Os cronistas afirmam que essa importância não foi paga até hoje. Com o advento desses fatos, a igreja de São Francisco passou a ser administrada pela Ordem Terceira de São Francisco até 1858. O governo, não contente com a conquista do convento, tentou ainda a conquista da igreja, fato ocorrido em 1910. Mas, desta vez, os frades opuseram-se com vigor às pretensões governamentais e conseguiram inutilizá-las no Supremo Tribunal.

Por que razão os cursos jurídicos foram instalados no Convento de São Francisco e não no dos carmelitas, ou beneditinos? O que se sabe é que o cenóbio dos franciscanos apresentava melhores condições, ou condições ideais para a instalação de uma escola de nível superior. Ali já se encontrava instalado um curso, na informação de Rodrigo Otávio, o embrião da Faculdade. O alvará de 11 de junho de 1776 aprovava os estatutos dessa escola, "modelados pelos que Pombal dera à Universidade de Coimbra"²². Aí se criavam oito cadeiras: retórica, hebraico, grego, filosofia, história eclesiástica, teologia dogmática, teologia moral e teologia exegetica. Mas, parece haver mais, pois a 20 de novembro de 1827 o tenente-geral Arouche de Toledo Rendon enviava ao ministro do Império, visconde de São Leopoldo, uma carta dando conta da exatidão com que havia examinado "os comodos dos tres conventos de frades, existentes nesta cidade, que são do Carmo, de S. Bento e de S. Francisco"²³. Na sua informação o do Carmo e o de São Bento não possuíam condições para o estabelecimento dos cursos jurídicos, "porque, não tendo cellas sinão nas frentes, estas têm pouca extensão e apenas em cada uma dellas se arranjariam tres aulas; e para isso seria preciso expulsar os frades e demolir todas as cellas, para dellas e dos corredores formar salões"²⁴.

, Restava, assim, o Convento de São Francisco, em cujo lado esquerdo estava a Igreja, e onde havia "um salão antigo

(22) RODRIGO OTÁVIO, *Foi um Dia um Convento...*, pág. 13.

(23) ALMEIDA NOGUEIRA, *Tradições e Reminiscências*, 1.ª série, pág. 30.

(24) *Idem, idem.*

e outro sumamente grande, em parallelogrammo, destinado para cellas”. Havia mais ainda a livraria, “boa livraria”, segundo Arouche Rendon, de 5 mil volumes, “parte della foi legada aos frades, e parte é pública. Está entregue ao cuidado de um padre bibliothecario pago pela Fazenda Nacional”²⁵. Spix e Martius ficariam surpreendidos, ante a juventude da terra, com as bibliotecas então existentes: a do Convento dos Carmelitas e a do Bispo, ambas à disposição do público. Existiam mais duas, porém, lembradas por J. F. de Almeida Prado em seu livro *Tomas Ender*, ou seja, a de São Bento e a de São Francisco. Segundo Almeida Nogueira, a inauguração da Academia foi feita num salão da sacristia da Igreja de São Francisco.

Pela igreja entravam os estudantes na escola, ou melhor, pela porta da igreja de São Francisco. “A entrada se fazia pela portaria da igreja, recorda Rodrigo Otávio, que um alto gradil fechava, e onde, à esquerda de quem entrava, havia uma porta que dava ingresso direto para o claustro. Em cima, no sobrado, para onde se subia por uma dupla escada, do lado da igreja, que também dava acesso ao côro, e por onde desciam os lentes, solenes, de beca e, geralmente, de cara amarrada, estavam instaladas a sala do diretor, secretaria, biblioteca e outras dependencias administrativas”²⁶. Os frades se incomodaram apenas, no princípio, com a presença de senhoras, nas festas acadêmicas, dentro dos seus claustros.

Ficou famoso, nesses primeiros anos dos cursos jurídicos no Convento dos franciscanos, o sino. Não o sino, simplesmente, o sino comum. Mas um sino que tanto servia para chamar os estudantes às aulas, como para chamar os fiéis à missa e assinalar outros misteres da vida religiosa dos frades devotos. Daí terem nascido uma porção de equívocos complicados, desentendimentos que, muitas vêzes, no dizer de Rodrigo Otávio, tiveram de ser levados ao conhecimento superior das autoridades do govêrno. Um dia, um estudante

(25). *Idem, idem*, pág. 31.

(26) RODRIGO OTÁVIO, *op. cit.*, pág. 21.

gaiato roubou o badalo, cuja crônica subsistiu em alguns documentos históricos.

Em 1858 tomou posse da igreja a Irmandade de São Benedito, Irmandade, seja dito, um tanto violenta, pois chegou a depor São Francisco do altar-mor para nêle depositar o São Benedito. A atitude dos membros beneditinos não agradou a professôres e alunos da Faculdade de Direito, que trataram logo de fundar a Irmandade de São Francisco, que trabalhou no sentido de fazer os franciscanos voltar a dirigirem a igreja. Realmente, voltaram sob a chefia de frei Estanslau Pinez e êste recolocou São Francisco no devido lugar, tendo antes de chegar até à Justiça contra a Irmandade de São Benedito. Dêsses tempos é um trabalho de M. F. Ribeiro de Andrade, aliás de 1863, descrevendo a igreja como um “edifício construído em epocha bastante remota, ressentido-se da falta de gosto em sua architectura”. Entretanto, ajunta, “a igreja da ordem terceira é interiormente de uma apparencia elegante. Os arcos de todos os altares são talhados em madeira e guardados de primorosos labores doirados”²⁷.

A Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, hoje conhecida como Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, acha-se profundamente vinculada à história da cidade de São Paulo. Extravasa a sua crônica dos limites destas notas, mas basta dizer que todo nome importante de São Paulo está a ela ligado, dando-lhe por isso uma significação tôda especial. Tem mais: do ponto de vista artístico talvez seja das poucas coisas coloniais que nos restam na cidade. Frei Adalberto Ortmann, que estudou exaustivamente a sua crônica, dá-nos conta de preciosas amostras de torêutica existentes na Capela da Ordem Terceira, tais como retábulos, imagens e pinturas, destacando nomes como o do entalhador Luís Rodrigues Lisboa e o do pintor José Patrício, além de outros²⁸. Há aí uma imagem que vale a pena ser vista: a de Santo Antônio de Categeró, cuja história em São Paulo não

(27) M. F. RIBEIRO DE ANDRADE, “O Convento de S. Francisco”, in *Archivo Pittoresco*, Vol. VI, pág. 138.

(28) Frei Adalberto ORTMANN, *História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo*.

se sabe bem ao certo. Um t ermo de 1781, de 5 de outubro²⁹, d a a mais antiga notícia d este santo pr eto em nossa cidade. Nascido de pais maometanos e mouros, na África, foi feito prisioneiro pelos cristãos e vendido como escravo a um campon es de Noto, na Sicília. Recuperando a liberdade e convertido ao cristianismo êsse Antônio, o pr eto, tomou o hábito franciscano. Falecido aos 14 de março de 1549, seu sepulcro foi aberto aos 13 de abril de 1599, tendo-se achado seu corpo íntegro e incorrupto. Santo Antônio de Categ r , o pr eto,   muito solicitado na Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco.

Mas, voltemos   Igreja de São Francisco. Daquela Irmandade, de acôrdo com M. F. Ribeiro de Andrade, s mente podiam tomar parte lentes, estudantes e empregados da Faculdade de Direito. A Irmandade de São Francisco, pelas mãos dos estudantes e lentes, f z obras de reparos na igreja. O incêndio de 1870 destruiu o altar-mor e os lentes da Escola fizeram uma subscri o destinada   compra, na Alemanha, de nôvo altar-mor. Parece que   o mesmo que ainda l  se encontra hoje, sagrado por d. Lino Deodato, em 1880. Dizem que o incêndio f ra ateado por mãos criminosas, tentando a destrui o total da igreja. O fogo apanhou a secretaria da Faculdade, o arquivo e a sala da Congrega o, "passando ainda para a igreja anexa, dos Irmãos Menores Franciscanos, onde foi destruido o altar da Capela-M r"³⁰. Não foram poucos os momentos dramáticos vividos pela Igreja de São Francisco, principalmente nessa fase, quando os roubos em templos não foram pouco comuns. Numa rela o de devassas, de 1800, observam-se duas despesas dêsse teor: uma em casa do reverendo cônego José Lopes, que foi furtado, e outra "da devassa feita na sacristia da igreja de São Francisco"³¹. Kidder, quando estêve em São Paulo, gostou da Igreja de São Francisco, sur-

(29) *Idem, idem*, pág. 130.

(30) Carlos da SILVEIRA, "A Propósito do Barão Homem de Melo", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. XXXIII, pág. 51.

(31) *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. II, pág. 81.

prêso por estar o templo “repleto de imagens e quadros em cores, representando o santo padroeiro”³².

A Igreja de São Francisco é uma das mais concorridas de São Paulo. Vimos em linhas gerais a sua crônica, que é imensa, e a razão de os devotos de Santo Antônio irem a São Francisco pedir-lhe graças, rezar novenas, quando deveriam ir ao seu templo na Praça do Patriarca. As têrças-feiras o velho largo de São Francisco se transforma pela romaria das môças que querem casar. Santo Antônio é disputadíssimo ali ao lado de São Francisco, o orago do templo. São Francisco deve sentir muito ciúme das preferências das môças paulistas.

(32) Daniel P. KIDDER, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, pág. 211.

Nossa Senhora da Penha de França

(A Sêca e a Variola)

“FILHO E NETO de povoadores e não ter até agora carta de sesmaria”. Estas, entre outras, são palavras que constam da petição do licenciado Mateus Nunes de Siqueira ao capitão-mor Agostinho de Figueiredo, pedindo-lhe “dar por carta de sesmaria a terra que pede”, no que foi atendido em data de 5 de setembro de 1668¹. O licenciado Mateus Nunes de Siqueira possuía “uma fazenda com ermida e curral de gado legua e meia desta villa, na paragem chamada Tatuapé” e requeria que “na testada destas terras para o Rio Grande em uma volta que faz o rio tem um pedaço de terra dentro da qual há algumas campinas, brejaes e restingas de matto que se pode lavrar”². Fundamentava êle a petição com um motivo extremamente piedoso, ou seja, “para maior aumento da capella”. O Rio Grande era o nome do Tietê naqueles anos remotos.

Esta introdução parece estar longe da igreja de Nossa Senhora da Penha, motivo agora desta crônica. A velha Penha de inesquecíveis lembranças na história religiosa de São Paulo, dos milagres inumeráveis, das festas de muitos dias e muitas

(1) A petição do licenciado Mateus Nunes de Siqueira está transcrita na íntegra em AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos*, Vol. II, pág. 165. E também em Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 433.

(2) Idem, idem.

noites. Remédio específico para sêcas e epidemias de bexiga no São Paulo do século XIX e fins do século XVIII. Isolada no alto da colina longínqua que, como a da Nossa Senhora do Ó, domina a paisagem da terra febricitante que viu crescer lentamente desde o Anhangabaú, correndo depois pelo Brás — pelo famoso aterrado do Brás — para adormecer aos seus pés. Uma igreja ilustre por todos os títulos e famosa, cuja história seria tema para vários capítulos, igreja a que a Câmara de São Paulo prestava particular homenagem, como veremos.

Pois o licenciado Mateus Nunes de Siqueira fundou a igreja da Penha. Pena que na sua petição não conste o nome do orago e apenas seja o templo nomeado com o simples nome de “ermida” e “capela”, pois assim evitaria possíveis dúvidas. Possíveis apenas, porque Azevedo Marques, transcrevendo a petição de sesmaria, se encarrega de esclarecer a situação com os seguintes tópicos cuja transcrição se faz necessária a esta altura: “Se é verdade que o ribeirão Tatuapé faz supor que a ermida de que trata esta petição é antes a capela de Belém que lhe está mais próxima, temos para opor a esta opinião não só a declaração de distância de légua e meia da vila de São Paulo, de que reza a mesma petição, como o fato de havermos encontrado em mais de um documento antigo que no ano de 1682 era proprietário o protetor da capela da Senhora da Penha de França o padre Jacinto Nunes, filho do licenciado Mateus Nunes de Siqueira, que a dotou com bens de raiz, como consta do seu testamento, aberto em fevereiro de 1684”³.

Homem profundamente religioso êsse licenciado Mateus Nunes de Siqueira, encarregado certa vez de visitar “todas as igrejas capellas oratorios que forem de nossa jurisdição e das confrarias que achar nas ditas igrejas”⁴, conforme determinação da Câmara. E que já havia fundado uma capela “do Snor Jezus”, juntamente com sua mãe, na “matriz desta villa”, conforme consta do seu testamento transcrito no *Livro*

(3) AZEVEDO MARQUES, op. cit., Vol. II, pág. 165. Trata-se de um engano. O parentesco entre ambos era o de irmãos.

(4) *Registro Geral*, Vol. III, pág. 150.

do Tombo da Sé⁵. Aí, nessa transcrição, constata-se alguns erros de nomenclatura de parentesco, pois o cronista copiou um trecho do documento original errado⁶. Por êsse documento, de que possuímos cópia autenticada pelo arquivista Sales Colet, que foi chefe dos Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, se vê que o licenciado Mateus Nunes de Siqueira encarregara o irmão, o padre Jacinto Nunes, de administrar a capela do Senhor na matriz da Vila e “elle se exzemio sempre de tal admenistração dizendo tinha a sua Capella, e se achava incapaz com pouca saude, e estarem as fazendas distantes”⁷. Distantes de légua e meia, esclareçamos, dessa mesma distância figurada na petição ao capitão-mor Agostinho de Figueiredo. O título de ereção e instituição da capela do “Snor Jezus cita na Matriz desta Cid.^o e fundada por Maria de Siqueira e seu Filho o L.^o Matheus Nunes Siqueyra”⁸ é de 1663, conforme a cópia que também possuímos. Homem religioso, repitamos, e nada seria de estranhar, portanto, ter também fundado a igreja de Nossa Senhora da Penha. Antecedentes não lhe faltavam para tanto. Seu herdeiro, o padre Jacinto Nunes, dotou-a de bens de raiz, decorrendo daí sua participação no antigo templo.

De que bens dotou a igreja o padre Jacinto Nunes? A resposta está no *Livro do Tombo da Sé*, onde anônimo cronista salvou trechos do testamento do padre, aberto aos 11 de fevereiro de 1684. Por aí se vêem os bens: “hum citio q pessuo donde moro Junto a sua Igreja p.^a Aumento da sua capella”, “hu casal de pessas com hua filha já pessa, e outras

(5) *Livro do Tombo da Sé*, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

(6) A transcrição pode ser tachada de duvidosa, o cronista pode ter-se enganado na cópia. É possível. Tanto é possível que a capela da Penha é atribuída ao “Padre Ignacio Nunes, Presbitero do Habito de S. Pedro” em outro trecho do *Livro do Tombo da Sé*. Em outra passagem ainda, transcrevendo uma “verba” do testamento do “Padre Ignacio Nunes”, “aberto em 11 de fevereiro de 1684”, diz: “Declaro que deixo a Nossa Senhora da Penha hum sitio que possuo donde moro, junto a sua Igreja para aumento de sua capella o qual possuirá o meu Filho João Nunes (sic) até se ordenar”. Vê-se por aí, por êsse verdadeiro fogo cruzado de nomes e parentescos, o quanto as transcrições do *Livro do Tombo da Sé*, constituídas de quatro documentos, devem ser aceitas com extremo cuidado. A aceitar-se integralmente as notas do referido *Tombo*, chegamos às conclusões seguintes, algumas das quais formalmente absurdas: 1) que o fundador da capela da Penha foi o padre Ignacio Nunes; 2) que o padre Ignacio Nunes tinha um filho prestes a se ordenar com o nome de João Nunes.

(7) *Livro do Tombo da Sé*, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

(8) *Idem*, *idem*.

famílias do mesmo casal, hu negro por nome Fellipe e sua mulher faustina p.^a o servisso da Igreja”, “dois negros e hu rapaz os quoaes forão dados de esmolla a Virgem” e “cento e sincoenta mil reis, tirado algua ganancizinha q tera rendido de q não fis contas, ou o q na verdade se achar”. Grandes bens para tão humilde templo naquela época e que foram amparando a igreja de Nossa Senhora da Penha na luta contra os anos, mantendo-a na colina dominadora em que se encontra até hoje, de frente para a imensa cidade.

O padre Jacinto Nunes, porém, já vinha de longe tomando conta da igreja, mesmo da época em que seu irmão se encontrava vivo e administrava a capela. É o que se deduz de um recibo datado de 24 de agôsto de 1667, um ano antes do pedido de sesmaria pelo licenciado Mateus Nunes de Siqueira, constante do inventário da sogra de Manuel Fernandes e que aqui vai na íntegra: “Certifico eu o padre Jacintho Nunes de Siqueira que recebi de Manuel Fernandes como testamenteiro de sua sogra que Deus tem um anel de ouro de uma oitava que a defunta sua deixou de esmola a Nossa Senhora da Penha de França; e por assim passar na verdade lhe dei esta para sua descarga hoje 24 de agosto de 1667”⁹. Em 1679 lá surge o padre novamente, assinando recibo e declarando ter o testamenteiro de Francisco Velho de Moraes lhe entregado a esmola “de tres missas para as dizer no altar privilegiado desta igreja de Nossa Senhora da Penha de França, na forma do testamento”, aos 15 de março de 1679¹⁰. Isto significa o quanto anterior a 1682 é a igreja de Nossa Senhora da Penha, data esta aliás gravada na porta principal do templo hoje. Mas não é só isso. Ainda em 1667 Henrique da Cunha Lôbo dispunha em seu testamento que “meu corpo será sepultado na igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e me darão por mortalha um lençol”¹¹. Excesso de devoto, bem se vê, porque a ermida não era matriz nessa época e ainda não tinha condições para sepultamento de fiéis. Tanto é verdade que Henrique da Cunha Lôbo, que vendera ao padre

(9) *Inventários e Documentos*, Vol. XXVI, pág. 177.

(10) *Idem*, Vol. XIX, pág. 354.

(11) *Idem*, Vol. XVII, pág. 68.

Jacinto Nunes, em Ururá “um pedaço de terra para um sitio”, cai em si e corrige o testamento através de um codicilo, também de 1667: “supposto que tenha feito meu testamento e nelle mandava fosse meu corpo sepultado na ermida de Nossa Senhora da Penha de França a minha ultima vontade é que me enterrem na igreja de Nossa Senhora do Carmo”¹².

A igreja de Nossa Senhora da Penha, conforme fica demonstrado, é anterior a 1667, quando então poderia ser muito adequadamente chamada de “ermida” e “capela”. A primeira informação que obtivemos quanto à sua construção foi ainda colhida nos *Inventários e Testamentos*, em 1673. Naturalmente essa informação indica um aumento no templo, que vinha crescendo junto com o lugarejo, passagem para a aldeia de São Miguel. Os devotos cresciam em número, moradores e proprietários de terras nas redondezas, precursores dos nossos fazendeiros. E a igreja também precisou crescer. Assim é que Domingos Leme dispunha em seu testamento, de 1673, que fôsse seu corpo sepultado na igreja de Nossa Senhora da Penha de França, “para o que deixo um novilhão de esmola a Nossa Senhora”¹³. É mais: é êsse mesmo Domingos Leme um dos autores da reforma da igreja, onde naturalmente mantinha uma certa ascendência sôbre o padre Jacinto Nunes de Siqueira, pois só assim se explica esta passagem do seu testamento: “Deixo de esmola uma novilha a Nossa Senhora da Penha e os taipaes que estão na sua igreja mando que os não tirem até se acabarem as suas obras”¹⁴. Logo depois dessa reforma foram possíveis os sepultamentos no templo e aí se enterraram Maria da Costa em 1679, Henrique da Cunha Machado em 1680¹⁵, Mariana Maciel em 1685 e outros.

Templo quase três vêzes secular, portanto, com certidão de idade passada por numerosos documentos oficiais, documentos da Câmara da Vila de São Paulo, do seu *Registro Geral*. À sua sombra descansavam viajantes que iam de rumo pôsto

(12) Idem, pág. 70.

(13) Idem, Vol. XVIII, pág. 357.

(14) Idem, idem.

(15) Idem, Vol. XXI, pág. 7.

para o Rio de Janeiro. Na Penha faziam pouso os paulistas que damandavam as minas das Gerais. Saíam pela manhã da cidade e iam “ordinariamente pousar em Nossa Senhora da Penha, por ser (como elles dizem) o primeiro arranco de casa”¹⁶. Em volta da igreja havia albergues para descanso de itinerantes, de tropeiros, de comerciantes, de soldados. E havia mesmo um hotel — o Hotel América, onde pernitoou, a 15 de outubro de 1874, o conde d’Eu, espôso da princesa d. Isabel¹⁷. A situação privilegiada em que se encontra o templo, numa colina saudável e de largas vistas foi sempre um motivo para recreios e festas, de que usufruíam os fiéis quando para lá iam com os seus problemas pedir soluções à Senhora da Penha.

Por ser lugar, vamos dizer, de pouso obrigatório, é que surgiu uma lenda, a lenda do viajante francês, que teria dado, na tradição mantida pelos padres até hoje, origem à igreja de Nossa Senhora da Penha. Vejamos como ela é narrada oficialmente: “Diz uma tradição popular que um devoto francês viajando de São Paulo ao Rio, levou consigo uma imagem da Virgem, que trouxera de sua pátria. De caminho pernitoou na Penha. Ao raiar do dia pôs-se a partir com toda a sua bagagem. Mas qual não foi o seu espanto quando, à noite, deu pela falta da sua imagem. Voltou incontinenti em procura do seu tesouro e encontrou-o no alto da colina, onde pernitoara na véspera; tomou-a e continuou a viagem. Ao cair da tarde entristeceu-se ao notar a ausência da imagem; retorou novamente e verificou que a imagem se encontrava no mesmo lugar da véspera. Homem de fé profunda reconheceu, nesse fato, que a Virgem escolhera a Penha para o seu trono e morada. Construiu-lhe uma pequena capela no lugar escolhido pela mão de Deus. A notícia correu e o povo, aos poucos, começou a venerar a imagem miraculosa, e paulatinamente o bairro começou a popular-se, de sorte que em 1796 a Penha pôde ser elevada à categoria de paróquia, desmembrada da Freguesia da Sé”¹⁸.

(16) André João ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 238, Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1923.

(17) Antônio Egídio MARTINS, *São Paulo Antigo*, Vol. II, pág. 129.

(18) *Manual de Nossa Senhora da Penha*, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1936.

Essa é a lenda cuja idade, embalando a crença dos fiéis, não pudemos determinar. Ela pretende explicar o nome de Penha de França. Mas deve, mesmo, ser muito antiga, daqueles tempos possivelmente em que a imagem de Nossa Senhora da Penha vinha para a cidade com prévia comunicação à Câmara para maior brilho dos festejos e recepção, e vinha com “suas joias, e alfaias”¹⁹. Ia esperá-la na igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos a Câmara incorporada, coberta com o seu Imperial Estandarte, trazendo-a depois para a catedral. A Câmara votou particular interesse à igreja, conforme se pode ver em algumas passagens das Atas. De 18 de novembro de 1738 é um termo de correição que mandaram fazer os oficiais do nobre Senado de São Paulo “neste lugar e capella de Nossa Senhora da Penha termo da ditta Cidade”²⁰.

Em 1737 os oficiais do Senado da Câmara determinavam a todos os moradores do bairro “para que concorão todos com seus escravos ou suas pessoas para a dita factura do dito caminho, que se hade concertar desde a ponte que esta abaixo do convento de Nossa Senhora do Carmo athe ao dito Bayrro fazendo-lhe pontes e aterrados que lhe forem necessarios, e descortinarão os mattos donde os houver de hum lado e outro duas braças de cada banda”²¹. Caminho aberto a “fouces” e suficientemente largo “para assim ser entrada do sol”, exigia a Câmara.

Essa trasladação da imagem do seu santuário na Penha para a igreja da Sé tinha uma razão muito forte: o medo às pragas e às epidemias tanto de varíola como de sêca e outras doenças mais. O costume de se apegarem os fiéis e as autoridades do velho São Paulo à imagem de Nossa Senhora da Penha para resolver as sêcas que avassalavam a capital e a Província e afastar o terrível flagelo da bexiga, ou varíola, data de 1744. Aires de Casal considerava “incomprehensivel”

(19) *Atas*, Vol. XXIV, pág. 214.

(20) *Idem*, Vol. XI, pág. 157.

(21) “Ordens Régias”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. LXIII, pág. 138.

êsse mêdo dos paulistas²². Mas a verdade é que os nossos ayós tinham verdadeiro horror dessas epidemias, o que não era para menos diante dos poucos recursos de que dispunha o, desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, então chefe de policia²³. Bem se vê que o mêdo tinha seus fundamentos. O costume data de 1744, ou antes, pois é dêsse ano uma carta dos officiaes da Câmara ao bispo do Rio de Janeiro, com data de 8 de março, em que agradeciam o “haver feito ao reverendo padre Angelo Siqueira missionario desta capitania”²⁴. “Julgamos que com o favor de Deus, acrescenta a carta em seu estilo desajeitado, pelo seu conhecido espirito zelo e desinteresse principalmente na occasião das grandes secas passadas nas preces que se fizeram a Nossa Senhora da Penha”²⁵. A imagem teria vindo pela primeira vez para a cidade no ano de 1768. Com efeito, na sessão de 9 de fevereiro de 1768, a Câmara escreveu “uma carta ao illustrissimo, e reverendissimo cabido da Sé Cathedral desta cidade para mandarem vir Nossa Senhora da Penha de França para se lhe fazer preces e novenas, e procissão no fim para por sua intercessão alcançar de Deus Nosso Senhor o remedio de aplacar as molestias de doenças que nesta cidade, e suas villas vão cada vez em augmento; cuja carta mandaram registrar no livro de registro geral para a todo tempo constar”²⁶.

Os recursos das autoridades para debelarem as epidemias afinavam pelos dos fiéis. No têrmo de vereança de 11 de março de 1780 foi lavrado “um edital para todos os moradores irêem aos pés de Nossa Senhora da Penha que hão de entrar nesta cidade no dia domingo doze do corrente mez para aplacar a grande epidemia de molestia que está na cidade”²⁷.

1 (22) AÍRES DE CASAL, *Corografia Brasileira*, Tomo I, pág. 235. Eis o retrato da situação feito pelo velho cronista: “He incomprehensivel o medo, que os Paulistas tem das bexigas: elle he que mata a mior parte dos que morrem, quando dellas sam atacados. Em se dizendo a hum doente que o seu mal sam bexigas, ei-lo já abatido, e sobre maneira descorçoado: muitos nem querem sujeitar-se a remedios, nem tomar alimentos, persuadidos que não podem vencer a molestia”.

(23) Antônio Egídio MARTINS, op. cit., Vol. II, pág. 53.

(24) *Registro Geral*, Vol. VI, pág. 312.

(25) Idem, idem.

(26) *Atas*, Vol. XV, pág. 348.

(27) Idem, Vol. XVII, pág. 250.

A fé do povo em Nossa Senhora da Penha atingia, muitas vezes, as raias do desespero, principalmente nos casos de bexiga ou varíola. Disso dão conta as atas da Câmara e as vezes que a imagem veio para a cidade. Pelas pesquisas que realizamos nas Atas da Câmara, tema para um trabalho à parte que demonstra como é grande a história dessa igreja e santuário, a imagem de Nossa Senhora da Penha veio para a cidade, para receber as preces e promessas dos habitantes nos seguintes anos: 1768, 1780, 1783, 1791, 1816, 1817, 1819, 1841, 1842, 1846 (sêca), 1847, 1858 (varíola), 1859 (varíola), 1863 (varíola), 1864, 1867, 1869 (sêca), 1873 (varíola), 1875 (varíola) e 1876, quando então se deu a sua última vinda. Em todos êsses anos a trasladação revestiu-se de grandes cerimônias e a essas datas encontram-se ligados episódios interessantes. Em 1864, por exemplo, já se podia tomar perspectiva da futura importância da “estrada da Penha”. As avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia são frutos de uma romaria constante, resultante da peregrinação a Nossa Senhora da Penha ou da sua trasladação para a cidade. Nesse ano o vice-presidente da Província, o barão Homem de Melo, informava ao presidente da Província num relatório: “Está quasi concluída a estrada da Penha, obra muito importante por ser uma das entradas desta capital, e por onde se estão edificando muitas casas, promettendo que em um futuro, não remoto, ficará uma rua até a igreja da Penha, muito concorrida pela grande devoção dos fieis para com a sagrada imagem que alli se venera”²⁸. Avenidas religiosas. Tal movimento tomava o caminho que em 1867 o cônego José Custódio de Siqueira Bueno apresentava à Câmara, na sessão de 1.º de outubro dêsse ano um requerimento pedindo “pa. mandar fazer um rancho na estrada q. segue d’esta Cide. pa. a Freguezia da Penha, no lugar digo no marco de meia legua, sendo o do rancho de grande utilidade. pa. descanso dos tropeiros e viajantes”²⁹.

(28) Antônio Egídio MARTINS, op. cit., Vol. II, pág. 31.

(29) *Atas*, Vol. LIII, pág. 116.

O regresso da imagem ao seu santuário, de quando veio para a cidade, em 1875, ficou nos anais da história, dadas as circunstâncias que cercaram o referido regresso. Na sessão de 16 de março dêsse ano foi lido na Câmara um officio do vigário geral do bispado “communicando haver designado o dia 25 do corrente mes as 4 horas da tarde para a volta da Sagrada Imagem da Senhora da Penha á sua Freguezia, devendo sahir em procissão da Sé Cathedral até a igreja do Brás a fim de seguir na manhã do dia seguinte”³⁰. A decisão do vigário geral não foi bem recebida e Antônio Egídio Martins informa ter havido “forte polemica na secção livre de alguns jornaes da época, dando-se, como principal motivo, o facto de que não havia sido de todo extincta a epidemia de variola que então reinava nesta capital, e mesmo por não se ter realizado na Cathedral a costumada festa que aqui, por ocasião da estada daquella milagrosa imagem, se fazia”³¹. O vigário cedeu à opinião pública e só mais tarde — um ano depois — a imagem de Nossa Senhora da Penha voltou à sua vetusta igreja para nunca mais vir à cidade.

O fato da imagem vir tantas vêzes à cidade não agradava muito aos vigários da Penha, que se sentiam assim impossibilitados de usufruir das vantagens do seu melhor elemento de congregação dos fiéis. Congregação, reunião de fiéis que naturalmente traziam as suas vantagens pecuniárias, através de doações, cumprimento de promessas, auxílios à fábrica de Nossa Senhora da Penha. De modo que não foram poucos os párocos que se dirigiram ao bispo d. Mateus e outros requerendo o “regresso de N. Snra. da Penha para a sua matriz”³².

A transladação da imagem para a cidade teve a sua tradição quebrada, não pela diminuição da fé dos fiéis, mas pelas exigências do progresso. Podeis figurar o que seria uma procissão dessas, vinda da Penha longínqua para parar na igreja

(30) *Idem*, Vol. LXII, pág. 23.

(31) Antônio Egídio MARTINS, *op. cit.*, Vol. II, pág. 125.

(32) “Papéis avulsos”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. LXIX, pág. 192.

do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Costumava-se enfeit^{ar} a estrada da Penha com arcos de bambu, as casas ribeirinhas à estrada engalanavam-se tôdas, como se pode imaginar, para saudar a passagem da imagem carregada pelos devotos. É bem possível que nesses dias o trabalho fôsse interrompido. A imagem vinha em datas de abertura, para receber a prece e os pedidos dos devotos, que não se poupavam no afã de amolecer ainda mais o coração da Virgem para melhor alcançarem os seus desejos. Lá na igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos ia buscá-la a Câmara da Imperial Cidade de São Paulo. Pois todo êsse ritual foi quebrado a partir da data em que a Companhia do Norte, hoje Central do Brasil, construiu o ramal de Guaiaúna, aí por volta de 1879. Em vez da imagem vir para a cidade, os fiéis é que começaram a ir até a Penha. Aliás essas romarias à Penha começaram em data anterior e em tôrno da igreja reunia por vários dias até os devotos que comemoravam a festa da padroeira no primeiro domingo e 8 de setembro. Festas muitas vêzes cortadas de correrias e abusos denunciados pelo padre Chagas no *Livro do Tombo da Penha*³³, padre de linguagem sôlta e franca que chegava mesmo a acusar as autoridades de “espalha-brasas”, responsáveis pelas desordens quando eram postos ali na festa para manter a ordem. O padre Chagas descreve êsses abusos no *Livro do Tombo*. Havia muita irreverência, muita festa pagã, excessos mesmo. O padre chegou a acusar os mantenedores da ordem de bêbados espalha-brasas. Queria acabar com as festas devido aos “inveterados abusos”, citando uma “proibição das Festas Nacturnas”. A Câmara chegava a emprestar seus móveis para as festividades religiosas da Penha. As cadeiras, por exemplo, cadeiras de palhinha, lanternas, “varias louças de serventia da caça”. Onze cadeiras emprestadas para as festividades de Nossa Senhora da Penha desapareceram em 1844³⁴.

Os festejos da Penha fizeram época e a viagem para lá constituía quase que uma verdadeira aventura. Na data da

(33) *Livro do Tombo da Penha de 1918*, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

(34) *Atas*, Vol. XXXV, pág. 40.

padroeira o “pitoresco arrabalde, garrida e magicamente se transformava em alegre feira, com variadissimo jogo franco e toda a sorte de diversões, das quais todo o pacato São Paulo de então gostosamente partilhava”³⁵. Na Penha faziam-se também festas do Divino Espírito Santo, com cantorias, rezas, quitutes vendidos por velhas negras e caboclas mestiças, em tabuleiros iluminados à luz de mortiza claridade de azeite.

Em anos anteriores para lá iam caravanas de estudantes “em grupos de 10 ou 15, montados todos em chucros e lazarentos burros, uns trotões, outros passarinheiros, e que só caminhavam à custa de vergastadas que estalavam nas descarnadas ancas”³⁶.

Nem tudo, porém, eram festas na Igreja de Nossa Senhora da Penha. Havia episódios tristes de jôgo, roubo, assassinato, conforme as anotações do padre Osmar Chagas Azevedo no *Livro do Tombo da Penha*. Nesta igreja aconteceu um caso único, talvez, na história dos templos paulistanos. A Câmara em 5. de outubro de 1838 autorizou o então fabricante J. José de Moraes e Abreu a que processasse o vigário José Alves Dantas “pa. haver a naveta d’essa Igreja q. do poder d’elle se desencaminhou, ficando Vmcê. authorizado a fazer a despeza precisa pa. isso com a possivel economia”³⁷. Pastor que não sendo ovelha, se desgarrou sabe-se lá porque com a naveta de Nossa Senhora da Penha, não estando, porém, pelos autos o fabricante que correu à Câmara pedindo providências. Os documentos não esclarecem suficientemente êste curioso episódio. O padre parece ter-se excedido e fechado inclusive propriedades da igreja onde naturalmente se alojariam irmandades. Se não fechou também a sua própria residência. A verdade é que a Câmara, a 27 de fevereiro de 1839, autorizou ao fabricante “o arrombamento, legal das mmas. casas q. elle deixou fechadas”³⁸. A questão durou muito tempo, como se vê, e pena é que as Atas e o Registro Geral não dêem o final

(35) Everardo Vallim Pereira de Sousa, “A Paulicéia há 60 anos”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. CXI, pág. 56.

(36) Alfredo Moreira Pinto, *A Cidade de S. Paulo em 1900*, pág. 9.

(37) *Registro Geral*, Vol. XXVIII, pág. 199.

(38) *Idem*, Vol. XXIX, págs. 54 e 55.

do episódio. Mas também à igreja da Penha está ligada uma história comovente — a do padre João Batista Schaumberger, assassinado na Estrada da Penha aos 31 de março de 1908, quando voltava da cidade para a freguesia da Penha, a pé, conforme lhe recomendavam os médicos e as exigências da saúde. Foi morto, pobrezinho, com um único tiro de garrucha, por um tal Guasca, que havia sido prêso por ter assaltado a fazenda da Ordem do Carmo. Nessa ocasião gozava dos favores do *habeas corpus*. No Museu da Cúria Metropolitana existe um pedaço da batina do padre, perfurada e chamuscada e também a garrucha trágica do Guasca.

A Estrada da Penha, conheceu-a Saint-Hilaire quando aqui estêve às vésperas da Independência, como também conheceu a igreja, “construída ao centro do vilarejo é muito vasta e, quando avistada da cidade, parece cercada por espessa mata”³⁹. Tomas Ender dela nos deixou precioso desenho, impresso em estudo de J. F. de Almeida Prado, sob o título *Tomás Ender*. Nem tão vasta assim, porque o padre Chagas descreve-a em 1918 da seguinte forma: “Além das paredes laterais de 1,20 mts. de espessura havia outras internas também de taipa, das mesmas dimensões como as externas, de sorte que o local entre as duas paredes ficava completamente inutilizado para o publico. Como o altar-mor se achava quase no centro da igreja, o espaço para o povo era diminuto, comportando quando muito 600 pessoas, embora de parede a parede a igreja tivesse 46 metros de comprimento”⁴⁰. Essa era a igreja do licenciado Mateus Nunes de Siqueira e Jacinto Nunes, “um pardieiro indigno de Nossa Senhora”, segundo se expressou no *Livro do Tombo* o padre Chagas.

Em 1923, devido a um abalo, a tórre inclinou-se e a prefeitura municipal mandou fechar a igreja que não oferecia segurança ao público devoto, obrigando a reforma, que foi feita nesse ano. Até então o soalho do templo era de tábuas. O padre Chagas reconstruiu o templo, mandando derrubar as

(39) SAINT-HILAIRE, *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 201.

(40) *Livro do Tombo da Penha de 1918*, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

paredes internas para ganhar espaço. A igreja de Nossa Senhora da Penha de França, até essa época, conservou tôdas as suas características primitivas, talvez datadas daquela reforma apontada no testamento de Domingos Leme em 1673. Francisco Nardy Filho situa a construção da igreja em 1774 sem indicar comprovante algum⁴¹; a qual serviu de matriz quando a povoação foi elevada a freguesia em 15 de setembro de 1796. O templo que lá se encontra hoje, sereno e superior aos inumeráveis anos que passaram pela sua frente, vendo a cidade chegar-se e aninhar-se à sua sombra, data de 1934, pois nesse ano, no dia 9 de julho, foi iniciada uma reforma total, "sendo o serviço paroquial transferido para a igreja do Rosario, indo para lá também a virgem"⁴². Devido ao movimento sempre crescente das romarias, informa o Manual de Nossa Senhora da Penha, e ao desenvolvimento da piedade do povo penhense, a velha matriz que comportava, quando cheia, cêrca de 600 pessoas, tornou-se insuficiente para as funções religiosas. Em um ano apenas levantou-se o templo atual, em estilo de basílica, com capacidade de abrigar nas funções religiosas 2.500 pessoas.

A igreja de Nossa Senhora da Penha é simpática e acolhedora, muito fresca e tranqüila. Um santuário. Aí vereis os murais pintados por Tomás Scheuchl em 1942, representando cenas da vida do Senhor. Os capitéis são dourados em ouro autêntico, a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que lá se encontra foi benta pelo papa Pio X. A sala dos milagres, que constituía um espetáculo dramático do antigo templo, cheia de ex-votos impressionantes, encontra-se atualmente localizada na igreja do Rosário, poucos passos adiante da igreja da Penha. São aos milhares os ex-votos, que continuam chegando diàriamente à sala dos milagres de Nossa Senhora da Penha.

(41) FRANCISCO NARDY FILHO, "Nossa Senhora da Penha", in *O Estado de S. Paulo*, 5-1-1936.

(42) *Livro do Tombo da Penha de 1918*, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia

(Os Sinos Quebrados)

À IGREJA DE NOSSA SENHORA da Conceição de Santa Ifigênia, pela sua constante história nos documentos oficiais, poderemos atribuir o nome de a igreja dos sinos quebrados. A Santa Ifigênia da rua do mesmo nome, na esquina da rua da Conceição (hoje av. Cásper Líbero), patronímico talvez decorrente do orago do templo. Igreja antiga, querida do paulistano, oriunda do século XVIII, igreja que encheu a cidade com o som insistente, constante, dos seus sinos inumeráveis durante quase dois séculos. Os sinos enchiam a cidade inteira, chegando mesmo a incomodar os patos paulistanos de cem anos atrás. A Câmara de São Paulo, em sessão de 8 de maio de 1835, recebeu uma indicação no sentido de representar ao bispo diocesano contra o abuso dos dobres dos sinos. Nessa mesma oportunidade o vereador Joaquim Olinto de Carvalho ofereceu um projeto de postura que, afinal, foi aprovado na sessão de 16 de junho dêsse mesmo ano.

Os abusos eram evidentes e a postura surtiu os seus efeitos, pois numerosos foram os fabriqueiros multados. José Felizardo da Silva, de Santa Ifigênia, pedia em requerimento apresentado à Câmara, na sessão de 22 de julho, portanto

pouco mais de um mês depois da postura, para “ser alliviado da multa pr. infracção da Postura sobre dobres de sinos”¹. Os sinos de Santa Ifigênia quebravam muito, tanto tocavam nas tardes ronceiras da cidade provincial. Dobravam a propósito de tudo, como os dos demais templos, de incêndio, de festas, de batizados, de enterros, pela chegada de bispos ou sacerdotes importantes, pela chegada de gente graúda do govêrno. Em tudo isso, pelo seu bimbalar festivo, se destacava o sino da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Vira e mexe lá vinha um pedido do vigário para a Câmara pedindo um sino nôvo, ou “authorisme. pa. manda-lo fundir de novo, no q. gastara 50 e tantos mil rs.”². Numerosos foram os sinos quebrados.

A propósito de sinos, nunca é demais frisar que havia abusos por parte dos vigários, dos sacristães, dos diretores de Irmandades religiosas. Mais de uma vez a Câmara, que mantinha suas responsabilidades sôbre as igrejas, viu-se obrigada a tomar providências. Em 1836, por exemplo, as posturas de fevereiro dispunham sôbre os dobres dos sinos, em casos de incêndio, de inundação, de morte e de grandes acontecimentos. Em caso de incêndio, sob ameaça de multa, tôdas igrejas deveriam bater os sinos. Em caso de morte as pancadas deviam ser lentas, como convinha aos instantes dramáticos em que o homem volta à sua condição de pó. A intimidade da Câmara com as igrejas nessa primeira metade do século XIX parecia intimidade de namorados, enfeitada, é bem de ver, de não poucos arrufos. Era como se a Câmara cuidasse mais das necessidades da alma e das crenças do que do corpo e da saúde dos munícipes, que pisavam más ruas, sujas vielas, incomodados por animais. Saindo-se fora do perímetro limitado pelo Pátio do Colégio e mais algumas ruas, o paulistano era um tipo infeliz. Mas fora disso a Câmara aprimorava os seus cuidados pelos templos. Na sessão de 26 de julho de 1844 ficou aprovado que “esta Cama. exija dos fiscaes e vigarios das diferentes fregas. do municipio circunstanciadas infor-

(1) *Atas*, Vol. XXVIII, pág. 105.

(2) *Idem*, Vol. XXXIV, pág. 49.

maçoens á cerca do estado das Matrizes... q. devem ser edificados com reconhecida utilid. publica”³. Implicava a Câmara com as taxas cobradas pelos sepultamentos em favor das igrejas. A exorbitância das taxas, escrevia Afonso de E. Taunay, citando detalhes da questão, estava longe de ser útil ao serviço de Deus. Poderia até acontecer que alguns moradores, por não terem como satisfazer os emolumentos, não trouxessem a São Paulo os cadáveres de seus filhos e escravos, abandonados em qualquer lugar baldio⁴. O bispo d. Bernardo Rodriguês Nogueira defendeu as taxas, alegando que só assim, com essa obrigação, poderia coibir os abusos do abandono, à noite, de cadáveres junto às igrejas, “como ainda recentemente sucedera, havendo-se encontrado o corpo de uma mulher branca, semidevorada por cães, junto à igreja matriz em construção”⁵. É verdade que êsses acontecimentos ocorreram na segunda metade do século XVIII, mas deve ter sido, entre outros, dos fatores mais significativos para a intromissão da Câmara em assuntos religiosos.

Vejamos, porém, a crônica da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia. Dois nomes, dir-se-ia, formando dois oragos para um só templo. Mas isto se explica. É que o orago primitivo era realmente Santa Ifigênia, posta na capelinha que a Irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão requirera para si, depois de sua ereção. Essa Irmandade nasceu na igreja de Nossa Senhora do Rosário e foi provisionada aos 14 de novembro de 1758 pelo bispo d. frei Antônio da Madre de Deus Galvão. Azevedo Marques informa que a igreja começou por “uma capela para onde foram transferidas as imagens de Santa Ifigênia e de Santo Elesbão, com a respectiva confraria, em 1794 e ai foi celebrada a primeira missa em janeiro de 1795”⁶. Mas, que capela seria essa? Difícil é a resposta, pois a documentação a respeito não existe, nem sequer qualquer referência nas Atas se pode recolher.

(3) Idem, Vol. XXXV, pág. 62.

(4) Afonso de E. TAUNAY, *História da Cidade de S. Paulo no Século XVIII*, Vol. I, primeira parte, pág. 233.

(5) Idem, pág. 234.

(6) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos*, Vol. II, pág. 225.

A capela podia ter sido feita por qualquer devoto morador nas redondezas, como era comum em tempos de antanho. E feita por uma razão muito simples: é que o alto do espigão em que se encontra hoje a Igreja de Santa Ifigênia, segundo Nuto Santana, era um lugar privilegiado. “Em anos que se perdem na distancia dos séculos, teria passado por ali a variante do caminho de Piratininga, que conduzia a Pinheiros — e que parece ter sido um dos trechos da atual rua Conceição. Esse, bifurcaria na altura da rua Couto de Magalhães, buscando por ela aquele misterioso bairro; o outro ramo dirigir-se-ia para o lado do Recolhimento da Luz, rumo da margem esquerda do Tietê, pela qual demandaria a aldeia de Piqueri e outras, até São Miguel de Ururai”⁷. Francisco Nardy Filho diz que aí existiu uma capelinha desde 1720, sem revelar em que se baseia para tal afirmação. Essa informação foi transmitida primeiramente por Jacinto Ribeiro⁸, que também não cita a fonte. O primeiro *Livro do Tombo da igreja de Santa Ifigênia* parece contestar a afirmação de Azevedo Marques de que a Irmandade se transferira para a primitiva capela em 1794. Com efeito a data da realização da primeira missa nessa ermida, em janeiro de 1795, é correta, mas seis anos depois, por provisão de 13 de fevereiro de 1801, é que o príncipe regente autorizou a Irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão a transferir-se para a capela primitiva.

Nesses seis anos, porém, a ermida de Santa Ifigênia parece ter sofrido reformas para aumento do templo. E já tinha a sua freqüência, já começava a dominar o lugar com o seu nome. A Irmandade, enquanto esperava a provisão do príncipe regente, cuidou do aumento da igreja e já em 1798 começava o templo a ser citado nas referências das Atas da Câmara de São Paulo. Nessa época começaram a surgir as primeiras casas que formariam a freguesia de Santa Ifigênia em 1809, por alvará de 21 de abril, “fazendo nova Paroquia na Capella de Nossa Snr.^a da Conceição de Santa Efigênia da mesma; em Nome do m.^{mo} Senhor pela Regia Provisão de vinte e

(7) Nuto SANTANA. *São Paulo Histórico*, Vol. IV, pág. 243.

(8) Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 580.

hum de abril do Corr.^e anno”, conforme o *Livro do Tombo da Sé*. Na sessão de 13 de janeiro da Câmara de São Paulo o procurador requeria uma vistoria nas obras que o coronel Luís Antônio Neves de Carvalho estava fazendo “em o Acú, ao pé da bica e rua que vae para a Luz, e outra sobe para a igreja de Santa Ephigenia, para elles verem se está arruada, e darem as providencias”⁹. Uma prestação de contas de 1810, ou mais exatamente de 15 de julho, indica a importância que tomara a igreja nessa época, em cuja frente “Felis e seu companhro. Joáqm.” espalharam duas carradas de pedregulho¹⁰. As ruas começaram a ser feitas, o bairro crescia abençoado por Santa Ifigênia. Este desenvolvimento do bairro veio a exigir uma igreja maior, o que começou a ser feito em 1817. Começou, dizemos, porque a igreja de Santa Ifigênia, cujo orago Nossa Senhora da Conceição foi declarado aos 21 de abril de 1809, sofreu uma porção de reformas a partir daquela data, 1817, quando tinha por vigário colado o padre Antônio Joaquim da Silva. Dissemos que por volta de 1798 houve reformas na primitiva ermida. A essas reformas está ligado o nome de José Arouche de Tolêdo Rendon, para as quais “ofereceu e agenciou valiosos donativos”¹¹. A igreja, segundo o testemunho de Saint-Adolphe, em 1810, se destacava na paisagem urbana de “casas baixas de taipa rebocadas com cal”, onde “o numero das de sobrado é mui pequeno”¹² e onde notava entre os edificios mais destacados da cidade o do Seminário, e a igreja de Santa Ifigênia. Seria correta essa observação de Saint-Adolphe? Temos a impressão que não, particularmente no que diz respeito à igreja de Santa Ifigênia, pois sete anos depois o templo exigia reformas severas.

As obras importantes na igreja de Santa Ifigênia foram de iniciativa do padre Antônio Joaquim da Silva, conforme se lê da sentença eclesiástica de 10 de maio de 1890, assinada

(9) *Atas*, Vol. XX, pág. 85.

(10) “Papéis Avulsos”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. XXXIV, pág. 178.

(11) AZEVEDO MARQUES, op. cit., Vol. II, pág. 52.

(12) J. C. R. Milliet de SAINT-ADOLPHE. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*, Vol. II, pág. 613.

pelo padre Adelino Jorge Montenegro interino do Bispado, quando julgou os desentendimentos havidos entre a Irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão e o vigário José de Camargo Barros. Nessa sentença há inúmeras informações históricas¹³ que vêm esclarecer êsse período de reformas do templo, sob a direção então do padre Antônio Joaquim da Silva. Falamos em obras importantes. É preciso guardar a relatividade do adjetivo, pois as reformas duravam pouco devido talvez à precariedade do material usado, material comprado com economia e, muitas vêzes, mesmo de segunda mão. Assim, aquela capela não foi construída pela Irmandade e o templo, logo depois de instalada essa mesma Irmandade, foi feito por iniciativa do padre Antônio Joaquim da Silva, “que mandou construir em 1817 a primeira torre com madeiras que sobraram da construção da capella dos Pinheiros”, conforme esclarece a sentença do interino do Bispado, madeira de segunda mão, portanto, madeira que não duraria muito, comida pelo tempo chuvoso, pela garoa de que era fértil São Paulo. Mandou ainda aquêlê padre levantar as paredes da igreja de Santa Ifigênia, seguindo o traçado da primitiva capela. “Para iso, ajunta o esclarecimento da sentença, vendera castiças de valor para o que obteve licença do bispo D. Matheus”. A Freguesia era muito pobre. Três anos depois, em 1820, êsse mesmo sacerdote se dirigia à Câmara demonstrando que a sua freguesia “é uma das mais pobres, não só pela falta de população como pela extensão do seu territorio”¹⁴. A população de Santa Ifigênia nesse ano não chegava a 3 mil almas, já que em 1825, consoante a informação dêsse mesmo vigário à Câmara, a população constante do Rol de Desobriga era de 3.107 pessoas, compreendendo-se aí homens e mulheres brancos, prêtos libertos e escravos. O padre Antônio Joaquim da Silva tinha muito trabalho, visitava diàriamente dois hospitais na paróquia e pouco tempo restava para cuidar de coisas mais materiais. Nuto Santana sugere que êsses dois

(13) Jacinto RIBEIRO, op. cit., Vol. II, pág. 580, traz a transcrição integral da sentença e demais detalhes da questão em que a Irmandade chegou a recorrer ao judiciário.

(14) Jacinto RIBEIRO, op. cit., Vol. I, pág. 383.

hospitais seriam o Militar e o dos Lázaros, respectivamente no Acuzado e na Luz¹⁵. E pedia então que sua côngrua fôsse elevada a 100\$000. Muito trabalho devia ter o padre, o segundo sacerdote a tomar conta de Santa Ifigênia, pois o primeiro fôra o padre Antônio Pais de Camargo, cuja ação na crônica da igreja passou em branca nuvem. Em 1826, segundo o recenseamento da capital, à Santa Ifigênia estavam adstritas como filiais as capelas de Nossa Senhora da Consolação, da Luz e a de Santana, que servia de seminário para meninos.

O padre Antônio Joaquim da Silva cuidou da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia durante muitos anos. Em 1841 dirigiu à Câmara uma informação sobre o estado do templo, acentuando que “prezentemente o estado desta Matriz não he dos piores”¹⁶, mas para sua conservação e prevenindo surprêsas “preciza muito de hum retelho quasi geral, para o qual já em outro tempo requeri, e não se fez pela limitada quantia que derão, apenas chegar para se fazer alguns concertos muito precizos no dito telhado e no todo do Templo”¹⁷. Não era dos piores, mas o padre sugeria a necessidade de concertos no soalho do templo, o aumento da capela-mor e outras “que precizão fazer-se para decencia e ornato da Casa de Deos”¹⁸. Tudo indica que o vigário não foi atendido, mas como êle já vinha há muitos anos atravessando crises periódicas em matéria de finanças, parece que o caso não assumiu aspectos graves. O padre Antônio Joaquim da Silva continuava impávido e tranqüilo a defender a igreja de Santa Ifigênia das ameaças dos anos. Em 1844 voltava êle à Câmara, participando o falecimento do fabricante da igreja, “em cujo poder estavam as joias de prata, ornamentos e dinheiros pertencentes à mma. Igreja”¹⁹. Nôvo fabricante foi nomeado, o capitão Antônio de Miranda que no dia 1.º de julho dêsse mesmo ano se dirigia à Câmara pedindo autorização “para fazer a despeza necessra. com o concerto do assoalho da da.

(15) Nuto SANTANA, op. cit., Vol. IV, pág. 258.

(16) “Papéis Avulsos de 1841”, in Nuto SANTANA, op. cit., Vol. IV, pág. 245.

(17) Idem, idem.

(18) Idem, idem.

(19) *Atas*, Vol. XXXV, pág. 59.

igreja, assim como mandar fazer um caixão de defunctos pa- se alogar, a fim de se augmentar o redito da mma. fabrica²⁰. Possivelmente desta vez atenderam às necessidades do soalho do templo, pois na prestação de contas do fabricante à Câ- mara, de abril a junho dêsse ano, figuram gastos de 4\$000 “por meia duzia de taboas de assoalho de 25 palmos”²¹ e também os lucros proporcionados pelo aluguel do caixão de defunctos.

A igreja de Santa Ifigênia, conforme os observadores de certo quadro antigo, em 1862 apresentava-se com arquitetura tipicamente colonial, talvez o único templo, tirante o do Colégio, que pudesse reunir êsses característicos de estilo em São Paulo. Tinha até beirais, que se estendiam pela rua de Santa Ifigênia, protegendo suas paredes de taipa de pilão. Também a sua torre, de onde se destacavam os olheiros do sino, era de canto, e apenas uma porta baixa e estreita dava acesso ao templo, naturalmente escuro. Na parte superior da fachada possuía cinco janelas.

Mais alguns anos se passaram, o bairro crescendo, os sinos já agora mais tranqüilos e bem dosados. A cidade também crescia e a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia com ela. Muita luta contra as intempéries andou trava- vando, subsistindo à custa do esforço dos seus vigários os padres, pela ordem, Antônio Pais de Camargo, Antônio Joa- quim da Silva, José Joaquim Barbosa, Fernando Raggy, cônego Antônio Guimarães Barros, padre Flaminio Alvares Machado Vasconcelos, cônego Augusto Cavalheiro e Silva, cônego Antô- nio Cândido de Alvarenga, depois bispo da diocese do Mara- nhão e de São Paulo, padre Joaquim Augusto Vieira de Araújo, cônego José de Camargo Barros, depois bispo do Paraná e de São Paulo e, em 1900, o cônego Antônio Pereira Reimão, “que era baixo, gordo, asmático, bom e virtuoso”, nas expressões de Nuto Santana. A penúltima reforma do templo ocorreu em 1898 ou 1899, um ano antes da briga da Irmandade de Santa

(20) “Papéis Avulsos de 1841”, in Nuto SANTANA, op. cit., Vol. IV, pág. 259.

(21) Nuto SANTANA, op. cit., citando os “Papéis Avulsos da Câmara de São Paulo”, inéditos, de 1844.

Ifigênia e Santo Elesbão com o vigário José de Camargo Barros pela posse da igreja. Essa reforma, segundo se pode ler da sentença eclesiástica que dissolveu a Irmandade em 1890, revela que o templo foi reconstruído com dinheiro da Caixa Pia e esmolos do bispo d. Sebastião Pinto do Rêgo, do dr. Martinho Prado, do desembargador Gavião Peixoto “e de outros, o que é de publica notoriedade, e ainda com o produto de loterias concedidas pelas assembléias provinciais”. Não encontramos referências nas Atas sôbre essas loterias, nem em outros documentos, mas devem ter existido, pois na sentença elas constam como documentos juntados aos autos.

Essa foi a penúltima reforma da igreja de Santa Ifigênia, igreja que ainda existia em 1900 e dela nos deixou uma descrição Alfredo Moreira Pinto: “Tem cinco janellas de frente e a torre do lado esquerdo. Seu interior é de uma simplicidade que agrada; os altares são de gosto. Tem a capella-mor com um altar de N. S. da Conceição, padroeira, e as imagens de S. Vicente de Paula e Santo Antonio. Ficam ahi tres tribunas do lado direito e tres vidraças em forma de tribunas do lado esquerdo”²². O cronista assinalava no templo ainda imagens da Sagrada Família, do Senhor do Bonfim, de São José, de São Luís Gonzaga.

Esse templo foi derrubado em 1911, quando vigário monsenhor João Evangelista Pereira Barros, que as informações dos cronistas revelam ter sido conterrâneo e colega de estudos de d. Duarte Leopoldo e Silva. Sacerdote ativo, ativo e incansável, muito trabalhador. Nesse mesmo ano de 1911 organizou uma comissão para obter fundos destinados ao templo que lá está hoje, cuja construção foi iniciada em 1912 e terminada nesse mesmo ano. Tem um ar triste de gótico deslocado para a violência de dias claros. Foi a catedral provisória, enquanto não se terminavam as obras da catedral de São Paulo, na Praça da Sé. É a sede definitiva da Obra da Adoração Perpétua oficial ao Santíssimo Sacramento. Os sinos da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia já não quebram mais como antigamente.

(22) Alfredo Moreira PINTO, *A Cidade de S. Paulo em 1900*, pág. 45.

Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prêtos

(*As Tradições Mortas*)

N^OSSA SENHORA DO ROSÁRIO dos Homens Prêtos... comêço de oração, parece. Ladainha cujas respostas, em côro, parecem vir do fundo dos anos, numa procissão de negros pelas ruas da cidade de São Paulo do século XVIII, de casas baixas de taipas, de becos apertados e misteriosos, apenas essas ruas iluminadas pelas estrêlas de um céu claro e pelas velas que os pobres devotos carregavam, defendendo-as contra o vento mau. Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prêtos... esplêndida expressão do sincretismo religioso dos velhos escravos e suas crenças totemistas com os requintes de uma religião mais espiritualizada e menos primitiva nas suas manifestações.

Dos mais antigos, sem dúvida, é o culto de Nossa Senhora do Rosário em São Paulo. Antiguidade atestada por numerosas referências em testamentos e inventários dos primeiros anos da terra piratiningana. Já se observou a devoção especial e fervorosa dos jesuítas pelo Rosário, "porque é como uma coroa de rosas oferecidas a Nossa Senhora"¹. Essa predileção

(1) Frei Basílio ROWEN, *Dicionário Litúrgico*, pág. 158.

explica o fato de uma das primeiras confrarias nascidas no burgo humilde que começava a surgir em tórno do Colégio ter sido a de Nossa Senhora do Rosário, em cuja fundação podemos ver o dedo do venerável Anchieta. De Nossa Senhora do Rosário também foi e é a igreja do Embu, o doce Mboy do padre Belchior de Pontes.

Alcântara Machado fêz observações sôbre as primeiras confrarias criadas pela gente lusitana, informando que “a primeira de que se fez menção nos autos divulgados é a de Nossa Senhora do Rosario. Deixa-lhe Isabel Felix, em 1596, uma novilha de anno”². No testamento de Isabel Fernandes, de 1599, está “um cruzado á confraria de N. S. do Rosario”, conforme Francisco Nardy. E há mais: Martim Rodrigues, em 1603, “deixa dois mil reis” e sua mulher ordena que se dê uma toalha para o altar de Nossa Senhora do Rosário. Devia haver um altar no Colégio, sob o qual se faziam sepulamentos. Pelo menos é o que deixa perceber o testamento de Pedro Gonçalves, de 1628, quando determina que “seu corpo seja enterrado em Nossa Senhora do Rosario”³. Ou então êle existia na matriz, onde também se encontravam altares de São Miguel e São João Batista, que vêm relacionados no testamento de João Tenório, em 1634⁴. Poucos anos mais tarde, o testamento de Luzia Cunha, que é de 1638, reafirma a devoção a Nossa Senhora do Rosário, apontando muitas outras, como a de Nossa Senhora do Carmo, São João Batista, São Paulo, São José, São Domingos, Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo a quem mandou “que se dê uma novilha”⁵. Mulher muito religiosa esta, de acôrdo aliás com o espírito da época que ainda se intimidava com o mistério da terra que começava a ser desbravada. Ou, suprema razão, “porque somos alfim de fraco metal”⁶, como dizia o

(2) ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 209.

(3) *Inventários e Testamentos*, Vol. VII, pág. 378. Gaspar Fernandes é taxativo em seu testamento quando determinou que se digam “seis missas a N. Senhora do Rosario no Mosteiro de Jesus”.

(4) *Idem*, Vol. IX, pág. 320.

(5) *Idem*, Vol. XI, pág. 309.

(6) *Idem*, Vol. X, pág. 6.

livro estimado dos paulistas do século XVII, o livro de “bem morrer”⁷.

Vê-se, portanto, quão antiga é a devoção de Nossa Senhora do Rosário sob o céu de São Paulo, devoção essa que veio desafiando os anos até se concretizar numa igreja, cuja crônica é o motivo destas linhas, em princípios do século XVIII. O que é preciso lembrar neste momento é que a igreja de Nossa Senhora do Rosário se deveu à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prêtos, que reunia pobres prêtos de São Paulo numa associação para promover a vida cristã. Por que os prêtos teriam escolhido justamente Nossa Senhora do Rosário? Este problema logo se impôs. É em Artur Ramos que vamos encontrar a explicação para o fato da preferência dos prêtos de São Paulo pela Virgem do Rosário. Notou o mestre que os escravos de procedência banto, principalmente do Congo, associaram-se no Brasil em confrarias religiosas, “tendo por patronos santos catholicos”⁸. “Destas confrarias, acrescenta, as mais importantes eram a de S. Benedito, a de N. S. do Rosario dos negros Congos, sendo que esta ultima já era a sua padroeira na África, por influencia dos colonizadores portugueses”⁹. As observações do ilustre estudioso dos fenômenos culturais afro-brasileiros foram feitas na Bahia e em algumas regiões do Norte do Brasil, apresentando assim a possibilidade de não poderem ser aplicadas ao Sul, ou seja, em São Paulo. Engano, porém. Elas podem ser aplicadas perfeitamente em São Paulo do século XVIII, onde se realizavam, de certa forma adulterados, os autos populares dos congos e cucumbis, para os quais “o rei e a rainha eram eleitos pela irmandade de N. S. do Rosario”¹⁰. Com efeito, os estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prêtos de São Paulo também dispunham sobre essa eleição para os festejos. Mas êste detalhe é assunto para outro trabalho que estamos preparando.

(7) Idem, Vol. XVIII, pág. 155. No testamento de Maria Lara: “... e mais se dirão por minha alma as tres missas da Rainha Dona Catharina assim como estão declaradas no livro de bem morrer”.

(8) Artur RAMOS, *O Negro Brasileiro*, pág. 151.

(9) Idem, idem.

(10) Idem, idem.

Por ora nos interessa a igreja. A igreja que foi fundada no antigo Largo do Rosário, confluência da hoje rua São Bento, Avenida São João e Praça Antônio Prado, onde existiu até 1903, e hoje se encontra no Largo do Paiçandu, vigilante das suas tradições e da sua curiosa história.

Francisco Nardy Filho revela que em 1721 os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos enviaram uma representação ao rei de Portugal, pedindo licença para edificar um templo em que pudessem solenizar os mistérios do Rosário da Mãe de Deus. Em 1721, é bom que se destaque, e solicitavam que “os favorecesse com lhes mandar um sino, e um ornamento para tres altares-mór e dois colaterais”¹¹. A petição foi encaminhada, segundo o mesmo autor, pelo rei, ao Provedor da Fazenda, de Santos, Timóteo Correia de Góis, para informar. Contudo, nenhum vestígio deixou a petição depois disso. Como que desapareceu nos arquivos do Provedor, sem solução.

Os documentos que compulsamos nos Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo e as referências de vários autores nos levaram a fazer a crônica da igreja de Nossa Senhora do Rosário estabelecendo de início três fases distintas da sua história: a) o da obtenção de provisão de ereção e instituição do templo; b) o da obtenção de fundos para a construção, pois a Irmandade era pobre, integrada por prêtos e escravos de relações com alguns brancos; c) o do pedido de terreno à Câmara. Realmente, a informação de Francisco Nardy Filho, que traz a data de 1721, pode ser considerada a primeira iniciativa de um grupo de devotos com o beneplácito de d. Antônio de Guadalupe no ano seguinte. Aliás uma referência existente no *Livro do Tombo da Sé* afirma que a Virgem do Rosário fôra “collocada pellos pobres escravos e pretos com toda a devoção na Cappella q. edificarão por graça do Ex.^{mo} Snr. d. Antonio de Guadalupe”¹². Ao comentar a nomeação do administrador perpétuo das obras da igreja, datada

(11) FRANCISCO NARDY FILHO, “Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos”, in *O Estado de S. Paulo*; 15-3-1936.

(12) *Livro do Tombo da Sé*, Livro 2-2-19, Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

de 5 de novembro de 1745, Azevedo Marques deixa bem claro que “cerca de 10 anos antes já existia uma pequena e pobre capela sustentada pelos devotos, e nela foi criada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos homens pretos”¹³. Cremos que a existência dessa capela remonta a maior número de anos, ou seja, a 1721, uma capelinha assim meio oculta pelo lado do Anhangabaú considerado mais do que subúrbio naqueles anos, onde prêtos e escravos se dedicavam a Nossa Senhora do Rosário. O ermitão Domingos de Melo Tavares obteve licença para construção da capela, segundo Antônio Egídio Martins, em 2 de novembro de 1725. Isto me parece significar que os prêtos e escravos cuidaram logo de apadrinhar bem o seu desejo de continuar a devoção da Virgem do Rosário, remodelando o primitivo templo, tornando-o legal sob o ponto de vista canônico. O ermitão, vendo que a cidade e a província de São Paulo não poderiam fornecer-lhe o dinheiro suficiente para a construção da igreja, dirigiu-se a Minas Gerais, onde esmolou durante vários anos para a obtenção dos fundos necessários.

Percebe-se, pois, que obtida a provisão de ereção (sendo que já existia uma ermida), o ermitão tratou de arranjar fundos. A Irmandade, enquanto isso, cuidou de tornar legal os seus desejos, através de um pedido à Câmara em 1728, obtendo a doação a 10 de julho desse mesmo ano. Nuto Santana dá a petição que a Irmandade dirigiu ao Senado da Câmara. Nessa petição os membros da Irmandade “dizião que tendo Dinheiro pra irigir hum templo a mesma Senhora onde havião de colocar a sua imagem para celebração do culto devino debaixo da irmandade em que servião a dita senhora e tendo encarregado a dericção da fabrica ao sargento mor Sebastiam Fernandes do Rego que tinha tomado a seo cargo não achava lugar mais conviniente que o do campo da entrada desta cidade de junto aos muros novos que fazia Manoel Pinto Guedes fronteiro as cazas e muros do capitam Salvador Nardes, e o reverendo padre João de Pontes que tinha catorze brasas de terras de comprido e outras tanto de

(13) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricas*, Vol. I, pág. 240.

fundo digo de largo correndo e com o comprimento de hum canto dos muros novos de Manoel Pinto Guedes the o outão das cazas grandes do reverendo padre João Pontes e a largura correndo de outro canto dos mesmos muros para as cazas de Salvador Nardes”, pelo que pediam, visto ser serviço de Deus e bem público “conseder-lhes licença para se edificar a Igreja que se desejava no dito lugar e tomarem pose deste para esse fim”¹⁴.

A Câmara atendeu-os a 10 de julho de 1728 dando à irmandade a área pedida, sob a condição de que “no cazo que se não ideoque as terras ficarão livres a dispoção deste Senado”¹⁵. Não se sabe, positivamente, se Sebastião Fernandes do Rêgo, o malandro que arruinou a vida dos irmãos Leme, foi fabricante da igreja. Os cronistas, contudo, se referem ao ermitão Domingos de Melo Tavares, cujo nome consta de documentos antigos do Cartório Episcopal. O que se observa é que parece ter havido uma ação conjunta: obtida a licença de edificação da autoridade eclesiástica, o ermitão tratou de obter fundos em Minas Gerais, onde conseguiu 10 mil cruzados, enquanto a Irmandade requeria à Câmara a fim de tornar legal a posse do terreno, onde construíra uma ermida acanhada e frágil anteriormente. Em 1745, aos 5 de novembro, o ermitão foi nomeado administrador perpétuo das obras da igreja, por provisão do bispo d. Fr. Antônio de Guadalupe.

Francisco Nardy Filho acredita que o término das obras ocorreu em 1737, graças às esmoladas em Minas Gerais pelo incansável ermitão. Acompanhando a vida da igreja de Nossa Senhora do Rosário pelos anos a fora, vamos encontrar referências ao templo em 1750, quando do registro de duas Cartas na Câmara¹⁶. E somente trinta e três anos mais tarde aparece uma nova referência, a de Manuel Cardoso de Abreu ao relacionar os templos de São Paulo: Misericórdia, Santo Antônio, Rosário dos Homens Pretos e S. Gonçalo dos Pardos¹⁷.

(14) Nuto SANTANA, *Metrópole*, Vol. I, pág. 74.

(15) Idem, pág. 75.

(16) *Registro Geral*, Vol. IX, pág. 459.

(17) Manuel Cardoso de ABREU, “Divertimento Admirável”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. VI, pág. 253.

Depois, uma grande nuvem sôbre o templo de história tão complexa, que volta a figurar nas Atas da Câmara já no século XIX com aspectos curiosíssimos.

A cidade crescia. A igreja de Nossa Senhora do Rosário batizou o largo com o seu nome e também a “rua que vae do pateo da Sé para Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos”. No sessão de 11 de outubro de 1749 aparece o “quintal de Nossa Senhora do Rosario dos pretos as quaes (uma morada de casas) ficam olhando para o rio de São Bento”¹⁸. Rio de São Bento, rio estranho, que dá bem uma idéia da nomenclatura atrapalhada da cidade de São Paulo de antanho. O templo foi sempre motivo de comovidos cuidados por parte dos prêtos, tanto escravos como libertos, numa continuação das primeiras revelações religiosas do catolicismo recebidas na África através dos portugueses. Ficou a igreja dos prêtos. Mais do que dos prêtos, daqueles homens cheios de rituais primitivos que se acomodavam aos rituais católicos diante da igreja, no Pátio do Rosário. Cerimônias essas que continuariam por muitos anos e das quais os documentos guardam tão poucas referências. A Irmandade tinha uma porção de iniciativas. Parece mesmo que desenvolveu papel de relêvo na paisagem escravocrata paulista e paulistana. Uma entidade religiosa e social admiravelmente preparada para o bem comum dos escravos — o da sua libertação. Em volta da igreja, em casinhas humildes, residiam negros, ex-escravos, que viviam de suas quitandas, vendendo “doces, geleias, fructas, legumes, hortaliças, batata doce, mandioca, pinhão e milho verde cósidos, pamonha (milho verde ralado e cosido na propria palha tambem verde), amendoim, moqueca de piquira, peixe frito e cuscús de camarão da agua doce” na descrição de Antônio Egídio Martins.

Requeria-se licença à Câmara para os festejos de Nossa Senhora do Rosário. Festejos dos prêtos devotos que não poucas vêzes iam a excessos. João Amaro requereu, na sessão de 5 de janeiro de 1833, licença “para fazer danças de pretos

(18) *Atas*, Vol. XIII, pág. 94.

no dia 6 do corrente no Pateo do Rosario”¹⁹, ordenando a edilidade que êle se dirigisse ao juiz de paz, “que lhe deferirá na conformidade das leis”²⁰. O juiz, realmente, deferia de modo favorável aos devotos e a Câmara, sempre vigilante do bem comum, mandava o fiscal cobrar “as cotas dos pretos na forma do artigo 8.º das Posturas”²¹.

Êsses festejos ficaram famosos e foram conservados pelos anos a fora, quase à entrada do século XX. Antônio Egídio Martins salvou traços dessas festas. Não resistimos à tentação de transcrever a sua descrição sôbre os festejos, embora um tanto longa. Mas vale a pena: “por ocasião das solenidades que, antigamente, se efetuavam na igreja de Nossa Senhora do Rosario, em honra desta Santa, se realizavam tambem, em frente à mesmo igreja, festejos populares, postando-se aí um numeroso bando de pretos africanos, que executavam, com capricho, a célebre música denominada Tabaque (espécie de Zé Pereira), cantando e dançando com as suas parceiras, que, adornadas de rodilha de pano branco na cabeça, pulseira de prata, e de rosario de contas vermelhas e de ouro ao pescoço, pegavam no vestido e faziam requebrados, sendo por isso vitoriosos com uma salva de palmas pela numerosa assistencia; e, quando terminava a festa da igreja, os mesmos africanos acompanhavam, tocando quantos instrumentos esquisitos haviam, e cantando, o Rei e a Rainha, com a sua corte, composta de grande numero de titulares e de damas, que se apresentavam muito bem vestidos. O Rei e a Rainha, logo que chegavam em casa, ofereciam aos mesmos titulares, que adotavam os titulos que então possuiam os antigos estadistas do tempo do imperio, e às damas, um opiparo jantar, durante o qual trocavam-se amistosos brindes entre os convivas, mandando as majestades distribuir bebidas aos tocadores do mesmo Tabaque, e que ficavam na rua esperando a saída dos mesmos personagens, os quais, no meio de ensurdecedor barulho, voltavam para a igreja, a fim de tomarem parte na soléne

(19) *Atas*, Vol. XXVII, pág. 67.

(20) *Idem*, *idem*.

(21) *Idem*, *idem*.

procissão de Nossa Senhora do Rosário. Os filhos de menor idade dos pretos africanos, acompanhados de suas mães, também assistiam às mesmas festas, apresentando-se bem vestidos, com um gorro de lã, feito de crochê, na cabeça, e trazendo, como adorno, ao pescoço, um rosário de contas vermelhas e de ouro, com grande numero de bugigangas, tais como dentes de onça, figas de guiné e de ouro, olho de cabra, pacová, etc. sendo que tudo isso era para livrar os pequenos filhos dos mesmos pretos africanos de algum mau olhar ou de qualquer quiçaca, matirimbinhe ou picuanga (feiticiarias)”²².

Animadas sempre foram as festas do Rosário, em que se confraternizavam, ao som dos pandeiros, bombos e flautins, brancos e negros. Brancos e negros separados talvez racialmente, mas identificados na mesma crença e superstição que os punha num mesmo nível mental de fé religiosa. Rugendas fixou um momento dessa festa e pouca diferença se encontraria hoje dos cordões carnavalescos, tal a impossibilidade de se distinguir o profano do sagrado em suas manifestações primitivas. O rei e a rainha em ricos trajes brancos, largas bandeiras bordadas em sêda e ouro, danças ritmadas por tambores, uma verdadeira orgia que não podia ser muito bem vista pelos circunspectos moradores da vizinhança, ou beatos caturras. Observa Lourival Gomes Machado que também no Rosário do Ouro Prêto sempre houve “hũ Rey e hua Rainha, ambos pretos de qualquer nassão que seja”, parecendo-lhe que o fato comprova a tese de “afirmação social desempenhada pelas igrejas e irmandades na civilização do povo” e, mais, que “pretos e brancos no mundo religioso colocavam-se como poderes soberanos vizinhos, em pé de igualdade”²³. A Antonil não passou também despercebido nas regiões produtoras de açúcar o privilégio que se concedia aos escravos nesses dias de festas. Negar aos prêtos, dizia, os seus folguedos, “que são o unico alivio do seu cativeiro”²⁴ seria querê-los desconsolados e melancólicos. E acrescentava que não se

(22) Idem, pág. 94.

(23) Lourival Gomes MACHADO, “Viagem a Outro Prêto”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. CXXIV, pág. 27.

(24) André João ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, pág. 96.

deveria estranhar o fato dos negros escravos criarem os seus reis, cantar e bailar e “alegrarem-se honestamente á tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de N. S. do Rosário, de S. Benedito e do orago da capela do engenho”²⁵.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário de São Paulo obedeceu aos mesmos lineamentos de sua congênera de Sabará: uma capelinha, em tórno da qual a Irmandade se movimentava no seu culto. Com o aumento do número de irmãos, tornava-se necessária a construção de um templo maior, amplo bastante para abrigar todos os membros da Irmandade. O ermitão Melo Tavares não foi gratuitamente às Gerais. Nessa época atravessavam as Gerais seu período áureo, indo para lá o ermitão à cata de esmolos. Lá faziam os negros a sua igreja, iniciada em 1713. Em 1766 um templo maior, inaugurado em 1781. Lúcia Machado de Almeida, referindo-se à Irmandade dos Prêtos do Rosário de Sabará lembra que para remediar o inconveniente que representava um congregarmento de negros (constante que sobreviveu em São Paulo), perfeitamente organizados na sua confraria, os lugares de tesoureiro e orientador “eram quase sempre ocupados por brancos, que desse modo se assenhoreavam de todo o mecanismo da Irmandade”²⁶. As observações que Lúcia Machado de Almeida faz sôbre as finalidades dessas agremiações de negros podem, de certo modo, serem válidas para São Paulo: prestar culto à Nossa Senhora do Rosário; sepultar os irmãos defuntos; cuidar da educação dos filhos legítimos dos irmãos mortos indigentes; libertar os irmãos cativos, sendo êste o ponto principal. Também em Sabará, durante as festas, elegiam “um rei e uma rainha do povo preto”²⁷.

Mas nem tudo eram festas. Havia também os cerimoniais fúnebres, tocados de reminiscências africanas e tolerados pela igreja até certo ponto. Êsse certo ponto foi a vizinhança que se desenvolvia em tórno da igreja. São Paulo crescia e os cidadãos que vinham morar para o largo do Rosário começaram a se inquietar com a cantoria dos negros pela noite a

(25) Idem, idem.

(26) Lúcia Machado de ALMEIDA, *Passeio a Sabará*, pág. 40.

(27) Idem, idem.

dentro quando morria um membro da Irmandade. Foi ainda Antônio Egídio Martins que registrou o cerimonial, muito comum no enterramento de cadáveres na igreja de Nossa Senhora do Rosário. “À proporção que iam pondo terra sobre o cadáver, socavam este com uma grossa mão de pilão, cantando o seguinte: — Zóio que tanto vê. Zi bocca que tanto falla. Zi bocca que tanto zi comeo e zi bebeo. Zi cropo que tanto trabaizou. Zi perna que tanto andô. Zi pé que tanto zi pizou”²⁸. Imagine-se o cenário: uma noite escura iluminada por velas bruxuleantes, prêtos como sombras reunidos numa cantoria fúnebre, dolorosa e ritmada. Um ritmo soturno de centenas de vozes subindo para o céu. E tudo isso na pacata e bucólica tranqüillidade da cidade. Era de incomodar, é evidente, e a vizinhança começou a reclamar. E isso não obstante a carta régia ordenando ao governador de São Paulo que, de acôrdo com o bispo, fizesse construir cemitérios em lugares separados das igrejas, evitando-se assim os males dos enterramentos dentro dos templos, carta aliás de 15 de janeiro de 1801. Mas os prêtos mantinham o culto dêsse cerimonial mesmo nos cemitérios, como é o caso dêsse campo santo que havia ao lado da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Êsse costume foi desaparecendo com o desenvolvimento do urbanismo, mais do que com as imposições das autoridades. Pela valorização das ruas, por onde passavam procissões. É que essas vias públicas mereciam as melhores atenções dos vereadores, conforme se vê do edital “para se pôr em praça a nova calçada que esta Camara pretende mandar fazer na rua do Rosario, por ser uma rua principal, e de procissão”²⁹. Em 1852, aos 29 de março, o vigário capitular Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade Cavalheiro assinava uma portaria “marcando a nova marcha que devem seguir as Procissões”, atendendo ao que lhe representaram “varios habitantes desta Cidade”: “Ordeno que d’hoje em diante todas as Procissões, seguindo a rua do Rozario deixem de passar por um pequeno estreito que desta rua sahe à de São Bento, antes sigão do

(28) Antônio Egídio MARTINS, op. cit., Vol. II, pág. 82.

(29) Idem, pág. 84.

Pateo da Igreja do Rosario pela rua que vai dar ao porto Geral, e dali pela rua da Boa Vista ao Pateo de São Bento, e dahi pela rua acima até chegar ao seo destino pelas ruas do costume”³⁰. Esse “pequeno estreito”, ao que tudo indica, seria uma viela formada por casas humildes de prêtos devotos de Nossa Senhora do Rosário, que enfeitavam suas casas para a passagem da procissão.

Em 1898 surgiram os primeiros indícios de que a igreja iria ser destruída para alargamento da praça e sua subsequente mudança para o Largo do Paiçandu, quando foi inaugurada solenemente aos 15 de abril de 1906, com a bênção do cônego João Nepomuceno Manfredo Leite. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sem a licença do ordinário da Diocese, procurou alienar parte da igreja, ou seja, a sacristia. Por isso foi privada de celebrar ou mandar celebrar qualquer ato religioso por portaria de 19 de julho de 1898³¹, anulada aliás em dezembro pelo cônego Ezequias Galvão da Fontoura. Em 1903 a Câmara Municipal votou a lei n.º 670 que declarava “de utilidade publica, para o fim de serem desapropriados, os terrenos e predios necessarios ao augmento do largo do Rosario, pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos”³². A Irmandade pediu a indenização de 500 contos, mas os entendimentos com o prefeito chegaram a bom têrmo com uma indenização de 250 contos. Alegava a Irmandade que “a igreja de Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos é um monumento historico da nossa Patria. Data de 1725 a sua erecção naquelle local, conforme documentos que possuímos. Os nossos avoengos construíram-na em dias santificados, isto é, quando os seus senhores davam licença. Na então Capitania de São Paulo e Minas caminhava, em 1725, Domingos de Melo Tavares, hermitão de Nossa Senhora do Rosario, na busca dos cruzados precisos para a erecção da egreja. Logo que angariou 10 mil cruzados, pediu licença á autoridade competente para regularizar a cons-

(30) *Atas*, Vol. XXII, pág. 558.

(31) *Livro do Tombo da Sé*, Livro 2-2-19, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.

(32) Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 579.

tituição da Irmandade, o que teve lugar anos depois, por Portaria e mando de D. João, então Príncipe Regente de Portugal. Vê, pois, Va. Exa., que tem a igreja do Rosario um alto valor estimativo para nós e para o paiz. Não devemos, por conseguinte, transformal-a em architectura que faça desaparecer amanha o seu valor historico”³³.

A iconografia antiga destaca a parte lateral da igreja em direção à rua São Bento, com esquina da Antônio Prado. Essa parte lateral, do lado direito, era de dois pisos. O de baixo estava alugado, parece que a uma livraria — “O Mundo Ilustrado” e a outras casas de negócios. Essa mesma igreja foi fixada por fotografias de 1904, também com uma fachada, quase colonial, com duas portas principais e quatro janelas de molduras brancas.

Assim, foi derrubada a tradicional igreja e escolhido, o Largo do Paiçandu para a edificação do templo novo que perpetuasse a tradição do antigo. Os moradores do Largo protestaram, alegando a beleza da praça do Paiçandu, que seria sacrificada com a construção. Mas prevaleceu a opinião da Câmara. A pedra fundamental do novo templo foi lançada no dia 24 de julho de 1904 e a igreja inaugurada no dia 15 de abril de 1906. É a que lá está hoje, como que deslocada numa praça movimentadíssima e cercada de arranha-céus, já fechada, sem função. Morreram as tradições da Irmandade, os prêtos desapareceram de sua igreja.

Mas não se esqueça que na Penha há também um pequeno templo, o de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prêtos da Penha. Guarda êle, em alguns dos seus detalhes, características muito antigas, como a porta principal, de imitação setecentista, os retábulos internos. É uma igreja velha. De século e meio. Pelo menos é desse ano (1802) um documento do Arquivo da Cúria Metropolitana³⁴. Com efeito, aos 16 de junho de 1802 foi apresentada uma petição pela Irmandade dos Homens Prêtos da Freguesia da Penha de França ao

(33) Nuto SANTANA, op. cit., Vol. I, pág. 75.

(34) *Autos de Ereção e Patrimônio de Capelas*, Livro 1-1-3.

bispó de São Paulo, “q’elles Supp.^{es} desejão Erigir, e fundar humã Capella p.^a nella melhor exercitarem os louvores da May’ de Deos, e feita q’seja ad.^a Capella constituirem-lhe o Patrimônio do estillo”³⁵. E pediam ao bispo para “passar a Prov.^{am} de Ereção na forma do estillo”. Essa capela está hoje transformada numa espécie de sucursal de Nossa Senhora da Penha. Isso porque está recolhendo tôda a imensidão de ex-votos dos fiéis da Senhora da Penha. Na sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Prêtos da Penha de França existem velas, quadros, santinhos à disposição dos devotos e um lugar apropriado para a queima de velas em promessas. Não é pequeno o volume de cêra ali recolhido diàriamente.

Morreram as tradições dos prêtos do Rosário. Na igreja da Praça Antônio Prado encontravam-se os altares de Nossa Senhora das Dores, a capela do Bom Jesus da Pedra Fria e um painel de Nossa Senhora do Rosário. A imagem do orago, do velho templo, está na igreja de hoje, talvez a mesma do ermitão Domingos de Melo Tavares. Também na igreja do Largo do Paiçandu se encontram outras relíquias, como por exemplo o cruzeiro de ferro que durante tantos anos¹ foi ponto de referência para os paulistanos pacatos de outrora. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário vive hoje¹ de saudosas tradições.

(35) Idem, idem.

São Gonçalo

(*O Santo menos o Orago*)

ANTIGA, muito antiga, é a devoção de São Gonçalo entre os paulistanos. Do São Gonçalo Garcia, de boa cepa portuguesa e canarina, santo trágico, para distinguir daquele outro São Gonçalo Amarante, santo alegre, inquieto e casamenteiro que já fez a festa de muita gente, e muitas outras ainda há de fazer. A sua devoção em São Pauló data de pouco tempo depois de ter sido conhecido o seu martírio em Nagasáki, no Japão, quando foi crucificado com outros vinte e dois companheiros da Ordem Terceira de São Francisco e três da Companhia de Jesus, aos 5 de fevereiro de 1579. E assistido, no instante de sua crucificação pelos jesuítas João Rodrigues e Francisco Pais, também condenados ao mesmo suplicio. E condenados, segundo a tradição, pelo fato de pregarem os ensinamentos da religião católica no país nos bonzos.

Muito antiga é a devoção. No testamento de Luzia Cunha, de 1638, há uma disposição curiosa: “mando que se dê uma novilha a São Gonçalo”¹, pois que o gado era a moeda forte da época. Implica num altar essa doação, possivelmente.

(1) *Inventários e Testamentos*, Vol. XI, pág. 309.

E mais, em 1649 existia nas cercanias de São Paulo um sítio com o nome de São Gonçalo, conforme consta do inventário de Catarina Prado², o que revela uma demonstração de reverência e respeito religiosos. Numa devoção subentendida. Isso no século XVII, e em algumas passagens de testamento há indicações dessa devoção.

A igreja de São Gonçalo, porém, data do século XVIII, ou mais exatamente, data de 1756, quando os membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia, ereta legalmente em 1724 na igreja de Santo Antônio, de acordo com a informação de Antônio Egídio Martins³, obtiveram do bispo frei Antônio da Madre de Deus Galvão provisão datada de 20 de setembro de 1756, "para erigir uma capela separada"⁴. Azevedo Marques afirma que "foi assim que começou no largo da Cadeia desta cidade, pelos anos de 1757, a edificação da atual igreja, a expensas dos devotos"⁵. Esse largo da Cadeia é hoje a praça João Mendes, também conhecida em 1864 com o nome de Largo do Teatro, por causa do Teatro São José, dos primeiros construídos em São Paulo. E aí está o templo, humilde ainda, com aquele seu ar de estilo colonial, por detrás da pedraria da Catedral de São Paulo que, não obstante o seu gigantesco tamanho e imponência, não consegue fazer sequer sombra à igreja de paredes amarelas do São Gonçalo, mais consentâneas pelo menos com o espírito da cidade.

Pequena, estreita, terrivelmente modesta foi a primeira construção da igreja que levou o nome de São Gonçalo, forçado pelos seus intransigentes devotos. Porque realmente a igreja de São Gonçalo é a igreja de Nossa Senhora da Conceição, legítimo orago do templo. A insistência dos devotos do século XVIII desafiou o tempo e a igreja hoje é familiar-

(2) Idem, Vol. XV, pág. 90.

(3) Antônio Egídio MARTINS, *São Paulo Antigo*, Vol. II, pág. 39.

(4) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos*, Vol. I, pág. 241. A informação do autor é baseada na *Memória Inédita* do cônego Leão José de Senne, 1828, que foi professor de latim em São Paulo e faleceu em 1811. Esta última informação é de Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 282.

(5) Idem, idem.

mente conhecida, intimamente chamada de São Gonçalo, quando não o deveria ser. Tal é a força da tradição, porém. O santo menos o orago. O santo absorveu e dominou o nome do orago e a igreja de Nossa Senhora da Conceição, com todos os requisitos canônicos, ninguém a conhece. Mas todo o mundo sabe qual é a igreja de São Gonçalo. A igreja deveria ter sido localizada aí talvez por decorrência de alguma doação de terreno. Ou mesmo compra de terreno pela Irmandade, pois as terras por esses lados valiam muito pouco, pela proximidade da força e da cadeia. E por ser, praticamente, um vasto campo onde se localizavam os bexigentos da época. Em 1761 a Câmara tomava conhecimento dessa epidemia, que apareceu “de novo e mudaram para São Bento e para o campo de São Gonçalo”⁶. Campo de São Gonçalo, tal o deserto de terras nesse ponto em São Paulo dos meados do século XVIII.

A construção da igreja de São Gonçalo iniciou-se imediatamente após a provisão do bispo frei Antônio da Madre de Deus Calrão, tósca construção de taipa, acanhada no campo, nas proximidades da cadeia e da força, pequena, mas o suficientemente espaçosa para abrigar os sentimentos devocionais dos membros da Irmandade que planejaram e executaram a construção. Em 1762 o templo de São Gonçalo dominava um vasto largo. Aí João da Cunha Franco, no ano em que foi juiz ordinário em São Paulo, executou “reaes festas durante tres tardes na praça de S. Gonçalo consistindo em touradas, escaramuças, carros triumphantes, rematando-se com tres noites de comedias para o publico, tudo com pompa, grandeza, alvo-roço e liberalidade, em aplauso dos reaes desponsorios do serenissimo infante dom Pedro com a serenissima senhora princesa do Brasil, herdeira do reino”⁷. As mesmas festas se repetiram em 1762, por ocasião do nascimento do príncipe da Beira, d. José.

Frágil, porém, era a igreja. Tão frágil que no ano seguinte, em 1763, exigia uma reforma, registrada na sessão da

(6) *Atas*, Vol. XIV, pág. 369.

(7) SILVA LEME, *Genealogia Paulistana*, Vol. VI, pág. 239.

Câmara de 7 de maio dêsse ano. Com efeito, “chamaram o alcaide do mesmo Senado Domingos de Cubas e lhe ordenaram que notifique e fosse notificar a Nicolau Alves da Fonseca chamado o Carranca... das obras que está fazendo na capella de São Gonçalo Garcia não continue com o alicerce que intentou fazer no outão de São Gonçalo para o meio da rua deixando-a enficoanada (sic) com prejuizo do bem comum pena de que continuando com o dito alicerce de ser condenado em seis mil reis e trinta dias de cadeia”⁸. O Carranca, pelo visto, andou querendo exagerar os limites do terreno da igreja, no que foi advertido pela Câmara. Aí se iniciaria uma questão que duraria mais de um século, conforme teremos oportunidade de ver — a briga da Câmara com a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo pela posse de alguns metros de terreno, que confinava com a rua que a edilidade insistia em manter para o bem comum.

A crônica da igreja de São Gonçalo até o século XIX é modesta como a sua aparência de hoje, não obstante ter tido origem no século XVIII. Não foi teatro de fatos movimentados como tantos outros templos de São Paulo e as publicações dos documentos da época, que encontramos, não fazem despontar uma participação assinalada na vida de São Paulo durante dezenas de décadas. É como se ela conservasse a modéstia da sua própria origem como constante da sua crônica, aquêle humilde nascimento entre a força e a cadeia do século XVIII, a requerimento de uma Irmandade que trazia o nome de um santo que ainda não fôra canonizado, mas cuja simpatia e sacrifício pelas verdades do Senhor despertaram no coração dos fiéis paulistanos de antanho uma particular devoção. Por isso, poucas vezes, a igreja de São Gonçalo, até já o século XIX, participa da vida de São Paulo. O campo de São Gonçalo consta do recenseamento do Morgado de Mateus realizado em 1765, conforme a informação de Taunay⁹, o que implica nas atividades da igreja, dando

(8) *Atas*, Vol. XIV, pág. 481.

(9) Afonso de E. TAUNAY, “Pedro Taques e seu Tempo”, in *Anais do Museu Paulista*, Tomo Primeiro, pág. 107.

nome ao local hoje conhecido por Praça João Mendes e adjacências. Na sessão de 5 de julho de 1766 a Câmara passava um mandado “para se fazer o caminho do Piranga até o alto de São Gonçalo Garcia”¹⁰. Quase vinte anos depois o seu nome surge novamente nas *Atas*, com o edital de 22 de novembro de 1783 para o “calçamento da rua de São Gonçalo Garcia”¹¹, o que não foi feito na época, pois raríssima seria a organização capacitada a desenvolver tal trabalho. Tanto isso seria verdade que em 1789, na sessão de 3 de janeiro, mandava-se lavrar novo edital “pondo-se em praça a quem por menos fizer a calçada de pedra da rua que vae de São Gonçalo Garcia a descer para o largo da Sé”¹². Faltam-nos elementos para afirmar se, desta vez, a Câmara conseguiu calçar a rua, uma imposição do local que começava a progredir por fôrça do crescimento da cidade.

Manuel Cardoso de Abreu, o famoso plagiário de nossa história, em 1783, no seu “Divertimento Admiravel”, assinava na cidade paulistana do século XVIII a igreja de “S. Gonçalo dos Pardos”¹³. Não chegamos a compreender tal designação e por mais que procurássemos vestígios de ter o templo servido para devoção de prêtos ou pardos nada encontramos.

Jacinto Ribeiro transcreve um documento curioso para a história da igreja de São Gonçalo Garcia, documento êsse assinado pelo cônego Leão José de Sene, padre Manuel Gomes de Gouveia, tenente José de Santana Lustosa e outros, dirigido ao govêrno da metrópole, “desejando erigir, no antigo largo de S. Gonçalo, hoje dr. João Mendes, uma egreja sob invocação de N. S. da Conceição”¹⁴. A petição, que é longa, fala em São Gonçalo, na sua igreja, mas com uma indiferença que não faz lembrar de maneira alguma o nome da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo. Ignora simplesmente o segundo nome, ou seja, São Gonçalo. E mais:

(10) *Atas*, Vol. XIV, pág. 168.

(11) *Registro Geral*, Vol. XI, pág. 525.

(12) *Atas*, Vol. XIX, pág. 43.

(13) Manuel Cardoso de ABREU, “Divertimento Admiravel”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. VI, pág. 253.

(14) Jacinto RIBEIRO, op. cit., Vol. II, pág. 282.

a petição sugere a interferência do govêrno para a compra ao coronel Joaquim José dos Santos de “um simples quintal, com duas frentes que da necessidade exige de ser formozeada com um edificio qual um Templo, uma vez que de outra parte se acha o pateo da Cadeia, guarnecida com casas de duas igrejas de S. Gonçalo e Senhora dos Remedios”¹⁵.

Essa petição é de 17 de agôsto de 1818 e fala, pura e simplesmente, na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, “erecta que foi no Convento dos Monjes Benedictinos a beneplacito e anuimento dos mesmos á muitos anos”¹⁶. Dar-se-ia o caso de serem duas as Irmandades? Ou seja, a de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia e a de Nossa Senhora da Conceição? O ponto parece ser controvertido e é pena que documentos definitivos não o esclareçam. A petição dos officiaes da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição ao govêrno da metrópole não foi atendida, diz Jacinto Ribeiro. Não teria sido mesmo? Não será o orago da igreja de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição, uma consequência dessa petição de 1818?

Os anos porém correram. Algumas referências que encontramos nas *Atas da Câmara*, aí por volta de 1852, revelam que a igreja de São Gonçalo, nessa época, lutava com certas dificuldades, inclusive de alfaias, de paramentos. E mesmo de imagens que pudessem enfeitar os seus poucos e pobres altares. A Câmara, através de um requerimento, exigia que “se obtenha informações de varias imagens de santos e alguns ornatos pertencentes ao antigo Altar da Cadeia, q. forão recolhidos as igrejas de São Gonçalo, e dos Remedios”¹⁷. Imagine-se a condição do templo, recolhendo ornamentos da capela da cadeia. Quando da reforma da Câmara, o procurador da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo pedia à edilidade “os balaustres de madeira que guarnecião as janellas da casa desta Cama. e que forão substituidos pr. grades de ferro, afim de serem empregados nas tribunas da

(15) Idem, idem.

(16) Idem, idem.

(17) *Atas*, Vol. XXXIX, pág. 31.

da Igreja”¹⁸. Triste a sua condição, que amargurava o coração dos fiéis do heróico São Gonçalo Garcia e, sobretudo, o do Senhor, lá do céu voltando os olhos velados para contemplar o espetáculo de uma sua tenda quase a cair de velha, pedindo emprestado até balaústres para as suas janelas, que eram cinco, abertas para o largo já então iluminado por alguns lampiões melancólicos.

Os membros da Irmandade, porém, no fundo dos seus corações, não se achavam de acôrdo com a situação. Mexiam-se o mais possível entre os devotos freqüentadores do templo que não devia lá ter muito bom aspecto na sua construção, procurando recolher fundos para a sua reforma. Mas poucos deviam ser os óbulos. E por intermédio de algum poderoso da época, que se conservou no anonimato da crônica, recorreram ao govêrno com bons resultados. Com efeito, “foi consignado, pela assembléia provincial, na lei do orçamento, um auxilio de 1:000\$000”¹⁹, em 1858, para reforma da igreja. Tudo leva a crer que esta importância não foi entregue à Irmandade para aquêle fim, ou então foi bastante insuficiente para o vulto da obra. Assim, na sessão de 21 de novembro de 1861, foi lido um “off. dos Mensarios da Irmande. de N. Sra. da Concam. e S. Gonçalo, pedindo como retribuição a qta. de 200\$000 para salvar as despezas que tem feito com aquela Igreja”²⁰.

É bom lembrar a esta altura que a briga da Câmara com a Irmandade, por causa da nesga de terreno ao lado da igreja de São Gonçalo, iniciada ao tempo do Carranca, ainda subsistia, não obstante a Irmandade já ter conseguido duas sentenças a seu favor. Na sessão de 14 de março de 1863 a Câmara deliberou “que se ordenasse ao procurador que em juizo fizesse declaração de que o embargo das obras da Igreja de São Gonçalo não compreende as da torre, em cuja reedificação a Irmandade pode combinar sem prejuizo

(18) *Idem*, Vol. XXXVIII, pág. 126.

(19) Antônio Egídio MARTINS, *op. cit.*, pág. 39.

(20) *Atas*, Vol. XLVII, pág. 216.

do alinhamento que tem de ser dado e do terreno desapropriado, que é lateral á mesma torre²¹. De que lado estaria essa torre? É curioso êste detalhe, porque a indicação que temos é de que o frontispício actual, com torre, é de 1878. Os desenhos antigos, pelo menos, mostram a igreja de São Gonçalo sem torre alguma. A não ser que os vereadores aceitassem como torre o ponto em que os dois telhados formam o vértice onde fica a cruz latina.

Essa discussão em torno de um pedaço de terreno, dada a demora do litígio em juízo, prejudicava particularmente a igreja, cujas obras ou estavam suspensas, ou se encontravam ainda por iniciar. Em outubro dêsse mesmo ano de 1863, no dia 1.º, os mesários da Irmandade dirigiram um offício á Câmara, declarando que aceitavam o convênio proposto pelos vereadores João Mendes de Almeida, capitão Tristão da Cunha Cavalheiro e Dr. Vicente Mamede de Freitas. A Câmara manifestara intenções conciliatórias com êsse convênio. Mas a Irmandade somente o aceitaria mediante as cinco seguintes condições, que vamos transcrever obedecendo à redacção e ortografia claudicantes do secretário da Irmandade, Antônio Egídio de Moraes:

“Primeira: a Irmandade concede o terreno em questão, conforme exige a Illustríssima Câmara Municipal, a partir do canto da antiga torre da Igreja ao Canto da Sachristia, como se acha indicado na planta junta, levantado pelo Engenheiro o sr. José Porfirio de Lima, pela qual sera dado o conveniente alinhamento.

Segunda. A Irmandade deziste da questão judicial em andamento a respeito dste terreno, em a qual já tem duas sentenças a favor da Irmandade.

Terceira: Concorda em que seja reduzida a importancia de 6:000\$000 réis em que por peritos e judicialmente forão avaliados os prejuizos e danos cauzados a Igreja.

Quarta: Sugeita-se ao augmento de despeza occasionado por esta demarcação ou alinhamento, que transtorna completamente a direcção do telhado, pela entrega do terreno em questão.

Quinta: A Illma. Câmara Municipal, dezistindo da appellação que intentou, obriga-se a pagar as custas do processo, e bem assim a retri-

(21) Idem, Vol. XLVIII, pág. 81.

buir a Irmandade pela despeza que tem feito com essa questão, pelos prejuizos e damnos que tem soffrido pelo augmento de despeza que lhe accresce a dadiva do terreno, e pelo valor deste, a modica quantia de 4:000\$000 réis, sendo esta quantia paga pelo Procurador da Câmara em prestações semanaes, em vista das ferias das obras da Igreja firmadas pelo Procurador da Irmandade, e rubricadas pelo Juiz e Secretario da mesma. Estas concessões feitas pela Irmandade á vontade da Illma. Câmara, mediante uma quantia que não repara os prejuizos cauzados, parece que justificação a boa vontade dos mezarios e assim esperão que esta Câmara em attenção ao estado ruinozo da Igreja, não quererá por mais tempo alimentar similhante questão”²².

O terreno da igreja não era pequeno, não obstante a Câmara apenas estar interessada na superfície que atingia a rua que pretendia manter aberta para o bem comum. Parece que a proposta da Irmandade fôra aceita, pois as *Atas* não voltam a se referir à questão a partir dêsse ano de 1863. Apenas em 1864, no dia 9 de junho, a Irmandade dirigia um requerimento à Câmara “pedindo portaria para receber do Procurador da Câmara a quantia de 1:000\$000, que a mma. Irmandade exigio pela nesga de terra do canto da sachristia á casa de João Bapta. de Sene”²³, possivelmente um parente do cônego Leão de Sene. Tratava-se aí, evidentemente, de um nôvo negócio.

Antônio Egídio Martins revela que em 1880 e 1881 “foram concedidas três loterias para as obras da referida egreja”²⁴, indicando assim que a situação financeira da Irmandade continuava precária, o templo ainda não definitivamente conser-tado. Por todos êsses fatos já citados, o que se conclui é que a igreja de São Gonçalo Garcia sempre estêve a braços com crises consecutivas e que conseguiu manter-se, não há dúvida, graças à insistência dos membros da sua Irmandade. Não encontramos, nas *Atas*, nenhuma referência às loterias de 1880 e 1881, mas podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que em 1873 a municipalidade votou duas loterias. Ou melhor, a indicação das loterias na Câmara é da sessão de 20 de

(22) Idem, Vol. XLIX, pág. 219.

(23) Idem, Vol. L, pág. 100.

(24) Antônio Egídio MARTINS, op. cit., Vol. II, pág. 40.

fevereiro de 1873, apresentada pelo vereador Paulo Egídio, nos seguintes termos: “indico que esta municipalidade represente a Câmara dos Senhores Deputados para que sejam decretadas quatro loterias que serão extrahidas na côrte, afim de ser applicado o producto de duas a Igreja as obras, digo duas nas obras da Igreja de Sam Gonçalo nesta capital, e o de outras duas a beneficio desta municipalidade”²⁵.

É curioso observar que durante todos êsses anos não aparece nos documentos o nome de qualquer sacerdote que dirigisse os exercícios religiosos do templo. Este fato revela que a igreja, realmente, só foi cuidada pelos membros da Irmandade, suposição que será confirmada em 1893, através de uma petição dirigida ao bispo d. Lino Deodato. Não encontramos nenhuma provisão para celebração de officios. No ano de 1881 foi constituída uma comissão integrada pelos srs. José Candido de Azevedo Marques, José Cândido Rafael e Antônio Gabriel Franzen para cuidar das obras da igreja, no que foram ajudados pela baronesa da Silva Gameira, d. Eufrosina Quartim, que teria mandado fazer o frontispício do templo como lá se encontra hoje, segundo vários cronistas. Mas, mesmo assim, o templo não havia sossegado em suas obras. As loterias foram rapidamente absorvidas e em 1892 vamos encontrar o nome do primeiro padre diretamente ligado à história de São Gonçalo Garcia, o padre César de Angelis que, juntamente com João Mendes de Almeida, consagrado hoje no nome da praça, levaram a efeito, talvez, a última e definitiva reforma da igreja. Nova comissão foi constituída e com a ajuda daquele sacerdote conseguiu, entre os fiéis, naquele ano, “uma subscrição que attingiu á quantia de cerca de trinta contos”²⁶. Assim, a 11 de maio de 1893, na Festa da Ascensão do Senhor, pelos padre César de Angelis, padre André Bigioni e irmão leigo João Sillanes, com grandes solenidades, foi aberta aos fiéis, novinha em fôlha a igreja de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia. O templo aberto

(25) *Atas*, Vol. LIX. pág. 69.

(26) Antônio Egídio MARTINS, *op. cit.*, pág. 40.

em maio de 1893 é o mesmo que lá se encontra hoje, não obstante as ligeiras reformas por que passou em 1894 e 1895.

João Mendes de Almeida, trabalhando com o padre César de Angelis, teve a idéia, naturalmente alimentada pelo sacerdote, de passar a administração do templo aos jesuítas que residiam num prédio da rua Glória, pela extinção da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia. Dito e feito. Aos 7 de agosto de 1893, a comissão constituída por João Mendes de Almeida e Antônio Gabriel Franzen enviava ao bispo diocesano, d. Lino Deodato, a seguinte petição: "Exmo. e Revmo. Snr. Tendo sido encarregados da administração da Igreja de N. S. da Conceição e S. Gonçalo Garcia em Comissão nomeada por V. Exa. Revma. foi com grande esforço que conseguimos manter naquela igreja o culto pela falta de meios precisos. Todavia a Igreja ficou melhorada em obras; e deixamos erguidos dois altares lateraes, vindos da antiga Igreja de N. S. Aparecida, e cedidos pelo Con. Joaquim do Monte Carmello, já então restituído a sua antiga Ordem Benedictina. Multiplicando-se os embaraços pela deficiência de sacerdotes nesta Capital, e verificando que os PP. da Comp. de Jesus precisavam de uma Igreja para os exercicios religiosos, tomamos a deliberação de solicitar d'elles que tomassem posse da Igreja de N. S. da Conceição e S. Gonçalo Garcia e, felizmente, acederam eles a isso. Assim, pois, levamos ao conhecimento de V. Exa. Revma. este facto p. que, como entender em sua sabedoria, o aprove, visto que sem a aprovação de V. Exa. Revma. não prevalecerá. Ao mesmo tempo, sem ingerencia na administração da igreja, podermos continuar em Comissão pa. representar externamente perante as autoridades publicas, inclusive juizes e tribunaes, a mesma igreja, sempre que os PP. da Comp. exigirem de nós algum serviço d'essa natureza. Como filhos em J. Ch. beijamos o anel de V. Exa. Revma. e imploramos a aprovação de nosso acto, praticado inteiramente no interesse da religião. S. Paulo 7 de Agosto de 1893"²⁷.

(27) *Arquivos da Cúria Metropolitana*, Livro I, armário 10, prateleira 2.

D. Lino, evidentemente, aprovou a sugestão e aos 13 de agosto, ou seja, 6 dias mais tarde, dêsse mesmo ano de 1893, em nome do bispo diocesano, João Mendes de Almeida e o comendador Antônio Gabriel Franzen entregaram ao padre César de Angelis o documento de cessão da igreja de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia aos representantes da Companhia de Jesus. Mudaram-se aos 9 de dezembro dêsse ano e ainda lá se encontram hoje, conforme o Diário de Residência dos jesuítas.

* * *

São Gonçalo Garcia subsistiu a tôdas essas tormentas de reformas e aí se encontra hoje, muito simpática com suas côres amarelas do exterior. Igreja que herdou alguma coisa também da antiga Igreja do Colégio, que foi destruída em 1896. Embora nenhum documento registrasse o destino de muitas alfaias e objetos da antiga Igreja do Colégio, o que se sabe, por tradição é que muitos dêstes objetos foram parar na Igreja de São Gonçalo. A pedra de granito, de 60 centímetros de diâmetro, por exemplo, gravada com as letras "I. H. S." encontra-se nesse templo. Herdou também o quadrante do relógio que está na tôrre, uma pedra com o nome de Jesus e algumas outras pequenas relíquias, que para lá foram em 1901. Em 1934 a Igreja de São Gonçalo sofreu sua última reforma²⁸, que estêve a cargo do engenheiro-arquiteto Rafael Mantefort. Objetos de "remotissima antiguidade" foram colocados aí, entre os quais quatro bolas de granito, castiçais, urnas e imagens. Admirável fachada é a dessa igreja onde o moderno se mistura com o colonial num sincretismo arquitetural que desperta simpatia pela sua simplicidade e pelo contraste que formam com as altas pedras da catedral à sua frente e com as linhas verticais dos arranha-céus que por ali existem na Praça João Mendes.

(28) In *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. XII, pág. 183.

A igreja de São Gonçalo Garcia é centro hoje ativo de catequese entre os japônêses. Esse fato se explica pela tradição, que vem de Gonçalo crucificado em Nagasáki, no Japão, onde se dedicava à conversão de nipônicos. Tradição que continua. Há ali batizados aos montões. Finalmente, agora, depois de quase dois séculos, parece que a Igreja de São Gonçalo Garcia se firmou e já sôbre ela não pairam ameaças, a não ser a do progresso que é sempre imprevisível. A Igreja de São Gonçalo é dos poucos templos dos jesuítas em São Paulo.

Nossa Senhora da Consolação

(Tôrre no Céu)

A IGREJA que possui a tôrre mais alta de São Paulo, embora não seja a mais bonita, é a igreja de Nossa Senhora da Consolação. Se deixassem, e a técnica o permitisse, essa tôrre ficaria sempre escondida entre nuvens, perdida nas alturas, mais próxima da voz do Senhor. Por causa dessa sua altura é vista de muitos lugares de São Paulo e talvez seja essa a sua maior característica.

A igreja de Nossa Senhora da Consolação foi fundada em 1799 pelos seus devotos, à margem do Caminho de Pinheiros, hoje rua da Consolação. Estrada de Pinheiros, segundo outras expressões, que vinha do Pátio do Colégio para as cercanias da igreja de Santo Antônio, enveredava pelo Anhangabaú e daí subia em direção à aldeia de Pinheiros, longa estrada palmilhada durante séculos pelos nossos avoengos, encontrada nos documentos antigos da Vila. Situava-se em terras de Ângela Vieira que se estendiam até a hoje Avenida Paulista, que cobriam o Caminho do Aniceto, por onde se ia antigamente também para “o Pacaembú, Emboaçava, Freguesia do Ó, ficando os terreneos em questão para cá do marco da meia legua, que delimitava a sesmaria do Rocio,

portanto pelas proximidades da Avenida Paulista¹. Longas datas de terras, aliás. A histórica padeira de São Paulo, cuja morte Nuto Santana situa no ano de de 1800, recebeu-as por herança do seu marido, Luís Rodrigues Vilarés, que as comprou, em 1726, por trezentos mil réis.

Não se espantem com êsse preço tão módico para tão vasta extensão de terras. O valor se torna justo, se levarmos em conta a notícia que da zona hoje conhecida como a Consolação nos dá José Rath por ocasião da escolha de lugar apropriado para a construção de um nôvo cemitério na cidade de São Paulo em 1855. Manifestando-se contrário à deliberação da Câmara que mandava construir o campo santo no Campo Redondo, hoje Guaianases e adjacências, dizia que o local mais apropriado seria a Consolação “lugar bastante afastado da cidade e sem moradores”. Isto depois de mais de um século da compra feita por Luís Rodrigues Vilarés.

Dissemos que a igreja foi fundada pelos devotos de Nossa Senhora da Consolação em 1799. Esta afirmação se baseia num documento transcrito por Jacinto Ribeiro e constitui a informação mais antiga que encontramos a respeito do templo. Isso não obstante Azevedo Marques afirmar que sua edificação foi posterior a 1760, baseado em menções de Pedro Taques de Almeida Pais Leme e frei Gaspar da Madre de Deus². A verdade é que, nesses dois autores citados pelo autor dos *Apontamentos Históricos*, não encontramos tais menções. O documento transcrito por Jacinto Ribeiro traz a data de abril de 1799 e trata-se de um requerimento dirigido ao então bispo diocesano, d. Mateus de Abreu Pereira. É a seguinte a íntegra da peça: “Exm.^o Revm.^o Diz Luiz da Silva e mais Irmãos devotos da Senr.^a da Consolação que elles alcançarão huma data de terra por detraz do Cemitério e como os supplicantes, desejam alcançar o despacho de V. Ex.^a Rev. lhe conceda huma licença para formarem uma Ermida no logar que tem explicado pello tempo vindouro que os mesmos Irmãos hão de

(1) NUTO SANTANA, *São Paulo Histórico*, Vol. IV, pág. 77.

(2) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos*, Vol. I, pág. 241.

formar o seu Patrimônio para assim poder-se celebrar o sacrifício da Missa, e como não podem fazer sem Licença, portanto P. a V. Ex.^a Rev.^{ma} seja servido atender o que os supplicantes implorão”³. Por êsse requerimento se percebe a existência de um cemitério naquela zona e a inexistência de qualquer templo. O documento revela claramente o início da igreja de Nossa Senhora da Consolação, cujos devotos haviam conseguido uma data de terra, possivelmente, por que não? — da própria Ângela Vieira, que faleceria um ano depois da petição dirigida ao bispo d. Mateus de Abreu Pereira.

O despacho do bispo foi favorável. E já no ano seguinte, “com auxílio de esmolas angariadas deram início á construção da capella, a qual foi benta e inaugurada no anno seguinte, obtendo provisão para que na mesma fossem celebrados missa e mais actos divinos”⁴. Ao contrário do que geralmente é aceito, a mais antiga referência da igreja de Nossa Senhora da Consolação nos atos oficiais da Câmara não é de 1832, ou mais explicitamente, de 18 de junho de 1832, que, entre outras coisas diz... “do lado da Consolação, da igreja em diante”... Não, não é. No dia 23 de novembro de 1803 registrava-se na Câmara um ofício que expunha as necessidades de água que padeciam “os moradores do bairro de Nossa Senhora da Consolação desta cidade”⁵, o que implicava na existência de uma igreja, como sempre foi, geralmente, do hábito e da técnica, ou seja, o bairro tomar o nome do orago do templo que aí se encontrava localizado.

Em 1829 há uma nova informação provando a existência da capela da Consolação. É o que se lê do ofício da Câmara ao sr. Francisco de Castro do Canto e Melo, que “se oferecera para a reedificação da estrada que segue da capela da Consolação até a Ponte dos Pinheiros”⁶. Ainda mais: na planta da cidade de São Paulo, de 1810, figura a capela de Nossa Senhora da Consolação, podendo-se afirmar que tão logo o

(3) Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 583.

(4) Francisco NARDY FILHO, “Consolação”, in *O Estado de S. Paulo*, 29-3-1936.

(5) *Registro Geral*, Vol. XIII, pág. 81.

(6) *Idem*, Vol. XX, pág. 154.

bispo despachou favoravelmente a petição de Luís da Silva e “mais irmãos devotos” começaram êles a edificação do templo que, como tantos outros, se revestia da simplicidade própria da época e dos seus recursos. Zona ruim era essa que cercava a humilde igreja da Consolação, cheia de pantanais, barro, lama, grandes buracos de águas estagnadas. A Câmara, na sessão de 15 de março de 1834, ordenara ao seu fiscal que examinasse “outro pantanal que ha na estrada adiante da Igreja da Consolação, na subida do morro”⁷. O fiscal foi, examinou, e voltou com suas observações, frisando “a necessidade de mais telhões para o encanamento do chafarizes, apresentando o orçamento para o aterro do pantanal junto ao morro adiante da Consolação, e propondo o meio de exgottarem-se as águas da Praça da Alegria”⁸.

A edificação da igreja de Nossa Senhora da Consolação parece que trouxe sorte à zona. Pois nesses anos as Atas da Câmara estão cheias de referências a arruamentos, alinhamentos, aterros de pantanais, construção de muros, etc. Na sessão de 3 de julho de 1833 aparece o requerimento de Hermenegildo José dos Santos pedindo “seja annullado o alinhamento feito em um terreno de Joaquim Pereira do Couto adiante da Consolação”⁹. O “senhor Silva”, na sessão de 9 de agosto de 1834, apresentou uma indicação na Câmara, que foi aprovada, no sentido de que o fiscal “entendendo-se com elle senhor vereador faça orçamento da despesa precisa para o muro que deve separar as terras do respectivo proprietario na rua da Consolação da projetada rua que ha de sair no tanque reiúno”¹⁰. Esse senhor Silva, com terras na Consolação, faz lembrar o Luís da Silva dirigindo a petição ao bispo d. Mateus de Abreu Pereira para efeito da construção da igreja.

Em poucos anos o bairro mudara sua fisionomia para melhor, haviam-se realizado obras públicas de certo alcance visando proporcionar maior conforto aos moradores das çasas

(7) *Atas*, Vol. XXVII, pág. 380.

(8) *Idem*, Vol. XXVII, pág. 399.

(9) *Idem, idem*, pág. 196.

(10) *Idem, idem*, pág. 468.

que começaram a aparecer pelos lados da igreja, estrada acima, para Pinheiros. A cidade se estendia e em tórno da igreja, em 1839, começaram a se realizar cavalhadas, nas festas do Espírito Santo, com a colaboração da Câmara. É o que se deduz de um requerimento do padre José Custódio da Siqueira Bueno, pedindo isenção da "quota do Art. 7.º das Posturas de 1830"¹¹. E como o bairro se desenvolvia, também a igreja se viu na obrigação de reformas que ampliassem suas acomodações para o maior número de fiéis que acorriam aos seus officios religiosos. A igreja de Nossa Senhora da Consolação foi reformada pela primeira vez em 1840, pois nesse ano o fabriqueiro, cujo nome escapou ao escrivão da Câmara, prestava conta das despesas feitas com as obras do templo. A reforma foi bem feita. Assim o exigiam o bairro em desenvolvimento e os fiéis. Tão bem feita que durou mais de 60 anos, pois é esse o templo descrito em 1900 como tendo cinco janelas, duas tórres, a porta principal e duas laterais, "situada numa pequena elevação e desviada da rua"¹². As gravuras da época fixaram o templo, muito simpático, com umas largas escadas a lhe darem acesso, com a frente acolhedora para a rua da Consolação.

Em 1855 foi instituída, nesse templo, a Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e São João Batista, com duplo objetivo: o de cuidar do culto do orago do templo e dos morféticos da capital. Nesse ano, no dia 5 de outubro, dirigiu a Irmandade um officio ao vice-presidente da Província, Antônio Roberto de Almeida, dando conta da sua instalação e dos seus objetivos, um dos quais seria "amparar os morféticos que, em grande numero, vagam pela Província"¹³. Esse foi o ano da epidemia do "cholera morbus" em São Paulo e a Irmandade, tão sério devia ter sido o surto, tratou logo de estabelecer, no próprio pátio da igreja, uma enfermaria com 30 leitos para os atingidos pela moléstia. Guardou-se a data dessa humanitária iniciativa dos membros da igreja de Nossa Se-

(11) Idem, idem, pág. 71.

(12) Alfredo Moreira PINTO, *A Cidade de S. Paulo em 1900*, pág. 43.

(13) Jacinto RIBEIRO, op. cit., Vol. II, pág. 153.

nhora da Consolação, isto é, a 8 de outubro de 1855, três dias, portanto, depois do ofício dirigido ao vice-presidente da Província. Mas não é só: pode-se ter uma idéia da extensão desse mal pela rapidez com que se desenvolveram as iniciativas no sentido de debelar a epidemia. A 28 de outubro a Santa Casa de Misericórdia concedia à Irmandade de Nossa Senhora da Consolação o privilégio de tratar dos morféticos e de outros doentes. Francisco Nardy Filho informa que, para o tratamento dos leprosos, a Santa Casa de Misericórdia cedeu à Irmandade um prédio para instalação de hospital destinado a recolher os pobres indivíduos atacados do mal de Hansen¹⁴. A Irmandade exerceu grande atividade, dotando a igreja de muitos melhoramentos. Dela participava o barão de Tietê, José Manuel da Silva.

A Freguesia da Consolação foi criada pela lei provincial n.º 33, de 23 de março de 1870 e no ano seguinte, com uma população de 3.357 habitantes, canonicamente instituída, aos 15 de setembro. A igreja passou a ser matriz, com poderes sobre a capela de Santa Cruz das Perdizes até 1879, sobre a de Santa Cecília até 1892, e também sobre as igrejas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Monte Serrate, do bairro de Pinheiros. A paróquia foi criada por provisão do vigário capitular monsenhor Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, sendo nomeado primeiro vigário da igreja de Nossa Senhora da Consolação o cônego Carlos Augusto Gonçalves Benjamin. Houve, porém, qualquer coisa com este sacerdote que a crônica não conseguiu registrar, pois pediu dispensa do cargo alguns anos depois. Aí foi substituído pelo cônego Eugênio Dias Leite, que reparou o templo através de alguns retoques sobre o original de 1840. Uma nota curiosa: em 1861 foi autorizada a funcionar na casa de Nossa Senhora da Consolação a matriz de Santa Ifigênia, cuja sede sofria reparos. O cônego Eugênio Dias Leite, segundo os cronistas, dotou o templo de Nossa Senhora da Consolação de ricos paramentos e custosas alfaias, na expressão de Francisco

(14) FRANCISCO NARDY FILHO, *idem, idem*.

Nardy Filho. A velha igreja tinha várias escadas à sua frente, um pequeno renque de árvores, um pátio com murada.

., No ano de 1907 êsse antigo templo começado por “Luiz da Silva e mais Irmãos”, em 1799, foi derrubado para em seu lugar ser construído o que lá se encontra hoje com a sua alta tórre, cuja planta é de autoria do engenheiro Hehl, o mesmo que organizou a planta da catedral. A igreja atual não lembra absolutamente em coisa alguma o antigo templo de 1799, nem aquêle outro de 1840. A imagem primitiva de Nossa Senhora da Consolação permaneceu durante algum tempo, cremos que por ocasião da reforma de 1840, na igreja do Colégio. Após o deşabamento do histórico templo, na noite de 13 de março de 1896, voltou à sua igreja por rápido tempo. Essa primitiva imagem encontra-se hoje no Museu da Cúria Metropolitana, na solidão e no sossêgo dos justos que realizaram uma grande jornada pelos anos. Em companhia boa de outras imagens das igrejas de São Pedro, dos Remédios, de Santana do Paraiíba... sabe-se lá de quantas!

O nôvo templo que aí está é sede de uma das mais movimentadas paróquias de São Paulo, com um nome sonoro e atenuante — Consolação. A sua tórre, de setenta e cinco metros de altura, dá à igreja uma característica tôda especial. O altarmor, de carvalho, mármore branco e bronze, veio de Paris, encomendado a uma casa especialista e pago por subscrição entre os fiéis. O templo é todo decorado pelo pincel de Edmundo Cagni, que não poupou detalhes. Os mesmos artistas que trabalharam na igreja de Santa Cecília aqui encontraram novos motivos para a sua pintura. Oscar Pereira da Silva é o autor das telas de “A Natividade”, “A Apresentação do Senhor” e a “Visita de Santa Isabel”. Benedito Calixto tem seis telas na capela do Santíssimo: as de São Tarcísio, Santo Tomás de Aquino, São Boaventura, Santa Teresa e duas cenas dos discípulos de Emaús. Vários são os altares laterais e o seu interior é amplo, embora sem claridade. Uma igreja pelo menos de um século e meio de vida.

Senhor Bom Jesus de Matosinhos

(A Capela do Tenente-Coronel)

A IGREJA DE SÃO BOM JESUS de Matosinhos do Brás é dêsses templos em que a tradição quase se impõe sôbre a verdade histórica e não se sabe bem porque. Fenômeno idêntico ao relacionado com o da fundação da cidade de São Paulo, onde um sentimentalismo piegas e ignaro insiste em atribuir a origem do burgo piratiningano à doce mansidão e nervosa atividade do venerável Anchieta. Os documentos demonstram exatamente o contrário na sua verdade contundente.

Esse parece ser o caso da igreja de São Bom Jesus do Brás, a mesma igreja que se vê hoje, imponente, enorme, pesada, com a frente austera para a Avenida Rangel Pestana. Fachada de pedras que teve uma origem humílima, recuada em tempos quase impossíveis de identificar e ligada a um nome apenas pela tradição. E mais do que isso — pela poesia da beleza da tradição. Eis que voltamos ao mesmo marco. A igreja do Brás, como também é conhecida, tem a sua origem atribuída a um remoto português de nome José Brás, cuja memória se perpetuou, não através do templo, mas através do imenso bairro de chaminés poderosas e de pobreza, de cortiços quase indevassáveis — o Brás. A devoção do Bom

Jesus fomos depará-la pela primeira vez no testamento de Maria de Araújo, de 1682, que mandou dizer ao Santo dez missas¹. A primeira informação que vamos encontrar é a de Azevedo Marques afirmando ser o Senhor Bom Jesus de Matosinhos do Brás uma “capela ereta nos suburbios da cidade de São Paulo por José Braz, reedificada pelo tenente-coronel José Corrêa de Moraes, sob o titulo de capela do Senhor Bom Jesus de José Braz”². Onde teria Azevedo Marques colhido essa informação tão positiva? Não podemos, francamente, atinar, pois tôda a documentação que compulsamos, inclusive o *Livro do Tombo* da igreja, nem sequer lembra o nome do humilde cidadão citado pelo insigne historiador. Aliás, a capela não foi reedificada com o nome acrescentado de José Brás, conforme se vê dos autos de ereção e provisão da capela.

Da informação de Azevedo Marques todos os historiadores subseqüentes não tiveram dúvidas em afirmar a paternidade da primitiva capela a José Brás, inclusive Nuto Santana sempre tão bem informado e documentado, que diz textualmente: “José Braz, homem serviçal, reconstruiu a capelinha existente na paragem, isto já em principios do século XIX”³. Já não queremos discutir a data e a afirmação de reconstrução do seguro cronista de São Paulo histórico, onde evidentemente revela um engano, pois a construção é de fato do tenente-coronel José Correia de Moraes no início do século XIX. Mas Nuto Santana também aceita a tradição registrada pelo autor de *Apontamentos Históricas*, reincidindo na afirmação de que a “José Brás, negociante português ali domiciliado e a quem se deve, entre outras coisas, a reconstrução da ermida da padroeira da Freguesia”⁴.

Saint-Hilaire parece não ter tomado conhecimento dessa igreja quando estêve visitando São Paulo. Devia ser, então, muito insignificante, pois o magnífico observador francês

(1) *Inventários e Testamentos*, Vol. XXI, pág. 382.

(2) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricas*, Vol. I, pág. 218.

(3) NUTO SANTANA, *São Paulo Histórico*, Vol. IV, pág. 218.

(4) *Idem, idem*, Vol. III, pág. 64.

quando foi “herborizar no vilarejo de Nossa Senhora da Penha” não a registra⁵, embora tomasse conhecimento da sua paróquia⁶. José Jacinto Ribeiro limita-se a repetir Azevedo Marques, alterando o nome do remoto português para “João Braz”⁷. Francisco Nardy Filho segue o mesmo caminho, afirmando que “a capela foi edificada por José Brás aí por volta de 1769”⁸.

Nenhum elemento histórico nôvo ou esclarecedor é acrescentado pelos cronistas modernos de São Paulo antigo, os quais se limitaram a aceitar a tradição registrada por Azevedo Marques. A verdade, seja dito, é que a tradição vem-se mantendo e o humilde José Brás se encontra com a responsabilidade de fundador da primitiva capela de São Bom Jesus. Uma bela responsabilidade, aliás, que não ficou exclusivamente adstrita à primitiva ermida. José Brás cresceu muito, entrou para a história e dominou o grande bairro com o seu sobrenome. Quanto a êsse papel histórico de José Brás dando o seu nome ao Brás atual não resta dúvida nenhuma, pois por volta de 1769 e anos subseqüentes ali residiu, conforme demonstrou amplamente Nuto Santana para provar sua asserção nesse sentido. Parece-nos que José Brás aparece nas Atas da Câmara pela primeira vez no termo de vereança de 4 de março de 1769, quando “se despacharam varias petições que concorreram das partes, e na mesma se passou um mandado para os moradores do Pary fazerem as pontes que ficam entre o caminho de José Braz até á chacara do Nicolau”⁹. Cêrca de quinze anos depois o nome do velho português volta a figurar nas Atas quando “se passaram dois mandados um para os moradores do Pary e Nicolau ajudarem aos moradores de São Miguel a fazer o aterrado que fica desde a ponte do Ferrão até o Nicolau, e nomearam para cabo a José Braz”¹⁰. Três

(5) SAINT-HILAIRE, *Viagem à Província de São Paulo*, pág. 200.

(6) Idem, idem, pág. 175.

(7) José Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. I, pág. 609.

(8) FRANCISCO NARDY FILHO, “Bom Jesus do Braz”, in *O Estado de S. Paulo*, 3-5-1936.

(9) *Atas*, Vol. XV, pág. 446.

(10) Idem, Vol. XVIII, 214.

anos depois seu nome já se encontrava ligado a uma ponte — a ponte chamada de José Brás¹¹.

A êsse velho e vago português se atribui a fundação da igreja do Brás, como Azevedo Marques, ou a sua reedificação, como Nuto Santana. Documentos nesse sentido parece não haver nenhum claro e incontestável. O que se pode afirmar é que a devoção a São Bom Jesus é muito antiga em São Paulo, conforme se vê o testamento de Antônio Ribeiro de Moraes, de 1730, através de um recibo do padre João Gonçalves Pacheco: “Recebi duas patacas uma da cruz do Senhor Bom Jesus outra dos Pretinhos”¹². Também o testamento de João Leite da Silva Ortiz, que faleceu no Recife, refere-se à devoção do Senhor Bom Jesus em 1730¹³.

Do que parece não haver dúvida, contudo, é da existência da capela de São Bom Jesus na segunda metade do século XVIII. Talvez ficasse no caminho que, vindo da cidade, passava pela Luz e Pari, para seguir rumo à Penha, pois o segundo frontispício da igreja atual de Nossa Senhora da Luz, a única em São Paulo que possui duas frentes, relembra o velho caminho. Na sessão de 27 de abril de 1765 da Câmara de São Paulo há uma referência à capela do Senhor Bom Jesus. Vale a pena transcrever o trecho da ata, que diz o seguinte: “e na mesma se passou dois mandados para os caminhos deste districto a saber um para se fazer o caminho pegando na capella do Senhor Bom Jesus até a freguezia de Juquery e nomearam por cabos a João da Cunha, Francisco Bueno e Bartholomeu Bueno”¹⁴. Também não deixa de ser possível que essa referência se prenda àquele outro São Bom Jesus, mas de Pirapora ou de Arujá que muitas vezes aparece nas Atas, provocando confusões com a vaga capela do Brás, objeto agora destas linhas¹⁵.

Já falamos na tradição. E ela vem-se sustentando talvez com alguma razão sentimental no que diz respeito à partici-

(11) Idem, Vol. XVIII, pág. 508.

(12) *Inv. Test.*, Vol. XXII, pág. 419.

(13) Idem, Vol. XXV, pág. 394.

(14) *Atas*, Vol. XV, pág. 39.

(15) Estas referências encontram-se em *Atas*, Vol. XI, pág. 37; idem, Vol. XI, pág. 57 e idem, Vol. XIII, pág. 45.

pação de José Brás como autor da primitiva capela. Tradição; exclusivamente. Insistimos em que documento algum faz prova de uma crença que atravessou numerosas décadas e chegou até nós sacramentada por historiadores honestos e seguros. José Brás, com certeza, seguindo os costumes da época, morando longe, tanto da cidade como da Penha, homem religioso, porventura fêz construir uma ermida em honra ao santo de sua predileção nas suas terras, na segunda metade do século XVIII. Em nenhum documento dos Arquivos da Cúria há qualquer referência ao seu nome. Ele veio, então, daqueles tempos recuados, apenas pelo coração e numa homenagem ao fato de se ter projetado pelo imenso bairro que guardou o seu nome — o Brás.

* * *

De positivo e documentado existe o fiel tenente-coronel José Correia de Moraes que, a 3 de abril de 1800, apresentou ao cartório da Câmara Eclesiástica de São Paulo petição para edificar uma capela ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos na “varje do Carmo desta cidade de S. Paulo”¹⁶, em lugar fronteiro à chácara do suplicante, “na saída desta Cidade p.^a a Penha”¹⁷. Dois dias depois o bispo diocesano despachava favoravelmente dentro das exigências canônicas. O tenente-coronel não perdeu tempo e iniciou logo a construção do templo, mesmo antes, ao que tudo indica, da provisão de ereção, que só foi passada dois anos mais tarde, isto é, exatamente a 5 de abril de 1802. Uma nota curiosa: na petição em que o tenente-coronel José Correia de Moraes manifesta seu desejo de “constituir o Patrimonio da Referida Capela”¹⁸, diz-se êle “Protector, e fundador da Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos”¹⁹. A capela, então, fôra construída antes da provisão de ereção, de que monsenhor José Marcondes, então

(16) *Livro do Tombo*, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, Livro 4-1-38.

(17) *Idem*.

(18) *Idem*.

(19) *Idem*.

vigário do Brás, dá notícias detalhadas²⁰. Essa provisão dispunha que o “logar seja alto, livre de humidades, desviado quanto possível de logares immundos e sordidos e de casas particulares, não sendo porém em lugar ermo e despovoado”²¹. Até princípios do século XX as disposições da provisão de ereção foram obedecidas, conforme se pode observar das fotografias antigas. Nestas lembranças fixadas do passado a igreja se encontrava totalmente isolada, com um pátio enorme na frente, com amplas ruas laterais, hoje tomadas pelas estreitas ruas Monsenhor de Andrade e Jairo Góis.

O patrimônio da igreja foi constituído em data de 24 de dezembro de 1802 pela transferência de uma propriedade do tenente-coronel que valia “ao menos cento, e vinte mil réis e pode render annualm.^{te} seis mil réis p.^a a Fabrica”²². Essa propriedade se resumia em “uma morada de casas terreas Cita nesta Cidade de dois lanços feitos de taypa de pilão coberta de telhas”²³, “situada de um lado com a casa do doutor Miguel Marcelino Velloso e Gama e de outro com casas dos herdeiros do falecido João Alvares de Castro”, conforme a descrição sucinta da escritura transcrita no *Livro do Tombo*. A casa que dotou a Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de bens de raiz fôra adquirida pelo tenente-coronel José Correia de Moraes, em 1798, de d. Maria Bueno da Conceição, “dona viuva que ficou do capitão Antonio Alves de Siqueira” na saborosa linguagem do documento. O imóvel, segundo monsenhor José Marcondes, ficava na então rua Santa Teresa, e já em 1902 rua do Carmo, onde tinha o número 14. O Senhor Bom Jesus de Matosinhos não gozou por muito tempo as delícias desta doação. Pois a casa foi vendida por ordem do juiz de capelas dr. Felício Ribeiro dos Santos Camargo e o

(20) Monsenhor José Marcondes HOMEM DE MELO, in *Diário Popular* de 30 de julho de 1902. Este trabalho é transcrito, na íntegra, por Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 587. O trabalho do depois bispo de São Carlos foi publicado também em opúsculo, segundo Paulo Cursino de MOURA, *São Paulo de Outrora*, pág. 250.

(21) Monsenhor José Marcondes HOMEM DE MELO, citado por Jacinto RIBEIRO, in *op. cit.*, Vol. II, pág. 588.

(22) *Livro do Tombo*, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, Livro 4-1-38. Trata-se das certidões da Câmara Eclesiástica de São Paulo transcritas no livro.

(23) Idem.

produto da venda colocado no Banco Mauá e perdido na quebra dêste estabelecimento²⁴.

A capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, cuja imagem foi colocada no altar-mor pelo próprio tenente-coronel José Correia de Moraes, inaugurou-se a 1.º de fevereiro de 1803, tendo o bispo d. Mateus dado provimento para que nela se pudesse celebrar o santo ofício da missa por qualquer sacerdote, em data de 30 de dezembro de 1802, segundo a narração de monsenhor José Marcondes. Dia 31 o tenente-coronel, satisfeito de si e de Deus, com tôda unção possível num ato dêsses, colocou a imagem do orago no altar-mor. Do oficiador da primeira missa não ficou o nome e nem o monsenhor, tão cioso da história da sua igreja, nos pôde adiantar coisa alguma sôbre a festa do dia 1.º de fevereiro de 1803.

Como seria então a igreja construída graças à piedade e devoção do tenente-coronel José Correia de Moraes? Não ficou dela descrição nenhuma. Mas podemos vê-la daqui, tôda branca, humilde e pequena, no meio daquele vasto descampado em que se destacavam já o aterrado do caminho da Penha, as árvores enormes caracterizando as primeiras e famosas chácaras da redondeza. A iconografia antiga mostra a segunda igreja com a sua torrezinha de presépio armado prosaicamente numa paisagem apertada de casas de taipa, baixas e desconfortáveis. À esquerda da igreja, onde hoje mais ou menos se ergue um arranha-céu, ficava a casa de monsenhor Anacleto Ribeiro Coutinho, que possuía numerosos quartos e onde êle costumava alojar gente pobre e doente. Quase defronte ao templo, com o espaço que hoje seria leito da Avenida, situava-se o primeiro sobrado do Brás, acachapado e apertado entre duas casinhas, que era de propriedade do vigário Joaquim José Rodrigues. Ao lado outro sobrado, da família Jordão, que certa feita ofereceu sob suas telhas, ao príncipe D. Pedro I, um jantar que ficou registrado na crônica. Como a marquêsa de Santos possuía uma chácara dêsse lado, não seria difícil o príncipe ter ido lá passar a

(24) Monsenhor José Marcondes *HOMEM DE MELO*, in Jacinto RIBEIRO, *op. cit.*, Vol. II, pág. 588.

tarde e depois do jantar em casa dos Jordão. Três anos depois de inaugurada a capela já se citava o bairro com o simples nome de Brás²⁵. A primeira possibilidade de descrição de São Bom Jesus de Matosinhos vem de uma fotografia de 1862, quando já a atual Rangel Pestana começava a se delinear cercada de algumas casas nas proximidades do templo. Mas, vejamos, porém, o que ia acontecendo na história da igreja, que logo nos seus primeiros anos foi filial da Freguesia da Penha de França. Por alvará régio de 8 de junho de 1818 e provisão do bispo d. Mateus de Abreu Pereira de 27 de agosto de 1819 foi ereta Freguesia, tendo sido seu primeiro vigário o reverendo Joaquim José Rodrigues²⁶. A Freguesia se desenvolveu rapidamente, tornando parada obrigatória para quem se dirigisse à Penha. Em 1820 já havia as "milícias da freguezia do Senhor Bom Jesus"²⁷ e em 1821, com o constante crescimento da sua importância, num sessão da Câmara "ordenou-se que o actual procurador mandasse concertar a ponte preta do aterrado do Bom Jesus visto não admittir-se demora"²⁸.

Já então, por essa época, se iniciara o hábito de trazer a imagem de Nossa Senhora da Penha para a cidade, a fim de proteger os cidadãos contra as misérias de bexiga e da sêca. Transporte êsse que se revestia de grandes solenidades, conforme observamos quando das referências da história da igreja de Nossa Senhora da Penha. Depois de inaugurada a igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, passou êste templo a ser um ponto de pouso para a imagem, quer por ocasião de sua vinda para a cidade, quer por ocasião do seu regresso à Penha. Dessa forma, parece que a primeira vez que a imagem da Penha descansou na igreja de Matosinhos foi em 1819, no dia 23 de agosto. Na véspera o bispo de São Paulo havia

(25) *Registro Geral*, Vol. XIII, pág. 358. Este fato põe por terra a afirmação de Paulo Cursino de MOURA no seu livro citado. O autor tenta atribuir o nome do bairro a um filho da marquesa de Santos, Brasília de Aguiar e Castro. Aliás, nas *Atas da Câmara*, são comuns os nomes do Senhor Bom Jesus do Brás, Bom Jesus do Brás, São Bom Jesus do Brás. Em 1828 aparecem: Freguesia do Brás, Freguesia do Bom Jesus de Matosinhos; em 1829: Brás.

(26) Jacinto RIBEIRO, op. cit., Vol. I, pág. 609.

(27) *Atas*, Vol. XXII, pág. 390.

(28) *Idem*, *idem*, pág. 468.

participado “a esta Câmara que haja de acompanhar a imagem de Nossa Senhora da Penha até á Matriz de Matozinhos, para se recolher á sua matriz, e que esta Câmara desse as providencias para o dia vinte e dois de agosto”²⁹. A condução contava com a presença incorporada da edilidade paulista. O bispo, na sessão seguinte, corrigia a sua data para o dia 23 “e não no dia 22 como ele primeiro tinha anunciado”³⁰.

Trinta e seis anos depois de inaugurada, a igreja do Senhor Bom Jesus sofreu a sua primeira reforma, ou melhor, em 1839. Esses reparos naturalmente exigidos pelo templo são revelados num requerimento apresentado à Câmara pelo então fabricante José Alves de Siqueira, no qual pedia “se lhe atteste se a Igreja Matriz d’aq̃la. Frega. está em obras pa. poder receber o adjutorio decretado pela Lei d’Orçamto. pa. reparos da mma. Igreja”³¹. Porque os recursos dos fiéis deviam ser insignificantes nessa data. Em 1836, de acôrdo com o marechal D. P. Muller, a Freguesia do Brás tinha apenas uma população de 659 habitantes, distribuída entre brancos e escravos³². Pouca gente para contribuir em obras de reparos de igrejas numa época em que não era nada fácil o dinheiro. Para a fábrica da igreja se encaminhavam ainda os rendimentos daquela casa do tenente-coronel, José Correia de Moraes, conforme consta do ofício do seu fabricante José Alves de Siqueira, datado de 3 de fevereiro de 1842, comunicando à Câmara a existência em caixa de 119\$800, “de resto do alugr. da casa da r. de S. Thereza”³³. José Alves de Siqueira foi um fabricante zeloso, que durou muitos anos à frente da igreja. Mas não tão zeloso que não despertasse, certa ocasião, as iras do vigário Joaquim José Rodrigues que lá ficou no cargo até 1865. Devia ter surgido qualquer diferença entre ambos, pois o vigário da Freguesia do Brás chegou a se queixar na Câmara “do desleixo, pouco cuidado, e tratamto. em q. existe a Igreja Matriz d’aquella Fregza. tudo devido ao Fabriqro. da mma.

(29) Idem, idem, pág. 285.

(30) Idem, idem, pág. 289.

(31) Idem, Vol. XXXII, pág. 139.

(32) Marechal D. P. MULLER, *São Paulo em 1836*, pág. 149.

(33) *Registro Geral*, Vol. XXXI, pág. 33.

Je. Alz. de Siqra.”³⁴. Aliás essas brigas entre fabriqueiros e vigários foram muito comuns em São Paulo do século passado e delas vimos fazendo referências em várias crônicas de igrejas.

A segunda reforma da igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos data de 1871, quando foi aumentada, já agora, com certeza, com a ajuda da população que devia alcançar a duas mil almas. Então tomara, nessa reforma para aumento, os mesmos contornos que subsistiram até 1896, um templozinho modesto, de portas enfeitadas de palmeiras reais, acompanhando o progresso da rua do Brás que, aos poucos, ia-se transformando na larga avenida de hoje. Essa foi a igreja que Alfredo Moreira Pinto conheceu em 1900, quando vigário monsenhor José Marcondes Homem de Melo, e dela nos dá um retrato bastante realista: “É uma igreja velha, situada na Avenida Rangel Pestana em frente à Escola Modelo. Tem cinco janelas de frente, três portas e a torre do lado esquerdo. Seu interior é feio. Tem a capella-mór com quatro tribunas e um altar do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. No corpo da igreja ha quatro tribunas, dous pulpitos e dous altares, um de S. Joaquim e outro do Sagrado Coração de Jesus”³⁵. Registra também o cronista de São Paulo o primeiro batizado feito no templo do tenente-coronel José Correia de Moraes: o de Ana, filha de Margarida, aos 29 de agosto de 1819. Um nome que se encontra ligado à história da igreja, nome que o tempo, ligeiro e inexorável, não conseguiu sepultar na poeira dos anos porque ficou gravado na própria casa do Senhor Bom Jesus de Matosinhos.

* * *

O testamento do tenente-coronel José Correia de Moraes, de 15 de janeiro de 1810, contribui com novas luzes sobre a discutida Igreja de São Bom Jesus de Matosinhos, ou mais simplesmente, de São Bom Jesus do Brás. Consta êle dos autos do processo para levantamento do seqüestro que pesava

(34) *Atas*, Vol. XXXVIII, pág. 110.

(35) Alfredo Moreira PINTO, *A Cidade de S. Paulo em 1900*, pág. 48.

sôbre a igreja em 1815. O documento revela que o primeiro sacerdote, por êsse tempo, a cuidar da igreja, quinze anns depois da sua fundação, foi o seu próprio filho, o padre Antônio José Correia. Filho que pouca gente, na época, devia conhecer e nem sequer pôde ser percebido através da documentação existente nos Arquivos da Cúria Metropolitana sôbre a construção do templo. Peças e papéis com a assinatura do tenente-coronel que demonstram um grande sentimento religioso. Tão grande o sentimento que encaminhou o filho para os estudos eclesiásticos, não o abandonando como era talvez comum na época, e hoje, infelizmente, mas dignificando-o. E não o repudiando no instante da morte. Assim, no testamento, declarava que "tive um filho de nome Antopio José Correa que se acha presentemente Sub Diacono, ao qual não posso nem devo deixar por meu herdeiro por ser prohibido em Direito deixar por herdeiro algum filho espulio como elle é". Mas havia outros meios de não deixar o padre, muito jovem na época, desamparado: "portanto ao dito meu filho Padre Antonio José Correa deixo para seus alimentos e para ter meios de cuidar nos termos de sua ordenação duas moradas de casas que possuo na Rua do Piques de n. 15 e 16, dois meus escravos Domingos solteiro do gentio de Guiné e Eduarda crioula de idade de um anno, todos os bens moveis que tenho na chacara que hé Patrimonio do dito meu filho Padre Antonio José Correa". Os têrmos da peça são claros e demonstram ainda que o tenente-coronel era um homem de posses, pois além daquelas casas situadas no Piques, havia outras na rua de Santa Teresa, as quais constituíram o patrimônio da igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, conforme os autos de ereção e constituição da primitiva capela no anno de 1800.

Impunha então o tenente-coronel a condição de que seu filho "há de residir na Capella que fiz e edifiquei ao snr. Bom Jesus fazendo as obrigações de Capellão e cuidando e zelando do asseio dela e seu augmento". A igreja, porventura, foi a razão de ser de sua vida, vida de homem rico e sem família, ao deus dará, fazendo obras pias, educando o filho tido na mocidade e contribuindo com boas espórtulas para as iniciativas

religiosas. Não deve ter sido de todo alheio à generosidade do tenente-coronel o Recolhimento da Luz, por exemplo, cuja regente figura em seu testamento da passagem. Nesse testamento o tenente-coronel deixava aos cuidados de seu filho, o padre Antônio Correia de Moraes, o zêlo dos "reitos das casas desta Cidade sitas na rua Santa Thereza n. 19 em que fiz o Patrimonio para dita Capella, e das mais que fiz de frente da mesma capella em terras que para esse fim deu Dona Maria Caetana, Regente do Recolhimento da Luz, que tambem pertence ao Senhor Bom Jesus e tudo deve ser applicado para reparo e ornato da sua Capella".

"Tão admirável herança, com seu lastro sobretudo econômico, deveria ter descontentado muita gente na época. Assim é que se deparará logo com um seqüestro determinado pela Justiça, sob várias alegações. No processo para anulação do seqüestro argumentou o padre Antônio Correia de Moraes que "não havia livros que regulassem a administração da capella, nem outro de qualquer espécie, "visto que o fallecido seu Pay a conservava como sua por isso mesmo que não tinha a quem dar contas"³⁶. Alegação capciosa, que o juiz na ocasião aceitou sem maiores informações. Porque realmente os livros existiam, como existem ainda hoje, nos Arquivos da Cúria Metropolitana, passados quase 150 anos. Pedia o padre o provimento e levantamento do seqüestro porque a igreja "se acha arruinada por não haver quem cuide della visto que o Supplicante esta fora da Administração da Capella"³⁷. Por esse processo se constata também que o filho do tenente-coronel reparou a igreja à sua custa.

Uma outra nota constante do processo: o nome de José Brás, pela primeira vez, parece-nos, em qualquer outro documento que não as Atas da Câmara de São Paulo, surge ligado ao nome do orago do templo como patronímico da zona abaixo do Carmo, no caminho da Penha. Nas respostas às perguntas do juiz, o padre Antônio José Correia fala em "capella denominada Senhor Bom Jesus de José Braz do su-

(36) *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. LXXVI, pág. 207.

(37) *Idem, idem*, pág. 208.

burbio desta cidade” que foi ereta à custa de seu pai, “sem adjutorio de Pessoa alguma”³⁸. O nome do obscuro português já se projetava em princípios do século XIX. Finalmente, o procurador Manuel Joaquim de Ornelas deu parecer favorável ao padre, desde que êle providenciasse a existência regular de três livros: um para o tomo dos bens da igreja, outro para a receita e despesa e outro para provimentos. Êstes livros não foram localizados por nós nos Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo e tudo indica que desapareceram na voragem do tempo, se é que alguma vez existiram. Durante o processo mais um aspecto chama a atenção do pesquisador: o padre Antônio José Correia ignorava, ou fingia ignorar, a existência do processo regular da instituição da igreja, existentes já então no Arquivo da Cúria, pois afirmou que “esta Capella nunca teve livro algum, por isso mesmo que o instituidor como era o mesmo Administrador, punha e dispunha como julgava conveniente paramentando-a de tudo o quanto era necessario para o Culto Divino”³⁹.

* * *

A Igreja de São Bom Jesus de Matosinhos, hoje, a que lá se encontra com a sua frente pesada e serena para o congestionamento da Avenida Rangel Pestana, parece definitiva. O antigo templo situava-se praticamente na frente dêsse, conhecida iconografia, e permaneceu atendendo aos fiéis, que sempre não foram poucos, durante o período de construção da igreja nova. Desolada devia ser a paisagem do Brás aí por volta de 1822, data de um ofício dos diversos moradores da redondeza à Câmara pedindo providências sobre a situação, pois padeciã “incomodos no tempo das agoas, por ficar o caminho intranzitavel, principalmente o aterrado, o pedaço até a Chacara do Coronel Francisco Alves”⁴⁰. Alegavam tratar-se de uma estrada importante, “por onde entrão manti-

(38) Idem, idem, pág. 208.

(39) Idem, idem, pág. 210. O testamento do tenente-coronel José Correia de Moraes acha-se na integra na página 211 do mesmo volume.

(40) “Papéis Avulsos”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. CI, pág. 93.

mentos para a Cidade”⁴¹ e não obstante o emprêgo de dinheiro em outros caminhos menos importantes “só esta tem ficado sempre no miseravel estado de ferem nella morrido animaes empantanados”⁴². Entretanto, a situação não fôra a mesma em anos anteriores, ao tempo de José Brás, por exemplo, que certa feita fôra encarregado de tal caminho. Agora, até a condução da imagem da Penha se fazia difícil na volta para o seu templo, após ter atendido às súplicas de chuvas dos paulistanos. E não fôra, porque a Câmara consentira inclusive no abuso de certos interêsses particulares. A inundaçãõ se devia, conforme o mesmo requerimento, “a consentir-se que particulares, attendendo só a sua convenienciã, desviassem do seu leito natural as agoas do rio Tamandatehy”, arruinando o caminho e tornando “doentio o clima desta Cidade por sua natureza sadio”⁴³. E, entretanto, a Várzea do Carmo “fôra tão enxuta, que era um dos passeios favoritos dos habitantes da Cidade”⁴⁴, assinalava o documento.

O templo nôvo se deve ao esforço do monsenhor José Marcondes Homem de Melo, que encarregou os irmãos Calcagno, engenheiros, de traçarem os planos da futura matriz. “Eles sahiram-se galhardamente da tarefa, planejaram uma igreja vasta e monumental em severo estylo romano em forma de cruz latina com 3 naves, tendo 57 metros de cumprimento, 23 metros de largura nos braços e 18 metros de largura nas naves”, dizia o monsenhor. Com 600\$000 na mão o vigário iniciou a obra, tendo o bispo diocesano, d. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, benzido a pedra fundamental na tarde de 9 de maio de 1896. Uma nota curiosa: o projetô dos irmãos Calcagno não possuía cúpula. Estes engenheiros, algum tempo depois, retiraram-se para a Itália, sendo substituidos, na construção pelo arquiteto Jorge Krug, autor da cúpula. A igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos foi inaugurada a 1.º de janeiro de 1903, comemorando assim o centenário da fundação do templo pelo tenente-coronel José

(41) Idem, idem.

(42) Idem, idem.

(43) Idem, idem.

(44) Idem, idem.

Correia de Moraes. Não completamente acabada, mas o suficiente para permitir a realização de officios religiosos comemorativos daquela data.

Deve-se ligar um nome à igreja atual: o de d. Maria José Paranhos Mairink, espôsa do conselheiro Francisco de Paula Mairink. Graças à sua piedade foi possível a compra dos terrenos, onde se localizavam “3 casebres pertencentes a particulares”⁴⁵, que ficavam atrás do antigo templo. D. Maria José comprou os terrenos possibilitando maior espaço à atual construção, mediante escritura pública no valor de 8 contos de réis. Grande fortuna para aquêlo tempo.

A igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos hoje está longe dos anos tranqüilos do tenente-coronel, dos tempos pacatos em que o Brás possuía apenas 2 mil almas. Hoje ela é testemunha da movimentadíssima Avenida Rangel Pestana. Mas tem o seu quê de sossêgo diante de tanta correria, de tanto barulho. Talvez a tranqüilidade do século e meio de tradição. O seu interior é escuro e profusamente decorado com painéis bíblicos de Carlos Oswald, como a famosa Santa Ceia na ábside, e trabalhos de Arnaldo Mecozzi e, mais modernamente, de Waldemar Cordeiro na capela de Santa Rita. Nada se conservou do antigo templo, segundo o depoimento do vigário. Nenhuma imagem. As naves da igreja tomam o aspecto de uma cruz latina. Logo à entrada se vê uma lápide singela, marcando o local do túmulo do primeiro vigário de São Bom Jesus de Matosinhos — o padre Joaquim José Rodrigues. Na sacristia, em lápides de mármore, estão lembrados todos os vigários que vieram depois. E numa das colunas do lado direito de quem entra no templo está a face de Cristo, que surgiu espontâneamente durante a pintura da igreja. Emoldurada por um vidro, um ar satisfeito e sereno, para ela acorrem fiéis diàriamente, em busca de graças que, segundo dizem, não são poucas. O tenente-coronel José Correia de Moraes deve estar muito satisfeito de ver a sua obra desafiando os anos.

(45) José Marcondes MOMEM DE MELO, citado por Jacinto RIBEIRO, in op. cit., Vol. II, pág. 591.

සමයයයයයයයයයයයයයය
SÉCULO
XIX
යයයයයයයයයයයයයය

Nossa Senhora da Boa Morte

(*As Boas Notícias*)

A IGREJA DE NOSSA SENHORA da Boa Morte, na rua do Carmo, ou melhor, no pedaço da rua do Carmo que conseguiu subsistir ao progresso e à vaidade dos homens, é de uma humildade que dá até pena. Talvez seja êsse o templo mais triste e mais solitário de São Paulo, apertado entre sobradões pesados e enormes, quase despercebido. Dêsse seu encorujamento, dessa sua timidez, talvez tenha nascido a sua fôrça, a sua teimosia em atravessar incólume os anos violentos que não pouparam aquela parte da cidade conhecida pelo nome de Esplanada do Carmo e suas adjacências. Porque quase tudo ali sofreu transformação. O Convento de Santa Teresa desapareceu, a igreja do Carmo veio abaixo e foi mudada, aquêles antigos cruzamentos de ruas estreitas de casas altas que formavam a delícia de São Paulo de trinta anos passados foram derruídos pela picareta e pela imposição do urbanismo. Agora dizem que a igreja da Ordem Terceira do Carmo está ameaçada de cair...

A igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, porém, parece ignorar tudo isso. Está lá no seu canto, envelhecendo tranqüilamente, querendo atingir seu século e meio de vida, vida, diga-se de passagem, pautada num ritmo sossegado. Se há

um templo em São Paulo a que se pode atribuir aquêlê adjetivo tão bem pôsto às igrejas da Bahia — o de gordas — é o de Nossa Senhora da Boa Morte. Esta é uma igreja gorda, pesada, ronçeira, dir-se-ia ter criado banhas e por isso adotado ademanos de matrona que não gosta de se mexer do lugar. E por isso mesmo lá ficou na sua humildade comvente. Tão simples e reta, tão pura e sem lances dramáticos como a sua própria crônica contida em algumas linhas salvas do tempo e transcritas por Jacinto Ribeiro¹. Nasceu da Irmandade dos Homens Pardos de Nossa Senhora da Boa Morte, ereta por provisão eclesiástica de 16 de janeiro de 1728, “constando ter sido fundada na Igreja do Convento do Carmo”². O nome fixado pelo documento é o de apenas Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e o explicativo “Homens Pardos”, encontra-se em Jacinto Ribeiro e em Antônio Egídio Martins³.

Não parece ser exata a informação remetida à Câmara em 1873, revelando aquela origem da Irmandade. Ela foi, antes, fundada na igreja do Colégio, segundo se pode perceber das devassas ordenadas, em 1768, contra os jesuítas em São Paulo. Com efeito, aos 26 de agosto de 1768, à secretaria do governo compareceu o reverendo Antônio José de São Francisco para se denunciar em virtude do bando que “mandava que todos e quaes quer naturaes ou moradores dos Reynos de Portugal, e seus Dominios, de qualquer estado, sexo ou condição, que se acharem, ou incorporados na dita companhia chamada de Jesus, ou nellas professos, ou associados a alguma confraria, que haja sido estabelecida debaixo da direção da mesma companhia, sejam obrigados a se manifestarem aos Ministros”⁴. Nessa denunciação o padre Antônio José de São Francisco declarava-se ter sido “Irmão da Confraria ou Irmandade de São Francisco de Xavier, erecta na Igreja do Colégio”. No dia seguinte, ou seja, dia 27 de agosto com-

(1) Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, pág. 579.

(2) Nuto SANTANA, *Metrópole*, Vol. II, pág. 49. O autor transcreve um documento enviado à Câmara de São Paulo em 1873. Não cita qual seja a fonte dêsse documento, mas parece tratar-se de “Papéis Avulsos”, ainda inéditos e constantes do Arquivo Histórico da Prefeitura.

(3) Jacinto RIBEIRO, op. cit., Antônio Egídio MARTINS, *São Paulo Antigo*.

(4) *Documentos de Interêsse para a História e Costumes de São Paulo*, Vol. I, pág. 81.

parecia à secretaria do govêrno o cônego João Rodrigues Pais, que se declarou “Irmão da Confraria ou Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, erecta na Igreja deste Collégio”⁵.

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, como vemos, foi ereta na igreja do Colégio. Admitia gente de tôdas as classes sociais, sem distinção. Também naquele dia 27 de agôsto de 1768 compareceu à secretaria do govêrno “o preto Thomas de Mendonça, escravo do conigo João Rodrigues Paes, e apresentou hum bilhete, pelo qual se mostra ser elle dito Irmão de N. Sr.^a da Boa Morte”⁶. Pedro Machado de Carvalho, “homem de negocio”, José Pedroso Carneiro, “tabelião desta villa” (Santos), o sargento-mor Manuel Ângelo Figueira de Aguiar, o tenente Manuel da Silva, frei João Mariano e tantos outros confessaram-se membros da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e dela abdicaram perante as autoridades. Aliás, a referida confraria nasceu das mãos dos jesuítas, conforme registro de Alcântara Machado⁷, no século XVI, tendo sido das primeiras a funcionar na igreja do Colégio. De tradição nitidamente jesuítica, portanto.

Uma das finalidades da Irmandade era a adoração perene do Santíssimo Sacramento. O regimento dessa adoração fôra instituído na “Bahia de todos os Santos Metropoli do Brasil”⁸ em 1693, sendo um exemplar enviado a São Paulo para a confraria da Boa Morte. Em que consistia essa adoração? Num processo curioso e original. Todos os membros da Irmandade recebiam um papelinho em que se determinava “o mez, dia & horas, em que cada hum havia de estar em oração do modo que adiante se dirá”⁹, mantendo-se assim a adoração perpétua do Santíssimo conforme o regimento instituído na Bahia. A técnica se revestia de certo mistério que agradava a todos os membros da confraria, mas que, com a expulsão dos jesuítas, provocou, ao que tudo indica, muita dor de cabeça aos irmãos, porque as autoridades paulistas implicaram com o papelinho distribuído em segredo pela direção da Irmandade.

(5) Idem, idem, pág. 82.

(6) Idem, idem, pág. 84.

(7) ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 209.

(8) *Documentos Acusos*, Vol. I, pág. 134.

(9) Idem, pág. 134.

Tanto implicaram que o processo de denúncia e das atividades da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte foi demorado. A devassa foi longa, houve muitas denúncias contra aqueles que possuíam o papelinho da confraria visando à perpetuidade da adoração perene do Santíssimo. Mas nisso apenas não acreditaram as autoridades, que desconfiavam de tudo que cheirasse a jesuitismo. Tão sério foi o processo que Arcângela Barbosa de Lacerda, moradora em Judiaí, veio a São Paulo denunciar-se como “irman da Irmandade de nossa senhora da Boa Morte, instituída pelos Padres Jesuitas na cidade de Sam Paulo” e que dela, da Irmandade, “houvera hum escrito de mão o qual vinha integrar neste juizo”¹⁰. Francisca Leite de Escobar também depusera no processo, declarando que havia sido instituída no Colégio a “devoçam chamada da boa morte; e que por lhe certificarem que se ganhavam muitas indulgencias mandara asentar o seu nome e lhe deram hum papelinho que constava tam somente, do que se havia de rezar”¹¹. No final das contas, tudo deu em nada e as autoridades ficaram tranqüilas quanto aos objetivos da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.

A Irmandade, mais tarde, foi mudada para a igreja do Convento do Carmo, “onde funcionou até principios deste século quando foi transferida para a nova Igreja construída pela mesma Irmandade, não se podendo precizar o anno da transferêcia por não existirem os primitivos livros, sendo certo que em 1807 achava-se ainda em construcção a dita Igreja”¹², revelava uma informação à Câmara em 1873. E mais: “O seo compromisso foi reformado em 1806 e approved em 30 de Abril do mesmo anno por provisão do Ouvidor Geral e Provedor de Capellas desta cidade, Dor. Joaquim Procopio Picão Salgado”¹³.

Em 25 de fevereiro de 1802 a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (repita-se aqui que as expressões “dos Homens Pardos” não constam de nenhum documento) dirigiu-

(10) Idem, idem.

(11) Idem, pág. 131.

(12) Nuto SANTANA, op. cit., pág. 49.

(13) Idem, idem.

se em requerimento a d. Mateus de Abreu Pereira, então bispo de São Paulo, pedindo licença para construção de uma igreja “no pateo de S. Gonçalo donde tem terreno sufficiente para sua fundação”¹⁴. O bispo respondeu no mesmo dia autorizando a fundação, porém, impondo certas condições, como convinha ao prestígio de uma casa do Senhor. Entre essas condições contavam-se as exigências de um lugar alto para a edificação, “livre de humidades e de logares sordidos e immundos”, e isolado de casas habitadas. Não se sabe por que razão o templo não foi construído no largo de São Gonçalo. Talvez porque já em 1802 o largo, hoje Praça João Mendes, não satisfazia as exigências do bispo. Talvez sim, talvez não. A Irmandade tratou de procurar outro terreno e encontrou o em que se encontra a igreja hoje. A 24 de julho de 1802 a Irmandade adquiriu um terreno na rua do Carmo, de Joaquim de Sousa Ferreira, por 112\$000, terreno êsse “a partir das casas do falecido Salvador Gonçalves Lessa, fazendo canto para a rua que vinha do quartelamento de Voluntários para o Tabatinguera”, conforme o documento citado por Jacinto Ribeiro.

Durante oito anos os irmãos trabalharam com afincio para ver sua igreja concluída. Os cronistas de São Paulo antigo registraram os nomes dos devotos que formavam a mesa administrativa da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: Ângelo Custódio Xavier Monteiro, juiz; Anastácio José Mendes, escrivão; João Moreira, tesoureiro; Antônio Teixeira da Silva, procurador; Joaquim José da Conceição, Inácio Barbosa de Miranda, Amaro Coelho Aires, Francisco Xavier Elói, Francisco Xavier Lopes, Elói Xavier, Francisco da Luz Caminha, Silvestre da Silva, Joaquim Gonçalves Lessa e Joaquim Borges de Sampaio. Não deviam ter sido poucos os sacrifícios, os esforços despendidos pela Irmandade nos primeiros anos do século XIX, anos naturalmente difíceis, para obter fundos destinados à execução das obras do templo. Não foram poucos, mas bem sucedidos.

No dia 14 de agosto de 1810 os membros da confraria de origem tão remota como a da Nossa Senhora da Boa Morte

(14) Jacinto RIBEIRO, op. cit., pág. 579.

assistiram à bênção solene do seu templo. Solenidade que a crônica não registrou, como também não registrou a inauguração da igreja no dia 25 do mesmo mês, quando foram “provisionalmente trasladadas as sagradas imagens do Convento do Carmo para a nova Igreja da Boa Morte”¹⁵. Mas foi um dia de festa, um dia de grande festa, os sinos repicando na tarde tranqüila da cidade ronceira que começava a despertar, lentamente, para dar seus primeiros passos de futura metrópole. Após tantos anos, finalmente, os irmãos de Nossa Senhora da Boa Morte tinham o seu templo, novinho em fôlha, alvejando no outeiro de Tabatingüera, dominando tôda a entrada da cidade pelo caminho de Santos, ou do Rio de Janeiro. E por essa sua situação privilegiada é que se tornou a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte a igreja das boas notícias. Antônio Egídio Martins assim o afirma: “da torre dessa Igreja que se avistavam os presidentes da Província e os bispos diocesanos, quando vinham pela estrada do Ypiranga em direção á cidade, a fim de tomarem posse dos seus cargos, dando os sinos da mesma torre o signal da vinda daquelles altos personagens e repicando festivamente”¹⁶. Os demais sinos respondiam, o da Sé, o do Carmo, o de São Gonçalo, o de Santa Ifigênia, o dos Remédios, o da Ordem Terceira do Carmo, o de São Francisco, todos êles elevando para o céu, pela batida dos bronzes, a satisfação do povo pela chegada de tão altos personagens.

Longo tempo a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte teve essa função até que se tornou necessária a remodelação da tórre, e de algumas partes do templo, obras iniciadas aos 18 de setembro de 1871, “applicando-se n’ellas as joias e annuaes dos Irmãos, a importancia de alguns legados feitos á Igreja e o producto de esmolas e donativos que a Irmandade tem promovido entre os seos irmãos e devotos l”¹⁷. E o documento informava ainda que “a importancia d’essas obras até 22 de Novembro de 1873 monta em Rs. 14:635\$490”¹⁸.

(15) Idem, idem, pág. 580.

(16) Antônio Egídio MARTINS, op. cit., Vol. II, pág. 46.

(17) Nuto SANTANA, op. cit., pág. 50.

(18) Idem, idem.

Parece terem sido essas as obras definitivas do templo, o humilde templo da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, a que também pertenceu o famoso cônego dr. Joaquim do Monte Carmelo, grande orador sacro do século XIX. A Esplanada do Carmo e o Tabatingüera foram crescendo ao seu redor e depois de alguns anos, com o espriar-se da cidade pelo caminho do Ipiranga, a tôrre das boas notícias perdeu sua razão de ser. Os seus sinos ficaram calados, a igreja foi caindo numa comovente humildade e solidão.

Exatamente ao raiar o século XX, dela nos ficou uma descrição sucinta, em poucas linhas, que ainda serve para hoje. E vem mostrar que a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte não fêz questão do progresso, enterrou-se na sua solidão e humildade para vir até nós. Dela nos deixou Alfredo Moreira Pinto¹⁹ esta descrição: “Tem cinco janellas de frente, a torre á direita, a porta principal e duas laterais. O seu interior não tem ornamentação digna de menção. Possui a capella-mór com seis tribunas, e um altar com a Senhora da Boa Morte. No corpo da egreja ha seis tribunas, dous pulpitos e dous altares, da Senhora da Piedade e N. S. da Conceição”. É a mesma igreja de hoje. Com uma ligeira modificação: o orago atualmente é Nossa Senhora da Assunção e o templo é sede da paróquia da Sé, que foi criada em 1591, a primeira paróquia de São Paulo de Piratininga, mui leal cidade fundada pelo padre Manuel da Nóbrega. A igreja de Nossa Senhora da Assunção muito pouca gente conhece. Mas o povo sabe onde é a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, ou mais intimamente, a igreja da Boa Morte.

(19) Alfredo Moreira PINTO, *A Cidade de São Paulo em 1900*, pág. 40.

São Cristóvão

(*A Casa dos Príncipes*)

POBRE, talvez a mais humilde de tôdas as igrejas de São Paulo, é esta de São Cristóvão, ali perto do Jardim da Luz, quase defronte à Escola de Belas-Artes. Triste, nua e solitária como o foi sempre o seu orago, aquêlo gigantesco santo que tentou, no fim da vida, cruzar o rio com o Senhor aos ombros, e fracassou luminosamente. As águas já lhe cobriam o peito e sentia-se desfalecer sob o pêso descomunal da criança que lhe parecera tão frágil, quando sentiu que subia levado pela mão. O Senhor levava-o para o céu.

A igreja é tão simples que parece sufocada pelo intenso movimento de bondes, automóveis, ônibus e gente das proximidades da Estação da Luz, gente de bares expondo "pizzas" e quitutes sírios, gente do interior abarrotando hotéis e pensões que a cercam, gente de outros Estados, do interior, na conquista do pão evangélico de cada dia.

E é uma igreja tradicional, apesar da sua pobreza e da sua humildade. Por ela, por seu púlpito, passaram grandes príncipes da igreja brasileira, pois durante muitos anos foi a capela do Seminário Episcopal, a cuja história está ligada, fundado por d. Antônio Joaquim de Melo em setembro de 1853 e inaugurado a 9 de novembro de 1856. Um século, pois,

de história, um século de silêncio e de estudos. O bispo recorreu a Pio IX para formar o corpo docente do Seminário e o papa aconselhou-lhe os capuchinhos como professores, os quais vieram da província de Sabóia. E vieram mesmo antes de terminadas as obras do Seminário, segundo relata frei Fidélis M. de Primério¹, pois embarcaram no Havre em 1854, isto é, um ano depois de iniciadas as obras da casa de estudos. Eram dois apenas, aos quais se juntou depois o frei Afonso: frei Eugênio de Rumilly e frei Firmino de Centelhas, os quais iniciaram suas aulas no palácio episcopal de São Paulo.

Depois de instalados no Seminário, as aulas começadas em 13 de novembro, com 15 alunos², o frei Eugênio, então reitor, percebeu que precisava de mais professores. Volveu à Europa e trouxe frei Francisco de Vibonati e o irmão leigo Crispim. E nesse mesmo ano, isto é, em 1856, chegou o famoso frei Germano de Aneci, “notavel matematico e astronomo que se achava missionando no Chile”³. Este frade justifica, êle só, o respeito à igreja de São Cristóvão. Foi um homem excepcional, tendo mesmo chegado a recusar o cargo de diretor do Observatório Astronômico do Rio, que lhe fôra oferecido pelo imperador Pedro II.

O frade amava os estudos. Abriu um colégio em Franca em 1882, morou em Uberaba, onde também ensinou. Dêle ainda resta em São Paulo, não só a tradição de um homem culto, como também vestígios do seu trabalho como astrônomo. No Observatório Astronômico existe um relógio de sol feito por frei Germano e foi êle o famoso professor que, do pequeno terraço que servia de observatório ao Seminário Episcopal, fazia experiências com a luz elétrica, projetando-a sôbre a cidade tranqüila daqueles tempos. Morreu dentro de um navio, vitimado por beribéri quando regressava à Europa depois de tocar na Bahia, no dia 1.º de maio de 1890⁴.

(1) Frei FIDÉLIS M. DE PRIMÉRIO, *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, nos Séculos XVII, XVIII e XIX, pág. 281.

(2) Idem, idem. Auxiliavam outros membros do clero, diz citando De COGNIN e a *Poliantéia do Seminário de São Paulo* o frei FIDÉLIS.

(3) Idem, pág. 282.

(4) Idem.

Outros capuchinhos que serviram de professôres no Seminário Episcopal constam da relação de frei Fidélis M. de Primério, tais como o frei Generoso de Rumilly, ótimo cantor, frei João José de Montefiorito, frei Tomás de Forli, que dignificaram o ensino naquela casa durante os vinte e cinco anos da sua duração.

Mas não foi fácil o estabelecimento do Seminário. Na diocese não se conhecia, senão teóricamente, o que fôsse um Seminário. Para realizar a idéia, d. Antônio Joaquim de Melo nomeou "logo uma comissão composta do cônego dr. Ildefonso Xavier Ferreira, do seu amigo Cadete Santos, depois barão de Itapetininga, e de outros cidadãos para representar a pessoa jurídica do Seminário, aceitar doações, etc."⁵. O próprio d. Antônio doou largo espaço de terreno e certa importância, chegando também a contratar o empreiteiro de taipas José de Almeida e, logo depois, mandou buscar em Piracicaba "um bom mestre de carpintaria, o dedicado Benedito Morato"⁶.

* * *

Nessa igreja tão simples, mas que participou ativamente da formação cultural paulistana, casaram-se personalidades importantes da vila de São Paulo do século XIX. Posso dizer que aí se realizou, a 8 de setembro de 1883, o casamento de Luís Gonzaga da Silva Leme, autor da *Genealogia Paulistana*, com Maria Fausta de Macedo Leme. E pelo Seminário gerações e gerações foram tomando conhecimento das últimas conquistas da ciência. Porque o Seminário Episcopal acolhia duas espécies de alunos: no lanço da direita os seminaristas que estudavam os preparatórios e as ciências, isto é, filosofia, matemática, geografia, latim, francês, inglês e gramática portuguesa, podendo estes alunos dedicarem-se a qualquer profissão. No lanço da esquerda, hoje completamente desaparecido, residiam unicamente os alunos teólogos, isto é, os que se destinavam à vida clerical. Por aí cruzou o padre Chico. Padre

(5) Cônego EZEQUIAS GALVÃO DA FONTOURA, *Vida de D. Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo*, pág. 86.

(6) Idem, idem. Toda a história pormenorizada do Seminário encontra-se nas páginas desse livro hoje bastante raro.

Francisco de Paula Rodrigues, que foi arcediogo da diocese de São Paulo e professor de francês do Curso Anexo da Faculdade de Direito. Lecionou também latim no Seminário Episcopal. Aluno do Seminário foi também Paulo Eiró, o poeta desgraçado.

Um cronista da época, Clemente Falcão de Sousa Filho, descrevia o grande edifício de então: “o edifício, cuja frente olha para o poente, é dividido em dois lanços, um à direita e outro à esquerda da capela. Esta é de um gosto simples e modesto, sem ornatos de pompa, e por isso mesmo convida o espírito à meditação”⁷. O orago do Seminário era Santo Inácio de Loyola.

A edilidade parece que dedicava àquele conjunto dos capuchinhos um carinho todo especial. Naturalmente porque era um colégio importante para a cidade, uma espécie de “menina dos olhos”. Dessa forma, não se conformava a Câmara que o Seminário mantivesse criação de animais em seu quintal, multando-o certa vez “infracção de postura sobre chiqueiros de porcos”⁸, do que recorreu o vigário capitular de São Paulo. Outras reclamações constam das atas e algumas mesmo muito violentas⁹.

* * *

A tôdas essas tradições encontra-se ligada hoje a igreja de São Cristóvão, que é muito pobre, repitamos, mas que não deixa de ser interessante na sua simplicidade, nas suas tábuas rachadas, no seu côro gradeado. Também, coitadinha, nasceu pobre como o seu orago e lá se encontra graças aos quatro anos de esmolas consecutivas de d. Antônio Joaquim de Melo, o bispo incansável, que exerceu, justiça lhe seja feita,

(7) Clemente Falcão de SOUSA FILHO, “O Seminario Episcopal de S. Paulo”, in *Archivo Pittoresco*, Vol. VI, pág. 266.

(8) *Atas*, Vol. XLVIII, pág. 59. A multa imposta pela Câmara foi de 330\$000, naturalmente tornada sem efeito ante o recurso interposto à Assembléa Provincial pelo vigário capitular.

(9) *Idem*, pág. 162. Na sessão de 18 de setembro de 1862 houve a seguinte indicação: “Indico que se ordene ao fiscal desta Camara para que vá ao Seminario Episcopal examine a latrina daquelle Estabellimento, e informe seu estado, visto que, ha visinhos que se queixão do fustum que d’alli exhala constantemente, a ponto de não se poder passar pelo becco sem grande incomodo”. Que becco seria esse? A denúncia, diga-se a verdade, não ficou positívada.

um papel de relêvo na vida educativa bandeirante. Dêle nos deixou Teodoro Sampaio êste retrato: “o venerando d. Antonio Joaquim de Mello, elevado, já velho, à dignidade episcopal em 1851, empreende energica e resolutamente as reformas beneficicas de que estava carecendo a diocese; percorre o bispaço, que era vastissimo, pregando com a palavra e com o exemplo a reforma de abusos que se tornavam inveterados; e, com os donativos que conseguiu colher, construiu e inaugurou em 1856 o vasto edificio do Seminario Episcopal, destinado especialmente a instrução do clero, mas que tem prestado grandes e inolvidaveis serviços á educação da mocidade paulista”¹⁰.

Por êsse templo passou e rezou frei Germano de Aneci que, no terraço do Seminário, costumava também fazer suas observações astronômicas com um telescópio de 7,38m de comprimento. Êsse frei Germano, segundo os cronistas, lecionou no Seminário de 1856 a 1880. “Dedicado à astronomia e às matemáticas em geral, deixou fama de verdadeiro sábio entre os seus contemporâneos. Em 1882 esteve em Franca, fundando aí um colégio e um pequeno observatório. Colaborou intensamente no jornal “O Estado de S. Paulo”, fornecendo-lhe quase diàriamente boletins metereológicos. No Colégio do Seminário deixou vários relógios de sol, construídos por suas próprias mãos. A sua vida, enfim, decorreu tôda entre os seus livros científicos e os seus atos foram sempre os da caridade e da tolerância. Faleceu a 1 de maio de 1890, a bordo do navio que o devia levar à Europa, e que se achava na cidade de São Salvador, na Bahia”¹¹. Saint-Adolphe observava entre os edificios mais notáveis da cidade o do Seminário¹².

O púlpito famoso, de madeira rija, lembrando nomes ilustres, lá está para ser visto. Depois, não bastasse a sua tradição de quase um século e ainda teríamos mais êste poderoso argumento de simpatia: trata-se de uma igreja de São Cristóvão, um santo grande e um grande santo.

(10) Teodoro SAMPAIO, “São Paulo no Século XIX”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. VI, pág. 159.

(11) In *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. XXXVII, pág. 185.

(12) J. C. R. Milliet de SAINT-ADOLPHE, *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*, Vol. II, pág. 613.

Santa Cecília

(D. Duarte)

A IGREJA DE SANTA CECÍLIA, no largo do mesmo nome, é, historicamente, quase centenária. Vem daqueles recuados anos de 1860 quando, na sessão da Câmara de 27 de setembro, foi lido “um abaixo assignado de vinte uma assignaturas de moradores no districto da frega. de Santa Ifigenia significando que desejando construir um templo á Santa Cecilia tem elles em vistas um terreno sito no largo alem do tanque do Arouche”¹. E mais, terreno situado “entre a rua da America e a estrada de Campinas, pedindo se lhes dê o mencionado terreno que se acha devoluto, afim de nelle construir o mencionado Templo”².

Essas são as mais antigas referências da igreja de Santa Cecília. A comissão permanente da Câmara, contudo, só despachou o abaixo-assinado na sessão de 7 de março de 1861³ e aí então se revela um primeiro nome – o de Henrique Pupo de Moraes, acompanhado de “outros moradores do Arouche no requerimento incluzo, pedindo o terreno entre as cazas daquelle suppe. e a rua da Alegria”⁴. E aparece também essa

(1) *Atas*, Vol. XLVI, pág. 188.

(2) *Idem*.

(3) *Idem*, Vol. XLVII, pág. 55.

(4) *Idem*.

rua da Alegria, hoje desaparecida, nome aliás que reflete bem uma situação de São Paulo antigo. De alegria.

A Câmara entendeu que “parte desse terreno já está bemfeitoriado por João de Almeida e Mello” e por isso concedia o “terreno correspondente a áquelle seo bemfeitoriado —na parte do quarteirão, pelo lado do oitão da Casa de Franco. Ignacio das Chagas, deixando-se entre a casa deste e o terreno q. se conceder a Azevedo e Mello o espaço de 50 palmos⁵ pa. uma travessa, que seguirá da estrada de Campinas á Rua da America”⁶. Não havia possibilidade alguma de engano diante de tantos e tão contundentes detalhes. A Câmara precavia-se contra futuras reivindicações.

No terreno doado os devotos construíram a primeira capela e Azevedo Marques informa que a data do lançamento da primeira pedra é de 2 de abril de 1861⁶. Que foi nesse ano não há dúvida alguma, conforme relata em seus “Apontamentos para a Historia da Parocchia de Santa Cecilia” o cidadão Francisco Inácio Xavier de Assis Moura⁷. Ele mesmo, dá a comissão encarregada das obras, que estêve integrada por Henrique Pupo de Moraes, o capitão Francisco de Paula Xavier de Toledo, Francisco Leandro de Toledo, Joaquim José Ferreira, Dâmaso Nogueira de Sá, Bernardo de Figueiredo e outros. Encarregados de levantar uma “capela dedicada a São José e Santa Cecilia no bairro do Arouche no lugar denominado tanque do Theobaldo”⁸.

Naturalmente as pretensões dos devotos de São José e Santa Cecilia eram bem modestas, pois a primeira capela, foi humilde e frágil, “feita de madeira, sem architectura, nem solidez”, na descrição daquele mesmo cidadão Assis Moura. Tinha somente o altar-mor, simples também, com as duas imagens dos padroeiros “e dois pequenos corredores aos lados da pequena capela-mor”. Mas o suficiente para os devotos agasalharem seus pedidos e suas crenças.

(5) Idem.

(6) AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos Históricos*, Vol. II, pág. 135.

(7) Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. II, págs. 593 e 594.

(8) Idem, idem. Seria interessante lembrar: parece que esse capitão Francisco de Paula Xavier de Toledo é o mesmo que andarão interessado também na igreja de Pinheiros em 1871. Homem religioso, de prestígio.

E o suficiente para que começasse a crescer na paisagem quase desnuda do bairro nos meados do século XIX, por onde passavam tropas de burros, boiadas, cavaleiros a caminho de Cãmpinas, rumo àquele pouso último que era a Água Branca. Com efeito, já em 1869, aos 13 de abril, o edital de patrimônio da capela foi dado na Câmara Eclesiástica. O protetor e zelador da capela de “São José e Santa Cecília” informava ao vigário capitular, em requerimento, que à capela “fora doada com uns terrenos no mesmo bairro e ao lado da capela pelos capitães Bento José Alves Pereira e sua mulher, Francisco de Paula Xavier de Toledo e sua mulher para nesse terreno constituirem o necessario patrimonio da Capela”⁹. E pedia o zelador ao padre Joaquim Manuel Gonçalves “as diligencias precisas para semelhante fim”.

◦ Durante onze anos a humilde capela atendeu às necessidades dos devotos do bairro então incipiente e de pouca população. Vivia sob a estola da freguesia da Consolação, de cuja igreja saía o padre muitas vèzes para dizer os officios religiosos diante da modesto altar de São José e de Santa Cecília. Em 1880, porém, segundo ainda o cidadão Assis Moura, foi fundada a Irmandade de São José e Santa Cecília, cujo objetivo era a construção da nova capela, já que a primitiva, ou estava sendo dominada pela velhice, ou já não atendia ao desenvolvimento do bairro.

Para a construção da nova capela os moradores Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, Francisco Xavier de Assis Moura e o capitão João Mendes da Silva dirigiram-se ao bispo d. Lino Deodato. Aos 17 de julho de 1882 o bispo concedia licença “para a demolição da capela e construi-la novamente”. Os trabalhos foram feitos com certa rapidez, pois dois anos depois, isto é, aos 21 de novembro de 1884 estava acabada a nova igreja, sendo concedida a bênção necessária “usando da formula breve – *Benedictio loci*”, para o officio de missa e mais atos religiosos. “A nova capella, posto que pequena, tinha bonito e elegante aspecto, quer interno, quer externo, sendo construida com todas as regras de arte. O altar-mor,

(9) Idem.

todo de estuque fingindo marmore tinha um pequeno throno, sacriarios e dous nichos com os padroeiros — S. José e S. Cecilia”¹⁰. Essa denominação lembra a antiga capelinha de Santa Cecília, demolida em 1899 para dar lugar à atual igreja matriz, cuja inauguração se verificou a 22 de novembro de 1901. A 4 de janeiro de 1874, processionalmente havia sido transladada a imagem de Santa Cecília, que se achava na igreja dos Remédios, para a do Rosário e desta para a capelinha demolida em 1899. Em 1886 o largo já existia. Para aí foi mudado o famoso chafariz que se encontra defronte à igreja da Misericórdia. Chafariz de 1792, construído no govêrno do capitão-general d. Bernardo José de Lorena, segundo a tradição por um escravo de nome Tebas. Em 1903 o chafariz foi demolido.

* * •

A paróquia de Santa Cecília foi criada em 1895 por d. Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcanti, que nomeou para ocupar o vicariato o padre Duarte Leopoldo e Silva. O futuro arcebispo de São Paulo lá permaneceu durante seis anos, fundamentando os primeiros anos da paróquia, dizendo os seus ofícios diante do altar-mor todo de estuque. E durante êsse tempo idealizou o templo definitivo, que não conseguiu realizar. O segundo vigário, o padre Benedito de Sousa trabalhou intensamente no sentido de concretizar o sonho do padre Duarte, mas praticamente em vão. O bairro crescia e a capela de Santa Cecília ficava cada vez menor. Tão pequena que de lá, de repente, saiu o São José, obscurecido pela maior devoção a Santa Cecília.

A igreja de Santa Cecília deve o seu atual edificio, a conclusão, ao terceiro vigário da paróquia, o padre Paulo Pedroso que durante vinte e cinco anos apascentou as ovelhas do bairro. Moveu céus e terras, chamou Benedito Calixto e Oscar Pereira da Silva para pintar, adquiriu o grande órgão e resguardou para a tradição um dos sinos da antiga igreja da Sé que tocara nas festividades da Independência. Lá se

(10) Idem.

encontra êle hoje, na tórre, junto a seus irmãos mais novos. O padre Paulo, quando deixou o vicariato de Santa Cecília, deixou também o templo completamente acabado, enfeitado e bonito, para satisfação de todos os fiéis.

Vários outros párocos dirigiram a paróquia. O bispo d. Paulo de Tarso, de Campinas, ali permaneceu durante cinco anos, seguindo-o o padre Antônio Maciel Dias Pequeno, monsenhor Luís Gonzaga de Almeida, e atualmente, o padre Lino dos Santos. Êsses nomes todos são lembrados agora pelas suas fiéis ovelhas, que são muitas.

A igreja de Santa Cecília é muito decorada. Benedito Calixto pintou várias telas e dois murais, os quais vêm resistindo ao andar dos anos sem sofrer qualquer alteração. Na ábside, cujo altar-mor também foi desenhado por Calixto, encontram-se grandes telas representando o batismo de Valeriano, marido de Santa Cecília, os seus esponsais, a imposição das mãos de Urbano em Santa Cecília, o julgamento, o martírio e o túmulo, todos motivos inspirados na vida de Santa Cecília. De Benedito Calixto, à entrada da sacristia, vê-se também uma grande tela representando a conversão de Pedro Correia pelo padre Leonardo Nunes, em 1550, nas proximidades de Itanhaém.

Nas várias galerias superiores do templo encontram-se pintados os vários bispos de São Paulo, de autoria de Oscar Pereira da Silva, que trabalhou também nas telas da Imaculada Conceição e dos esponsais de São José. Desenhos nas paredes e nas arcadas foram feitos pelo decorador Catani.

No templo, numa redoma, encontram-se os ossos de Santa Donata, martirizada criança no segundo século de nossa era, recobertos por uma camada de cêra em figura humana. Os ossos foram trazidos de Roma, em 1909, por d. Duarte Leopoldo e Silva, com um atestado de autenticidade firmado pelo cardeal Pedro Respighi. Os restos de Santa Donata foram encontrados num túmulo do cemitério de Santa Priscila, em Roma, e constituem hoje motivo de piedosa romaria.

A igreja de Santa Cecília é um dos templos mais procurados em São Paulo para a realização de casamentos. Essa

preferência se explica pela tradição, pois o bairro, em tempos não muito antigos, foi tipicamente residencial, aí se batizando, crismando e casando grandes nomes paulistanos. Os atos religiosos, na mesma igreja, conservaram-se de pais para filhos, sendo muito comuns os casos em que a mesma pessoa é batizada, crismada e casada na igreja de Santa Cecília. Daí a grande preferência dos jovens casadoiros pelo templo acolhedor de d. Duarte Leopoldo e Silva, cuja memória é lembrada numa estátua que existe defronte à igreja.

A escolha da igreja de Santa Cecília para as cerimônias de casamento deve ser feita com muita antecedência e devido ao grande número de nubentes causa muitas vezes sérios problemas aos padres que lá assistem. E é bonito um casamento em Santa Cecília. Esse é o templo dos inumeráveis esponsais.

São Geraldo das Perdizes

(*O Sino de Ouro*)

A SÓBRIA IGREJA DE SÃO GERALDO das Perdizes, em romano estilizado, situada no bairro do mesmo nome, teve sua origem numa humilde capelinha existente outrora no mesmo local do templo moderno. Há muitos anos mesmo, no tempo em que o bairro, em vez do aspecto residencial e comercial de hoje, era um vasto descampado com outeiros e cortado de rios que transbordavam “nas Perdizes estrada de Agoa Branca”, segundo uma Ata da Câmara de S. Paulo¹. Era a Capela de Santa Cruz das Perdizes, a Capela das Perdizes como outros a chamavam, já de nome vinculado à região.

A capela é anterior a 1876, possivelmente um ou dois anos anteriores a essa data. Pois na sessão de 22 de dezembro dêsse ano foi lido na Câmara um requerimento de “moradores no Destricto da Consolação, pedindo que se lhes conceda por data um terreno devoluto no alto das Perdizes, do qual já estão de posse por terem ali edificado uma Capelinha de Santa Cruz”². Uma ermida humilde, mas já no ano seguinte com um protetor, aquêle mesmo protetor que aparece ligado

(1) *Atas*, Vol. LXIII, pág. 68.

(2) *Idem*, Vol. LXII, pág. 108.

a muitas igrejas de São Paulo — Francisco de Paula Xavier de Toledo, cuja vida parece ter sido uma perpétua devoção e um trabalho constante em favor dos templos paulistanos. Realmente, no ano seguinte, isto é, a 8 de fevereiro de 1877, ainda na Câmara, leu-se um requerimento de “Francisco de Paula Xavier de Toledo, como protector de uma capella edificada no alto das Perdizes, estrada da Agoa Branca com a invocação de Nossa Senhora da Conceição e Santa Cruz, pedindo para patrimonio da dita Capella o terreno em que se acha a mesma collocada entre as duas estradas”³. Esse nôvo pedido dá a entender que a Câmara, oficialmente, não houvera atendido ao primeiro, do ano anterior.

Aliás, os terrenos das Perdizes foram muito disputados na época e a Câmara precisava tomar cuidado nas suas decisões. Em 1866 José Fabiano Batista enviou um requerimento à Câmara “offerecendo duas certidões contendo os termos de avaliação e demarcação dos terrenos denominados Perdizes — com que pretende justificar que são de servidão publica, e que nunca pertencerão ao Corel. José Pedro”⁴. A edilidade não se decidia fàcilmente. E no mês seguinte àquele pedido de Francisco de Paula Xavier de Toledo, um nôvo requerimento surgia, desta vez de “Engracia do Prado, João Benedicto Barboza, José Leite da Costa, Francisco de Paula da Penha, Antonio do Sacramento, Manoel do Sacramento pedindo datas de terrenos no largo da Capella de Nossa Senhora da Conceição e Santa Cruz no lugar denominado as — Perdizes estrada de Agoa Branca”⁵.

Os protetores da capela de Santa Cruz, finalmente, tomaram uma decisão radical diante das ameaças de doações repetidas de terrenos ao redor da ermida. Na sessão de 27 de junho de 1878 pediam “que sejam mantidos os terrenos que restão dos que forão concedidos na capella das perdizes, não se dando mais datas, por serem necessarios para o logradouro e patrimonio da Capella”⁶. Esse requerimento é a certidão do

(3) Idem, Vol. LXIII, pág. 45.

(4) Idem, Vol. LII, pág. 9.

(5) Idem, Vol. LXIII, pág. 68.

(6) Idem, Vol. LXIV, pág. 72.

atual Largo Padre Péricles que circunda a igreja de São Geraldo das Perdizes. A Câmara atendeu o pedido e parece que não concedeu novas datas a requerentes interessados. Pois três anos depois ainda havia terrenos da Câmara para serem doados. É o que se conclui de uma nova passagem das Atas. Na sessão de 22 de abril de 1881 foi lido um requerimento de “Manoel Antonio Monteiro, pedindo por data o terreno contíguo a Capella de Santa Crus no Bairro das Perdizes, para dar maior espaço ao patrimonio da Capella”⁷.

* * *

Pequena e simples, tão pobre que não resistiu ao tempo, a antiga ermida tornara-se ponto de referência na primitiva zona, onde morava já a famosa d. Teresa de Jesus Assis, que batizou o bairro. É o que conta Antônio Egídio Martins⁸. No bairro residia, em 1850, Joaquim Alves que vendia garapa e tinha como enteada d. Teresa de Jesus Assis que, por sua vez, naturalmente para encher as horas tão vazias e monótonas da cidade jovem, dedicava-se à criação, no seu vasto quintal, de “grande quantidade de perdizes”. Eram os Campos das Perdizes, de acôrdo com a expressão de um neto, ainda vivo, de d. Teresa de Assis, filha de Maria Antônia de Santa Rita, casada em segundas núpcias com o já referido Joaquim Alves Fidélis. Esse neto de d. Teresa é o sr. Francisco Paula Assis que serviu de coroinha, ainda menino, na capela de Santa Cruz das Perdizes.

Por muitos anos a paisagem da zona devia ter sido bastante acanhada, destacando-se apenas o que hoje se chama de Largo Padre Péricles, onde existia a ermida de Santa Cruz, assistida pela paróquia de Santa Cecília. Tão acanhada que a casa onde residia d. Teresa, herdeira de “cinquenta e tantos alqueires mais ou menos”, era de pau-a-pique.

No princípio do século o bairro das Perdizes estava ligado à cidade por uma linha de bondes puxados a burro, da antiga Companhia Viação Paulista, mas tão sem importância que o

(7) Idem, Vol. LXVII, pág. 79.

(8) Antônio Egídio MARTINS, *São Paulo Antigo*, Vol. II, pág. 133.

tráfego normalmente se tornava irregular, dificilmente aparecendo carros para a estrada da Água Branca. O trojeto d'esses carros terminava no entroncamento das ruas Cardoso de Almeida e Turiaçu, que naqueles tempos se chamavam respectivamente, rua Tabor e Estrada da Água Branca. O cardeal Arcoverde, então bispo de São Paulo (1894-1897), desejou criar a paróquia das Perdizes, aí por volta de 1896 e para isso fêz uma visita ao bairro, à capelinha de Santa Cruz das Perdizes.

Por tão maus momentos passou a sua carruagem nos Campos das Perdizes que caiu num buraco, após várias peripécias pelos caminhos lamacentos da cidade ao bairro. Desistiu da sua intenção. O caminho do céu era muito difícil.

Nessa época se destacava, na grande quadra hoje ocupada pelo Largo Padre Péricles, a capela de Santa Cruz, onde se rezava a missa aos domingos. Os officios religiosos eram feitos pelos sacerdotes de Santa Cecília. Durante a capelania do padre Eustáquio de Campos Nelson organizou-se comissão para a construção de uma igreja maior, o que foi feito, lançando-se a pedra fundamental a 15 de julho de 1916.

* * *

O *Livro do Tombo* da paróquia assinala que o nascimento do paróquiato se deve à primitiva capela. Não explica, porém, como se deu a transformação do orago da igreja, primitivamente, Nossa Senhora da Conceição e, agora, São Geraldo. A paróquia foi criada a 15 de fevereiro de 1914 por d. Duarte, que indicou para o cargo de pároco o padre Péricles Gomes Barbosa⁹. Muito deve o bairro a êste padre que morreu môço e está justamente lembrado no largo que tem o seu nome. Uma vida triste a dêle. Vida de passarinho doente. Era magro, alto e muito pálido. Em 1927, êle que foi o primeiro pároco de São Geraldo das Perdizes, a conselho médico, teve de partir para a Suíça em busca de "bons ares". Aí faleceu dois anos depois, justamente a 7 de janeiro de 1929.

(9) *Jubileu de Prata da Paróquia de São Geraldo das Perdizes*, pág. 17.

Nesse mesmo ano, a 17 de fevereiro, assumiu o paróquiato o bom padre Deusdedit de Araújo, escritor, homem de história, que lá se encontra até hoje, pregando o bem e destacando-se pelos seus estudos históricos, pela sua vivacidade física e mental.

E também nesse mesmo ano o corpo do padre Péricles chegou da Suíça, sendo sepultado na igreja para a qual tanto trabalhara. Aliás o templo que hoje aí está guarda uma tradição notável de trabalho, pois a igreja que aí vêdes, sóbria apesar do seu interior imenso, foi terminada em poucos anos.

* * *

A simplicidade parece ser a constante da igreja de São Geraldo das Perdizes. As naves extensas e profundas são fechadas por cúpulas de grande efeito, pela sua grandeza. São linhas imponentes que não fogem ao espírito simples do templo, que tem na capela do Santíssimo Sacramento o seu ponto alto, com a pintura de Salvador Ligabue, um homem profundamente humano que vive lá na Freguesia do Ó, cuidando da sua pintura e dos seus nove filhos. Aí vereis as cenas da oferta do pão e vinho de Melquisedec, rei de Salém, o maná dos israelitas no deserto, os prenúncios da Eucaristia, o Senhor no momento bíblico de Emaús com os seus discípulos, e outros motivos.

No campanário da matriz de São Geraldo das Perdizes está o sino que anunciou, em São Paulo, a Independência do Brasil e que, primitivamente, se encontrava na velha Sé, demolida em 1913. Estêve durante muito tempo também numa das salas do Convento da Luz, num sossêgo e num silêncio realmente de ferro. Lá o encontrou o padre Deusdedit, quando secretário de d. Duarte. Em 1942 pediu-o a d. José Gaspar, para a torre de São Geraldo. O sino foi então cedido a título de empréstimo. Mas, vão de lá tirá-lo! Pesa 2.550 quilos, tendo de diâmetro um metro e setenta centímetros e altura de um metro e setenta e cinco centímetros.

Aliás o padre Deusdedit tem um trabalho sôbre êsse seu sino. Foi fundido em 1820 por Francisco das Chagas Sampaio, e é conhecido pelo nome de “Bronze Velho”, apresentando, de um lado, as armas do reino de Portugal e, do outro, as palavras do salmo 150:

*Laudate eum in cymbalis benesonantibus:
laudate eum in cymbalis jubilationis.*

E, embaixo, a inscrição seguinte: “Francisco das Chagas S. Payo fundido no anno de 1820”. Não é possível vê-lo à vontade, dada a sua localização tôda especial na tôrre. A não ser que possais galgar trinta degraus de escada vertical¹⁰.

Na tôrre da Sé havia quatro sinos: o “Bronze Velho”, o “Sino das Almas”, o “Meão” e o “Vem-Vem”. Êste último, de nome tão bonito e convidativo na sua carinhosa expressão, está na igreja de Santa Cecília. O “Bronze Velho” está em São Geraldo das Perdizes e parece que, ou o “Meão” ou o “Sino das Almas”, um dos dois, deve estar na igreja do Carmo. Segundo alguns técnicos, o “Bronze Velho” possui mais de dezoito quilos de ouro na sua estrutura, daí advindo a graça do seu bimbalar, um som diferente e agradável.

Nas tardes de festa o sino cobre o céu das Perdizes. As suas batidas são cheias de uma sonoridade tôda especial. Talvez chamando os seus companheiros — onde andarão? — que durante tantos anos ritmaram a vida paulistana de outrora. A igreja de São Geraldo das Perdizes é a igreja do sino de ouro.

(10) Padre DEUSDEDIT DE ARAÚJO, *Lâmpadas do Santuário*, pág. 234.

Imaculado Coração de Maria

(Refúgio dos Pecadores)

A IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO de Maria, na rua Jaguaribe, tem sua história ligada à antiga igreja do Colégio, que viu e assistiu ao nascimento da cidade de São Paulo e veio acompanhando o crescimento da metrópole até que não pôde mais agüentar-se, tanta a velhice e o pêso dos anos, e ruiu cansada. Depois foi demolida não só pelas picaretas como também pelo acôrdo estabelecido entre o govêrno e o bispado de São Paulo, e pelas exigências do que os homens sérios chamam de progresso.

Mas parece que o bispo de então, d. Joaquim Arcoverde, não ficou satisfeito com o acôrdo. Algo lá dentro dêle o trazia descontente, talvez um sentimento de culpa por não ter batido os pés firmemente e recusado atender aos interêsses do govêrno, que também podem não ser do povo, e com essa atitude resguardado os velhos muros do Colégio que, durante tantos anos, abrigaram os jesuítas herdeiros das responsabilidades dos fundadores de São Paulo.

Sim, houve alguma coisa, porque o então bispo de São Paulo resolveu, alguns anos mais tarde, fundar a igreja do Imaculado Coração de Maria em “substituição da primitiva igreja do Colégio demolida em 1896”.

E deu início às obras rapidamente, fiado nos 350 contos que o govêrno pagou pela igreja do Colégio. Mas que não deram para as despesas totais, pois até a data da inauguração as obras do templo consumiram 320 contos, conforme consta da lápide existente ao lado da porta principal da igreja. Duas lápides, aliás. Duas lápides que constituem um resumo histórico e contábil do templo. Os padres incumbidos da construção foram os da congregação dos Filhos do Coração de Maria, que a completaram com as doações de bons católicos, entre os quais Jorge Maria Lima, José Estanislau do Amaral, a marquesa de Itu, a baronesa de Tatuí, a baronesa de Jaguará, d. Veridiana Prado, o eng. Prudente de Moraes, muitos dêles e outros mais lembrados nos *vitraux* do templo.

A pedra fundamental foi lançada no dia 13 de março de 1897, no “centenário anchietano”, conforme se lê da inscrição existente no soalho da ábside, já quase apagada pelos pés inquietos dos fiéis.

* * *

Do antigo Colégio, porém, a igreja do Imaculado Coração de Maria, o que não é pouco, tem o altar-mor de talha, bellissimo, soberbo, e de uma riqueza estrutural tão grande na sua simplicidade que só por si justificaria uma visita à igreja. Diante dessa talhada madeira numerosas gerações se prostraram contritas. Ficou o altar-mor puramente, e está na capela do Santíssimo. E nêle os missionários do Coração de Maria colocaram um Senhor Bom Jesus que sorri de felicidade por se encontrar em tão histórico e lindo altar. Ali vereis também um trono de exposição que, como a imagem, não pertenceu ao Colégio. Diga-se que o altar-mor é cuidado como merece, com um carinho que hoje poucas vêzes vamos encontrando pelas nossas reminiscências históricas.

Pois a igreja do Imaculado Coração de Maria, dois anos depois do lançamento da pedra fundamental, isto é, exatamente a 2 de fevereiro de 1899, era aberta ao culto dos fiéis, comparecendo à cerimônia personalidades importantes da so-

cidade paulistana e do govêrno do Estado. Não só o templo ficára pronto para as devoções. Também o convento dos missionários que, mais do que a igreja, guarda vestígios de construção de meio século, com largas tábuas nos soalhos, corredores enormes e portas envidraçadas da altura das paredes.

* * *

A igreja do Imaculado Coração de Maria foi construída na forma tradicional dos templos católicos, em forma de cruz cujo corpo central é ocupado pela nave maior e os braços por capelas. Tem uma porta lavrada em madeira, cheia de arábescos que são um autêntico atestado de paciência do seu autor. E interiormente é ampla, alta, e escura, com oito capéllas laterais em forma de alvéolos limitadas por duas galerias que vão da porta até às proximidades do altar-mor.

E possui tribunas, também, que ficam perto das decorações que tomam todo o corpo interno do templo, decorações enormes, fixando passagens da vida extraterrena de santos, vida sem problemas e de muito sossêgo e quietude.

A igreja do Imaculado Coração de Maria é o Refúgio dos Pecadores, conforme se lê no alto da entrada do templo, em letras firmes e contundentes. Um comovedor convite para todos nós que não somos puros. Mas, ai do templo, se todos tivessem consciência disso. Não bastariam seus altos muros para tão grande número de necessitados de refúgio!

Sagrado Coração de Jesus

(*A Escola e a Oficina*)

NO LARGO DO CORAÇÃO DE JESUS, nos Campos Elísios, está a igreja do Sagrado Coração de Jesus, igreja que, se não fôsse a enorme estátua que se encontra na sua torre, passaria despercebida entre o enorme edifício do colégio do mesmo nome. A igreja e o colégio ocupam uma quadra enorme, destacando-se no casario baixo do bairro pelas suas longas paredes de janelas abertas para a rua Dino Bueno e pela alameda Barão de Piracicaba. Dêsse templo, terrivelmente maltratado pela revolução de 1924, nasceu a igreja de Santa Teresinha do Alto de Santana, fruto de uma promessa para a salvação dos alunos que se haviam recolhido à igreja do Sagrado Coração de Jesus, procurando proteger-se das granadas.

Os alunos internos do colégio acotovelavam-se numa sala, enquanto os revolucionários atacavam o Palácio dos Campos Elísios. Três granadas atingiram o edifício. A agitação cresceu e alunos e mestres recolheram-se à capela para pedir a proteção do céu. Foi nesse instante que o padre Luís Marcigaglia, diretor do Liceu, ao passar pela sacristia, deparou com o quadro da bem-aventurada Teresinha de Jesus. Confiou-lhe a sorte dos seus alunos e prometeu fazer alguma coisa em seu

louvor pelos favores recebidos naquele momento angustiante. A bem-aventurada atendeu-o. Nada sofreram os alunos e os sacerdotes. Então o padre promoveu a construção da igreja de Santa Teresinha do Menino Jesus no Alto de Santana, em terrenos da chácara de Henrique Mourão, um dos dirigentes do colégio.

Mas, voltemos à igreja do Sagrado Coração de Jesus, situada no largo do mesmo nome, nos Campos Elísios. Os documentos que compulsamos para conhecer a sua crônica não esclarecem suficientemente o fato de o templo estar onde se encontra e não ali nas proximidades do Viaduto do Chá. Porque a idéia primitiva, segundo informa Jacinto Ribeiro¹, nascida naqueles quase remotos anos de 1878, vingou de uma humilde oferta de um membro da Conferência do Sagrado Coração de Jesus, cujo nome se deve registrar aqui por extenso — Domingos Gonçalves Carregaza que, historicamente, pode ser considerado o verdadeiro fundador da igreja.

Em 1878, aos 8 de agosto, foi fundada em São Paulo uma Confraria de São Vicente de Paula, sob a denominação de Conferência do Sagrado Coração de Jesus, sendo seu primeiro presidente o doutor Alberto Saladino Figueira de Aguiar, homem devoto, muito ligado às coisas da igreja. A Conferência reunia-se em lugares vários e mantinha suas atas de reunião. Na sessão de 24 de outubro desse mesmo ano, Domingos Gonçalves, cidadão profundamente religioso e de posses, na sua boa vontade e na sua fé, ofereceu à Conferência “um pequeno terreno de sua propriedade com 8,8 metros de frente e 10 metros de fundo situado no morro do Chá, para se construir uma pequena capela sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus e que servisse para as devoções da mesma Confraria”². A oferta foi aceita, mas pelos autos não andou o bispo de então. O fato de d. Lino Deodato, então bispo de São Paulo, não ter aprovado o projeto não esclarece definitivamente a questão e nem o seu argumento de que possivelmente o terreno era pequeno. A impressão de quem examina a questão é a de que Domingos Gonçalves se antecipou aos

(1) Jacinto RIBEIRO, *Cronologia Paulistana*, Vol. I, pág. 684,

(2) Idem, idem.

projetos de d. Lino, pois nutria êle "há tempos o desejo de consagrar a sua diocese ao Sagrado Coração de Jesus"³. A verdade é que d. Lino Deodato encarregou aquêlê mesmo doutor Saladino Figueira de Aguiar de adquirir terreno para a construção da igreja, abrindo uma subscrição entre os fiéis.

Com o produto dos favores dos devotos foi possível a compra do imóvel que é o que lá se encontra no largo Coração de Jesus. O templo é enorme e pesado, destacando-se pela sua tôrre tôda enfeitada e alta, onde reina o Cristo Redentor. Essa estátua foi oferecida por d. Veridiana Valéria da Silva Prado e executada nas Escolas Profissionais do Liceu do Sagrado Coração de Jesus. A tôrre é colaboração da condessa Pereira Pinto, filha de d. Veridiana. Foi inaugurada no dia 17 de novembro de 1901.

* * *

A 24 de junho de 1881 foi lançada a pedra fundamental da igreja do Sagrado Coração de Jesus, com a presença de d. Lino Deodato⁴. Os assentamentos do *Livro do Tombo de Nossa Senhora do Ó*, a quem pertencia o bairro, guardaram para o futuro os nomes dos principais e mais destacados devotos do Sagrado Coração de Jesus: o cônego Antônio Guimarães Barroso, Alberto Saladino Figueira de Aguiar, Rafael Correia da Silva Sobrinho, Bernardino José Dias Tôrres de Oliveira, Domingos Gonçalves, Cláudio Justiniano de Sousa, João Batista Alambari Palhares e João Batista Alvarenga.

O acontecimento constituiu uma festa para todos e logo foram iniciados os trabalhos de construção do nôvo templo paulistano.

O cônego Jerônimo Pedroso de Barros e outros tiveram uma idéia melhor ou mais prática, isto é, a de anexar ao templo, cuja edificação a 10 de janeiro de 1882 já havia gasto 17:000\$000, um estabelecimento de ensino. A questão foi debatida, pensando-se os prós e os contras, mantendo-se uma

(3) Idem, idem. Jacinto RIBEIRO dá a data da consagração da Diocese ao Sagrado Coração de Jesus como sendo 8 de outubro de 1881.

(4) Idem, idem.

córrente da Conferência no seu ponto de vista de anexar à igreja “uma instituição que a tornasse mais fecunda. O pensamento de dotá-la com um estabelecimento qualquer de instrução surgiu em diversos espíritos”.

Esse sacerdote manifestou um espírito prático, objetivo, e em carta enviada ao padre Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, datada de 10 de janeiro de 1882, assinalava que “a importância do ensino profissional, a absoluta necessidade que temos d’elle parecerão de preferencia indicar a anexação de um lycêo de Comercio, artes e officios”. Padre que via longe, que cuidava, enquanto a igreja não estava acabada, de proporcionar meios para maior glória da sua missão. Via um problema de nossos dias ainda, isto é, o da criação de técnicos. Na mesma carta⁵ esclarecia que a fundação da escola contou desde logo com 50 acionistas e que no círculo de seus amigos conseguira mais acionistas para esta empreza começada. Tinha a esperança, acrescentava, de poder reembolsar os acionistas das suas respectivas ações quando o estabelecimento tivesse os rendimentos necessários para êsse objetivo.

Assim nasceu o colégio, mal terminada a igreja, cujas obras já iam longe para alegria dos membros da Conferência do Sagrado Coração de Jesus.

A igreja do Sagrado Coração de Jesus foi concluída por volta de 1885, quando, ao que parece, as obras do colégio já haviam sido iniciadas. Nesse mesmo ano, a 5 de junho, chegaram a São Paulo os primeiros padres salesianos, de acôrdo com a informação de Jacinto Ribeiro, que assumiram a direção da igreja e do estabelecimento. O primeiro diretor da escola foi o padre Lourenço Maria Geordani.

* * *

No ano de 1900 o prédio da escola ainda não se encontrava concluído, pois dêle nos dá notícia Alfredo Moreira Pinto, que visitou a igreja e achou-a uma maravilha, classificando

(5) Arquivos da Cúria Metropolitana, *Livro do Tombo de Nossa Senhora do Ó*, Livro 7-3-15. A carta é datada de 10 de janeiro de 1882 e nela dizia o cônego Jerônimo Pedro de Barros que “a importância do ensino profissional, a

seu estilo como da Renascença! E informava que “o altar-mór é todo de mármore de Turim e foi offerecido por d. Veridiana Prado”⁶. Dividia-se então o Liceu em duas seções: uma colegial e outra destinada à aprendizagem de diversos officios, tais como os de encanador, de carpinteiro, sapateiro, alfaiate, ferreiro, serralheiro e ajustadores de máquinas, torneiros de madeira, mármore. E tinha uma fundição tipográfica, “a primeira e única do Estado”, conforme frisou aquêlê cronista⁷. A igreja do Sagrado Coração de Jesus e o Liceu, que tiveram sua origem da oferta humilde de Domingos Gonçalves, desde então vem progredindo, não se podendo negar a sua ativa participação na formação intelectual de várias gerações paulistas.

absoluta necessidade que temos d'elle, parecerão de preferênciã indicar a anexação de um lycéo de Comercio, artes e officios. Entre o Clero e os cotholicos dedicados immediatamente se apresentarão quasi 50 accionistas, e para levar a termo esta empresa, deseja-se principalmente o apoio e protecção do Clero desta Diocese, sempre cioso das ideas generosas; e por isso pedimos a V. Rvma. que se torne accionista e que no círculo de seus amigos consiga mais accionistas para esta empresa começada. Cada acção tem o valor de 100\$000. Tem-se a esperança de poder reembolsar aos accionistas as suas respectivas acções quando o estabelecimento tiver os rendimentos necessarios para esse fim”.

(6) Alfredo Moreira PINTO, *A Cidade de S. Paulo em 1900*, pág. 43.

(7) Idem. Uma descrição sumária do autor: “O altar-mór está assentado acima de uma crypta subterranea com um altar de marmore, da maior riqueza e do maior gosto artistico. No corpo da igreja ha tres naves, uma central e duas lateraes, separadas daquella por oito columnas de cada lado, fingindo marmore”.

Divino Espírito Santo

(Os Remotos Açorianos)

A IGREJA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, situada num outeiro da rua Frei Caneca, na Bela Vista, outeiro que domina quase tôda a paisagem central cidadina paulistana, está intimamente ligada à história da família dos Paim. Os Paim, açorianos da Ilha de São Miguel, que para cá vieram em tempos muito recuados. Mas não vieram sós, pois com êles numerosas outras famílias dos Açôres transpuseram o oceano e localizaram-se nas terras que formaram o Sítio do Capão de Fernão Dias Pais Leme, o tio-avô do Caçador de Esmeraldas. Dêsse sítio, que se estendia até as margens do rio Pinheiros e talvez fôsse até a fazenda do Embu, onde residira Fernão Dias Pais Leme, ficou a reminiscência florestal do hoje Parque Siqueira Campos, com as suas sombras, as suas alamêdas sombrias, tão do agrado dos namorados.

O caso foi que Mariano Antônio Vieira adquiriu grandes datas de terras dos sucessores seculares do piedoso Fernão Dias Pais Leme. A sucessão dêsse sítio do Capão passou por onze pessoas, tendo Mariano Antônio Vieira adquirido as terras por escritura de 5 de abril de 1880 do major Benedito A. da Silva. Portanto, aquêle açoriano foi o décimo segundo proprietário do Sítio do Capão. Da enorme extensão de terras "a que chamam Capão" constata-se nas *Atas da Câmara* a

existência de conflito sôbre sua propriedade. De Fernão Dias Pais a posse passara para seu neto Fernão Pais de Barros e, por sucessivas heranças, a Francisca de Lira e esta “vendera parte do dito Capão ao Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida, bem como a Enemon Carrier”¹. Seu objetivo, ao adquirir as terras, foi o loteamento do lugar para venda aos seus patrícios, tendo-o batizado com o nome de Bela Cintra, pois a paisagem lembrava-lhe de forma muito incisiva a Cintra dos arredores de Lisboa. Mariano Antônio Vieira era genro de José Paim Pamplona, homem muito religioso e que, durante alguns anos, explorou a pedreira da Gamboa no Rio de Janeiro.

A essa pedreira está ligada a história da igreja do Divino Espírito Santo. José Paim Pamplona era casado e possuía duas filhas, uma das quais, Maria Isabel, casou-se com Mariano Antônio Vieira. A mulher de José Paim Pamplona ficou doente, tal seria a dura vida que levava na ajuda ao marido para a defesa do pão de cada dia. E por essa razão teve de voltar à Ilha de São Miguel em busca de saúde. Levou as filhas consigo e deixou o marido no Rio, onde então grassava terrivelmente a febre amarela. Com o coração em sobressalto partiu para a terra, fazendo promessas ao Divino Espírito Santo para que resguardasse o espôso dos perigos que o cercavam. Essa promessa consistiu numa novena tão logo regressasse para o Brasil.

Um ano depois regressava com as meninas e com a saúde recuperada. Encontrou o marido são e salvo a braços com a exploração da pedreira da Gamboa. Pô-lo a par de sua promessa, que deveria ser cumprida. Em 1880 mudou-se para São Paulo José Paim, trazendo a família, residindo na Bela Cintra, “numa casa própria quase fronteira à rua São Miguel”, na informação de A. Paim Vieira². As informações que temos, a êsse respeito, é que êle veio residir provisoriamente em casa do genro, Mariano Antônio Vieira, pois a sua moradia ainda não estava pronta. Aí, na casa de Mariano Antônio Vieira,

(1) Ernesto ENNES, “Pedro Taques de Almeida e as Terras do Concelho ou Rossio da Vila de São Paulo (1709)”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. LXXXIV, pág. 59.

(2) A. Paim VIEIRA, “Chácara do Capão”, in *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. CXLVIII, pág. 129.

é que começaram a ser feitas as novenas, às quais vieram de encontro os sentimentos religiosos dos açorianos que já começavam a residir na Bela Cintra.

Dessa novena nasceu a igreja e no ano seguinte, em 1881, constituía-se a Irmandade do Divino Espírito Santo, cujos exercícios religiosos transcorreram na sala particular, provisóriamente transformada em capela, de Mariano Antônio Vieira. Eis como um seu descendente, o pintor A. Paim Vieira, descreve a primeira cerimônia da futura igreja do Divino Espírito Santo: "Para isso convidou a todos os moradores da redondeza, em sua maioria açorianos, povo particularmente devoto do Divino Espírito Santo e, por ocasião da festa de Pentecostes de um daqueles anos, fez, com a solenidade que lhe foi possível, a novena devida há tanto tempo. A concorrência foi notável. Não só a grande devoção que todos tinham pelo Espírito Santo como ainda o fato de não poderem, pela distancia, frequentarem igreja, contribuiu para o êxito"³. Por ocasião das romarias costumava-se chupar muita jabutuca na Bela Cintra, "a razão de 500 réis por pessoa... até estourar!"⁴. Com a frequência cada vez maior de devotos surgiu a idéia de uma capela.

A primeira capela do Divino Espírito Santo era pequena e humilde e dela nada nos ficou. Servia, apesar da sua pequenez, aos ensaios religiosos dos açorianos. Tinha uma única porta de frente e enfeites de madeira no frontispício. Localizava-se entre a hoje rua Pamplona e a Alemêda Rio Claro, no então chamado Monte Alegre, onde existia um verdadeiro patamar, que dominava a vista da cidade. Anos depois, por efeito da doação de um terreno próprio, ainda por iniciativa de Mariano Antônio Vieira e sua mulher, a capela tomou mais importância com a instituição do seu patrimônio. No dia 26 de agosto de 1887, o cônego Eugênio Dias Leite, vigário da Consolação, celebrou ali a primeira missa, que foi bastante concorrida, seguindo-se festejos em louvor ao Divino Espírito Santo.

(3) Idem, idem, pág. 130.

(4) Everardo Vallim Pereira de Sousa, "A Paulicéia há 60 Anos", in *Revista do Arquivo Munic.pal de São Paulo*, Vol. CXI, pág. 57.

Até 1903 os festejos do Divino não sofreram alteração alguma, transcorrendo as festas religiosas com grande afluência dos açorianos. Nessa época foi feita a segunda construção do templo. Ocupava então uma superfície de quatro metros de frente por seis de fundo com seis degraus de entrada, dois sinos e uma frontaria de chalé. Um desses sinos ainda bimbalha na torre da igreja do Divino Espírito Santo. Em 1908 começou a vida legal da paróquia, sendo seu primeiro vigário o padre Adoniro Krauss, que adaptou a capela existente, pondo-lhe arcadas laterais, construindo a capela-mor e a sacristia. Exatamente a mesma igreja que lá se encontra hoje. Em 1931 foi nomeado vigário monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, conhecido historiador, e que lá se encontra ainda hoje, coadjuvado pelo padre Carmelo Raineri.

A igreja do Divino Espírito Santo, vista por dentro, deixa transparecer claramente os vestígios da antiga capela construída no terreno doado por Mariano Antônio Vieira e impulsionada por José Paim Pamplona, que concretizou as aspirações religiosas daqueles seus patrícios açorianos. Tem um ar antigo, de tempos recuados, que ressumbra de suas paredes interiores. Mesmo com a Capela do Santíssimo doada por d. Cecília Galvão de Azevedo e decorada pelo italiano Nicola, que é muito nova. Porque ali está o espírito que animou aquêles homens antigos das ilhas dos Açores na procura de novos dias nas terras novas do Brasil — o espírito da eternidade.

নূননূননূননূননূননূননূননূন
SÉCULO
X X
নূননূননূননূননূননূননূননূন

Nossa Senhora do Rosário de Fátima

(*A Luz e o Espaço*)

A IGREJA DE NOSSA SENHORA do Rosário de Fátima, no alto do Sumaré, caracteriza-se pela sobriedade e simplicidade, refletindo o espírito da Ordem Terceira Regular de São Francisco, que a dirige. Sobriedade e simplicidade, aliás, que a tornam um dos templos mais agradáveis de São Paulo, cheio de luz e de espaço nas suas linhas de colonial tradicional, com muito, e às vezes demais até, da técnica moderna. Tem trinta e cinco anos historicamente, pois nasceu em 1931 de uma modesta promessa que, no fundo, era um protesto, do conde José Vicente de Azevedo, homem religioso, benfeitor generoso da Igreja em São Paulo.

A verdade é que o conde não gostou das inovações do progresso que derrubou, na hoje praça Antônio Prado, a igreja de Nossa Senhora do Rosário de tão longa e curiosa tradição, obrigando-a a ressurgir no Largo do Paiçandu, onde se encontra atualmente, quase estranha em meio àquele terrível movimento da Avenida São João e adjacências. O protesto do conde foi todo especial, quase uma desculpa, mais consentâneo aliás com o seu espírito de cavalheiro e homem esclarecido. E mais: educado. Doou um terreno, onde se encontra a igreja de Fátima, para a Ordem Terceira Regular de São Francisco. Ele mesmo construiu o seminário e a respectiva

capela, sob a condição de que seria dedicada à devoção de Nossa Senhora do Rosário. Aí se instalaram os frades da Ordem que, dois anos mais tarde, seriam os pioneiros do culto de Fátima no Brasil.

* * *

Um ano depois, o superior religioso dos frades esteve em Portugal, visitando Fátima a convite de um seu colega português. E tão impressionado ficou com as peregrinações à Cova de Iria na longínqua aldeia portuguesa, com a concorrência dos fiéis de várias partes do grande mundo, que determinou ao superior do convento dos franciscanos no Sumaré que dedicasse a capela a Nossa Senhora do Rosário de Fátima e “tomasse a si o encargo de desenvolver o culto da Santíssima Virgem debaixo daquela mesma invocação”. O superior do convento era o frei Inácio Gau e a primeiro de fevereiro de 1933, solenemente, entronizava a estátua da Virgem de Fátima na capela da Ordem, no alto do Sumaré.

Essa capelinha ainda lá se encontra. Uma outra foi erigida para os devotos, capela essa onde os fiéis deixam seus agradecimentos em placas de mármore que cobrem as quatro paredes da ermida. É a Capela das Velas, ao lado do templo. A primitiva imagem ainda se encontra na primeira capela, recebendo pedidos, que são muitos, e distribuindo graças que parece não serem poucas, tal o número de placas como ex-votos. O culto a Nossa Senhora do Rosário de Fátima, em pouco tempo, desenvolveu-se soprado rijamente pela colônia portuguesa de São Paulo que trouxe para a Capital, em 1934, o cardeal Cerejeira, patriarca de Lisboa. Além do mais as disposições do conde José Vicente de Azevedo não foram arranhadas quanto ao nome do culto.

O cardeal Cerejeira, em companhia de d. Duarte, visitou a capela a 21 de outubro de 1934.

Essa visita do patriarca de Lisboa teve os seus efeitos, porque no ano seguinte, exatamente no dia 13 de outubro, d. José Gaspar de Afonseca lançava a pedra fundamental do

templo que lá se encontra hoje, ao lado do convento, grande, cheio de luz e coisas simples. Foi inaugurado a 29 de junho de 1950, com grandes solenidades e afluência de fiéis, quando já em 1940 era matriz tendo por primeiro pároco o frei Inácio Gau.

* * *

O autor do projeto da igreja foi o arquiteto Curt Kuade que conseguiu essa particularidade poucas vêzes encontrada nos templos paulistanos: muita luz em seu interior, sem janelões disformes e antipáticos, o que seria natural. E sem colunas centrais, mas duas galerias laterais onde se encontram quinze capelas representando os quinze mistérios do Rosário, como alvéolos nas paredes.

As capelas são tôdas feitas de cedro e jacarandá paulista, esculpidas por Artur Pederzoli e se estiram pelos lados da nave central que mede 45 metros de comprimento, 16 de altura e 17 de largura, formando cruz com as suas duas capelas laterais: a do Santíssimo Sacramento e a da Sagrada Família.

Observe-se o púlpito, todo em madeira trabalhada por Bernardo Heise, com motivos do Sermão da Montanha, enorme, imponente e pesado, contrastando fortemente com o espírito da igreja. Mas um olhar para o altar-mor é reconciliador porque a vista se embebe numa franciscana simplicidade de mármore, bronze e ônix e naquele olhar manso, doce, cerúleo, da imagem de Fátima. A mesa da comunhão, com dois portões de bronze realizados pelo Liceu de Artes e Ofícios, completa o altar-mor com a sua fascinante pureza. E nem se precisa ser religioso para cair ali, de joelhos, com o pensamento voltado para aquêle transfigurado carpinteiro da Galiléia.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima tem muita luz, e como vigário frei Eduardo que, pelo seu conteúdo humano, deve sentir-se muito bem em meio a tanta claridade!

Nossa Senhora da Paz

(*Imagens Ausentes*)

A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PAZ, situada na rua do Glicério, o pobre Glicério de tantas tradições circenses, nas proximidades da entrada da Avenida do Estado, teve a sua primeira manifestação de vida numa simples idéia, no ano de 1937: um templo construído pelos italianos na terra brasileira que os acolhia sem reservas e, generosamente, dava-lhes tôdas as oportunidades, como se fôsem filhos nativos. Por ser tão simples essa idéia é que talvez o templo tenha nascido com êsse espírito que transformou pedras e mármore e bronze numa simplicidade que toca os limites da obra-prima. Porque êsse é o espírito da igreja — a simplicidade tocante e comovedora.

E no ano seguinte um grupo de missionários carlistas fundava uma associação para angariar os meios necessários à realização e concretização da idéia simples do padre Milini, superior provincial da Congregação Carlita. Escolheu-se um terreno de dez mil metros quadrados, adquiridos depois com a colaboração de elementos da colônia italiana, confiando-se o projeto aos arquitetos Pettini e Pennacchi que, sob a orientação dos missionários carlistas, apresentaram os respectivos desenhos.

Esses desenhos foram transformados em maquetas e expostos na igreja de Santo Antônio, então dirigida pelos sacerdotes da mesma congregação. Tal é a história da origem da igreja de Nossa Senhora da Paz, o mais original de todos os templos de São Paulo. Pedras, mármore e bronzes, transformados em ternura e espírito.

Mas é a primeiro de maio de 1940 que a Cúria Metropolitana nomeia o primeiro vigário, o padre Mário Rimondi, colaborador do padre Milini na organização e no início das obras. Entretanto, a tomada de posse da sua pequena paróquia não foi possível, visto não existir lugar adequado para a celebração do culto. Mas o padre Rimondi, que ainda hoje dirige a paróquia, não cruzou os braços à espera de um possível milagre. Pôs-se a trabalhar no sentido de fazer o recenseamento paroquial, para ter uma idéia da fôrça do seu nôvo reino terreno. E no primeiro domingo de julho de 1940, em manhã cheia de sol, disse a primeira missa dominical na capelinha de Santa Cruz, a mesma humilde e antiga capelinha que ainda hoje existe, muito branca, próximo à igreja de Nossa Senhora da Paz, no largo Conde de Sarzedas.

A capelinha de Santa Cruz parece ser muito antiga e durante alguns anos permaneceu milagrosamente de pé, servindo de refúgio aos deserdados noturnos da grande cidade que, não encontrando amparo junto aos homens, corriam para as obras do Senhor que só lhes dava o teto da ermida humilde.

Já haviam sido iniciados, nessa época, os trabalhos dos alicêrces do nôvo templo. Das mãos do escultor M. del Favero saía soberanamente a imagem de Nossa Senhora da Paz. No dia 20 de outubro uma procissão enorme, com grande número de fiéis italianos e brasileiros, saía da igreja de Santo Antônio, conduzindo a imagem para o templo em construção, onde então foram iniciadas as cerimônias litúrgicas na capela provisória de madeira. Daí para a frente os trabalhos do templo tomaram impulso. Em abril de 1941 o embasamento estava concluído e em 1942 a estrutura de concreto começou a caminhar para o céu.

* * *

A igreja de Nossa Senhora da Paz apresenta-se, em suas linhas gerais, no estilo românico primitivo, encontradiço nos lugares evangelizados pelo espírito franciscano, segundo a explicação do padre Rimondi, repudiando “os ornatos inúteis e a monumentalidade vazia das formas”. A área ocupada pelo edifício é de 1.500 metros quadrados, tendo o templo capacidade para acolher três mil fiéis. A fachada tem uma altura máxima de 20 metros e o fôrro, abobadado, apoiado sôbre os arcos da nave, atinge a 15 metros do pavimento. A igreja de Nossa Senhora da Paz é a demonstração evidente de que o tradicional religioso pode colocar-se em pleno movimento modernista com vantagens para a fé, que é pura e simples como todo êsse templo excepcional.

No interior da igreja a primeira impressão é a de uma grandeza esmagadora que nasce do humilde, pois jamais se poderia admitir tanta beleza em tanta simplicidade. Os murais de Fúlvio Pennacchi, inspirados no florentino da pré-renascença, são as verdades do Senhor: o Juízo Final, a Natividade da Virgem, o Cristo Crucificado, a Ceia de Emaús, o da Anunciação, o de São Carlos Borromeu, de São José, de Santa Catarina de Sena, de Santo Antônio, de São Francisco de Assis e outros. São cenas impressionantes fixadas nos muros interiores da igreja, “não só pela grandiosidade das figuras pintadas, que medem cada uma dois metros e meio, mas ainda pelo caráter um tanto primitivo do desenho”.

Entram pelos olhos os componentes do altar-mor, desconcertante pela pureza, segundo a expressão do padre Consonni, onde existe uma forma em bloco, semelhante aos que nos primeiros templos do cristianismo se elevavam sôbre os ossos dos mártires. Empregou-se em sua construção mármore travertino romano onizado. Tem quatro metros de comprimento por um metro de altura, em forma de túmulo. Dominando o conjunto ergue-se o Cristo pintado em seis metros de altura, crucificado, mas um Cristo quase feliz no seu realismo transfigurado.

A imagem da padroeira está ali, colocada sôbre um pilar separado do altar, cuja frente se encontra ornamentada, ape-

nas, de um grande monograma do Senhor. A parte frontal superior apresenta esta frase: "os filhos de Deus contornam o altar como rebentos de oliveira". E, realmente, assim o é. O altar pode ser contornado pelos inúmeros fiéis que lá vão.

Não menos que os murais, impressionam os trabalhos de escultura e arquitetura, cujos maiores exemplos, no templo, encontramos nas lâmpadas votivas e na pia batismal. A maciça grandeza das lâmpadas votivas, que são duas, uma "Ai Martiri" e outra "Agli Eroï", em contraste com a humildade da chamazinha que arde em seu interior e põe reflexos frágeis na lisura das paredes de mármore, forma um conjunto que, de tão simples, se torna comovente. O batistério, por sua vez, a fim de ser destacado das capelas, tem a suntuosidade realçada pelo revestimento de travertino romano lustroso, apresentando em sua face frontal três esculturas representativas de Adão e Eva no ato de cometer o pecado e outras que lembram a deposição de Cristo no Sepulcro e a sua ressurreição.

A fonte é um bloco de pórfido, com um metro de altura, de forma semicircular. A capela do Santíssimo Sacramento constitui um outro conjunto soberbo. O Tabernáculo é de mármore vermelho de Minas Gerais. Os travessos do fôrro e os genuflexórios são de jacarandá da Bahia e de São Paulo.

As impressões transmitidas pela igreja de Nossa Senhora da Paz não podem ser registradas pelo papel, apesar da velhice da imagem. É inútil transformá-las em vocábulos para retransmitir as emoções que nos causa o templo. Emendabili, Pennacchi, Pettini e Favero acertaram artística e religiosamente nessa obra tão original que é o templo de Nossa Senhora da Paz.

* * *

Mas os padres carlistas não têm apenas a igreja para impressionar. Têm também uma obra de assistência social que já está dando os primeiros frutos apesar de muito nova. No dia em que os missionários de São Carlos Borromeu co-

memoravam o cinquentenário da chegada ao Brasil dos seus religiosos, lançava-se, ao lado da igreja de Nossa Senhora da Paz, a primeira pedra do Centro Assistencial, que inclui a escola paroquial, o jardim da infância e organizações de assistência aos pobres do bairro do Glicério. O convento ao lado do templo está pronto e serve de moradia para os padres carlistas. Em seu interior, entre águas e flôres, existe uma estátua de São Francisco de Assis de braços estendidos, braços que dão sombra apesar de brônzeos, sombra sôbre a paz, a beleza e a quietude da igreja de Nossa Senhora da Paz.

São Judas Tadeu

(*Não o Iscariotes*)

DAS IGREJAS DE SÃO PAULO, a que se apresenta hoje com um movimento mais colorido, mais festivo, mais popular, é a de São Judas Tadeu, não o Iscariotes, no Jabaquara. Bairro que começou a nascer aí por volta de 1940, no prolongamento da Vila Mariana, de Domingos de Morais, no prolongamento da Saúde, acompanhando um comprido caminho de terra vermelha, agora transformado numa grande avenida asfaltada, movimentada, servindo uma parte da cidade que não lembra mais a paisagem de vinte e seis anos atrás. Ao progresso rápido do Jabaquara não foi estranha a devoção e a romaria a São Judas Tadeu. Não foi a causa, mas teve a sua participação.

Para essa igreja se voltam hoje as preferências populares. Homens simples do povo, as mulheres, as crianças, todos correm ao templo de São Judas Tadeu, “nas doenças, nas tentações, no desespero, no medo e na aflição, na calúnia e na maledicência, na pobreza e onde tôdas as esperanças perecem”¹, implorando a sua intercessão. Antigamente, e por muitos anos, foi a Penha a igreja do povo. Hoje é a de São Judas Tadeu. Por isso a sua paisagem é colorida, humanamente colorida, principalmente nos dias 28 de cada mês. Então o movimento de devotos, de romeiros, é intenso. As empresas

(1) *Pequeno Devocionario de São Judas Tadeu*, pág. 6.

de ônibus aumentam seus carros na linha do Jabaquara a fim de atender a fantástica afluência de fiéis. O dia da romaria é o dia 28 de cada mês, isto porque foi aos 28 de outubro de um remoto século que, juntamente com o apóstolo São Simão, São Judas Tadeu “selou sua fé com o martírio na Pérsia”.

São Judas Tadeu, não o Iscariotes. É bom que se distinga para não repetir aquela piedosa observação de uma velhinha, registrada no *Pequeno Devocionário de São Judas Tadeu*: “Como Jesus é bom, perdoou até ao Judas e fêz dêle um santo!” O apóstolo São Judas Tadeu era parente próximo de Nosso Senhor, seu primo mesmo. Monsenhor Ascânio Brandão informa que o nome de São Judas foi muitas vêzes substituído pelo de Tadeu por causa do nome de Judas Iscariotes, o traidor. “Os próprios evangelistas como São João ao se referirem a Judas Apóstolo diziam: Judas, não o Iscariotes ou o traidor”². Por êsse seu parentesco com o Senhor é que São Judas Tadeu se tornou um santo infalível e o povo parece ter compreendido essa relação de sangue com o Cristo transformando São Judas em seu advogado perante o filho de Deus. O apóstolo santificado é conhecido ainda por três nomes: Judas, Tadeu e Lebeu, cuja significação é a de cordato, misericordioso e benigno. Há uma oração de 1826 que focaliza bem a posição do Apóstolo no processo de devoção dos católicos com relação ao seu nome muitas vêzes confundido com o de Iscariotes. A oração secular começa assim: “São Judas Tadeu, glorioso Apostolo, servo fidelissimo e amigo de Jesus, o nome do traidor foi causa de que fosseis esquecido por muitos corações simples, mas a Igreja por causa de vossa santa e apostolica vida vos honra e invoca universalmente como patrono dos casos desesperados e no tempo das calamidades...”

* * *

A crônica de São Judas Tadeu em São Paulo é muito simples e nasceu no Jabaquara de 1940, de poucas casas,

(2) Monsenhor ASCÂNIO BRANDÃO, *São Judas Tadeu, Vida, Martírio e Culto*, pág. 16,

muitas árvores e caminhos de terra vermelha. O arcebispo d. José Gaspar Afonseca e Silva criou a paróquia em 25 de janeiro de 1940, confiando-a aos padres do Sagrado Coração de Jesus na pessoa do padre João Buescher. D. Gaspar criou a paróquia, deu posse ao pároco padre João Buescher e mandou que êle fôsse com Deus. E êle foi. Foi para o Jabaquara, onde não havia nem lugar para a prática dos ofícios religiosos. Nem uma ermida. A paróquia nasceu sem templo algum, mas êsse fato não constituiu problema para o padre João, que inaugurou “o serviço paroquial numa residência particular adaptada e transformada em um salão onde instalou provisoriamente a matriz”³ com o nome de São Judas Tadeu. Difícil, aparentemente, seria a vitória do padre com um nome tão estranho de orago para reunir a religiosidade dos habitantes do Jabaquara. O primeiro esforço do sacerdote, depois de adaptar a casa em igreja, foi a de despertar a devoção pelo nome de Judas, realizando um grande trabalho de esclarecimento entre os devotos.

A sede da paróquia ficava numa residência da esquina da Avenida Felício Fagundes. Era uma casa térrea e baixa, com alpendre que tomava tôda a sua frente. O padre cercou o alpendre com enfeites de madeira, tornando-o acolhedor. Não havia tórre e a pobreza era tão grande que o sino teve como campanário a copa de uma árvore. Tal estilo de templo era inusitado e daí não foram poucas as confusões, pois os fiéis intrigavam-se com a igreja improvisada, sem tórre com sino, com um orago que lembrava intimamente o traidor do Senhor, o Iscariotes. Nem por isso o padre João Buescher se mostrou desanimado e desdobrou-se entre os moradores do então nascente bairro, já cuidando, para um futuro próximo, da construção da casa que lá se encontra hoje, na Avenida Jabaquara, a simpática igreja de São Judas Tadeu. Durante cêrca de dois anos os ofícios religiosos se praticaram na casa residencial da Avenida Felício Fagundes. Os projetos do padre João cresciam, como crescia o bairro — aos poucos. A imagem de São Judas, que se encontra no templo atual, foi uma doa-

(3) Idem, pág. 257.

ção do casal João Francisco Heitzmann e Clara Heitzmann, no primeiro ano de vida da igreja, uma estátua feita pelo escultor M. del Favero, que recebeu a bênção litúrgica, solenemente, no dia 10 de outubro de 1940, nove meses depois de criada a paróquia. A devoção foi crescendo de modo admirável, diz monsenhor Ascânio Brandão, e as multidões afluíam cheias de fervor ao santuário improvisado de São Judas Tadeu, principalmente nos dias 28 de cada mês.

Pouco mais de um ano, tal a influência dos fiéis que acorriam a adorar o orago, teve de ser mudada a igreja improvisada. Foi transferida para um salão agora na Avenida Jabaquara, cuja inauguração, dizem os cronistas que já cuidaram da igreja, foi presidida pelo vigário-geral do arcebispado, d. Ernesto de Paula, aos 16 de março de 1941. Aí permaneceu a imagem de São Judas cêrca de um ano, enquanto se iniciavam as obras de construção da igreja que lá está hoje. São Judas Tadeu, com o seu nome agora respeitado e venerado, graças ao esclarecimento continuado do padre João Buescher, passara por tôdas as dificuldades. A afluência de devotos crescia cada vez mais. Os milagres, no conceito bom do povo, se multiplicavam. As esmolas eram grandes e São Judas Tadeu em 1942 já tinha o seu santuário pronto, o que lá se encontra hoje, que foi inaugurado solenemente a 4 de abril daquele ano pelo monsenhor José Maria Monteiro, então vigário capitular da diocese. Os sinos foram benzidos dois anos depois, a 27 de agôsto de 1944.

A obra que lá está hoje, apesar de simpática e interessante no seu conjunto que alguns cronistas consideram "linhas singelas do estilo colonial", é uma obra provisória. O padre João Buescher pretende construir uma igreja muito maior, de proporções grandiosas. O templo atual guardou vestígios da primeira matriz improvisada da Avenida Felício Fagundes: o alpendre. Ao lado da igreja, vivas como a igreja, encontram-se as obras sociais da paróquia, ou seja, um ambulatório, um dispensário e um orfanato que recolhe meninos pobres da grande cidade. São Judas Tadeu, o primo de Nosso Senhor e não o Iscariotes, está hoje muito contente com a sua reabilitação histórica e devocional e por isso faz muitos milagres. Milagres

que não devem ser poucos, mas inumeráveis como aquela multidão que, cada dia 28 de cada mês, se junta na igreja para rezar e pedir, principalmente pedir...

A afluência de fiéis naquele dia dedicado a São Judas Tadeu é enorme, fantástica, como podemos dizer sem exagero e extremamente colorida, não só por causa das diversas classes sociais que ali acorrem, como também pelo movimento que se faz em tôrno da igreja. Vão para lá os mendigos, os aleijados, que se postam nas calçadas fronteiriças ao templo, estendendo suas mãos necessitadas. Há vendedores de doces, de quitutes, de bugigangas, de imagens de São Judas, vendedores de quinquilharias, de velas, que não são acesas, mas depositadas na igreja para que sua venda posterior reverta em fundos para a construção de um nôvo templo. A própria igreja mantém sua seção de vendas de círios, livros religiosos, estampas, rosários, e outros objetos de culto. As pessoas que comungam muito cedo, os romeiros, lá têm, no subsolo da igreja, um bar para quebrar o jejum que a piedade lhes impõe. Têm tudo para uma devoção confortável. Um movimento colorido que vai de manhã até a noite, onde todos rezam e fazem penitência. Um espetáculo religioso digno de ser visto. A cêra juntada nos dias 28 de cada mês chega a atingir o pêso de uma tonelada. Há também a sala dos milagres, onde se encontram ex-votos, fotografias, variados objetos. A igreja de São Judas Tadeu e a de Nossa Senhora da Penha de França são dois dos poucos templos de São Paulo que possuem salas de ex-votos.

Essa é a igreja de São Judas Tadeu, glorioso apóstolo, servo fidelíssimo e amigo de Jesus, seu primo. Hoje êle está em boas graças com o povo, que já sabe distinguir o seu nome do nome de Iscariotes. Essa é a igreja amada do povo, o povo bom e simples que, nos dias 28 de cada mês, no templo e proximidades, oferece um espetáculo curioso, colorido e cheio de devoção, em homenagem ao santo dos desesperados e dos aflitos.

Nossa Senhora do Brasil

(*A Virgem do Incêndio*)

NO JARDIM AMÉRICA, à margem da Avenida Brasil, ergue-se uma das mais belas, senão a mais bela, das igrejas de São Paulo. Suas tôrres, altas e brilhantes, acrescentam ao arvoredo da paisagem uma graça tôda especial. O templo é o de Nossa Senhora do Brasil, construído em estilo puramente colonial, calcado nos modelos das igrejas mineiras de boa cepa, com algumas ligeiras modificações que a técnica e o confôrto moderno exigiram para atender às necessidades do presente. Com revestimentos em azulejo e madeira de lei trabalhada, com zimbórios em porcelana, formando um conjunto colonial único em São Paulo.

A unidade do estilo¹ foi assegurada pela técnica da construção, pois cada peça foi adrede desenhada pelo arquiteto responsável, o prof. Bruno Simões Magro². A pedra fundamental da igreja foi lançada por d. José Gaspar de Afonseca em 1942, com as solenidades que os fiéis ainda lembram, tão jovem era ainda o arcebispo. Tão nôvo, entretanto, o templo já tem uma história bem singular. Uma história que vale a

(1) A sobriedade exterior e interior do templo é, realmente, impressionante. Para construí-la, dentro das exigências urbanísticas do Jardim América, o seu então vigário, monsenhor Carvalho, teve que remover céus e terras. Mas, afinal, venceu.

(2) Catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.

pena ser conhecida para melhor admiração de tudo que aí vereis nessa matriz cheia de encantos.

A notícia histórica da devoção de Nossa Senhora do Brasil encontra-se num único documento de origem napolitana. Porque o seu culto nasceu na monástica província de Nápoles, para onde fôra enviada a imagem por frei Joaquim d'Afragola, missionário capuchinho que durante longos anos andou pelo Brasil catequizando silvícolas com a graça e a fé do Senhor³.

O documento a que nos referimos foi publicado em Nápoles em 1843, sob o título de "Relação do Incendio e do Prodigio sucedido na igreja dos Capuchinhos de Santo Efreim, o Novo, em Napoles, no ano de 1840". Por que a imagem foi enviada para Nápoles? Não se sabe. Monsenhor João Batista de Carvalho, vigário da Paróquia, também pouco soube adiantar a respeito. A verdade é que a imagem de Nossa Senhora chegou a Nápoles e lá permaneceu na alfândega durante muito tempo, até que os capuchinhos foram avisados da existência de uma caixa pesada a êles destinada. Entretanto, não a puderam retirar por lhes faltar meios pecuniários, de vez que também não sabiam do que se tratava.

Os guardas romperam a cinta da caixa e ficaram surpreendidos com a imagem, tal a correta feição esculpida do rosto, a riqueza do traje que a envolvia. Cotizaram-se imediatamente e enviaram Nossa Senhora para a igreja de Santo Efrém, o Nôvo. A imagem representava a mãe do Senhor, sustentando-o criança no braço esquerdo. E devia chamar-se, a êsse tempo, de imagem dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, porque ambos ostentavam no peito um coração cercado de raios fulgurantes.

O notável, porém, é que as figuras traziam traços índios no rosto, o que faz presumir ser obra de algum escultor nativo do princípio do século XIX. A notícia histórica não dá mais detalhes a respeito. Mas pode-se adiantar que a imagem foi

(3) Dêse capuchinho encontramos a seguinte referência: "1820 (?) — P. Fr. Joaquim de Afragola (Nápoles) — Pernambuco — prefeito interino de 1825 a 1828; aqui estava ainda em 1832; voltou para a Província em 1844 e morreu em Gaeta, em 1850". P. Fr. FIDÉLIS, *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, pág. 377.

feita em Pernambuco, onde frei Joaquim d'Afragola viveu durante os anos próximos a 1825⁴.

Movidos pela notável perfeição da imagem, os capuchinhos surpreendidos resolveram expô-la à veneração dos fiéis nos altares da igreja de Santo Efrém, o Nôvo. O povo adotou, para distinguir, um título nôvo para a figura de Nossa Senhora, chamando-a de "Madonna del Brasile", país de origem da imagem. Durante catorze anos foi a estátua objeto de culto constante da parte do povo de Nápoles.

Mas, ai! Por volta da meia-noite do dia 21 para 22 de fevereiro de 1840, violento incêndio irrompeu na igreja de Santo Efrém, o Nôvo. As chamas dominaram a frágil estrutura do templo napolitano. Nada se podia fazer. Em pouco tempo a igreja se transformou num montão de ruínas fumegantes. Mas qual não foi a surpresa ao verificar-se que apenas a imagem de Nossa Senhora permanecia intacta, ligeiramente enegrecida da fumaça.

Ao saber do fato, o povo de Nápoles correu para os restos do incêndio a fim de ver a "Madonna del Brasile", destacando-se do edifício destruído. Essa romaria durou semanas e o próprio rei Fernando II, informado do ocorrido, lá foi ter com a rainha e, depois de ter admirado a imagem, determinou que não a movessem do lugar até que fôsse reconstruída a igreja. Em 1867, porém, a imagem foi conduzida para a igreja de Santo Efrém, o Velho, onde continua recebendo o culto e as promessas dos napolitanos.

No Brasil, contudo, ignorava-se a existência dessa imagem. Em 1923, d. Frederico de Sousa Costa, bispo resignatário de Manaus, visitou o convento e a igreja de Santo Efrém, o Velho, e lá teve conhecimento da existência da "Madonna del Brasile", apressando-se em mandar a notícia para o Brasil.

Desde então começou a devoção de Nossa Senhora do Brasil em nosso país, criando-se centros de culto no Rio de Janeiro, em Pôrto Alegre e em São Paulo cuja festa é celebrada no primeiro domingo depois da Natividade de Nossa

(4) Idem, idem.

Senhora. Um culto nôvo cuja primeira missa foi celebrada, no Jardim América, a 7 de setembro de 1944.

Para assinalar o IV Centenário da Cidade São Paulo e o I Centenário do Dogma da Imaculada Conceição e cinqüentenário da coroação de N. S. Aparecida, foram batizados os sete sinos, na Igreja de Nossa Senhora do Brasil. O primeiro sino chama-se Nossa Senhora do Brasil, oferecido pelo casal deputado Cunha Bueno; o segundo, São Paulo, oferecido pelo casal Brasília Machado Neto; o terceiro, Santo Antônio, por da. Lucinda Pereira Inácio; o quarto, São José, pelo casal Nilo Carvalho; o quinto, Sagrado Coração de Jesus, oferecido pelo Apostolado da Oração da Paróquia; o sexto, São João Batista, oferecido por monsenhor João Batista de Carvalho, e o sétimo, São Pedro, sino êste doado pelo Imperador Pedro II à fazenda Morro Azul, em Limeira, e presenteado agora pelo casal Sílvio Bueno de Miranda. São ao todo cêrca de 1.800 quilos de sinos cujos pesos individuais se distinguem pela escala natural de sol a fa.

A Igreja de Nossa Senhora do Brasil é um templo muito bonito em seu estilo colonial.

Cristo Operário

(*O Caminho do Céu*)

FITA DE ASFALTO perdendo-se rumo à Via Anchieta, a Estrada do Vergueiro atravessa bairros operários densamente povoados. Caminho colorido, caminho do céu, cheio de ziguezague, curvo, grimpado, às vezes difícil, mas do céu. Ladeiam-no faixas de verduras, legítimos tabuleiros verdes, estábulos de animais mansos, casas humildes, oficinas mecânicas e árvores que dão sombra para aqueles que desejam o descanso. Até um rio pequeno, quase um fio, corta a Estrada que serpenteia entre morros cheios de casas. É a Estrada da Multiplicação pela sua função econômica, que serve a uma população enorme de trabalhadores. Por esse Caminho de Damasco, o caminho da verdade e do trabalho, circulam homens e mulheres, para as fábricas, para os armazéns da cidade, para os estábulos, para as construções, os arranha-céus que não se cansam de subir ao céu.

E leva-os também para a igreja do Cristo Operário, uma igrejazinha tôda branca que frei João Batista Pereira dos Santos fêz construir para as ovelhas do Senhor, que trabalham de sol a sol e às vezes também, quando não é comum, pela noite a fora na conquista do pão de cada dia cada vez mais difícil. E por isso mesmo fê-la surgir da extrema simplicidade como que em harmonia com as almas simples dos trabalhadores das vilas circunvizinhas: de um velho armazém de secos e mo-

lhados que pertencia ao Círculo Operário do Ipiranga, construído sôbre um barranco, pedindo, pela sua posição, para ser ermida e tocar sinos às tardes.

O dominicano comprou o velho armazém e o terreno, fiado nas esmolos dos seus fiéis. Adquiriu-o sem dinheiro, crédito que lhe foi aberto sem dúvida alguma. E tratou das obras. O frade adaptou o armazém, construiu a torrezinha deliciosa que lá está e chamou pintores e escultores para a decoração interior. Eles atenderam ao chamado de frei João Batista e durante meses trabalharam com seus pincéis e seus cinzéis, erguendo com a ajuda material de alguns fiéis e amigos da arte também uma obra-prima de simplicidade e beleza.

* * *

A igreja do Cristo Operário penetrou no coração dos trabalhadores da vila Brasília Machado, no Alto Ipiranga, porque êle mesmo, o Cristo, despiu-se das suas fabulosas auréolas para tornar-se, no interior da igreja, um simples operário, um companheiro e um camarada com quem após um dia de trabalho se pode trocar olhares de compreensão e de ternura. E exclaimar, banhado de satisfação: que bom! Um operário cercado quase de contingências humanas, tal a expressão do seu rosto no altar-mor. Aliás, a propósito dêste altar, escreveu o crítico de artes plásticas, Valter Zanini, “que se despoja de qualquer outra função a não ser aquela que lhe é específica; o espaço livre e aberto para o público”. E por aquêlo rosto, de tão profundas repercussões, lá vão os trabalhadores para os officios religiosos, quando o são, e simplesmente para vê-lo e trocar aquêles olhares, quando não o são.

Obedecendo estritamente aos preceitos litúrgicos, decorada com uma arte primitiva, onde a ingenuidade e a simplicidade se casam maravilhosamente, a igreja do Cristo Operário humaniza o reino do céu e mais ainda aquêlo carpinteiro da Galiléia. E por isso é amplamente entendida e sentida pelas suas ovelhas que residem na vila Brasília Machado. A igreja tem o espírito do aprisco e mora nessa identidade a sua completa integração entre os operários do Alto Ipiranga.

Mas, no que consiste a igreja do Cristo Operário? No conjunto pintado e esculpido por vários artistas de São Paulo. Lá estão os murais de Alfredo Volpi, representando o Cristo Operário no altar-mor, tendo à sua direita uma cena da vida da Sagrada Família e, à esquerda, o mural de Santo Antônio pregando aos peixes. Bruno Giorgi esculpiu as imagens de São João Batista e de Nossa Senhora. Iolanda Mohali decorou o batistério, onde entrou também a colaboração da escultora Elisabeth Nobiling, que fez a pia batismal, os castiçais e as arandelas para as lâmpadas. Tão linda é a pia batismal que dá vontade de a gente ser batizada novamente.

Tatin fez a lâmpada do Santíssimo Sacramento e a pia de água benta, e De Marchis trabalhou nas galhetas para a missa. Os murais do batistério representam a anunciação de Nossa Senhora, o Pecado Original e a Redenção pela Cruz de Cristo. E quatro são os vitrais, representando com os símbolos bíblicos de cada um os evangelistas Mateus, Lucas, João e Marcos. “Um espírito de síntese preside toda essa atmosfera viva — disse ainda aquêle crítico de artes plásticas. — Não há buscas de determinações formais angustiadas, nenhuma tentativa demagógica. Há em tudo um poder de sugestão capaz de convidar os espíritos para os deveres religiosos”.

Tudo isso emoldurado pela igreja de paredes claras e de uma fisionomia tão acolhedora e doce que toca os mais empedernidos corações. Apesar de muito novinha, data de 1951, já se arraigou no coração dos homens, das mulheres e das crianças da vila Brasília Machado. A Sagrada Família constitui o mural mais amado dos moradores da vila, porque é o trabalho que lá se encontra simbolizado, o trabalho dignificante e humano na sua pureza e na sua justiça. E a simplicidade do templo atinge no altar-mor seu ponto máximo. A face do Cristo, como sempre, é triste, mas os braços abertos são acolhedores e redimem os pecados. O pequeno crucifixo que lá se encontra veio da Bahia, terra de todos os santos e de muitas igrejas.

Na vila Brasília Machado o reino do céu está entre os homens e entre os homens reina o Cristo Operário. A história de sua igreja é tão simples e humilde como a sua própria igreja.

E outras igrejas também

NUMEROSAS OUTRAS IGREJAS há em São Paulo, mais de duzentos templos, pode-se dizer. Por todos os cantos da cidade, aonde quer que se vá, perceber-se-á um templo, grande, pequeno, muitas vêzes ainda nos seus alicerces, influenciando a cidade sob vários aspectos. Não foram poucas também as igrejas que desapareceram: a de Nossa Senhora dos Remédios, com o seu frontispício de azulejo e a sua tradição secular, derrubada por imposição do progresso em 1941. Ficava ali na Praça João Mendes, com aquêlê seu ar bonacheirão e simpático de frade gordo, para lembrar uma imagem de mestre Gilberto Freyre referindo-se às gordas igrejas da Bahia. A igreja do Colégio, ruída em 1896 e, depois, seu terreno vendido ao Estado. Neste particular fundou-se a Associação dos Cavaleiros de São Paulo que reergueu o templo histórico e o transformou num centro onde se prezam as velhas tradições culturais e históricas de São Paulo, sob a direção de J. A. César Salgado. A capela de São Miguel, na rua Bráulio Gomes, a Sé, a igreja da Misericórdia, de tantas tradições.

As igrejas se encontram por todos os cantos da imensa cidade, atestando o espírito religioso do seu povo. Velhos documentos o demonstram. De 1776 é uma carta do gover-

nador Martim Lopes, assegurando em officio a Martinho de Melo e Castro que em São Paulo “se faz o culto divino com tanta perfeição, como em nenhuma outra da America se fará; e certamente em nenhuma outra se fazem tantas festividades como o Bispo desta cidade faz”¹. Alcântara Machado chegou a relacionar os festejos realizados em São Paulo a que eram obrigados a comparecer os vereadores cujo tempo passavam a “ouvir missas e ações de graças e a acompanhar procissões” já em fins do século XVIII². Veja-se também o depoimento de visitantes estrangeiros que aqui estiveram, desde John Mawe, passando por Saint-Hilaire, Tomas Ender, Tschudi, Kidder, que nos deixaram variadas impressões sobre o espírito religioso do povo, descrição de suas igrejas e festas. Das festas Kidder nos diz que as procissões eram “acompanhadas pelo pipocar dos sinos, as janelas e sacadas regorgitavam de espectadores”. Duas irmandades se destacavam nas procissões, pelo menos naquela presenciada por Kidder em 1839: uma de pretos e outra de brancos que marchavam em alas “cada irmão levando uma vela de cera de comprimento suficiente para servir também de bordão e tendo ao ombro uma opa branca, vermelha ou amarela que indicava a ordem a que pertencia”³. Mais acessível é a obra de Ernani Silva Bruno, com minuciosas descrições sobre vida religiosa em São Paulo em seus quatro séculos de vida⁴.

Essa multiplicidade de igrejas por toda a grande cidade reflete bem o espírito religioso do seu povo, formado por representantes de numerosas nações européias também de tradição católica, e seus descendentes. Tradição religiosa que vem dos próprios fundamentos da cidade, recuados que se encontram nos séculos, naqueles dias duros dos primeiros jesuítas tentando firmar as bases da metrópole. E a que representantes de outras ordens, num esforço comum, trouxeram a sua contribuição. Por toda a documentação antiga de São Paulo se encontra o reflexo claro e indisfarçável desse senti-

(1) ALCÂNTARA MACHADO, “Machado D’Oliveira”, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Vol. LIII, págs. 95 e 96.

(2) Idem, idem.

(3) Daniel P. KIDDER, *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, pág. 193.

(4) Ernani SILVA BRUNO, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*.

mento religioso, algumas vèzes de maneira comovente. O sentimento religioso dos paulistanos, porém, não implicava na renúncia dos seus direitos temporais, daí surgindo os numerosos desentendimentos entre os povoadores e os sacerdotes. A história ficou cheia dessas brigas, brigas que atravessaram os quatro séculos da crônica paulistana. Sentimento religioso, sentimento de piedade, de fraternidade, que se confundiam muitas vèzes numa mesma pessoa, conforme se observa pela leitura dos inúmeros inventários e testamentos que nos ficaram dos séculos XVI e XVII. Assim se verá Maria Batista, em 1639, dispor em seu testamento que “a mim me prometteu Manuel Esteves de esmola um vestido de mulher inteiro e acabado se o der de-se de esmola á mais pobre mulher que houver”⁶. Nessa linguagem estropiada do escrivão, quanta beleza e certeza das vaidades do mundo. Que lhe adiantava a Maria Batista, depois de morta, o vestido prometido por Manuel Estêves? Comovente, por isso, que “se o der”, que fôsse dado à mulher mais pobre da vila, que deveria andar quase seminua nos anos difíceis de São Paulo do século XVII.

O sentimento de gratidão andava muitas vèzes a par com o sentimento religioso. No testamento de Pedro Martins, o velho, lê-se êste trecho definitivo: “declaro que tenho uma data de terra de meia legua nos limites de Ibitoratim até o Juqueri a qual deixo a minhas netas Maria M.ratt... (ilegível) e Luzia de Avila por boas obras que me fizeram e dinheiro que comigo gastaram em minha doença o qual ganhavam por suas agulhas”⁶. Lá apareceria também, dentro dêsse espírito, um Francisco Cubas Prêto que, em seu testamento de 1672, mandava “se me digam mais vinte missas pelas almas dos defuntos do gentio da terra que em meu serviço morreram”⁷, exemplo êste aliás raríssimo no que dizia respeito ao natural da terra que, relativamente, nem um ser humano era considerado.

O espírito religioso da cidade se destacou sempre em sua agitada história, tornado incisivo através de suas numerosas

(5) *Inventários e Testamentos*, Vol. XII, pág. 376.

(6) *Idem*, pág. 203.

(7) *Idem*, Vol. XVIII, pág. 313.

igrejas, ermidas e manifestações públicas. Já em 1772 Pedro Taques descrevia em São Paulo três conventos, o dos “carmelitas calçados”, o dos “capuchos antoninhos” e o dos “mangues beneditinos”, o recolhimento de Santa Teresa. E dava quatro igrejas no perímetro central, que eram “a de Rosario dos pretos, a de S. Antonio, a de S. Pedro e a de S. Gonçalo Garcia, que são filiais da sé cathedral”⁸, esquecendo-se de algumas outras, que já existiam ou então começavam a nascer pelas “paragens” da cidade.

Essa observação do historiador é do século XVIII. Os viajantes que estiveram em São Paulo no século XIX destacavam na paisagem, quando da entrada da cidade pela Penha, que era o caminho comum das comunicações externas, as tôrres brancas resplandecendo na distância do Tietê sonolento e irregular, na distância da verdura vegetal. Eis como descreve a paisagem o viajante Augusto Emílio Zaluar, que aqui esteve em 1860: “No extremo de uma paisagem infinita, acidentada, com a elevação das colinas e o leito de aveludadas planícies, viam-se transparecer por entre as verduras as tôrres das igrejas e as paredes alvas das habitações da cidade de S. Paulo, reclinada aos pés do Tamanduateí e do ribeirão Anhangabaú, e envôlta ainda nesse manto de ligeiros vapôres com que a natureza desperta de seu sono nas primeiras horas da manhã”⁹. Esse espetáculo, via-o Zaluar do alto da Penha, estendendo os olhos para a cidade. Saint-Hilaire também nos deixou um quadro vivo das igrejas de São Paulo, em 1822: “Na noite de Quinta-feira Santa o altar-mor de todas as igrejas estava extremamente ornamentado e a banquetta acima do amphitheatro prodigiosamente carregado de cirios. Admirei sobretudo a brilhante iluminação da egreja do Carmo. As ruas se achavam cheias de povo, que passeava de egreja em egreja, mas unicamente para vê-las sem a menor aparência de devoção”¹⁰. Talvez Saint-Hilaire, sempre tão seguro, não tivesse sabido des-

(8) Pedro Taques de Almeida PAIS LEMZ, *História da Capitania de S. Vicente*, pág. 144.

(9) Augusto Emílio ZALUAR, *Peregrinação pela Provincia de São Paulo*, pág. 123.

(10) Auguste de SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*, pág. 185.

contar a euforia do estado de festa que caracterizava essas cerimônias, externamente. Pois êle mesmo se encarrega de dizer mais que tudo era colorido, havia vendedoras de doces e confeitos nas portas das igrejas, de guloseimas, de refrescos. Daí a impressão de ar profano que teria ressaltado ao espírito do observador francês. Saint-Hilaire ocupou muitas páginas de seus dois livros para falar de igrejas, umas desaparecidas no século XX e mesmo XIX, outras ainda aí, reformadas, aumentadas, glorificadas em pedra, em granito. Beier assinalou-as. Saint-Adolphe destacou os templos na paisagem urbana paulistana. O que seriam essas construções singelas, dá-nos notícia Tomas Ender, quando estêve em São Paulo em 1817. O ilustre visitante austríaco, cujo manuscrito serviu de fundamento a belo estudo de J. F. de Almeida Prado, deixou-nos magníficas aquarelas e desenhos de aspectos da cidade de São Paulo dessa época. Assim é que podemos ver o aspecto das igrejas de São Miguel, da Penha, de São Bento, do Carmo e de São Francisco, dando a medida da pobreza da cidade, igrejas humildes, bem de acôrdo, aliás, com a "insignificância da arquitetura da cidade"¹¹. Tocantes são os desenhos de Tomas Ender, onde as igrejas avultam sôbre um casario mais do que modesto de São Paulo da época.

O que é interessante nas igrejas de São Paulo é que elas não valem pelo seu conjunto arquitetônico, geralmente medíocres, pesadas, inestéticas, sem a beleza e o requinte, por exemplo, das igrejas baianas, dos famosos templos mineiros, que parecem caracterizar estágios de civilização mais definidos e realizados. Em São Paulo a evolução se caracterizou sempre pelo tumulto de forças muitas vêzes antagônicas, mas harmonizadas pela marcha inexorável do progresso. O tumultuoso desenvolvimento da cidade, desde o século XVI, que apresentou característicos estacionários do fim do século XVII ao princípio da segunda metade do século XVIII, contribuiu para dar às suas igrejas êsse ar de provisório que existe em suas fachadas, êsse ar de transitório. Fenômeno que já não vamos observar nos templos do século XX que, embora ainda

(11) J. F. de ALMEIDA PRADO, *Tomas Ender*, pág. 68.

não trazendo aquela beleza das igrejas baianas e mineiras, ainda assim se revelam arquitetonicamente mais fiel espelho da cidade, como a igreja de Nossa Senhora do Brasil, a do Carmo, a comovente igreja do Cristo Operário, a enorme catedral. Mas aquêlê ar de provisório que pudemos destacar nos templos paulistanos, cujos valôres arquitetônicos são positivos apenas nos templos das aldeias (São Miguel, Embu, Carapicuíba), guarda muitas vêzes uma crônica secular e curiosa, interessantíssima pelo que revela em suas relações com a cidade, fato aliás que procuramos ressaltar nas igrejas que estudamos.

As velhas igrejas de São Paulo guardam ciosamente o espírito apressado da cidade, que veio crescendo desordenadamente da humilde igreja dos jesuítas no Pátio do Colégio até os arranha-céus de hoje. Nossos antepassados não tiveram os vagares, a paciência e o sentimento artístico dos baianos e mineiros. Os paulistas dêstes vários séculos transcorridos caracterizavam-se pela ação e objetividade, valôres negativos do ponto de vista artístico. Gente rude, de ânimo forte, com rompantes de independência que faziam tremer até os reis, viveu sempre em luta contra o meio hostil no sentido de adaptar os valôres culturais de uma civilização de ultramar. Luta que obteve a sua primeira vitória com o advento dos mamelucos, magnífico produto dos primeiros povoadores portugueses e espanhóis com o elemento indígena. Resultante humana que andou batendo pelos sertões adentro, desafiando o mistério verde das selvas, o mistério líquido dos rios, o mistério dos monstros que habitavam aquêlê interior desconhecido e a imaginação supersticiosa do índio e do português. Daí nasceu o Brasil.

O ar transitório e provisório dos nossos templos parece que constituiu, justamente, a sua maior fôrça. Daí partia o interêsse do govêrno pela conservação das igrejas, a Câmara vivia baixando posturas sôbre sinos, nomeando fabriqueiros, ajudando reparações, dando terras para constituição de patrimônio, prestigiando procissões, prestigiando os bispos. Patrocinando as grandes festas religiosas, como a de São Sebastião, a de *Corpus Christi*, a de São Bórgia e a de Santa Catarina.

Multava mesmo os vereadores que não comparecessem a certas romarias. Interêsse da Câmara que durou séculos até a separação do Estado da Igreja.

Em 1798, a Câmara, simbolizando o espírito religioso dos paulistanos, determinou “ao procurador deste Senado que promptificasse a cera, e tudo o mais que fôr necessario para a festa do Corpo de Deus; e mandaram mais que se passasse edital para a limpeza das ruas, casas, caiando-se as mesmas e muros na forma do estylo”¹². Em 1801 determinava ao procurador “que cuidasse em providenciar o preciso para a função do Corpo de Deus na forma do estylo, e que se escrevesse cartas ás religiões, cavalheiros do habito, e a varios republicanos para apresentarem os seus cavallos, e o mais do estylo”¹³. As festas eram coloridas, um espetáculo movimentado, onde o profano e o religioso se misturavam e confundiam. Pedia a Câmara, mais ainda, que o procurador providenciasse “uma toalha de linho para o altar”, com detalhes interessantes: “e outro de bretanha para o mesmo se pôr por cima da de linho, e igualmente quatro sanguinhos bons de linho”¹⁴. Os vereadores, além do bem comum, cuidavam também do bem espiritual dos seus republicanos, empenhavam-se em que as festas de São Francisco de Bórgia, patrono do reino, fôsem muito boas, “na conformidade das ordens reais”. Do século XVIII é um têrmo “de que se juntaram o doutor juiz presidente e mais officiais da Câmara”, que haviam comparecido à festa de São Sebastião, “a que são obrigados pela lei e ordenação de Sua Magestade”¹⁵.

Não se pense que êsse cuidado da Câmara vinha apenas em benefício da religião. Muito pelo contrário, vinha também beneficiar, e grandemente, o aspecto urbanístico da cidade, através da caiação obrigatória das casas, rebocamento, limpeza de templos e muros. Através do consêrto de ruas. Não foram poucos os editais “preparatorios das ruas e limpeza para a festa do corpo de Deus”. A Câmara chegava mesmo a man-

(12) *Atas*, Vol. XX, pág. 108.

(13) *Idem*, pág. 307.

(14) *Idem*, Vol. XXI, pág. 124.

(15) *Idem*, Vol. XX, pág. 158.

dar consertar as ruas para as procissões passarem: “mandaram ao procurador mandasse fazer um reparo no buracão do Carmo em forma que pudesse passar a procissão do Triumpho”¹⁶. As poucas vias públicas de São Paulo dos séculos XVII e XVIII valorizavam-se quase que exclusivamente em função da passagem das procissões devido aos cuidados da edilidade por essas ruas. Certa feita a Câmara publicou um edital “para se pôr em praça a nova calçada que esta Câmara pretende mandar fazer na rua do Rosario, por ser uma rua principal, e de procissão”¹⁷. As festividades do Corpo de Deus, em 1825, importaram para a Câmara em 30\$600. É curioso saber-se em que constou essa despesa. Vejamos: ao capitão Francisco de Paula Leite Prestes “da musica a quantia de 9\$600”, a Ana Maria Joaquina “de dar o Anjo 8\$000”, ao capitão José Mariano Bueno “dos clarins e timbales 6\$400”, ao porteiro Domingos Afonso de Santana “de gratificação 5\$800”, às pessoas “que foram pegando nas redeas do cavallo, e estribeiras, carregador de armas e serventes 4\$320” e, finalmente, “pano de linho, fitas cadarso, latas, kola, vermelhão, alfinetes, quatro pares de meias, e outros... para o cavallo de São Jorge 11\$600”¹⁸. As contas não estão certas, mas refletem bem o espírito religioso da Câmara.

Essas festas, a que comparecia São Jorge montado em seu cavalo profusamente enfeitado, fizeram a delícia dos nossos antepassados. Ficaram famosas, os cronistas antigos as registram como um dos festejos mais característicos da cidade. A Câmara chegava a nomear a comissão para cuidar do preparo de São Jorge para os festejos do Corpo de Deus, comprava-lhe o chapéu, providenciava-lhe “uma nova clineira e rabicheira com asseio para o cavalo da montaria de São Jorge”. Em 1850, recomendava a Câmara as “necessras. providencias afim de que a imagem de S. Jorge saia na processão de Corpus Christi com toda a decencia, e explendor possivel, visto achar-se consignada na Lei do Orçamto. Mnal n. 26 de 3 de julho de 1850 a qta. de 100\$ rs. pa. esse fim”¹⁹. São Jorge, hoje,

(16) Idem, pág. 343.

(17) Idem, Vol. XXII, pág. 558.

(18) Idem, Vol. XXIII, pág. 344.

(19) Idem, Vol. XXXVIII, pág. 133.

com a sua carinha de porcelana, encontra-se no Museu da Cúria Metropolitana, uma peça curiosa do tamanho de um homem normal, muito simpática. Extraordinário São Jorge! Tão real era o seu aspecto militar, a que se prendiam profundos laços de santo, que durante muitos anos teve por morada o “velho quartel de linha”, de onde foi desalojado em 1853. O coronel Pacifico Antônio Xavier de Barros, comandante do Corpo Fixo, estranhou a hospedagem do São Jorge em seu quartel e por ofício de 21 de maio de 1853 pediu ao governo da Província a sua remoção. Dêle nos deixou Antônio Egídio Martins êste retrato colorido: “era a figura de um guerreiro, vestindo arnez de ferro, pintado sobre a madeira, capa de veludo carmezim guarnecida de galão, chapéu com pluma branca, e trazendo uma lança em riste e um escudo com uma cruz branca no Centro”²⁰.

O historiador J. F. de Almeida Prado possuía um livro manuscrito do século XVIII, dando conta dos festejos de Santana, promovidos então pelo capitão-general d. Luís Antônio de Sousa. Intitula-se “Relação das Festas Publicas que na Cidade de São Paulo fez o Illmo. Ex. Senhor Governador, o capitão-general d. Luiz Antonio de Sousa, em louvor da Senhora Santa Anna, com a ocasião de collocar a sua imagem em o altar novo da igreja do Colegio”. Título tão comprido quanto foram os festejos dêsse recuado ano de 1770.

Tais festas desapareceram, ou delas restam muito poucas e raras reminiscências. As igrejas, porém, continuam na cidade, aumentando de número, pela criação de novas paróquias, a cada ano que passa. Em 1949, segundo uma lista oficial de Cúria, a Arquidiocese de São Paulo compunha-se de 131 paróquias, a mais velha de 1591, a de Nossa Senhora da Assunção e a mais nova de 1949, a de São Pancrácio de Interlagos. Já pela lista oficial de 1952 o número de paróquias subira para 149, um aumento portanto, de 18 paróquias em dois anos. Em 1965, o número de paróquias alcançava o total de 257, o que significa, em relação ao ano de 1952, um acréscimo de 108 paróquias. Por outro lado, a Arquidiocese de

(20) Antônio Egídio MARTINS, *São Paulo Antigo*, Vol. I, pág. 16.

São Paulo compreende 25 decanatos, abrangendo inclusive paróquias de cidades circunvizinhas à Capital. E o que é mais significativo é que dêsse total mais de 100 paróquias encontram-se localizadas na cidade de São Paulo, porque a Arquidiocese compreende também sedes paroquiais em cidades e vilas próximas, como em Jundiaí, São Roque, Moji das Cruzes, Itapecerica, e tantas outras. Sòmente a cidade tem um sem-número de igrejas, aí se incluindo aquelas, numerosas, que não são sedes de paróquias, os templos independentes como São Gonçalo, Santo Antônio, São Bento, Nossa Senhora da Luz, igrejas das aldeias circunvizinhas de Carapicuíba e Embu (São Miguel constitui paróquia), fundamentos que foram, essas aldeias, do desenvolvimento de São Paulo nos primeiros anos.

Entre essas mais de 200 igrejas destacam-se muitas pelo tamanho, ou pelo mau gôsto, pela sua história recente, ou pela sua construção antiga, mas cuja crônica é vaga e dispersa e, portanto, difícil. Exigindo mais tempo e pesquisas para seu total conhecimento. Isso sem falar nas capelas, as inumeráveis capelas que existem em São Paulo, já pedindo o seu cronista, lugares que são de devoção e piedade dos fiéis, de paredes geralmente queimadas pelo processo de pagamento de promessas através de velas.

Assim, nas vizinhanças de São Paulo vamos encontrar a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapecerica, antiga aldeia de índios por desdobraimento de Carapicuíba, no século XVII, onde andou pregando bondade o padre Belchior de Pontes. Foco de conflitos curiosos entre católicos e protestantes, êstes representados pelos alemães que ali se localizaram no século XIX. Nada aí resta do seu espírito antigo. Muito pelo contrário, lá se encontra um templo enorme e feio, encardido do tempo, amargando a pobreza de suas decorações e do seu interior, profundamente vago, irreal, apesar de datar, o templo, apenas de 1923. Itapecerica – a pedra lisa, dos índios. Ainda por aí a igreja de Santo Amaro, o antigo Ibirapoeira do venerável Anchieta, fundada por João Pais e sua mulher, um casal de portugueses que viera para São Vicente com a esquadra de Martim Afonso. A provisão da igreja de Santo Amaro foi passada por d. José E. de Barros Alarcão,

bispo do Rio de Janeiro, atendendo a uma petição dos moradores de Santo Amaro, aos 14 de janeiro de 1686, data oficial da criação do templo. Templo que existia muito antes dessa época e que teve como primeiro vigário um irmão do venerável Belchior de Pontes, o padre João de Pontes, que cuidava da igreja “feita de taipa de pilão, não forrada”, consoante a descrição que dela nos faz o *Livro do Tombo de 1747*. Uma outra, nas vizinhanças, a de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, primitivamente aldeia de índios maromimins, onde andou muitos anos o padre Manuel Viegas, em fins do século XVI, o qual, segundo se sabe, chegara a redigir um catecismo na língua daquela tribo, aí por volta de 1590. Igreja gorda, a de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, muito tranqüila e simpática.

Ainda aqui por perto, muito antigas historicamente, existem as igrejas de Nossa Senhora da Penha de Araçariguama, a de São Roque, a de Santana de Parnaíba, terra de penetradores de sertão, a de Nossa Senhora do Monte Serrate de Cutia, a de Nossa Senhora da Escada na aldeia do mesmo nome, a de Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba, a de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem de São Bernardo, a do Senhor Bom Jesus do Arujá, a do Senhor Bom Jesus de Pirapora. Dessas igrejas e de muitas outras das vizinhanças, a Cúria Metropolitana recolheu para o seu notável Museu numerosas peças interessantes e de grande valor histórico. Não só a Cúria como também o Museu Paulista.

Mas na cidade de São Paulo, que agora ultrapassou seus quatrocentos anos de história, existem mais de 250 igrejas. Muitas importantes pela freqüência, outras pela tradição, amadas do povo umas mais outras menos, feias, medíocres, bonitas, interessantes. De todo o quilate. A de Nossa Senhora da Glória, no Cambuci, que nasceu aos 2 de junho de 1883, quando os cidadãos Justo Nogueira de Azambuja e Clímaco Barbosa obtiveram do bispo d. Lino Deodato provisão para fundar e erigir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Glória. O templo foi inaugurado aos 25 de março de 1895 por d. Joaquim Arcoverde, com o orago de São Joaquim. A êsse templo, pela sua contribuição e devoção, estão ligados

os nomes de d. Eulália D'Assunção Silva e seus filhos Ismael Dias da Silva e Antônio Maria da Silva, que concluíram o edifício que hoje se vê no alto do outeiro que domina todo o bairro do Cambuci.

A igreja da Imaculada Conceição dos Capuchinhos, um templo enorme e muito concorrido, com um grande convento ao lado, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, data de 1901. Está ligada à história dos capuchinhos trentinos, que aqui chegaram em fins do século XIX e andaram por esse Brasil a fora realizando conversões e catequeses. A igreja foi fundada pelo frei Bernardino de Laval, ex-provincial e nessa época comissário, que chegou ao Brasil em 1894, com um grupo de companheiros. Em 1897, segundo frei Fidélis M. de Primério, vamos encontrá-lo residindo junto a São Francisco, onde os capuchinhos trentinos aceitaram residência aos 14 de novembro. Sua intenção era a fundação de um convento e respectiva igreja, o que fez em 1901. A pedra fundamental da igreja foi lançada em 18 de abril de 1909, solenidade presidida por d. Duarte Leopoldo e Silva. Dois anos depois inauguravam o templo. Em 1925 sofreu novas alterações, concluindo suas decorações o pintor Pedro Gentili e em 1930 a igreja, completamente reformada, viu suas obras definitivamente acabadas. Aí se encontra, como nota curiosa, todo reformado e adaptado, o antigo altar-mor da velha Sé de São Paulo. Frei Liberto tem seu nome ligado à igreja porque foi um incansável trabalhador. Durante anos movimentou-se entre os fiéis, procurando concluir as obras do templo, seu revestimento, suas decorações.

Ainda, a igreja de Nossa Senhora do Belém, no bairro do mesmo nome, cuja história remonta a 1789, ou antes, conforme a escritura de doação de patrimônio, fundada pelo padre Inácio de Azevedo Silva, de longa história ainda por pesquisar dadas as múltiplas denominações constantes dos documentos ligados ao Marco da meia Légua, ao Mato Escuro, ao Tatuapé, a Nossa Senhora da Conceição. A igreja de Santana, em Santana, que nasceu em terras jesuíticas, onde Nuto Santana localizou dois capelães: o padre Pedro Jesus Maria em 1768 e o frei Fernando da Madre de Deus Camar-

go, em 1772. A igreja dos Enforcados, ou Santa Cruz dos Enforcados, ao lado de arranha-céus da rua da Liberdade, que nasceu do enforcamento três vezes repetido do Chaguinhas, às vésperas da Independência e do seu companheiro Contindiba, em 20 de setembro de 1821, cheia de lenda. A igreja de Nossa Senhora dos Aflitos, que começou como capela do cemitério que ali existiu em tempos recuados²¹, muito procurada pelos devotos paulistanos. A de Santo Antônio do Pari, que guarda no nome a tradição de um bairro velhíssimo, de famosas vendedoras de peixe do século XIX.

Outras mais, numerosas: a de Nossa Senhora da Saúde, muito grande, a de Santo Agostinho, igreja da colônia espanhola, a de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, a de Nossa Senhora da Aquiopita, a de São Paulo do Calvário, a de Santa Teresinha, que nasceu de uma promessa por ocasião da revolução de 1924, a de Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus de Vila Formosa, que se destaca pelos seus belíssimos sinos que tocam, às tardes, músicas sacras, e também pelo seu sistema de pagamento de promessas eliminando velas em favor de lâmpadas elétricas; a de São Vito, tão querida da colônia italiana da zona de Bari, a de Nossa Senhora da Lapa, a de São José do Ipiranga, a de São Caetano, a de Nossa Senhora do Carmo da Aclimação, a de Nossa Senhora das Dores da Casa Verde, a de Santo Emídio de Vila Prudente, a de Santo Antônio da Barra Funda, a de São Januário da Mooca, a de Santa Generosa, a de São João Evangelista da Casa Verde, a de Santa Teresinha do Menino Jesus do Bosque, a de Santa Teresinha do Menino Jesus de Higienópolis, a de São João Vianney de Água Branca, a de Nossa Senhora da Aparecida de Indianópolis, a de Nossa Senhora da Candelária de Vila Maria, a do Sagrado Coração de Jesus de Ibirapuera, a de Nossa Senhora Auxiliadora da Luz, a de São Rafael, a do Cristo Rei, a de Santo Antônio do Bairro

(21) Nos Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, Livro 1-1-3, encontramos as seguintes anotações sobre essa curiosa igreja: "Aos 27 de Junho de 1779 foi sagrado o nosso cimiterio pello Ex.^{mo} Sr. Bispo D. Frei Manoel da Ressurreição, assistindo o R.^{mo} Sr. Conego Arcipreste (Asipreste) Paula e mais trez conegos sendo hum Arcdiado. A sagração começou às 8 horas e terminou às 3 da tarde. Jantar, em seguida, na chacara do Revdo. Paula Asipreste. Ata feita na sacristia da Nossa Senhora dos Aflitos na Capela do Cemiterio. a) Silva".

do Limão, a de São Gabriel Arcanjo do Jardim Paulista, a de Nossa Senhora da Anunciação de Vila Guilherme, a de São Sebastião da Ponte Pequena, a de São Paulo Apóstolo da Quarta Parada, a de Santo Eduardo do Bom Retiro, a de Santo Estêvão da Vila Anastácio, a de São Francisco de Assis na Vila Clementino, a de Santa Margarida Maria, de Lins de Vasconcelos, a de São Luís Gonzaga de Vila Santana, a de Nossa Senhora da Consolação da Parada Inglesa, a de São José da Vila Zelina, a de Nossa Senhora das Dores do Ipiranga, a de Nossa Senhora da Salete em Santana, a do Coração Eucarístico de Jesus na Vila Carrão, a de Santo Antônio na Vila Mazzei, a de São Pancrácio de Interlagos, a de Nossa Senhora do Sião na Vila D. Pedro I, a de Nossa Senhora de Lurdes da Vila Regente Feijó, a de Nossa Senhora do Bom Conselho do Alto da Mooca, a de Nossa Senhora da Conceição de Vila Arens e tantas, tantas outras. As dez últimas paróquias criadas em São Paulo foram as de Vila Beatriz, Cidade Leonor, Cidade Jardim, Jardim Nordeste, Cidade Universitária, Higienópolis, Sumaré-Perdizes, Osasco-Jardim Piratininga, Osasco-Quilômetro 18 e Vila Albertina (Tremembé). Tõda essa floração de igrejas ilustra o espírito religioso do paulistano, que nasceu no humilde altar do padre Manuel de Paiva no dia 25 de janeiro de 1554.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Manuel Cardoso de, "Divertimento Admirável", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo.
- ADALBERTO, Frei, "Frei Antônio de Santana Galvão", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo.
- ADALBERTO ORTMANN, Frei, *História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo*, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1951.
- AIRES DE CASAL, *Corografia Brasileira*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945.
- ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, 2.^a edição, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1930.
- ALMEIDA, João Mendes de, *Dicionário Geográfico da Província de São Paulo*, Tipografia a Vapor Espíndola, Siqueira e Cia., São Paulo, 1902.
- ALMEIDA, Lúcia Machado de, *Passeio a Sabará*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1964.
- ALMEIDA NOGUEIRA, *Tradições e Reminiscências*, 1.^a Série, Tipografia Vanorden & Co., São Paulo, 1907.
- ALMEIDA PRADO, J. F. de, *Tomas Ender*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1955.
- Anais do Museu Paulista*, Publicação do Museu Paulista, Secretaria da Educação, São Paulo.
- ANCHIETA, José de, in *Cartas Jesuíticas*, Editôra Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1933.
- ANDRADE, Mário de, "A Entrada dos Palmitos", in *Revista do Arquivo Municipal*, Departamento de Cultura da Prefeitura, São Paulo.
- ANÔNIMO, "Para o Registro e Dietario do Mosteyro" (1766), in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo.
- ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil*, Cia. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1923.
- Arquivo Pitoresco*, Vol. VI, Tipografia Castro e Irmãos, Lisboa, 1863.
- ASCÂNIO BRANDÃO, Monsenhor, *São Judas Tadeu, Vida, Martírio e Culto*, Indústria Gráfica Siqueira, São Paulo, 1947.
- Atas da Câmara de Santo Amaro*, in *Revista do Arquivo Municipal*, Departamento de Cultura da Prefeitura, São Paulo.

- Atas da Câmara de São Paulo*, publicação oficial do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo.
- AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo Seguidos da Cronologia dos Acontecimentos mais Notáveis desde a Fundação da Capitania de São Vicente até o Ano de 1876*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1952.
- BEYER, Gustavo, *Ligeiras Notas de Viagem do Rio de Janeiro à Capitania de S. Paulo, no Verão de 1813*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo.
- Boletim*, Publicação do Departamento do Arquivo do Estado, Secretaria da Educação, São Paulo.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, "Capelas Antigas de São Paulo", in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1941.
- Cartas Jesuíticas*, Publicação da Academia Brasileira de Letras, Editôra Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1933.
- CORDEIRO, J. P. Leite, *A Criação da Diocese de São Paulo*, São Paulo, 1945.
- COSTA, Lúcio, "A Arquitetura Jesuítica no Brasil", in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1941.
- DACOBERTO ROMAC, Frei, *História dos Franciscanos no Brasil (1500-1659)*, Tipografia João Haupt & Cia., Curitiba, 1940.
- DEUSDEDIT DE ARAÚJO, Pe., *Lâm-padas do Santuário*, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1947.
- Documentos Avulsos*, Publicação do Departamento do Arquivo do Estado, São Paulo, 1952.
- Documentos Avulsos de Interesse Para a História e Costumes de S. Paulo*, Publicação do Departamento do Arquivo do Estado, São Paulo.
- DUARTE, Paulo, *Contra o Vandalismo e o Extermínio*, Coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo, 1938.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo, *Capítulos da História Social de São Paulo*, Coleção "Brasileira", vol. 235, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1944.
- ENNES, Ernesto, "Pedro Taques de Almeida e as Terras do Concelo ou Rossio da Vila de São Paulo" (1709), in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo.
- EZEQUIAS GALVÃO DA FONTOURA, Cônego, *Vida de D. Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo*, Escola Tipográfica Salesiana, São Paulo, 1898.
- FIDÉLIS, M. de Primério, Frei, *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, s/d.

- FONSECA, Pe. Manuel da, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, s/d.
- FREITAS, Afonso de, "Relatório da Visita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao Antigo Aldeamento de São Miguel", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo.
- FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, 4.^a edição, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1943.
- GASPAR DA MADRE DE DEUS, Frei, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, 3.^a edição, Weiszflog Irmãos, São Paulo, 1920.
- Inventários e Testamentos*, Publicação do Departamento do Arquivo do Estado, São Paulo.
- JABOATÃO, Frei, *Nôvo Orbe Seráfico*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1858.
- Jubileu de Prata da Paróquia de São Geraldo das Perdizes*, São Paulo, 1939.
- KIDDER, Daniel P., *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1945.
- LEITE, Pe. Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Livraria Portugália Editôra, Lisboa, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938.
- Livros do Tombo*, de várias igrejas de São Paulo, Arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo.
- MACHADO, Lourival Gomes, "Viagem a Ouro Prêto", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo.
- MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim, "Quadro Histórico da Província de S. Paulo", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.
- Manual de N. S. da Penha*, Publicação dos Padres Redentoristas, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1936.
- MARTINS, Antônio Egidio, *São Paulo Antigo*, Livraria Francisco Alves & Cia. e Tipografia do Diário Oficial, São Paulo, 1911 e 1912.
- MILANO, Miguel, *Os Fantasmas de São Paulo Antigo*, Edição Saraiva, São Paulo, 1949.
- MIRYAN, Sor, *Vida do Venerável Servo de Deus Frei Antônio de Sant'Anna Galvão*, 2.^a edição, São Paulo, 1936.
- MOURA, Paulo Cursino de, *São Paulo de Outrora*, 2.^a edição, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1943.
- MULLER, marechal D. P., *São Paulo em 1836*, Seção de Obras de "O Estado de S. Paulo", São Paulo, 1923.
- NARDY FILHO, Francisco, in *O Estado de S. Paulo*, vários números.
- PAIS LEME, Pedro Taques de Almeida, *História da Capitania de S. Vicente*, Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, s/d.

- Pequeno Devocionário de São Judas Tadeu*, Publicação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, Tipografia do Orfanato São Judas Tadeu, São Paulo, 1942.
- PESANHA POVOA. "A Igreja do Carmo", in *Arquivo Pitoresco*, Tipografia Castro & Irmãos, Lisboa, 1836.
- PINTO, Adolfo Augusto, *A Catedral de São Paulo*, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1930.
- PINTO, Alfredo Moreira, *São Paulo em 1900*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- PROMESSA, João Luís, *Reminiscências de Santos*, Estabelecimento Gráfico Santista, Santos, 1930.
- RAMOS, Artur, *O Negro Brasileiro*, Coleção "Brasiliana", vol. 188, Cia. Editora Nacional, 2.^a edição, São Paulo, 1940.
- Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, S. Paulo.
- RENDON, José Arouche de Toledo, "Memória sobre as Aldeias de Índios da Província de São Paulo" (1798), in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.
- RESSURREIÇÃO, Frei Manuel da, "Relação Geral da Diocese de São Paulo", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo.
- Revista da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.
- RIBEIRO, José Jacinto, *Cronologia Paulistana*, Oficinas do Diário Oficial, São Paulo, 1898 a 1901.
- RICARDO, Cassiano, *Marcha Para Oeste*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1940.
- RODRIGO OCTAVIO, *Foi um Dia um Convento*, Conferência sobre a Faculdade de Direito de São Paulo, Rio de Janeiro, 1936.
- ROWER, Frei Basílio, *A Ordem Franciscana no Brasil*, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1947. *Dicionário Litúrgico*, Tipografia Vozes de Petrópolis, Petrópolis, 1928. *Páginas de História Franciscana no Brasil*, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1941.
- SAIA, Luís, "Um Detalhe da Arquitetura Popular", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, publicação do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de, *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*, J. P. Aillaud, Paris, 1845.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo*, 2.^a edição, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1945. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* (1822), Cia Editora Nacional, col. "Brasiliana", vol. 5, São Paulo.

- SAMPAIO, Teodoro, "São Paulo no Século XIX", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo.
- SANTANA, Nuto, *São Paulo Histórico*, Coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo, 1937. *Documentário Histórico*, coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo, 1950. *Metrópole*, coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo, 1950.
- Sesmarias*, Coleção do Departamento do Arquivo do Estado, São Paulo.
- SILVA BRUNO, Ernani da, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1953.
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da, *Genealogia Paulistana*, Duprat & Cia., São Paulo, 1904.
- SILVEIRA CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da, *A Igreja na História de São Paulo (1530-1624)*, Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, São Paulo, 1952.
- SILVEIRA, Carlos da, "A Propósito do Barão Homem de Melo", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo.
- SOARES, José Carlos de Macedo, *Fontes para a História da Igreja no Brasil*, São Paulo.
- SOUSA, Everardo Vallim Pereira de, "A Paulicéia há 60 anos", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo.
- SOUSA FILHO, Clemente Falcão de, "O Seminário Episcopal de São Paulo", in *Arquivo Pitoresco*, Tipografia Castro & Irmãos, Lisboa, 1863.
- TAUNAY, Afonso de E., *São Paulo no Século XVI*, E. Arrault & Cia., Tours, 1921. *São Paulo nos Primeiros Anos (1544-1601)*, E. Arrault & Cia., Tours, 1920. *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, coleção do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, São Paulo, 1949. *História Antiga da Abadia de São Paulo (1598-1772)*, Tipografia Ideal, São Paulo, 1927. *História Sesscentista da Vila de S. Paulo*, Tipografia Ideal, São Paulo, 1927.
- TSCHUDI, J. J. Von, *Vlagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1943.
- VASCONCELOS, Simão de, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, Lello Irmãos, Editôres, Pôrto, 1953.
- VIEIRA, A. Paim, "Chácara do Capão", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo.
- ZALUAR, Augusto Emílio, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, Livraria Martins Editôra, São Paulo, 1953.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- ABRANCHES, Frederico José Cardoso de Araújo, 237
 ABREU, Bartolomeu Pais de, 66
 ABREU, Florêncio de, 88
 ABREU, J. J. de Morais e, 157
 ABREU, Joaquim de, 49
 ABREU, Manuel Cardoso de, 17, 177, 190
 ABREU, Maria Gertrudes de, 82
 ABREU, Mateus de, 58
 ACLIMAÇÃO, Igreja da, 295
 AÇÓRES, ilha dos, 255, 258
 ACU, aguada do, 81, 86, 167, 169
 ADÃO e EVA, escultura, 267
 ADÔRNO, José, 60
 AFLITOS, igreja dos, 295
 AFONSO, Domingos, 23
 AFONSO, Martim, 292
 ÁFRICA, 144, 174, 178
 ÁGUA BRANCA, igreja da, 237, 241, 242, 244, 295
 AGUIAR, Alberto Saladino Figueira de, 251, 252
 AGUIAR, Manuel Ângelo Figueira de, 225
 AGUIAR, Rafael Tobias, 69
 AGUIRRA, João B. C., 130
 AGUIRRE, Diogo Aires, 124
 AIAPÍ, 99
 AIRES, Amaro Coelho, 227
 AJUDA, N. S. da, 21
 ALARCÃO, d. José E. de Barros, 13, 292
 ALEGRIA, praça e rua, 202, 235, 236
 ALEMANHA, 144
 ALMEIDA, Antônio Roberto de, 203
 ALMEIDA, Cardoso de, 244
 ALMEIDA, Guilherme Pompeu de, XVIII
 ALMEIDA, Henrique de, 46
 ALMEIDA, João de, 9, 11, 106
 ALMEIDA, João Mendes de, 193, 195, 196, 197
 ALMEIDA, José de, 232
 ALMEIDA, Lúcia Machado de, 181
 ALMEIDA, Luís Gonzaga de, 239
 ALMEIDA, Pedro Taques de, 80, 256
 ALVARENGA, Antônio Cândido de, 28, 170
 ALVARENGA, João Batista de, 252
 ÁLVARES, João, 44, 45
 ÁLVARES, Luís, 5, 22
 ALVES, Francisco, 218
 ALVES, Francisco de Paula, 129
 ALVES, Joaquim, 243
 AMARAL, José Estanislau do, 26, 248
 AMARANTE, São Gonçalo, 186
 AMARO, João, 178
 AMÉRICA, 99, 235, 236, 284
 ANA, filha de Margarida, 215
 ANCHIETA, José de, XVII, 3, 5, 13, 18, 42, 43, 44, 53, 55, 58, 91, 206, 292, 297
 ANCHIETA, via, 278
 ANDRADE, Luís de, 9
 ANDRADE, Mário, 105
 ANDRADE, M. F. Ribeiro de, 143, 144

ANDRADE, monsenhor, 211
ANDRADE, Manuel Joaquim Gonçalves de, 28, 204, 253
ANDRADE, Pedro José F., 103
ANECI, frei Germano de, 231, 234
ANES, Luzia, 43
ANGELIS, padre César de, 195, 196, 197
ÂNGELO, Bento Rodrigues de Santo, 65
ANHANGABAÚ, 6, 10, 12, 31, 74, 75, 77, 81, 137, 147, 176, 199, 286
ANICETO, 125, 199
ANTONIL, André João, 180
ANTÔNIO, avenida Brigadeiro Luís, 294
ANTÔNIO, José de Santo, 136, 139
ANUNCIAÇÃO, N. S. da, 266, 296
APARECIDA, Igreja da, 196, 277, 295
APIAÍ, 14
APRESENTAÇÃO DO SENHOR, tela, 205
AQUINO, Santo Tomás de, 205
AQUIROPITA, igreja da, 295
ARAÇARIGUAMA, 102, 293
ARAÚJO, Deusdedit de, 245, 246
ARAÚJO, Joaquim Augusto Vieira de, 170
ARAÚJO, Maria de, 207
ARCOVERDE, cardeal Joaquim, 26, 244, 247, 293
AROCHE, 56, 235, 236
ARUJÁ, 209, 293
ARZÃO, Cornélio, 108
ASCENÇÃO, frei Mateus, 74, 75
ASSIS, 139
ASSIS, Francisco de Paula, 243
ASSIS, Teresa de Jesus, 243
ASSUNÇÃO, frei Antônio, 74
ASSUNÇÃO, Nossa Senhora da, 80, 89, 229, 291
ATOUGUIA, Manuel de, 8

AUXILIADORA, igreja de N. S., 295
ÁVILA, Luzia de, 285
AZAMBUJA, Justo Nogueira de, 293
AZEVEDO, Alexandre Gomes, 114
AZEVEDO, Aroldo de, XV, XVI
AZEVEDO, Bernardo de, 76
AZEVEDO, Cecília Galvão de, 258
AZEVEDO, José Vicente de, 261
AZEVEDO, Osmar Chagas, 157

B

BAHIA, 31, 74, 95, 113, 135, 140, 174, 225, 231, 234, 267, 280, 283
BAIRRO DO LIMÃO, igreja do, 295
BARBEIRO, Francisco Rodrigues, 34
BARBOSA, Clímaco, 293
BARBOSA, Inácio Rodrigues, 114
BARBOSA, João Benedito, 242
BARBOSA, José Joaquim, 170
BARBOSA, Péricles Gomes, 244
BARI, 295
BARRA FUNDA, igreja da, 295
BARRETO, Francisco, 96
BARRETO, Roque, 97
BARROS, Antônio Guimarães, 170
BARROS, Antônio Pedroso de, 9, 38
BARROS, Fernão Pais de, 256
BARROS, Jerônimo Pedroso de, 252
BARROS, João Evangelista Pereira, 171
BARROS, José de Camargo, 28, 168, 170, 171
BARROS, Luís Antônio de Sousa, 57
BARROS, Manuel Vieira de, 13, 65
BARROS, Maria Paes de, XVI
BARROS, Pacífico Antônio Xavier de, 291

BARROS, Rafael Antônio de, 114, 128, 129
BARROSO, Antônio Guimarães, 252
BARUEL, André, 47
BARUERI, 20, 46
BATISTA, São João, 27, 57, 95, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 114, 173, 203, 277, 280
BATISTA, José Fabiano, 242
BATISTA, Maria, 285
BEIER, Gustavo, 287
BEIRA, príncipe da, 188
BELA CINTRA, 256, 257
BELA VISTA, 255
BELÉM, capela do, 147
BELÉM, igreja do, 294
BENEDITINOS, XXII, 12, 55, 58, 60, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 141, 143, 191, 286
BENJAMIN, Carlos Augusto Gonçalves, 204
BERDL, Richard, 88
BEVLACQUA, Praça Clóvis, 61
BIACICA, 67
BICUDO, Messia, 8
BIGIONI, André, 195
BOA MORTE, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229
BOA VISTA, rua da, 86, 183
BOCAIUVA, Quintino, 24
BOHI, 107
BOM JESUS, 26, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 248, 293
BOM RETIRO, igreja do, 296
BONFIM, Senhor do, 171
BORDA DO CAMPO, 77
BORGES, Simão, 64
BÓRGIA, São Francisco de, 120, 288, 289
BORRALHO, João, 99
BORROMEU, São Carlos, 266, 267
BOSQUE, igreja do, 295
BRAGANÇA, 113
BRANCO, Manuel João, 98, 138
BRANDÃO, Ascânio, 270, 272

BRÁS, 68, 147, 155, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 220
BRÁS, Afonso, XVII
BRÁS, João, 208
BRÁS, José, 206, 207, 208, 209, 210, 217, 219
BRASIL, 19, 38, 49, 50, 60, 61, 140, 174, 225, 245, 256, 258, 268, 275, 276, 288, 294
BRASIL, N. S. do, 274, 275, 276, 277, 288
BRASIL, princesa do, 189
BRÁSILIO MACHADO, vila, 279, 280
BRÁULIO GOMES, rua, 283
BRESSER, Ismael, 50
BRUNO, Ernâni Silva, 284
BUENO, Amador, 77, 78, 91
BUENO, Antônio, 65
BUENO, Bartolomeu, 23, 209
BUENO, Cunha, 277
BUENO, Francisco, 209
BUENO, Jerônimo, 125
BUENO, José Custódio de Siqueira, 154, 203
BUENO, José Mariano, 290
BUENO, Maria, 11
BUESCHER, João, 271, 272
BUTANTÃ, XIX, 31

C

CABEÇA, João, 39
CAETANA, Maria, 271
CAETANO, Antônio, 49
CAETÉ, 64
CAGNI, Edmundo, 205
CAGUAÇU, 67
CALASSA, Francisco Vieira, 14
CALCAGNO, irmãos, 219
CALIXTO, Benedito, 205, 238, 239
CALVÁRIO, igreja do, 295
CAMACHO, Ana, 3, 4, 6, 7
CAMACHO, Catarina, 96, 108, 109, 110, 114

- CÂMARA, Atas da, XII, 47, 55,
 61, 64, 154, 166, 177, 217,
 241
 CAMARGO, Antônio Pais de, 169,
 170
 CAMARGO, Felício Ribeiro dos
 Santos, 211
 CÂMARGO, Fernando da Madre
 de Deus, 294
 CAMARGO, Higino de, 116
 CAMARGO, Jerônimo de, 65
 CAMARGO, José Ortiz de, 65
 CAMARGO, Paulo Florêncio de, 5,
 7, 31, 125, 258
 CAMBUÇI, 293, 294
 CAMINHA, Francisco da Luz, 227
 CAMPINAS, 235, 236, 239
 CAMPO MAIOR, 20
 CAMPOS ELÍSEOS, 250, 251
 CAMPOS, Siqueira, 255
 CANDELÁRIA, N. S. da, 295
 CANECA, frei, 69
 CAPÃO ALTO, 67
 CAPÃO, sítio do, 255, 256
 CAPIVARUÇU, 66
 CAPUCHINHOS, 32, 49, 51, 60,
 275, 276, 286, 294
 CARAPICUÍBA, XIII, XVII, XX,
 XXI, 31, 50, 53, 95, 96, 97, 98,
 99, 100, 101, 102, 104, 105,
 106, 109, 111, 114, 288, 292
 CARDIM, Fernão, 42, 54
 CARDOSO, Filipe, 11, 12, 13
 CARLISTAS, padres, 264, 268
 CARMELITAS, XIII, XXII, 60, 61,
 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70,
 71, 81, 84, 96, 108, 141, 142
 CARMELO, cardeal d. Carlos, XIV,
 59
 CARMELO, Joaquim do Monte,
 196, 229
 CARMO, XX, XXII, XXIV, 15,
 36, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 67,
 68, 69, 70, 71, 72, 76, 141,
 150, 152, 158, 173, 210, 211,
 217, 219, 223, 224, 226, 227,
 228, 229, 246, 286, 287, 288,
 290
 CARNEIRO, Antônio da Nativida-
 de, 140
 CARNEIRO, José Pedroso, 225
 CARRANCA, 189, 192
 CARREGAZA, Domingos Gonçal-
 ves, 251
 CARRIER, Enemon, 256
 CARVALHO, João Batista de, 275,
 277
 CARVALHO, Joaquim Olinto de,
 163
 CARVALHO, Lino Deodato Rodri-
 gues de, 28
 CARVALHO, Luís Antônio Neves
 de, 167
 CARVALHO, Martiniano de, 59,
 67, 71
 CARVALHO, Mateus Lourenço, 24,
 25
 CARVALHO, Miguel Leite de, 37
 CARVALHO, Nilo, 277
 CARVALHO, Pedro Machado de,
 225
 CARVOEIRA, 4
 CARVOEIRO, Domingos Luís, 4, 7
 CASA VERDE, igreja da, 295
 CASAL, Aires de, 152
 CASTELHANOS, João de Toledo,
 12
 CASTILHO, José de, 114
 CASTRO, Brasília Aguiar, 213
 CASTRO, João Álvares de, 211
 CASTRO, Martinho de Melo, 284
 CATANI, 239
 CATARINA, Sebastião de Santa,
 103
 CATARINA, rainha, 174
 CATEDRAL, 22, 25, 26, 27, 28,
 29, 68, 153, 155, 187, 286,
 288
 CATEGERÓ, Santo Antônio de,
 143, 144
 CAVALCANTI, Joaquim Arcoverde
 de Albuquerque, 219, 238

CAVALHEIRO, Joaquim Manuel
Gonçalves de Andrade, 182
CAVALHEIRO, Tristão da Cunha,
193
CEIA DE EMAÚS, mural, 266
CENTELHAS, Firmino de, 231
CENTRAL DO BRASIL, 156
CEREJEIRA, cardeal, 262
CERQUEIRA, Simão Borges, 108
CHÁ, viaduto do, 40, 251
CHAGAS, Francisco Inácio, 236
CHAGAS, padre, 156, 158, 159
CHAGUNHAS, 295
CHAVES, Antônio de, 62
CHAVES, Baltasar Álvares, 36
CHAVES, Manuel de, 38
CHILE, 231
CHINA, 89
CIDADE JARDIM, 296
CIDADE LEONOR, 296
CIDADE UNIVERSITÁRIA, 296
CINTRA, 256
COARACY, Vivaldo, XXIII
COLÉGIO, 30, 36, 52, 96, 97, 99,
100, 105, 109, 134, 170, 172,
173, 199, 205, 224, 225, 226,
247, 248, 283, 288, 291
COLET, Sales, 148
CONCEIÇÃO, Ana da, 16
CONCEIÇÃO, Francisco da, 65
CONCEIÇÃO, igreja de N. S. da,
42, 46, 54, 80, 163, 164, 165,
166, 167, 169, 171, 173, 187,
190, 191, 195, 196, 197, 203,
229, 242, 244, 293, 294, 296
CONCEIÇÃO, Joaquim José da, 227
CONCEIÇÃO, Maria Bueno da, 211
CONCEIÇÃO, rua da, 163, 166,
170
CONCEPCIONISTAS, monjas, 20
CONGO, 174
CONSELHO, N. S. do Bom, 296
CONSOLAÇÃO, 57, 58, 169, 199,
200, 201, 202, 203, 204, 205,
237, 241, 257, 277
CONTINDIBA, 295

CONVENTOS, 80, 140, 286
CORAÇÃO DE JESUS, 250, 252
CORDEIRO, José Pedro Leite, 24
CORDEIRO, Waldemar, 220
CORREIA, Antônio José, 216, 218
CORREIA, Jorge, 74
CORREIA, Pedro, 239
COSTA, Belchior da, 75, 76, 108
COSTA, Frederico de Sousa, 276
COSTA, Frutuoso da, 43
COSTA, Gabriel Pinheiro, 8
COSTA, João da, 34, 35, 39
COSTA, José Leite da, 242
COSTA, Lúcio, 50, 105
COSTA, Luís da, 65
COSTA, Maria da, 150
COUCEIRO, Tomé, 124
COUTINHO, Anacleto Ribeiro, 212
COUTINHO, Domingos, 137
COUTO, Joaquim Pereira do, 202
CRASTO, Francisco Álvares de,
67
CRESO, XVIII
CRISÓSTOMO, São João, 27
CRISPIM, Manuel Pereira, 82
CRISTE, Pedro, 57
CRISTINA, Maria Teresa, 19
CRISTO CRUCIFICADO, mural, 266
CRISTO NO SEPULCRO, escultura,
267
CRISTO, João de, 65
CRISTO OPERÁRIO, 278, 279, 280,
288
CRISTO REDENTOR, 252
CRISTO REI, igreja de, 295
CRUZ, João da, 31
CRUZES, Moji das, 84
CUBAS, Brás, 31, 60, 64, 66, 96
CUBAS, Domingos de, 189
CUCÊ, 29
CUIABÁ, 66, 67
CUNHA, João Gago da, 46
CUNHA, João da, 45, 209
CUNHA, Henrique, 6
CUNHA, João de Oliveira, 129
CUNHA, Luzia, 173, 186

CÚRIA, Arquivos da, XII, XIII,
33, 53, 148, 175, 184, 210,
216, 217, 218
CÚRIA, Museu da, XII, XIII,
120, 158, 205, 291, 293
CURITIBA, fazenda, 85
CUTIA, XIX, 98, 119, 293

D

D'AFRAGOLA, Joaquim, 275, 276
DAMASCO, 279
DANIEL, 27
DANTAS, José Alves, 157
DE COGNIN, 231
DE MARCHIS, 280
DEODATO, d. Lino, 144, 195, 196,
197, 237, 251, 252, 293
DEODORO, Marechal, 27
D'EU, conde, 151
DEUS, Fernando da Madre de,
84, 85
DEUS, Gaspar da Madre de, 43,
52, 55, 60, 61, 73, 77, 200
DIAS, Manuel, 43
DIAS, Pedro, 9
DINO BUENO, rua, 250
DIREITA, rua, 24, 38
D. JOÃO, 78, 184
D. PEDRO, infante, 188
D. PEDRO II, 19
DOMINGOS, escravo, 216
DORES, N. S. das, 114, 127, 185,
296
DUARTE, Paulo, 50, 116

E

ECCLESIASTICA, Câmara, 237
EDUARDA, crioula, 216
ECÍDIO, Paulo, 195
EIRÓ, Paulo, 233
ELIAS, 72
ELISEU, 72

ELÓI, Francisco Xavier, 227
EMAÚS, 205, 245
EMBOAÇAVA, 199
EMBU, XIII, XVII, XX, XXI,
49, 50, 105, 107, 108, 109,
110, 112, 113, 114, 115, 116,
117, 118, 119, 120, 172, 255,
288, 292
EMELEN, Amaro Van, 89
EMENDABIL, 267
ENDER, Tomas, 158, 284, 287
ENFORCADOS, igreja dos, 295
ENFORCADOS, Santa Cruz dos, 295
ENNES, Ernesto, 256
EPISCOPAL, Cartório, XII
EPISCOPAL, Palácio, 27
EPISCOPAL, Seminário, 230, 231,
232, 233, 234
ESCADA, aldeia da, 47, 293
ESCADA, N. S. da, 293
ESCOBAR, Francisca Leite de, 226
ESPANHIA, 20
ESPERANÇA, igreja de N. S. da,
122, 123, 124, 131
ESPÍRITO SANTO, XVII
ESPÍRITO SANTO, Antônio do, 47
ESPÍRITO SANTO, igreja do, 204,
255, 256, 257, 258
ESPÍRITO SANTO, Luciana Maria,
82
ESTAÇÃO DA LUZ, 230
ESTADO, avenida do, 264
ESTÊVES, Brás, 23
ESTÊVES, Manuel, 285
EUROPA, 27, 99, 106, 134, 231,
234
EVANGELISTA, São João, 27, 270,
280, 295
EXPECTAÇÃO, N. S. da, 122, 125
EZEQUIEL, 27

F

FACULDADE DE DIREITO, 140, 141,
143, 144

FAGUNDES, Felício, 271, 272
FARIA, Manuel de S., 140
FÁTIMA, igreja de N. S. de, 261
FAUSTINA, negra, 149
FAVERO, M. Del, 265, 267, 272
FEIJÓ, 29
FÉLIX, Isabel, 173
FERNANDES, Caspar, 63
FERNANDES, Isabel, 173
FERNANDES, João, 76
FERNANDES, Manuel, 149
FERNANDES, Pedro, 138
FERNANDO II, 276
FERRÃO, Ponte do, 208
FERREIRA, Ildefonso Xavier, 232
FERREIRA, Joaquim José, 236
FERREIRA, Joaquim de Sousa, 227
FERREIRA, sítio do, 11
FIDÉLIS, Joaquim Alves, 243
FIGUEIREDO, Agostinho de, 146,
148
FIGUEIREDO, Bernardo de, 236
FILIPE, negro, 149
FILIPE III, 135
FILHO, Clemente Falcão de Sou-
sa, 233
FILHOS DO CORAÇÃO DE MARIA,
248
FIRSCHAUF, Clemente, 89
FLORENCE, Hércules, 40
FONSECA, Manuel da, 55, 95, 96,
100, 101, 110, 111
FONSECA, Nicolau Alves da, 189
FONTOURA, Ezequias Galvão, 183
FORLI, Tomás de, 232
FRADES, 31, 32, 35, 36, 47, 61,
68, 141, 262
FRANCA, 25, 231, 234
FRANÇA, governador Horta, 68
FRANCISCANOS, XX, XXII, 30, 32,
33, 49, 134, 135, 136, 138,
139, 141, 142, 144
FRANCISCO, Antônio José de São,
224
FRANCO, João, 131
FRANCO, João da Cunha, 188

FRANZEN, Antônio Gabriel, 195,
196, 197
FREI ADALBERTO, 20
FREI AFONSO, 231
FREI ALBERTO, 60
FREI APOLINÁRIO, 138
FREI CANECA, 255
FREI CRISPIM, 231
FREI DIOGO, 5, 6, 134
FREI EDUARDO, 263
FREI LIBERTO, 294
FREI MAURO, 74
FREIRE, Domingos, 60
FREITAS, Eurico, 132
FREITAS, Vicente Mamede de,
193
FREYRE, Gilberto, XVIII, 49, 283,
299
FURQUINS, 67

G

GACO, João, 6
GALILÉIA, 279
GALRÃO, Antônio da Madre de
Deus, 28, 165, 187, 188
GALVÃO, frei, 13, 14, 15, 17, 18,
19, 20, 140
GAMA, Miguel Marcelino Veloso
e, 211
GAMBOA, 256
GAMEIRA, baronesa da Silva, 195
GARCIA, Celso, 154
GARCIA, São Gonçalo, 186, 187,
189, 190, 192, 194, 195, 197,
198, 286
GASPAR, dom José, 245
GASPAR, João Maciel, 76
GASQUET, dom Aidan, 89
GAU, Inácio, 262, 263
GENTILI, Pedro, 294
GEORDANI, Lourenço Maria, 253
GIL, Sebastião, 32, 135
GIORGI, Bruno, 280
GLICÉRIO, 264, 268

GLÓRIA, igreja da, 293
GLÓRIA, rua da, 196
GODINHO, Manuel, 6
GODÓI, Baltasar de, 75
GOIÁS, 11
GÓIS, Gonçalo Fernandes, 108
GÓIS, Jairo, 211
GÓIS, Timóteo Correia de, 175
GOMES, José, 16
GONÇALVES, Bartolomeu, 34
GONÇALVES, Domingos, 251, 252,
254
GONÇALVES, Manuel Joaquim, 237
GONÇALVES, Maria, 96, 97
GONÇALVES, Pedro, 173
GONÇALVES, Saturnino Canuto,
115, 116
GONZAGA, São Luís, 171
GOUVEIA, Manuel Gomes de, 190
GRAÇAS, N. S. das, 31, 60, 96,
97
GRANDE, rio, 121
GREGÓRIO, frei, 76
GRESNIGHT, Adalberto, 20, 79, 89
GUADELUPE, António de, 175, 177
GUAIANASES, 28, 52, 96, 200
GUAIAÚNA, 156
GUARATINGUETÁ, 18
GUARÉ, 4, 5, 6, 8, 9, 134
GUAREPE, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 81
GUARULHOS, 46, 293
GUASCA, 158
GUEDES, Manuel Pinto, 24, 176,
177
GUINÉ, 96, 216

H

HANSEN, 204
HAVRE, 231
HEHL, Maximiliano, 27, 205
HEISE, Bernardo, 263
HEITZMANN, Clara, 272
HEITZMANN, João Francisco, 272
HIGIENÓPOLIS, igreja de, 295, 296

HOLANDA, Sérgio Buarque de,
42, 44, 45, 98, 100, 108, 116
HORTA FRANÇA, governador, 68
HOTEL AMÉRICA, 151

I

IBIRAPUERA, 292, 295
IBITORATIN, 285
IMACULADA CONCEIÇÃO, igreja
da, 239
INÁCIO, António, 68
INÁCIO, Lucinda Pereira, 277
INDIANÓPOLIS, 295
INHAMBUÇU, 74
INTERLAGOS, 291, 296
IPIRANGA, 4, 5, 85, 228, 229, 279,
295, 296
IRERIPIRANGA, 4
ÍRIA, Cova de, 262
ISABEL, Maria, 256
ISABEL, princesa, 19, 151
ISAÍAS, 27
ISCARIOTES, Judas, 269, 270, 271,
272, 273
ITÁLIA, 118, 219
ITANHAÉM, 112, 113, 239
ITAPECERICA, XIII, 100, 101, 102,
103, 104, 109, 111, 118, 292
ITAPETININGA, barão de, 232
ITAQUAQUECETUBA, 109, 293
ITU, 28, 50, 67
ITU, marquesa de, 26, 248

J

JABAQUARA, 269, 270, 271, 272
JABOATÃO, 5, 6, 32, 134, 136
JAGUARA, baronesa de, 26, 248
JAGUARIBE, 26, 247
JAPÃO, 186, 198
JARAGUÁ, XIX, 128
JARDIM AMÉRICA, 274, 277
JARDIM DA LUZ, 12
JARDIM NORDESTE, 296
JARDIM PAULISTA, 296

JERABATY, 107
 JEREMIAS, 27
 JESUITAS, 24, 28, 45, 46, 49, 51,
 52, 53, 60, 63, 81, 96, 97, 99,
 101, 102, 104, 108, 109, 114,
 115, 117, 118, 119, 134, 196,
 197, 198, 226, 247
 JESUS, catálogo da Companhia
 de, 42
 JESUS, Companhia de, XVI, 96,
 108, 114, 186, 196, 197, 224
 JESUS, Coração Eucarístico de,
 296
 JESUS, N. S. do Sagrado Coração
 de, 295
 JESUS, Sagrado Coração de, XIII,
 215, 250, 251, 252, 253, 254,
 271, 277, 295
 JÓ, 28
 JOÃO, Antônio, 9
 JOÃO, Jorge, 75
 JOÃO MENDES, 84, 187, 190, 197,
 225, 283
 JOÃO, príncipe regente, 184
 JOÃO IV, d., 78
 JOAQUINA, Ana Maria, 290
 JORDÃO, família, 212, 213
 JORGE, Aleixo, 76
 JORGE, Francisco, 124
 JUÍZO FINAL, mural, 266
 JUNDIAÍ, 292
 JÚNIOR, Alfredo Ellis, XVII, 122,
 298
 JÚNIOR, Antônio Ribeiro Rosado,
 128
 JUQUERI, 209, 285

K

KIDDER, Daniel P., XVI, XX, 25,
 144, 284, 299
 KOSTKA, Santo Estanislau, 120
 KRAUSS, Adoniro, 258
 KRUG, Jorge, 219
 KRUSE, Miguel, 79, 80, 88, 89, 90
 KUADE, Curt, 263
 KULAY, padre, XII

L

LACERDA, Arcângela Barbosa, 226
 LAPA, igreja da, 86, 295
 LARA, Antônio de Toledo, 15
 LARA, Diogo de, 70
 LARA, Maria, 174
 LAVALLE, Bernardino de, 294
 LÁZAROS, Hospital dos, 204
 LEÃO XIII, XIII, 91
 LEBEU, 270
 LEITÃO, Jerônimo, 3, 6, 13, 53,
 95, 97
 LEITE, Domingos, 37
 LEITE, Eugênio Dias, 204, 257
 LEITE, João Nepomuceno Man-
 fredo, 183
 LEITE, Miguel, 37
 LEITE, Pedro Dias, 9
 LEITE, Serafim, XIII, XVII,
 XXIII, 42, 53, 105, 113, 114,
 299
 LEME, Domingos, 150, 159
 LEME, Fernão Dias Pais, 255
 LEME, irmãos, 177
 LEME, Luís Gonzaga da Silva,
 232
 LEME, Maria Fausta de Macedo,
 232
 LEME, Pedro Taques de Almeida
 Pais, 13, 70, 200
 LEME, Silva, 4, 7, 11, 12, 121
 LEOPOLDO, Francisco, 28
 LEOPOLDO, visconde de São, 141
 LESSA, Joaquim Gonçalves, 227
 LESSA, Salvador Gonçalves, 227
 LIBERDADE, 295
 LIGABUE, Salvador, 124, 245
 LIMA, Jorge Maria, 248
 LIMA, José Porfírio de, 193
 LIMEIRA, 277
 LIRA, Francisca de, 256
 LISBOA, 140, 256
 LISBOA, Luís Rodrigues, 143
 LÔBO, Henrique da Cunha, 149
 LOIOLA, Inácio Xavier de, 82

LOIOLA, Santo Inácio de, 96, 97,
108, 112, 120, 233
LOPES, Francisco Xavier, 227
LOPES, Joana, 37, 138
LOPES, José, 144
LOPES, Martin, 25, 284
LOHENA, Bernardo José de, 238
LOURENÇO, Antônio, 7, 8
LOURIÇAL, convento de, 15
LUCIFER, 112
Luís, Domingos, 3, 4, 5, 6, 7,
8, 9, 10, 11, 13, 22, 97, 134
Luís, Washington, 43
LURDES, N. S. de, 296
LUSTOSA, Jesuíno de Cássia, 71
LUSTOSA, José de Santana, 190
LUZ, igreja de N. S. da, XIII, 3,
5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13,
14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21,
22, 36, 81, 134, 166, 167, 169,
209, 217, 230, 245, 292
LUZ, João da, 136

M

MACARÉ, André Joaquim da Silva,
114, 115, 117
MACAÚBAS, Cenóbio de, 21
MACEDO, Jorge Soares de, 109
MACHADO, Alcântara, XVIII, 4,
9, 36, 54, 173, 225, 284, 297
MACHADO, Brasília, 279, 280
MACHADO, Domingos, 113
MACHADO, Domingos da Transfi-
guração, 91
MACHADO, Duarte, 80, 84
MACHADO, Henrique da Cunha,
150
MACHADO, João da Silva, 129
MACHADO, Lourenço Dias, 23
MACHADO, Lomival Gomes, 180
MACHUCA, Diogo Martins, 33, 97
MACIEL, João, 76
MACIEL, Mariana, 150
MADEIN, João Lourenço, 89

MADEIRA, Gonçalo, 75
MACALHÃES, Gregório de, 78
MACALHÃES, José Vieira Couto
de, 69, 166
MAGNO, São Gregório, 27
MAGOS, reis, 120
MAGRO, Bruno Simões, 274
MAIRINK, Francisco de Paula, 220
MAIRINK, Maria José Paranhos,
220
MALACUETA, padre, 109
MALDONADO, Miguel Aires, 77,
85
MANAUS, bispo de, 276
MANSILLA, Justo, 121
MARANHÃO, 170
MARCIGAGLIA, Luís, 250
MARCONDES, José, 210, 211, 212
MARIA, igreja do Imaculado Co-
ração de, 26, 247, 248, 249
MARIA, Manuel de Santa, 31, 32,
135, 136
MARIA, Pedro Jesus, 294
MARIANO, João, 225
MARINHOTA, 4
MARQUES, Azevedo, XIII, 4, 8,
33, 38, 44, 65, 75, 78, 122,
123, 126, 147, 165, 166, 176,
187, 200, 207, 208, 209, 236
MARQUES, José Cândido de Aze-
vedo, 195
MARTINS, Antônio Egídio, 4, 7,
39, 61, 62, 155, 176, 178, 179,
182, 187, 194, 224, 228, 243,
291
MARTINS, José Romão, 129
MARTINS, Matias, 65
MARTINS, Pedro, 285
MÁRTIRES, Ângelo dos, 65
MÁRTIRES, Manuel dos, 31, 135
MARTIUS, 142
MARUERI (v. Barueri)
MASCARENHAS, d. Fernando, 140
MONTEFUSCO, Onofre, 29
MATEUS, bispo d., 155, 168, 212

MATEUS, Casa de, 15, 16, 17
MATEUS, morgado de, XIX, 15,
16, 17, 189
MATO ESCURO, 294
MATOS, Gaspar da Soledade, 83
MATOSINHOS, 152, 156, 206, 207,
210, 211, 212, 213, 214, 215,
216, 218, 219, 220
MAUÁ, Banco, 212
MAWE, John, XVI, 284
MBOY, 96, 102, 107, 110, 112,
113, 117, 118, 119, 120, 172
MEÃO, 246
MECOZZI, Arnaldo, 220
Meia Légua, marco da, 199, 294
MELO, Antônio Joaquim de, 28,
230, 232, 233, 234
MELO, barão Homem de, 154
MELO, Francisco de Castro do
Canto e, 201
MELO, João de Almeida e, 296
MELO, José Marcondes Homem
de, 215, 219
MELQUISEDEC, 245
MENDES, Anastácio José, 227
MENDONÇA, Manuel de Melo
Castro e, 58
MENDONÇA, Tomás de, 225
MENESES, Francisco da Cunha,
17
MENESES, Rodrigo César de, 79,
102
MILANO, Miguel, 69, 299
MINAS GERAIS, XIX, XXI, XXII,
XXIV, 21, 176, 177, 267
MIRANDA, Antônio de, 169
MIRANDA, Inácio Barbosa de, 227
MIRANDA, Sílvio Bueno de, 277
MÍRIAM, Soror, 14, 16
MISERICÓRDIA, igreja da, 24, 36,
177, 238, 283
MOHALI, Iolanda, 280
MOJI DAS CRUZES, 47, 67, 292
MONTE ALEGRE, 257
MONTEFORT, Rafael, 197
MONTEFIORITO, João José de, 232

MONTEIRO, Ângelo Custódio Xa-
vier, 227
MONTEIRO, Catarina, 60
MONTEIRO, João, 66
MONTEIRO, José Maria, 272
MONTEIRO, Manuel Antônio, 243
MONTENEGRO, Adelino Jorge, 168
MONTE SERRATE, igreja de N .S.
do, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 73,
74, 78, 79, 90, 204, 293
MONTTOYA, 107
MOOCA, igreja da, 31, 295
MORAIS, Ana, 44
MORAIS, Antônio Correia de, 217
MORAIS, Antônio Egidio de, 193
MORAIS, Antônio Ribeiro de, 209
MORAIS, Domingos de, 269
MORAIS, Felisberto Antônio da
Conceição Lara e, 70, 83
MORAIS, Francisco Velho de, 149
MORAIS, Francisco de, 108
MORAIS, Henrique Pupo de, 235,
236
MORAIS, Joaquim Antônio de,
130, 131
MORAIS, José Correia de, 207,
210, 211, 212, 214, 215, 220
MORAIS, José de Góis e, 85
MORAIS, J. José de, 157
MORAIS, José Joaquim de, 57
MORAIS, Manuel José de, 117
MORAIS, Maria de, 63
MORAIS, Prudente de, 248
MORATO, Benedito, 232
MOREIRA, Aleixo, 99
MOREIRA, João, 227
MOREIRA, Jorge, 99
MORIM, Mateus da Costa, 123,
124
MORRO AZUL, fazenda, 277
MOTA, d. Carlos de Vasconcelos,
XXIV
MOURA, Américo de, 5
MOURA, Francisco Inácio Xavier
de Assis, 236, 237
MOURA, Gentil de, 4

MOURA, José de, 114
MOURA, Paulo Cursino de, 71,
211, 213
MOURÃO, Henrique, 251
MOURÃO, Luís Antônio de Sousa
Botelho, 14, 15, 17
MUGNAINI, Túlio, 72
MULDERMANN, Canísio, 71
MULLER, marechal D. P., 87, 214
MUNHOZ, Fernão, 44, 45
MUSEU PAULISTA, 293

N

NAGASÁKI, 186, 198
NÁPOLES, 275, 276
NARDES, Salvador, 176, 177
NARDY FILHO, Francisco, 23, 26,
76, 159, 166, 173, 175, 177,
204, 205, 208
NASCIMENTO, Salvador do, 31,
136
NATIVIDADE, Manuel Ferreira da,
61
NATIVIDADE, tela, 205
NATIVIDADE DA VIRGEM, mural,
266
NAZIANZENO, São Gregório, 27
NELSON, Eustáquio de Campos,
244
NETO, Brasília Machado, 277
NEVES, Francisco das, 36, 136
NICOLA, 258
NICOLAU, 208
NICOLAU, chácara do, 208
NIZA, Alexandre Roiz, 84
NOBILING, Elisabeth, 280
NÓBREGA, Manuel da, 74, 122,
229
NOGUEIRA, Almeida, 142
NOGUEIRA, Bernardo Rodrigues,
24, 28, 38, 165
NORTE, Companhia do (v. Central
do Brasil)
NOTO, 144
NOVA YORK, 89

NOVEMBRO, rua 15 de, 26
NUNES, Diogo, 42
NUNES, Jacinto, 147, 148, 149,
150, 158
NUNES, Leonardo, 239
NUNES, Manuel, 34, 136

O

Ó, Freguesia do, 122, 128, 129,
130, 131, 132, 199, 245
Ó, igreja de N. S. do, 55, 76,
121, 122, 123, 124, 125, 126,
127, 128, 130, 132, 147
OCHOA, Gaspar de Sousa, 36
ODETE, Irmã, 120
OEYRAS, conde de, XIX
OLINDA, 139
OLIVEIRA, Bernardino José Dias
Tôres, 252
OLIVEIRA, Jesuíno Franco de, 129
OLIVEIRA, Machado de, 41, 53,
60
OLIVEIRA, Matias de, 108
OLIVEIRA, Rafael Alves de, 129
OLIVEIRA, Salvador de, 65
OPERÁRIO, igreja de Cristo, 278,
279, 280
ORNELAS, Manuel Joaquim de,
218
ORTA, Garcia da, XV
ORTIZ, João Leite da Silva, 209
ORTMANN, frei Adalberto, 143
OSASCO — JARDIM PIRATININGA,
296
OSASCO — QUILÔMETRO 18, 296
OSWALDO, Carlos, 220
OTÁVIO, Rodrigo, 141, 142
OURIQUE, José Jacques da Costa,
87

P

PACAEMBU, 56, 199
PACHECO, João Gonçalves, 209
PADRE Chico, 232

PADRE André, 117
 PADRE Consonni, 266
 PADRE Milini, 264, 265
 PADRE Paulo, 239
 PÁDUA, Antônio Penese, 38
 PAIÇANDU, 175, 183, 184, 185, 261
 PAIM, família dos, 255
 PAIM, José (v. Pamplona)
 PAIS, Fernão Dias, 73, 78, 79, 80, 85, 90, 91, 96, 108, 109, 256
 PAIS, Francisco, 186
 PAIS, João, 292
 PAIS, João Rodrigues, 225
 PAIVA, Manuel de, 3, 296
 PALHARES, João Batista Alambari, 252
 PAMPLONA, José Paim, 256, 258
 PAMPLONA, rua, 257
 PARADA INGLÊSA, igreja da, 296
 PARAGUAI, 121, 128
 PARACUAI, rio, 121
 PARANÁ, bispo do, 170
 PARANÁ, rio, 121, 170
 PARATI, fazenda, 84
 PARI, XVII, 208
 PARI, igreja do, 11, 209, 295
 PARIS, 205
 PARNÁIBA, 205, 293
 PASSOS, imagem do Senhor dos, 114
 PATRIARCA, praça do, 30, 31, 38, 40, 133, 135, 136, 137, 145
 PATRÍCIO, José, 143
 PAULA, Ernesto de, 272
 PAULISTA, avenida, 199, 200
 PAULISTA, Companhia de Viação, 243
 PAULO, Francisco de, 69
 PAULO, São Vicente de, 171, 251
 PAZ, igreja de N. S. da, 264, 265, 266, 267, 268
 PEDERZOLI, Artur, 263
 PEDRA FRIA, capela do Bom Jesus da, 185

PEDRO, José, 242
 PEDRO I, 86, 212
 PEDRO II, 19, 231, 277
 PEDROSO, Maria, 11
 PEDROSO, Nepomuceno, 117
 PEDROSO, Paulo, 238
 PEIXOTO, Bernardo Avelino Gavião, 153, 171
 PENHA, 25, 48, 67, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 184, 185, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 217, 219, 269, 286, 287, 293
 PENHA DE FRANÇA, igreja de N. S. do Rosário da, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 185, 213, 214, 273
 PENHA, Francisco de Paula da, 242
 PENNACCHI, Fúlvio, 264, 266, 267
 PEQUENO, Antônio Maciel Dias, 239
 PERDIZES, 204, 241, 242, 243, 244, 245, 246
 PEREIRA, Bento José Alves, 237
 PEREIRA, d. Mateus de Abreu, 28, 140, 200, 201, 202, 213, 227
 PEREIRA, Francisca, 82
 PEREIRA, José Jacinto, 114
 PEREIRA, Máximo, 76
 PEREIRA, Pedro de Sousa, 98
 PEREIRA, Pinto (condessa), 252
 PERES, José, 37
 PÉRICLES, largo Padre, 243, 244
 PERNAMBUCO, 276
 PÉRSIA, 270
 PESSOA, Vicente, 37, 39
 PESTANA, avenida Rangel, 61, 62, 154, 206, 213, 215, 218, 220
 PETINI, arquiteto, 264, 267
 PIEDADE, N. S. da, 138, 229
 PIEDADE, Pedro da, 31, 136
 PIMENTEL, Bernardo, 60
 PIMENTEL, João, 44, 76, 77, 124

PINEZ, Estanislau, 143
PINHEIRO, António de São Paulo,
60, 61, 62
PINHEIRO, Gil, 118
PINHEIROS, XXI, 11, 41, 42, 43,
46, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58,
96, 166, 168, 199, 201, 203,
204, 255
PINTO, Adolfo Augusto, 27, 300
PINTO, Alfredo Moreira, 24, 39,
171, 215, 229, 253
PINTO, Bárbara, 77
PINTO, Luís, 101
PINTO, Tomé, 24
PIO, Fernando, XXIII
PIO IX, 19, 231
PIO X, 159
PIO XI, 89
PIQUES, rua do, 216
PIQUIRI, 166
PIRACICABA, 12, 232
PIRANCA, 3, 7, 190
PIRANCA, barão de, 250
PIRAPORA, 209, 293
PIRATININGA, XVII, 28, 41, 52,
60, 134, 166, 229
PIRES, Custódio, 42
PIRES, Domingos, 6
PIRES, Manuel, 97
PIZZA, Simão de Toledo, 12
POÁ, 51
POMBAL, marquês de, 141
POMPÉIA, 295
PONTE PEQUENA, igreja da, 296
PONTES, Belchior de, XIII, 18,
55, 58, 95, 100, 101, 106, 107,
110, 111, 112, 113, 116, 118,
120, 172, 192, 393
PONTES, João de, 176, 177, 293
PORTES, Manuel, 18
PÓRTO ALEGRE, 276
PÓRTO FELIZ, 18
PORTUGAL, 4, 20, 175, 184, 224,
246
PORTUGAL, d. Pedro de Almeida,
XXII

PÓVOA, Pessanha, 68
PRADO, Catarina, 187
PRADO, Engrácia do, 242
PRADO, J. F. de Almeida, 142,
158, 287, 291
PRADO, Martinho, 171
PRADO, Pedro Leme do, 137
PRADO, praça Antônio, 175, 184,
185, 261
PRADO, Maria Leme do, 14
PRADO, Veridiana da Silva, 26,
248, 252, 254
PRATES, condessa de, 39
PRAZERES, N. S. dos, 15, 16, 292
PRESTES, Francisco de Paula Lei-
te, 290
PRETINHOS, Bom Jesus dos, 209
PRÊTO, Antônio, 3, 97
PRÊTO, Francisco Cubas, 99, 285
PRÊTO, João, 125
PRÊTO, Manuel, 76, 121, 122,
123, 124, 125, 126, 130, 131,
132
PRIMÉRIO, Fidélis M. de, 231,
232, 294
PROENÇA, Ana de, 9, 54
PROMESSA, João Luís, 60
PURIFICAÇÃO, Bento da, 74
PURIFICAÇÃO, Lucas da, 18, 19
PURIFICAÇÃO, Manuel da, 58

Q

QUARTA PARADA, 296
QUARTIM, Eufrosina, 195

R

RAFAEL, José Cândido, 195
RAGGY, Fernando, 170
RAINERI, Carmelo, 288
RAMALHO, João, 25
RAMOS, Artur, 174
RATH, José, 200
RECIFE, 209

REDONDO, Campo, 200
RÊGO, Diogo Barbosa, 46
RÊGO, Francisco Pinto do, 13
RÊGO, Sebastião Fernandes do, 176, 177
RÊGO, Sebastião Pinto do, 28, 171
REIMÃO, Antônio Pereira, 170
REMÉDIOS, igreja dos, 26, 84, 191, 205, 238, 283
RENDON, José Arouche de Toledo, 43, 46, 47, 141, 142, 167
RESPIGHI, cardeal Pedro, 239
RESSURREIÇÃO, 267
RESSURREIÇÃO, Manuel da, 18, 28, 104
REZENDE, Francisco de Paula Ferreira, XXIII
RIBEIRO, Amaro de Araújo, 128
RIBEIRO, André, 3
RIBEIRO, Antônio, 58
RIBEIRO, Ascenso, 34
RIBEIRO, Francisco, 37
RIBEIRO, Jacinto, 53, 122, 129, 166, 190, 191, 200, 224, 227, 251, 253
RIBEIRO, Januário, 38
RIBEIRO, José Jacinto de, 208
RIBEIRO, Luís, 127
RIBEIRO, Miguel de Araújo, 128
RICARDO, Cassiano, 109
RIMONDI, Mário, 265, 266
RIO CLARO, 257
RIO GRANDE, 246
RIO DE JANEIRO, XVII, XXIV, 13, 21, 28, 77, 98, 113, 123, 135, 151, 153, 178, 228, 256, 276, 293
RIO, Pires do, 50
ROCHA, João Franco da, 124, 126
ROCHA, Paulo de Sousa, 126
ROCIO, sesmaria do, 199
RODRIGUES, Águeda, 122, 124, 126
RODRIGUES, Francisco de Paula, 233

RODRIGUES, João, 186
RODRIGUES, Joaquim José, 212, 213, 220
RODRIGUES, Martim, 64, 108, 173
ROIZ, Gabriel José, 70
ROMA, 89, 239
ROMAG, Dagoberto, 135
ROSÁRIO, Francisca da Silva, 67
ROSÁRIO, igreja do, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 159, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 238, 261, 286, 290, 295
ROSÁRIO, Jerônimo do, 78
ROWER, Basílio, 36, 136, 137, 139
RUGENDAS, 180
RUMILLY, Eugênio de, 231
RUMILLY, Gencroso de, 232

S

SÁ, Antônio Azevedo de, 37
SÁ, Dâmaso Nogueira de, 236
SÁ, Isidoro Tinoco, 80
SÁ, Mem de, 52
SÁ, padre, 62
SABARÁ, 181
SABÓIA, 231
SACRAMENTO, Antônio do, 242
SACRAMENTO, Ângelo do, 73, 79, 83
SACRAMENTO, Helena Maria do, 13, 14, 15, 16
SACRAMENTO, Manuel do, 242
SAIA, Luís, XIII, 50, 103, 118, 120
SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet, 167, 234, 287
SAINT-HILAIRE, Augusto de, 39, 68, 158, 207, 284, 286, 287
SALDANHA, Martim Lopes Lôbo de, 130
SALÉM, 245
SALETE, igreja de N. S. da, 296

- SALESIANOS, 253
 SALGADO, J. A. César, 283
 SALGADO, Joaquim Procópio Pi-
 cão, 130, 246
 SALGADO, Manuel José, 82
 SALOMÃO, capitão, 27
 SALVADOR, Vicente do, 135
 SALVADOR, Simão do, 31, 136
 SAMPAIO, Francisco das Chagas,
 246
 SAMPAIO, Joaquim Borges de, 227
 SAMPAIO, Teodoro, 234
 SANCHEZ, Diogo, 63
 SANCHEZ, Gaspar, 8
 SANCHEZ, Pedro Rodrigues, 99
 SANTA CATARINA, 105, 112, 288
 SANTA CECÍLIA, 59, 204, 205,
 235, 236, 237, 238, 239, 240,
 243, 244, 246
 SANTA CEIA, pintura, 220
 SANTA CRUZ, 105, 106, 204, 241,
 242, 243, 244, 265
 SANTA CRUZADA, 123
 SANTA DONATA, 239
 SANTA FAUSTINA, 19
 SANTA GENEROSA, 295
 SANTA GERTRUDES, Antônio de,
 69
 SANTA GERTRUDES, capela de, 80
 SANTA IFIGÊNIA, 56, 88, 163,
 164, 165, 166, 167, 168, 169,
 170, 171, 204, 228, 235
 SANTA LUZIA, 127
 SANTA MARGARIDA MARIA, 296
 SANTA MARIA DA CARVOEIRA, 4
 SANTA PRISCILA, 239
 SANTA RITA, imagem, 26, 220
 SANTA RITA, Maria Antônia, 243
 SANTA TERESA, 205, 223, 286
 SANTA TERESA, rua, 211, 214,
 217
 SANTA TERESINHA, 250, 251, 295
 SANTANA, 169, 250, 251, 291,
 293, 294, 296
 SANTANA, Domingos Afonso, 290
 SANTANA, João de, 108
 SANTANA, Nuto, 4, 19, 45, 87,
 166, 168, 170, 176, 200, 207,
 208, 209, 294
 SANTO AGOSTINHO, 27, 295
 SANTO AMARO, 79, 116, 117, 292,
 293
 SANTO AMBRÓSIO, 27
 SANTO ANDRÉ, 52, 60
 SANTO ANSELMO, 89
 SANTO ANTÔNIO, 30, 31, 32, 33,
 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40,
 133, 135, 136, 137, 145, 171,
 187, 199, 265, 266, 277, 280,
 286, 292, 295, 296
 SANTO ANTÔNIO, João de, 37
 SANTO ANTÔNIO, José de, 31
 SANTO ATANÁSIO, 27
 SANTO, Bento João do Espírito,
 129
 SANTO, festas do Divino Espírito,
 157
 SANTO EDUARDO, 296
 SANTO EFRÉM, 275, 276
 SANTO ELESBÃO, 165, 166, 168,
 171
 SANTO EMÍDIO, 295
 SANTO ESTÊVÃO, 296
 SANTO, Firmínio Gonçalves do
 Espírito, 115, 116
 SANTOS, cadete, 232
 SANTOS, carmelitas de, 60
 SANTOS, cidade, 31, 32, 60, 66,
 67, 78, 139, 175, 228
 SANTOS, Francisco dos, 31, 135
 SANTOS, Hermenegildo José dos,
 202
 SANTOS, João Batista Pereira dos,
 279, 280
 SANTOS, Joaquim José dos, 190
 SANTOS, Lino dos, 239
 SANTOS, marquesa de, 212
 SANTOS, Pedro dos, 76
 SÃO BENEDITO, 143, 174, 181
 SÃO BENTO, XIII, 12, 36, 55, 73,
 74, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83,

85, 86, 87, 88, 89, 91, 141,
142, 175, 178, 182, 183, 184,
185, 287, 292

SÃO BERNARDO, 79, 85, 293

SÃO BOAVENTURA, 205

SÃO CAETANO, 80, 84, 295

SÃO CARLOS, bispo de, 211

SÃO CIRILO, 27

SÃO CRISTÓVÃO, 230, 231, 233,
234

SÃO DOMINGOS, 137, 138, 173

SÃO FRANCISCO, 30, 32, 35, 38,
90, 133, 134, 137, 138, 139,
140, 141, 142, 143, 144, 145,
186, 228, 261, 266, 268, 287,
294, 296

SÃO GABRIEL ARCANJO, 296

SÃO GERALDO, 241, 243, 244, 245,
246

SÃO GONÇALO, XIII, 27, 86, 89,
173, 177, 186, 187, 188, 189,
190, 191, 192, 193, 195, 197,
226, 228, 286, 292

SÃO GREGÓRIO, 27

SÃO JANUÁRIO, 295

SÃO JERÔNIMO, 28

SÃO JOÃO, avenida, 175, 261

SÃO JOÃO VIANEY, 295

SÃO JOAQUIM, 215, 293

SÃO JORGE, 26, 290, 291

SÃO JOSÉ, 35, 102, 120, 171, 173,
236, 237, 238, 239, 266, 277,
295, 296

SÃO JOSÉ, teatro, 187

SÃO JUDAS TADEU, 269, 270, 271,
272, 273

SÃO LUCAS, 27, 280

SÃO LUÍS, 27, 120, 296

SÃO MARCOS, 27, 280

SÃO MATEUS, 27, 280

SÃO MIGUEL, XIII, XVII, XX,
XXI, 11, 12, 41, 42, 43, 44,
45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52,
53, 111, 125, 150, 173, 208,
255, 256, 283, 287, 288, 292

SÃO PANCRÁCIO, 291, 296

SÃO PAULO, XV, XVI, XVII,
XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIII,
XXIV, 7, 9, 10, 12, 13, 14,
17, 18, 21, 23, 24, 26, 27, 28,
30, 31, 32, 34, 36, 37, 39, 40,
41, 43, 47, 48, 52, 53, 54, 55,
58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66,
67, 68, 69, 72, 73, 74, 76, 77,
79, 80, 83, 87, 88, 91, 95, 96,
101, 102, 103, 104, 108, 113,
115, 120, 122, 124, 126, 127,
128, 130, 132, 133, 134, 135,
136, 137, 138, 139, 140, 143,
144, 145, 146, 147, 150, 151,
152, 156, 157, 163, 165, 166,
168, 170, 171, 172, 173, 174,
175, 176, 177, 178, 181, 182,
183, 185, 186, 187, 188, 189,
198, 199, 200, 201, 203, 206,
207, 208, 209, 210, 213, 215,
223, 224, 225, 226, 227, 229,
230, 231, 232, 233, 236, 238,
239, 242, 244, 245, 247, 251,
256, 261, 265, 267, 269, 270,
273, 274, 276, 277, 280, 283,
284, 285, 286, 287, 288, 290,
292, 293, 294, 296

SÃO PEDRO, 24, 205, 277, 286

SÃO RAFAEL, 295

SÃO ROQUE, 292, 293

SÃO SALVADOR, 234

SÃO SEBASTIÃO, 288, 289, 296

SÃO SIMÃO, 270

SÃO TARCÍSIO, 205

SÃO TIAGO, 78

SÃO VICENTE, XVII, 5, 74, 75,
84, 134, 292

SÃO VITO, 295

SARDINHA, Afonso, XVIII, 30, 31,
56, 61, 96, 97

SARDINHA, Gaspar, 137

SARZEDAS, conde de, 265

SAÚDE, 269, 295

SCHAUMBERGER, João Batista, 158

SCHEUCH, Tomás, 159

SÉ, 24, 25, 26, 27, 29, 33, 86,
115, 140, 151, 152, 153, 155,
171, 190, 228, 229, 238, 245,
283, 294

SENA, Santa Catarina de, 266

SENE, João Batista de, 194

SENE, Leão José de, 190, 194

SÃO, N. S. do, 296

SICÍLIA, 144

SILLANES, João, 195

SILVA, Antônio Joaquim da, 56,
167, 168, 169, 170

SILVA, Antônio Maria da, 294

SILVA, Antônio Teixeira da, 227

SILVA, Augusto Cavalheiro e, 170

SILVA, Bartolomeu Bueno da, 79

SILVA, Beatriz da, 20

SILVA, Benedito A. da, 255

SILVA, Duarte Leopoldo e, 27,
28, 113, 114, 116, 118, 119,
171, 238, 239, 240, 244, 245,
294

SILVA, Eulália Assunção, 294

SILVA, Inácio de Azevedo, 294

SILVA, Ismael Dias da, 294

SILVA, João Mendes da, 237

SILVA, José da, 82

SILVA, José Felizardo, 163

SILVA, José Gaspar de Afonseca
e, 28, 271, 274

SILVA, José Joaquim, 114

SILVA, José Manuel da, 204

SILVA, José Ramos Filho, 80

SILVA, Luís da, 200, 202, 205

SILVA, Luís Rodrigues da, 82

SILVA, Manuel da, 225

SILVA, Oscar Pereira da, 205,
238, 239

SILVA, Pedro da, 137

SILVA, Silvestre da, 227

SILVA, vereador, 87

SILVEIRA, Antônio da, 98

SILVEIRA, Carlos da, 144

SIMONSEN, Roberto, 61

SIQUEIRA, Ângelo, 153

SIQUEIRA, Antônio Alves de, 211

SIQUEIRA, Francisco Alves de, 129

SIQUEIRA, Jacinto Nunes de, 150

SIQUEIRA, José Alves de, 214, 215

SIQUEIRA, José Francisco de, 129

SIQUEIRA, Maria de, 148

SIQUEIRA, Mateus Nunes de, 146,
147, 148, 149, 158

SIQUEIRA, Simão Borges da, 123

SIQUEIRA, Tristão Alves de, 129

SIQUEIRA, Violante de, 84

SOARES, Isabel, 8

SOARES, José Carlos de Macedo,
XXIV, 301, 302

SOBRINHO, Rafael Correia da Sil-
va, 252

SOCORRO, N. S. do Perpétuo, 159

SOROCAMIRIM, 67

SOUSA, Benedito de, 238

SOUSA, Cláudio Justiniano de, 252

SOUSA, Everardo Vallim Pereira
de, 157, 257

SOUSA, Francisco de, 9, 54, 74

SOUSA, Luís Antônio, 13, 17, 39

SOUSA, Manuel Inácio de, 57

SPIX, 142

SUÍÇA, 244, 245

SUMARÉ, 261

SUMARÉ-PERDIZES, 296

SUMIDOURO, 90

T

TABATINGÜERA, 63, 70, 227, 228,
229

TABOR, 244

TAL, João de, 39

TAMANDUATEÍ, 12, 19, 61, 68,
74, 81, 85, 219, 286

TAQUES, Lourenço Castanho, 9,
54, 64

TAQUES, Pedro, 12, 66, 70, 286

TARSO, Paulo de, 239

TATIN, 280

TATUAPÉ, 146, 147, 294

TATUÍ, baronesa de, 26, 39, 40,
248

TAUNAY, Afonso de E., XII, XXV,
4, 11, 18, 32, 35, 36, 44, 50,
56, 73, 77, 90, 108, 109, 116,
165, 189, 301, 302
TAVARES, Diogo, 98
TAVARES, Domingos de Melo,
176, 177, 181, 183, 185
TEBAS, 238
TEBAIDA, 74
TEDESCHI, José Maria, 118
TENÓRIO, João, 173
TEIXEIRA, Antônio, 8
TEIXEIRA, Francisco, 8
TEIXEIRA, Mauro, 73, 74, 79, 90,
91
TELES, João Batista Pereira, 116
TEOBALDO, tanque do, 276
TERESA, Recolhimento de Santa,
13, 14, 15, 223
TIBAJI, 65, 118
TIBIRIÇÁ, 26, 28, 41, 42, 74, 90
TIETÉ, XVII, 18, 95, 130, 132,
146, 166, 286
TIETÉ, barão de, 204
TINOCO, Izidro, XXII
TIRADENTES, 3, 4, 19
TOJUCAÇU, 80
TOLEDO, 20
TOLEDO, Francisco de Paula Xa-
vier de, 236, 237, 242
TOLEDO, Francisco Leandro de,
236
TÔRRES, Francisco, 3
TÔRRES VEDRAS, 4
TRENTINOS, capuchinhos, 249
TSCHUDI, J. J. Von, 25, 284
TURIAÇU, 244
TURIM, 254

U

UBERABA, 231
URBANO, papa, 239
URUGUAÍ, 121
URURAI, São Miguel de, 150, 166
URURUÁ, 41, 42

V

VALDEZ, Diogo Flôres, 5, 134
VALE, Alvaro Luís do, 108
VALE, José do, 114
VALERIANO, 239
VAMPRÉ, Leven, 51
VASCONCELOS, Flaminio Alvares
Machado, 170
VASCONCELOS, João de Freitas
Monteiro de, 129
VASCONCELOS, Simão de, 43, 113
VAZ, Gaspar, 76
VAZ, José, 14
VAZ, Lourenço, 3
VAZ, Manuel, 124
VELHO, Francisco, 63
VERGUEIRO, estrada do, 278
VIANA, Antônio do Rosário, 82
VIBONATI, Francisco de, 231
VIEGAS, Manuel, 293
VIEIRA, A. Paim, 256, 257
VIEIRA, Ângela, 199, 201
VIEIRA, Mariano Antônio, 255,
256, 257, 258
VILA ALBERTINA (Tremembé),
296
VILA ANASTÁCIO, 296
VILA ARÉNS, 296
VILA BEATRIZ, 296
VILA CARRÃO, 296
VILA CLEMENTINO, 296
VILA DOM PEDRO I, 296
VILA FORMOSA, 296
VILA GUILHERME, 296
VILA MARIA, 296
VILA MARIANA, 296
VILA MAZZEI, 296
VILA PRUDENTE, 295
VILA REGENTE FEIJÓ, 296
VILA SANTANA, 296
VILA ZELINA, 296
VILANOVA, Tomás, 114
VILARES, Luís Rodrigues, 200
VILARINHO, Domingos João, 25
VIRGEM MARIA, Irmandade do
Santíssimo Rosário da, 39

VISITA A SANTA ISABEL, tela, 205
VITERBO, Joaquim de Santa Rosa,
126
VOLPI, Alfredo, 280

X

XAVIER, Elói, 227
XAVIER, Irmandade de São Fran-
cisco, 224
XAVIER, São Francisco, 112

W

WABOR, Félix, 125
WASH, J., 40

Z

ZALUAR, Augusto Emilio, 286
ZANINI, Valter, 279